

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
SOCIOECONÔMICO
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

DANIELI CRISTINA DE SOUZA

PLANEJAMENTO ESTATAL E O PLANO DE ASSENTAMENTO DE
POPULAÇÕES NA FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DO EXTREMO SUL
CATARINENSE: PROPOSTAS NACIONAIS ÀS ESPECIFICIDADES REGIONAIS
(1976-1996)

CRICIÚMA

2021

DANIELI CRISTINA DE SOUZA

**PLANEJAMENTO ESTATAL E O PLANO DE ASSENTAMENTO DE
POPULAÇÕES NA FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DO EXTREMO SUL
CATARINENSE: PROPOSTAS NACIONAIS ÀS ESPECIFICIDADES REGIONAIS
(1976-1996)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico

Orientador: Prof. Dr. Dimas de Oliveira Estevam
Coorientador: Prof. Dr. Alcides Goulart Filho

CRICIÚMA

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

S729p Souza, Danieli Cristina de.

Planejamento estatal e o Plano de Assentamento de Populações na formação socioespacial do Extremo Sul Catarinense : propostas nacionais às especificidades regionais (1976-1996) / Danieli Cristina de Souza. - 2021. 308 p. : il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, Criciúma, 2021.

Orientação: Dimas de Oliveira Estevam.

Coorientação: Alcides Goulart Filho.

1. Planejamento estatal 2. Planejamento regional - Brasil, Sul. 3. Plano de Assentamento de População. 4. SUDESUL. 5. Brasil, Sul - Política econômica. I. Título.

CDD 23. ed. 338.98164

Bibliotecária Eliziane de Lucca Alosilla - CRB 14/1101
Biblioteca Central Prof. Eurico Back - UNESC

Danieli Cristina de Souza

**PLANEJAMENTO ESTATAL E O PLANO DE
ASSENTAMENTO DE POPULAÇÕES NA FORMAÇÃO
SOCIOESPACIAL DO EXTREMO SUL CATARINENSE:
PROPOSTAS NACIONAIS ÀS ESPECIFICIDADES REGIONAIS
(1976-1996)**

Esta dissertação foi julgada e aprovada para obtenção do Grau de Mestra em Desenvolvimento Socioeconômico no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

Criciúma, 03 de agosto de 2021.

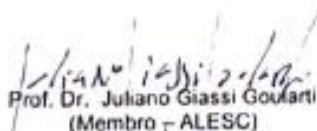
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Dimas de Oliveira Estevam
(Orientador - UNESC)



Prof. Dr. Alcides Goularti Filho
(Coorientador - UNESC)

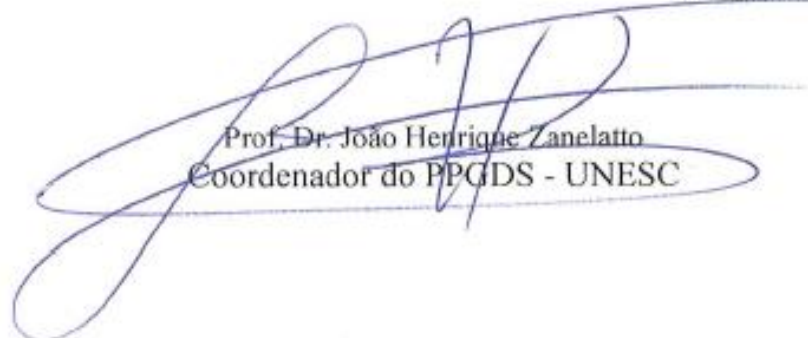


Prof. Dr. Juliano Giassi Goularti
(Membro - ALESC)



Prof. Dr. João Henrique Zanelatto
(Membro - UNESC)

Danieli Cristina de Souza
Danieli Cristina de Souza
Mestranda



Prof. Dr. João Henrique Zanelatto
Coordenador do PPGDS - UNESC

Àqueles (as) que acreditaram em mim!

E ao nosso Deus, Jeová, que é essência de princípios,
guiando-me ao desviar meus olhos do que é sem
valor...

AGRADECIMENTOS

Não existe ato mais nobre do que a gratidão em sinceridade. Portanto, expresso aqui meus singelos agradecimentos àquelas pessoas e instituições que marcaram não apenas o processo formativo do mestrado, que desencadeou esta dissertação, mas sobretudo a trajetória acadêmica, profissional e de vivências pessoais que, em seu conjunto, refletem e constroem a minha caminhada.

Inicialmente, minha gratidão destina-se a Deus, pela dádiva da vida, e aos meus pais, Rosemir e Daniel, que me proporcionaram a base familiar, o incentivo e as possibilidades de estudos. Seus ensinamentos, regados a valores e exemplo, são a essência de eu ser quem eu sou hoje, assim como continuam sendo meus alicerces a seguir. Meu amor, respeito e gratidão é infinito, não tem adjetivos. Obrigada pela confiança, ao impulso do voo, mesmo este levando-me a horizontes fisicamente distantes de vocês.

Em seguida, ao meu companheiro, Geraldo Muzeka, pela paciência, colaboração com tantas xícaras de café, refeições e o ato do silêncio durante a produção textual, assim como as inúmeras reflexões conjuntas da temática. Entre tantos outros momentos e gestos, a gratidão central está representada pela presença com palavras de conforto ou apenas o silêncio do seu abraço acolhedor, quando tudo estava turbulento e precisava de paz, serenidade e encorajamento para continuar.

Aos meus pais e ao meu esposo, agradeço por compreenderem as ausências físicas não apenas em relação ao mestrado, mas também à trajetória acadêmica de pelo menos nove anos, que sempre deixou uma série de saudades em momentos que a proximidade era tão essencial.

Neste processo formativo de ensino, pesquisa e extensão encontrei muitos profissionais, mestres e doutores, os quais foram essenciais neste percurso. Sem dúvida a inserção na pós-graduação *stricto sensu* pode ser considerada o meu pilar do amadurecimento pessoal e formativo. A este momento, agradeço aos docentes do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense pelo acolhimento, ensinamos e vivências. Agradeço de modo especial a Luciana Ávila de Medeiros, secretária do PPGDS, sempre atenciosa e afetuosa comigo, e, prestativa com todos/as do PPGDS. O zelo e comprometimento com o seu trabalho reflete com leveza as questões administrativas, regimentais, essenciais, e as construções interpessoais indispensáveis.

De forma alguma poderia deixar de agradecer ao meu orientador, Dimas de Oliveira

Estavam, o qual me mostrou valores da academia, os quais carregarei comigo com muito afeto, respeito e gratidão, tentando fazê-los minhas balizas profissionais. Obrigada, Dimas, por revelar um lado humano da pesquisa, por agir de modo equilibrado entre a liberdade e o direcionamento, levando à construção do resultado, sem desconsiderar os entraves e as potencialidades das derivações do processo formativo.

Gostaria de ressaltar a parceria profícua entre o orientador e o coorientador, o qual agradeço de igual modo. Sou grata à Alcides Goularti Filho pelas nobres contribuições na pesquisa, guiando-me com serenidade e um toque único de leveza e diligência, que enriqueceram as proposituras de reflexões e execuções para além desta dissertação.

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Tais instituições foram fundamentais à concretude da pesquisa, como fontes financiadoras.

Minha gratidão especial, aos partícipes desta pesquisa como fontes orais, pela colaboração e prestatividade de compartilhar suas histórias familiares e/ou profissionais sendo essenciais ao traçar a trajetória do Plano de Assentamento de Populações. Tendo a gentileza em receber-me em seus lares, mesmo em tempos pandêmicos como os que vivemos em decorrência da Covid-19.

Estendo meus agradecimentos aos membros da banca, Prof. Dr. Juliano Giassi Goularti e Prof. Dr. João Henrique Zanelatto, em primeira instância, pelo aceite e dedicação em ler esta produção textual, em seguida, agradeço pelas contribuições que enriqueceram e direcionaram a pesquisa.

Agradeço aos meus colegas e amigos de mestrado pelo convívio e trocas de experiências. Minha gratidão eterna e cheia de carinho a Mayara Pereira de Souza, que, com certeza, é um dos principais “presentes” que o mestrado me ofertou. Nossa relação está bem longe de ser resumida na parreira de artigos e eventos científicos. Com ela, foi possível aguentar os devaneios teóricos e, por vezes, nem tanto assim acadêmicos. Obrigada, May, por tanto em tão pouco tempo, por ser luz mesmo quando os momentos estavam cinzentos, por trazer alegria e coragem em dias que a minha persistência estava como inimiga ao progresso.

Por fim, sem nomear, para não ser injusta, agradeço àqueles e àquelas que acreditaram em mim e participaram, de alguma forma, deste percurso, ou seja, que tiveram a irmandade de respeitar meu silêncio e afastamento deste período. Com vocês foi possível seguir firme mesmo quando a coragem e a motivação estavam ausentes e o lado emocional precisava de um impulso positivo e mais dinâmico.

Entre tantos caminhos que esta curta vida me levou, nada foi tão intenso quanto o percurso do sonho do mestrado ao processo de escrita desta dissertação, unido ao eco do turbilhão reflexivo. Assim, sou grata por mais este ciclo que se fecha, que, sobre os resultados de erros e acertos lapidados, permite novos olhares e atitudes a um novo ciclo que se inicia.

“Não adianta conceber belos programas e planos com pouca atenção às determinações ou consequências espaciais e, depois, ‘territorializá-las’ ex post ou ao longo de sua implementação”.

Carlos Brandão

RESUMO

Nesta pesquisa, discutem-se as implicações espaciais no Plano de Assentamento de Populações (PAP) no Extremo Sul Catarinense, decorrentes do planejamento estatal ao desenvolvimento regional. O recorte temporal inseriu-se pela análise escalar de propostas nacionais à constituição de zona de desenvolvimento agroindustrial do subprojeto do Banhado do Sombrio. Aos acordos administrativos, políticos-institucionais, firmados entre a União, pela sua Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL), e o Estado de Santa Catarina, demarcam a investigação e executividades na escala regional e local, que derivam os limites e possibilidades de vivências da comunidade procedente de um território condicionado e construído, alicerçado pelas transitoriedades das concepções de planejamento, desenvolvimento e o papel estatal às questões regionais. A fundamentação da pesquisa se fez presente e essencial em toda a periodização estabelecida ao PAP, para atender o objetivo de analisar a sua trajetória, ao examinar as constituições e desdobramentos no processo de planejamento nacional que desencadearam a proposta de desenvolvimento agrícola do Banhado do Sombrio, no qual o PAP é primeiro setor e área piloto; identificar as conexões de criação/implementação da Escola Agrotécnica Federal de Sombrio, em área circunvizinha ao assentamento em um período de instabilidade financeira e política que marcou o final da década de 1980; e, assim, analisar as descontinuidades e permanências ao PAP. A metodologia empregada caracteriza-se pelo método dialético, de natureza qualitativa. A obtenção de dados ocorreu por meio de pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas com treze participantes, das quais, seis representam instituições envolvidas na concepção do PAP e/ou presentes na sua trajetória em exame, além de sete membros das primeiras famílias assentadas. Como resultado, foi possível estabelecer três períodos entrelaçados de intervenções estatais no território onde está implantado o PAP, que demonstram as nuances das dimensionalidades do diagnóstico a constituição do território condicionado da década de 1980, e as (re)significações do PAP após a extinção da SUDESUL. A todos, atribui-se a dinâmica do planejamento regada a intenções e decisões vinculadas aos interesses e forças políticas nas três esferas de poder, que em certos momentos e circunstâncias fomentam e em outros retraem o processo das proposituras e ações concretas, a exemplo das intenções (políticas) e possibilidades (orçamentárias e estratégicas) de implementação de uma agrotécnica na área do subprojeto. No PAP, após a extinção da SUDESUL, intensificaram-se as dificuldades que vigoravam desde a chegada das primeiras famílias assentadas. A

permanência das condições inacabadas dos ajustes físicos territoriais dos lotes produtivos, somados a ausência de assistência técnica, extensão rural e regularização fundiária, condiciona a comunidade assentada a insegurança jurídica, restringindo o acesso às políticas públicas sociais. Limitando o desenvolvimento socioeconômico nas possibilidades derivadas das intervenções estatais e interinstitucionais no território. A estas intervenções, aponta-se a descontinuidade administrativa política e institucional que percorre e transcende sua trajetória, refletindo para além e aquém dos objetivos e finalidades do PAP, em que observam-se novas formas de (re)produção social.

Palavras-chave: Planejamento Estatal. SUDESUL. Desenvolvimento Regional. PAP. Formação territorial.

ABSTRACT

This research discusses the spatial implications of the Population Settlement Plan (Plano de Assentamento de Populações - PAP) in southernmost Santa Catarina, Brazil, included in the state planning to regional development. The time frame was defined based on the scalar analysis of national proposals for the constitution of an agro-industrial development zone of the Banhado do Sombrio subproject. The administrative and political-institutional agreements signed between the Union, through its Superintendence for the Development of the Southern Region (SUDESUL), and the State of Santa Catarina mark out the research and executions at the regional and local scale, establishing the limits and possibilities of experiences of the community – which comes from a conditioned and constructed territory – based on the transience of the conceptions of planning, development and the role of the state in regional issues. The basis of the research was present and essential throughout the periodization established for the PAP, and it was crucial in order to meet the objective of analyzing its trajectory. This analysis was carried out through the examination of the constitutions and developments of the national planning process that triggered the Banhado do Sombrio agricultural development proposal, in which the PAP is the first sector and pilot area. It also included the identification of the connections involved in the creation/implementation of the Sombrio Federal Agrotechnical School, in an area near the settlement at the end of the 1980s, a period marked by financial and political instability. Finally, it analyzes the discontinuities as well as the continuities of the PAP. The methodology used follows the dialectical method, which is qualitative in nature. Data were obtained through documentary research and semi-structured interviews with thirteen participants, among which six represent institutions involved in the conception of the PAP and/or present in its trajectory under examination, in addition to seven members of the first settled families. As a result, it was possible to establish three intertwined periods of state interventions in the territory where the PAP has been implemented, which reveal the nuances of the role of the state in the constitution of this conditioned territory in the 1980s, and the changes in the PAP after SUDESUL's extinction. The dynamics of planning based on intentions and decisions linked to the interests and political forces in the three spheres of power are attributed to all, which in certain moments and circumstances encourage and in others retract the process of concrete proposals and actions, such as (political) intentions and (budgetary and strategic) possibilities for implementing an agrotechnical school in the subproject area. In the PAP, after the extinction of SUDESUL, the difficulties that

prevailed since the arrival of the first settled families intensified. The ongoing unfinished conditions of the physical territorial adjustments of the productive allotments, added to the absence of technical assistance, rural extension and land regularization, condition the settled community to legal insecurity and restrict access to public social policies. This limits socioeconomic development within the possibilities established by state and inter-institutional interventions in the territory. Regarding such interventions, the administrative, political and institutional discontinuity is pointed out, which runs through and transcends its trajectory, reflecting beyond and below the objectives and purposes of the PAP, in which new forms of social (re)production are observed.

Keywords: State Planning; SUDESUL; Regional Development; PAP; Territorial Formation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Esquema 1 – Construção das Dimensões de Planejamento Estatal.....	54
Esquema 2 – Diretrizes à operacionalidade das atividades e objetivos do Plano de Assentamento de Populações	109
Esquema 3 – Processos previstos a operação e manutenção do PAP.....	110
Esquema 4 – Proposta de organização social e gestão produtiva do PAP e PPDI.....	114
Esquema 5 – Finalidades do conselho de implantação ao núcleo agropecuário	115
Esquema 6 – Atribuições da gerência executiva e equipe técnica	116
Esquema 7 – Fatores considerados aos planos de cultivos.....	123
Esquema 8 – Finalidades e objetivos centrais a ocupação social do PAP.....	130
Esquema 9 – Pontos desencadeadores ao desenvolvimento do núcleo agropecuário pela implementação do PAP	140
Esquema 10 - Grupos de projetos na programação da SUDESUL na Região Sul em 1990...	163
Quadro 1 – Aspectos da estrutura fundiária nos municípios do subprojeto do Banhado do Sombrio	101
Quadro 2 – Características prevaletentes das propriedades rurais na área do Subprojeto Sombrio em 1980	102
Quadro 3 – Impactos esperados pelo Plano em termos econômicos, sociais e ambientais.....	127
Quadro 4 – Estratégias de ocupação via planejamento do PAP (1979-1988).....	128
Quadro 5 – Requisitos essenciais e itens classificatórios para serem assentados no PAP	132
Quadro 6 – Recursos orçamentários ao Ministério do Interior entre 1981 a 1987	154
Quadro 7 – Pilares a serem considerados à implementação de Cursos das Ciências Agrárias no início da década de 1990	200
Quadro 8 – Cronograma físico e financeiro a reativação do subprojeto do Banhado do Sombrio 1995	220

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACARESC Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina
ALESC Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
AMESC Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense
AMUREL Associação de Municípios da Região de Laguna
API Área de Pecuária Intensiva
BADESC Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A.
BDE Banco de Desenvolvimento do Estado
BESC Banco do Estado de Santa Catarina
BNB Banco do Nordeste do Brasil
BNDE Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BRDE Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul Catarinense
CDE Conselho de Desenvolvimento Econômico
CEDATE Centro de Desenvolvimento e Apoio Técnico à Educação
CEFET/SC Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina
CELESC Centrais Elétricas de Santa Catarina
CEPA/SC Comissão Estadual de Planejamento Agrícola de Santa Catarina
CEPAL Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CEPAS Comissões Estaduais de Planejamento Agrícola
CETRAR Centro de Treinamento de Araranguá
CNPq Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CODECO Comissão de Desenvolvimento do Centro-Oeste
CODENO Conselho de Desenvolvimento do Nordeste
CODEVASF Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
CODISC Companhia Distrito Industrial Sul Catarinense
COOIJAM Cooperativa de Irrigação de Jacinto Machado
CORLAC Companhia Riograndense de Laticínios e Correlatos
CPRM Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
CTA Câmara Técnica de Assessoramento
CVSF Comissão do Vale do São Francisco
DAER Departamento Autônomo de Estradas e Rodagem
DNOCS Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
DNOS Departamento Nacional de Obras e Saneamento

EAFS Escola Agrotécnica Federal de Sombrio
EMPASC Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária
EPAGRI Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
ETF/SC Escola Técnica Federal de Santa Catarina
FAO Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FATMA Fundação de Amparo a Tecnologia e Meio Ambiente
FEE Biblioteca da Fundação de Economia e Estatística
FESSC Fundação Educacional Sul de Santa Catarina
FIESC Federação das Indústrias de Santa Catarina
GEIDA Grupo Executivo de Irrigação para o Desenvolvimento Agrícola;
GTDN Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICC Indústria Carboquímica Catarinense
ICC Irrigação da Costa do Canoas
IFC Instituto Federal Catarinense
IFC-CSRS Instituto Federal Catarinense Campus Santa Rosa do Sul
IFOCS Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas
IFSC Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
INCRA Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IOCS Inspetoria de Obras Contra as Secas
IRYDA Instituto de Reforma e Desarrollo Agrário
MDA Ministério do Desenvolvimento Agrário
MINTER Ministério do Interior
MIR Ministério da Integração Regional
OEA Organização do Estados Americanos
OMS Organização Mundial da Saúde
ONU Organização das Nações Unidas
PAE Projeto de Assentamento Estadual
PAEG Programa de Ação Econômica
PAEG Programa de Ação Econômica do Governo
PAP Plano de Assentamento de População
PDC Projeto Catarinense de Desenvolvimento
PDRS Plano de Desenvolvimento da Região Sul
PDRU Política de Organização e Dinâmica Interurbana

PE Projeto de Assentamento Estadual
PED Programa Estratégico de Desenvolvimento
PETROBRÁS Petróleo Brasileiro S.A.
PIBIC Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIN Programa de Integração Nacional
PLSSC Projeto Litoral Sul de Santa Catarina
PND Plano Nacional de Desenvolvimento
PNDR Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PNRA Plano Nacional de Reforma Agrária
POE Plano de Obras e Equipamentos
PPDI Projeto Piloto de Drenagem e Irrigação
PPGDS Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico
PPAs Planos Plurianuais
PROGAP Programa de Açudes e Poços
PROLITORAL Programa Especial do Litoral Sul de Santa Catarina
PROTEC Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico
PROTERRA Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste
PROVALE Programa Especial para o Vale do São Francisco
PROVÁRZEAS Programa de Aproveitamento Racional das Várzeas Irrigáveis
PRS Previdência social rural
PSD Partido Social Democrata;
SDR Secretaria de Desenvolvimento Rural
SEAF Secretaria Especial de Assuntos Fundiários
SEMTEC Secretária de Educação Média e Tecnológica
SENAR Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SEPLAN Secretaria de Planejamento da Presidência da República
SERPHAU Serviço Federal de Habitação e Urbanismo
SIPRA Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária
SPVEA Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia
SPVERFSP Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região da Fronteira Sudoeste do País
SUDAM Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDECO Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste

SUDENE Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

PLAMEG Plano de Metas do Governo

SUDESUL Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul

SUVALE Superintendência do Vale do São Francisco

UDESC Universidade Estadual de Santa Catarina

UFSC Universidade Federal de Santa Catarina

UFSM Universidade Federal de Santa Maria

UNESC Universidade do Extremo Sul Catarinense

UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNISUL Universidade do Sul de Santa Catarina

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	22
2 MEDIDAS ORIENTADAS AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E À FUNÇÃO ESTRATÉGICA DA MICRORREGIÃO: DINÂMICAS QUE SUSCITARAM O PLANO DE ASSENTAMENTO DE POPULAÇÃO (PAP).....	31
2.1 PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ÀS QUESTÕES REGIONAIS	33
2.1.1 Mecanismos institucionais ao planejamento estatal: breves considerações até o deflagro da Ditadura Militar em 1964.....	36
2.1.2 A política de integração nacional no espaço regional.....	51
2.1.2.1 Os programas do governo ao desenvolvimento econômico e social sob critério de regiões homogêneas e polarizadas.....	56
2.2 A ATUAÇÃO DA SUDESUL: ENFOQUE NO PLANEJAMENTO INTEGRADO AO LITORAL SUL DE SANTA CATARINA	64
2.2.1 Interlocuções do planejamento nacional ao desenvolvimento da Região Sul e da microrregião Catarinense: Projeto Litoral Sul.....	68
3 COEXISTÊNCIAS NA TRAJÉTORIA DA FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DO PLANO DE ASSENTAMENTO DE POPULAÇÕES – PAP	77
3.1 FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL E A DIMENSÃO TERRITORIAL.....	79
3.1.1 Um prisma sobre a formação distrital de Santa Rosa: o futuro território do Plano de Assentamento de Populações	83
3.2 FUNÇÕES E PARTICULARIDADES AO CARACTERIZAR O PAP: TERRITÓRIO CONDICIONADO NA DÉCADA DE 1980	92
3.2.1 A estrutura fundiária e os critérios à divisão territorial do assentamento	101
3.2.2 Os preceitos à organização social e produtiva do PAP	107
3.2.2.1 Delineamento à institucionalização do PAP e a ulterior cooperativa mista do núcleo agropecuário da Bacia do Mampituba	112
3.2.2.2 Modelos e alternativas de produção previstos	120
3.4 ESTRATÉGIAS DE OCUPAÇÃO SOCIAL DO TERRITÓRIO DO PLANO DE ASSENTAMENTO DE POPULAÇÕES – PAP	127
3.4.1 Das proposituras às ações concretas: critérios de escolha das famílias assentadas e as instalações prioritárias ao PAP.....	135
3.4.2 As conexões e dependências do Plano de Assentamento de Populações na dimensão político-institucional	153

4 DESCONTINUIDADES E PERMANÊNCIAS ESTRUTURAIS.....	168
4.1 AS PERIODIZAÇÕES DO PAP PERANTE AS TRANSITORIEDADES DAS PROPOSTAS NACIONAIS ÀS ESPECIFICIDADES REGIONAIS.....	170
4.1.1 Posição das obras quando paralisadas e as conjunturas produtivas da comunidade assentada	187
4.1.2 As intenções e oportunidades da implementação da Escola Agrotécnica Federal de Sombrio – EAFS	191
4.1.2.1 Criação de um centro de ensino, pesquisa e extensão agrária	199
4.2 AS ESTRATÉGIAS INTERINSTITUCIONAIS NA REATIVAÇÃO DO SUBPROJETO DO BANHADO DO SOMBRIO	207
4.3 A TRAJETÓRIA DO PLANO DE ASSENTAMENTO DE POPULAÇÕES	222
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	235
REFERÊNCIAS	246
APÊNDICE(S)	276
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS.....	277
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	278
APÊNDICE C – DISTRITOS EMANCIPADOS QUE FAZEM PARTE DA AMESC	279
APÊNDICE D – REGIONALIZAÇÃO EM SANTA CATARINA: REGIÕES ADMINISTRATIVAS E EIXOS ESTRATÉGICOS	280
APÊNDICE E– PLANO DE OPERACIONAL DO PROJETO ESPECIAL LITORAL SUL DE SANTA CATARINA – PROLITORAL	281
ANEXO(S).....	282
ANEXO A – LOCALIZAÇÃO DO SUBPROJETO BANHADO DO SOMBRIO	283
ANEXO B – MAPA DE LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DO PAP EM SANTA ROSA DO SUL	284
ANEXO C – LOCALIZAÇÃO DO PLANO DE ASSENTAMENTO DE POPULAÇÕES (PAP) E ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SOMBRIO (EAFS)	285
ANEXO D – ÁREA DE ATUAÇÃO DA SPVERFSP E SUDESUL.....	286
ANEXO E – PROJETOS SUB-REGIONAIS DA SUDESUL.....	287
ANEXO F – PROJETO LITORAL SUL DE SANTA CATARINA	288
ANEXO G – DEMARCAÇÃO PELA SUDESUL DAS MICRORREGIÕES COM DESNÍVEIS INTER-REGIONAIS.....	289
ANEXO H – BACIA HIDROGRÁFICA DO VALE MAMPITUBA.....	290

ANEXO I – PROLITORAL: DIAGRAMA DE FUNÇÕES	291
ANEXO J – MAPA POLÍTICO DA BACIA DO MAMPITUBA	292
ANEXO K – CRONOGRAMA DE INVESTIMENTOS A EFETIVAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DA BACIA DO RIO MAMPITUBA	293
ANEXO L – FICHA DE INSCRIÇÃO PARA SER ASSENTADO (A) DO PAP	294
ANEXO M – LISTA DE REQUISITOS ESSENCIAIS PARA SER ASSENTADO (A) DO PAP	296
ANEXO N – TABELA DE CLASSIFICAÇÃO PARA SER ASSENTADO (A) DO PAP	297
ANEXO O – PROJETO ARQUITETÔNICO DA MORADIA DO PAP	299
ANEXO P – CONTRATO ENTRE FAMÍLIAS ASSENTADAS E ESTADO CATARINENSE	300
ANEXO Q – LEI MUNICIPAL AUTORIZA DOAÇÃO DE IMÓVEL À ESCOLA AGROTÉCNICA.....	304
ANEXO R – ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO DA ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SOMBRIÓ	307
ANEXO U – UNIDADES EDUCACIONAIS DE 2º GRAU VINCULADAS AO PROTEC	308

1 INTRODUÇÃO

Particularizando a experiência, pela forma de intervenção estatal planejada à formação territorial que acarreta em transformações socioespaciais, o presente estudo tem a intencionalidade de contextualizar a trajetória, em perspectiva histórica, do Plano de Assentamento de Populações (1976-1996), localizado na microrregião do Extremo Sul Catarinense. Na década de 1970, o projeto esteve sob implementação e coordenação do Governo Federal pela sua Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL), a qual foi extinta em 1990 de igual modo as parcerias com instituições de fomento e de desenvolvimento agrário do estado de Santa Catarina.

Pela análise das estruturas atemporais¹, à tratativa, cabe analisar tal processo dentro dos pressupostos do seu tempo e espaço, que constituem a conjuntura das estratégias do Estado e do papel deste ao planejamento e desenvolvimento regional, sem desconsiderar que, concomitantemente, manifestam-se movimentos que presidem de modo escalar as relações sociais, políticas e econômicas contraditórias ou complacentes formando e ressignificando as intencionalidades que refletem sobretudo nas estruturas sociais. A análise se dá nas propostas nacionais - intencionais e/ou concretas – às especificidades regionais e a representação se dá sob a abordagem territorial e do planejamento integrado no contexto espacial e setorial.

O Plano de Assentamento de Populações (PAP) é o primeiro setor de quatro setores que representam o Subprojeto de Desenvolvimento Agrícola do Banhado do Sombrio: I – Projeto de Assentamento de Populações – PAP; II - Projeto Piloto de Drenagem e Irrigação – PPDI; III - Área de Pecuária Intensiva – API; IV - Irrigação da Costa do Canoas – ICC (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1978a).

Em termos gerais, o conjunto dos setores de desenvolvimento da área do Banhado do Sombrio objetivavam viabilizar áreas agricultáveis ainda inexploradas, a partir do subprograma de irrigação e drenagem, pautado em uma escala nacional à modernização e expansão do segmento agropecuário. Alinhando-se aos interesses em conter os fluxos migratórios às regiões urbanas industriais que vinham se formando e a necessidade de impulsionar a produção de alimentos para abastecimento interno, com características fundiárias

¹ Termo extraído de Braudel (1990) que trata de “estruturas quase intemporais” que se reconfiguram, mantêm, têm continuidade. Traz a importância de “examinar sucessivamente ambos os aspectos da questão” em suas múltiplas condicionantes, rupturas, mudanças em eventos dispersos ou consolidados que impactam, revelam seu significado e novas ressignificações pela longa duração.

e socioeconômicas singulares, a microrregião se apresentava estratégica aos investimentos e à construção de um polo agroindustrial.

Uma dimensão territorial de 15.200 hectares em torno da Bacia Hidrográfica do Rio Mampituba na década de 1970, no estado Catarinense, representava 11,4% da área total dos municípios de Jacinto Machado, Praia Grande, São João do Sul e Sombrio (anexo A, p. 283), sendo que este último contribuía com a maior parcela, 32,9% da área total do subprojeto (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1978a). O PAP, desde suas primeiras tratativas, estava inserido em território distrital de Santa Rosa, no município de Sombrio, que em 1988 emancipa-se e torna-se município de Santa Rosa do Sul (anexo B, p. 284).

Ao desenvolvimento factual do subprojeto, delimitou-se uma área piloto, a qual requeria investimentos e ajustes físicos territoriais em prol da gestão hídrica em dupla função para tornarem-se áreas produtivas. A primeira em obras de contenção das enchentes recorrentes que assolavam a região por ações de sistemas de drenagem e a segunda por complexos de irrigação atendendo os ciclos produtivos para, então, dar viabilidade ao principal eixo de ação social, que seria a implantação de um assentamento – o PAP – para a produção hortigranjeira e pecuária, em aproximadamente 2.200 hectares.

Mesmo que superficialmente, neste momento, é notório que o PAP não se trata de uma ação isolada em termos de planejamento, implementação e gestão territorial, assim como de ações setoriais. Nesta perspectiva, para fundamentar o estudo, torna-se indispensável compreender o significado do planejamento estatal e as transitoriedades das atuações do estado ao tocante das estratégias de desenvolvimento, ao tangenciar a questão regional, conjunturas que, por décadas, estiveram atreladas aos contextos das condições de intenções de crescimento econômico, especialmente à capacidade de geração da industrialização, expansão agropecuária e integração nacional.

Além do exposto, a pesquisa vai permear como as estratégias coordenadas na esfera federal deflagram movimentos e processos de planejamento e de regionalização no estado Catarinense, na formação de diagnósticos, planos, projetos e programas com capacidade de articular e organizar núcleos de interesses nacionais em polos regionais, compatibilizando ações das três esferas. Tendo como ponto de partida a década de 1950, como marco das primeiras experiências de elaboração de planos e de discussões aos aspectos regionais, caminhando ao enfoque da década de 1970, que foi marcada pelo desenvolvimento de projetos sub-regionais, em todo o território nacional, pela intensificação de ações e de investimentos nas superintendências de desenvolvimento regionais, subordinadas ao Ministério do Interior (MINTER), as autarquias federais ficaram incumbidas de realizar análises mesorregionais para

identificar potencialidades e demandas socioeconômicas e compor o I e II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND).

Neste mesmo período, o termo “assentamento” é incorporado com maior impacto e com ambivalências às conjunturas políticas e sociais, em torno de uma demanda estrutural do desenvolvimento socioeconômico no país. Em decorrência do debate inserido sobre as lentes das elites regionais, percorreu-se contornos duais entre a industrialização e a questão agrária. Indo na contramão da reforma agrária, função social e uso produtivo da terra no Brasil, abarcou-se o processo de modernização e tecnificação da agricultura. Sob o período ditatorial, a concepção de projetos de colonização promovidos pelo governo estava distanciada da realidade e da inserção participativa das famílias assentadas, em virtude da centralização nas decisões e iniciativas tecnocráticas.

Definindo-se o papel do subprojeto de desenvolvimento agrícola do Banhado do Sombrio na região e na economia nacional, especificamente as particularidades do PAP envolvendo critérios de seleção de famílias, estrutura fundiária e objetivos centrais a formação do assentamento e do polo agropecuário, abarcam-se as conjunturas do início dos anos 90, período que foi marcado pela reestruturação da administração pública em termos da importância do ato de planejar e das atuações de instituições regionais. Com isso, houve a extinção e dissociação de várias entidades, empresas, autarquias estatais, entre elas a SUDESUL, e a fusão de empresas públicas de extensão rural em Santa Catarina, como foi o caso da Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina (ACARESC), transformada na Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI), reconfigurando o papel da extensão. Como consequência, na escala regional e local, houve o cancelamento de vigência dos contratos vinculados ao Estado de Santa Catarina, havendo a paralisação de distintas ações estatais, incluindo o Subprojeto de Desenvolvimento Agrícola do Banhado do Sombrio e os trabalhos em seus setores.

A este certame, ressalva-se que a base do Plano de Assentamento em área vista como estratégica na microrregião tinha a centralidade de um assentamento planejado e orientado com tutela estatal, de responsabilidade de instituições federais e estaduais. Assim, pelo novo cenário do papel estatal da década de 1990, extingue a principal partícipe de coordenação administrativa e financeira a constituição do PAP: a SUDESUL. Nesse contexto, com a ruptura de atuação institucional, existe o agravante quanto às condições socioespaciais, condicionadas até então pelo Estado, que refletem o campo técnico, operacional e jurídico de viabilidade socioeconômica minimamente justa e digna às famílias assentadas. Sendo questionável a existência de possíveis desarticulações entre as esferas públicas (União, Estado,

Município) e existindo o conflito da coparticipação do Estado sobre as questões de organização, gestão e do ordenamento territorial do PAP, há o impacto direto na autonomia produtiva e social da comunidade procedente.

Sobre uma nova abordagem do planejamento e questões regionais, a dinâmica política institucional no âmbito federal enfraquece. A partir de então, desencadeia na década de 1990 um processo de articulações interinstitucionais locais e regionais, para a reativação do subprojeto do Banhado do Sombrio e também a ativação de uma escola agrotécnica federal voltada ao ensino técnico profissionalizante. Sua construção foi iniciada em 1987, na área circunvizinha ao assentamento, dentro da área do projeto de Desenvolvimento Agrícola do Banhado do Sombrio (anexo C, p. 285).

Diante do exposto, e a partir da contextualização das concepções de desenvolvimento que nortearam as estratégias nacionais no período, consubstanciando a proposta ligada a modernização agrícola e a expansão industrial, tem-se como questionamentos para a pesquisa: como o planejamento estatal inferiu nas condições e oportunidades a formação socioespacial do PAP?²

A partir das estratégias de planejamento estatal ao desenvolvimento regional, tendo como foco o PAP, o presente estudo tem como objetivo geral analisar a trajetória do PAP perante as estratégias nacionais às especificidades regionais. De modo mais específico, o estudo pretende: examinar as constituições e os desdobramentos no processo de planejamento nacional que desencadearam a proposta de desenvolvimento agrícola do Banhado do Sombrio, no extremo Sul Catarinense; identificar as conexões entre o PAP e a criação/reativação da Escola Agrotécnica Federal de Sombrio; e analisar discontinuidades e permanências do PAP. Nesta propositura, pretende-se uma análise, tanto quanto possível, que repense as teorias à luz das questões empíricas.

Estabelecem-se como temáticas incidentais os termos “planejamento” e “desenvolvimento regional”, com enfoque na SUDESUL e subprojeto do Banhado do Sombrio, assim como buscas nas principais bases de dados³ sobre as relações institucionais da antiga Escola Agrotécnica Federal de Sombrio, que desde 2008 integra a rede de Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense, sendo o Campus de Santa Rosa do Sul. A partir disso, expõem-se a seguir as constatações de publicações relevantes ao eixo de estudo.

² Para melhor localização das áreas que originaram o questionamento da pesquisa, consultar o anexo C, p.285.

³ Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações; SciELO; Science; Capes; Plataforma Sucupira. Não houve classificação do período pesquisado, considerando-se todas as publicações até novembro de 2020.

No quesito de planejamento estatal e de desenvolvimento regional, incluindo o papel da SUDESUL, tem-se nove trabalhos⁴: duas teses que trazem análise sobre a ótica ambiental-topográfica (DUARTE, 1995) e hídrica (BONH, 2008) destacam-se ao relacionar as articulações e manifestações comunitárias sobre os aspectos ambientais do projeto da bacia Mampituba; uma dissertação que trata da concepção da autarquia e tem como viés a institucionalização (PIRES, 1982); uma tese que aborda os pilares de desenvolvimento territorial, citando a influência da SUDESUL no estado do Paraná (PIVATTO, 2013). Com as principais abordagens dentro do contexto que trataremos, as pesquisas⁵ constroem por meio de artigos a trajetória entre os anos 1956 e 1990, demonstrando os principais projetos da superintendência e as convergências com o planejamento estatal no Rio Grande do Sul e Santa Catarina (GOULARTI FILHO; ALMEIDA; CARDOSO, 2012; GOULARTI FILHO; ALMEIDA; MESSIAS, 2011-2013; MESSIAS; GOULARTI FILHO, 2015; MESSIAS; GOULARTI FILHO; SUDESUL, 2017). Já sobre o Projeto de Assentamento de Populações encontram-se duas investigações focais: quanto o processo de produção agrícola, organização do trabalho e estratégias de sobrevivência desencadeadas a partir da pluriatividade das famílias assentadas (NETO, 2001) e relações socioeducativas entre assentados com o Instituto Federal Catarinense (IFC) Campus Santa Rosa do Sul (REIKE, 2009).

Expandindo a busca para as relações institucionais, temos citações do contexto histórico da antiga agrotécnica, hoje Instituto Federal Catarinense (IFC) como promotora do desenvolvimento local/regional em estudos que mencionam a agrovila – assentamento – por ser circunvizinha, porém, não sendo objeto correlacionado de análise (BITENCOURT, 2009; MATOS; DARÓS; MARTINS, 1999; SILVEIRA, 2016). A partir do arcabouço de publicações, evidencia-se, essencialmente a ausência de estudos fazendo a correlação, PAP a EAFS/IFC – Campus Santa Rosa do Sul, que traga ao debate a tônica dos desdobramentos (rupturas e permanências) do planejamento estatal a exemplo de instituições voltadas ao desenvolvimento regional, como a SUDESUL, que mesmo extintas e/ou reestruturadas por ações políticas e administrativas, permanecem em estruturas como o PAP.

Ademais, nota-se a carência em pesquisas no âmbito das relações interinstitucionais de manutenção e fomento ao desenvolvimento da comunidade assentada, ou ainda, nas

⁴ Importante mencionar, que são vastas as produções, assim como o debate consolidado sobre planejamento estatal e regional, contudo direciona-se a contemplar os trabalhos que inserem a autarquia de modo central em suas pesquisas.

⁵ Projeto vinculado aos editais: UNESC PIBIC/2009, UNESC/CNPq PIBIC/2010, CNPq Iniciação Científica 12/2010, coordenado pelo Professor Doutor Alcides Goularti Filho da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC).

potencialidades e limitações do campo da proposta de Desenvolvimento Agrícola do Banhado do Sombrio. Partimos da premissa de que não é apenas sobre ter uma lacuna de pesquisa para instigar uma investigação, trata-se de estar adicionalmente contribuindo sobre um debate significativo, um tema de relevância que adicionalmente reverbera possibilidades de sentidos valorativos a múltiplas questões. Nesse caso, dá-se enfoque histórico estrutural na comunidade oriunda de um Projeto de Assentamento de Populações, na qual o planejamento está como instrumento, forma de desenvolvimento pela atuação do Estado como agente condutor de possibilidades em distintas dimensões (social, produtiva, econômica, educativa...). Essa situação corrobora compreender as conjunturas de uma problemática estrutural, como o desenvolvimento regional e local, na esteira das mudanças e articulações do Estado, em movimentos, por vezes contraditórios, transitórios, que inferem nas condições materiais e subjetivas da estrutura social à autonomia.

Em prol de esclarecer os procedimentos metodológicos adotados, discorre-se que esta pesquisa se fundamenta na proposta dialética, na qual Minayo (1993), aponta como método hermenêutico-dialético, visando analisar conjunturas sócio-históricas, políticas e econômicas, que fazem parte da interioridade e exterioridade do campo de estudo. Com relação à abordagem, classifica-se como investigação qualitativa tratando-se das questões descritivas e também das vivências e perspectivas dos sujeitos inseridos na trajetória do Projeto de Assentamento de Populações. Martinelli (1999) ressalta a relevância da complementaridade de elementos históricos e sociais nas dimensões políticas coletivas que constroem o caráter da pesquisa qualitativa, assim, inserem, além de respostas aos questionamentos que a instigaram, atribuições de significados às experiências empíricas dialogadas com as teóricas. Ainda, enquadra-se em qualitativa por considerar a visão holística dos fenômenos construídos na experiência do pesquisador com o local e os sujeitos, alinhando-se à teorização, formando modos dinâmicos, interpretativos, auto-avaliativos e retroalimentados no decorrer do percurso (CRESWELL, 2007).

São múltiplos os métodos e as abordagens possíveis na pesquisa qualitativa. A estratégia aqui atribuída será a integração do método de estudo de caso e de entrevistas semiestruturadas. A respeito do estudo de caso, trata-se de uma investigação dentro do contexto de uma realidade social posta, a qual busca compreender a amplitude em detalhes e interligações, das possibilidades sobre a pesquisa na complexidade dos elementos pré-estabelecidos e vivenciados, pelas condicionantes e especificidades do objeto de estudo (MARTINS; THEÓPHILO, 2009).

Sobre a realização de entrevistas semiestruturadas, estas foram orientadas levando em consideração as (re)significações dos fatos e do roteiro, frente a construção das narrativas das memórias dos sujeitos que são considerados participantes do contexto em estudo. A produção de um diálogo interativo pela metodologia das narrativas da história oral, segundo Thompsom (1996), possibilita, ao retomar as memórias do contexto da história vivenciada, novas relações com o passado e reorientações das projeções futuras.

Em relação às entrevistas, realizaram-se um total de treze (apêndice A, p. 277), das quais seis foram com partícipes de instituições envolvidas na concepção do Plano de Assentamento de Populações e/ou presentes na sua trajetória em exame, além de sete membros das primeiras famílias assentadas. Os encontros presenciais entre a pesquisadora e os (as) entrevistados (as), seguiram todos os protocolos de biossegurança, em decorrência da pandemia da Covid-19. Sendo gravadas em áudio, mediante autorização formalizada, por meio da assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (apêndice B, p. 278) e, posteriormente, transcritas na íntegra.

Tendo como critério para definição da amostra, a diversificação que Marre (1991) classifica é a escolha não pelo número de indivíduos, mas pela expressão mais inter-relacionada para abordar a trajetória ou lacuna que outras fontes sozinhas não conseguiram completar. Com referência a escolha, pautou-se no critério da acessibilidade, ou seja, a facilidade de acesso às fontes orais e a delimitação do quantitativo foi direcionada pela saturação, que segundo Fontanella, Ricas e Turato (2008, p. 17) é “quando os dados obtidos passam a apresentar, na avaliação do pesquisador, uma certa redundância ou repetição”. Os autores, ainda apontam a observância com devido zelo sob as características de cada pesquisa, em especial quanto a homogeneização dos participantes, as teorias utilizadas e a fuga da subjetividade na análise dos dados.

Para compor a investigação e a base teórica, envolveu-se o levantamento e a análise de distintas fontes: orais, como já apresentadas; documental, em acervos oficiais do Governo Federal, sobretudo do Ministério do Interior relativos à Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul – SUDESUL⁶, incluindo legislações, portarias concernentes à atuação da

⁶ Incluindo fontes coletas pela mestranda no ano de 2020, na sede da extinta SUDESUL em Santa Rosa do Sul, especialmente sobre a abordagem do Projeto Litoral Sul, Subprojeto Sombrio. E entre os anos 2009 e 2012, no Rio de Janeiro (Biblioteca Nacional, Biblioteca do Ministério da Fazenda, e Arquivo Nacional); em Brasília (bibliotecas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e no Arquivo Nacional — na coleção do Ministério do Interior); em Florianópolis (na biblioteca da UFSC, na Biblioteca Pública Estadual e no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina); em Porto Alegre (nas bibliotecas do BRDE, FEE e UFRGS); em Curitiba (na Biblioteca Pública do Estado do Paraná), estas pelo pesquisador Dr. Alcides Goulart Filho.

autarquia, relatórios internos, publicações de planos e projetos dos programas regionais; documentos da criação da antiga Escola Agrotécnica Federal de Sombrio; e por se tratar de um assentamento, relatórios emitidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Em continuidade às discussões acerca das temáticas envolvidas na investigação e percorridas na linha de pesquisa Desenvolvimento e Gestão Social e nas disciplinas cursadas ao longo do programa de pós-graduação em Desenvolvimento Socioeconômico (PPGDS), da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), juntamente com os profícuos diálogos com o orientador e coorientador, compuseram o conjunto da base de análise bibliográfica livros, artigos científicos, teses e dissertações para o aporte teórico utilizado.

Os dados foram coletados e analisados entre os anos de 2019 e 2021, percorrendo a trajetória do objeto central (1976/1996), em contextos distintos do planejamento, a iniciar-se pelo marco oriundo do termo de acordo 04/76 entre o Estado de Santa Catarina e a esfera Federal, que estabeleceu a gênese do Plano de Assentamento de Populações e desencadeou suas conexões com a superintendência (1967) e extinção da mesma (1990); a criação da EAFS no início da década de 1980, sua ativação legislatória e operacional em 1994; e as conjunturas estruturais da comunidade procedente ainda vigente, porém sendo PAP até 1996, quando tem o reconhecimento da área pelo INCRA e a implantação do Projeto de Assentamento Estadual (PAE) Sombrio. Com isso, visa-se traçar o conjunto de aspectos que caracterizam o período pelas discontinuidades, permanências e dinâmicas socioespaciais na trajetória, em que “o presente e o passado esclarecem mutuamente” (BRAUDEL, 1990, p. 21) as explicações das estruturas, em um enquadramento *ex post facto*, devido a fatos e variáveis existentes já terem ocorrido e chegam no momento atual da pesquisa, “já feitas”, e com seus possíveis reflexos já exercidos (MARTINS; THEÓPHILO, 2009).

Utilizou-se como técnica investigativa de dados a análise de conteúdo, que tem como premissa o desvendar crítico, buscando a presença ou ausência de característica de determinado enfoque, ou ainda, inferindo as relações das comunicações analisadas (BARDIN, 2011). Autores como Bardin (2011) e Gomes (1994) destacam que a análise de conteúdo pode cronologicamente abranger três fases. Na primeira, a pré-análise, organizam-se os documentos e materiais elencados durante a coleta dos dados; na segunda, procede-se a descrição analítica, quando se inicia a codificação, a classificação e a categorização dos conteúdos, ou seja, deve-se fazer um levantamento das palavras e das frases significativas que compõem o conteúdo coletado; por fim, o terceiro momento é o das interpretações referenciais, que é a continuidade dos itens anteriores, dialogando, assim, com as categorias teóricas e empíricas da pesquisa.

Com finalidade de facilitar a dinâmica de organização e a consulta das diversas fontes perante a categorização das temáticas, houve o uso do software NVIVO12.

A estrutura da dissertação compõe esta introdução, na qual foram destacados os fundamentos da pesquisa e os principais aportes teórico-metodológicos. Após, seguem três capítulos, além das considerações finais, sendo o primeiro dedicado a examinar as constituições e desdobramentos no processo de desenvolvimento e planejamento nacional às questões regionais, a compreender as concepções que induziram o Projeto de Assentamento de Populações no Extremo Sul Catarinense.

O segundo capítulo, a partir das estratégias nacionais às especificidades regionais, aborda as intencionalidades e particularidades do PAP e suas possíveis conexões com a criação da EAFS. O terceiro capítulo tangencia os movimentos políticos institucionais do planejamento e desenvolvimento rompidos no início da década de 1990 e analisa as relações interinstitucionais até a retomada do respectivo subprojeto, paralisado com a extinção da SUDESUL.

O estudo da trajetória do PAP busca percorrer as intenções e estratégias até as efetivas ações consolidadas. Para tal, os capítulos se entrelaçam, visando contemplar os objetivos e, também, evidenciar as discontinuidades e permanências no contexto histórico estrutural.

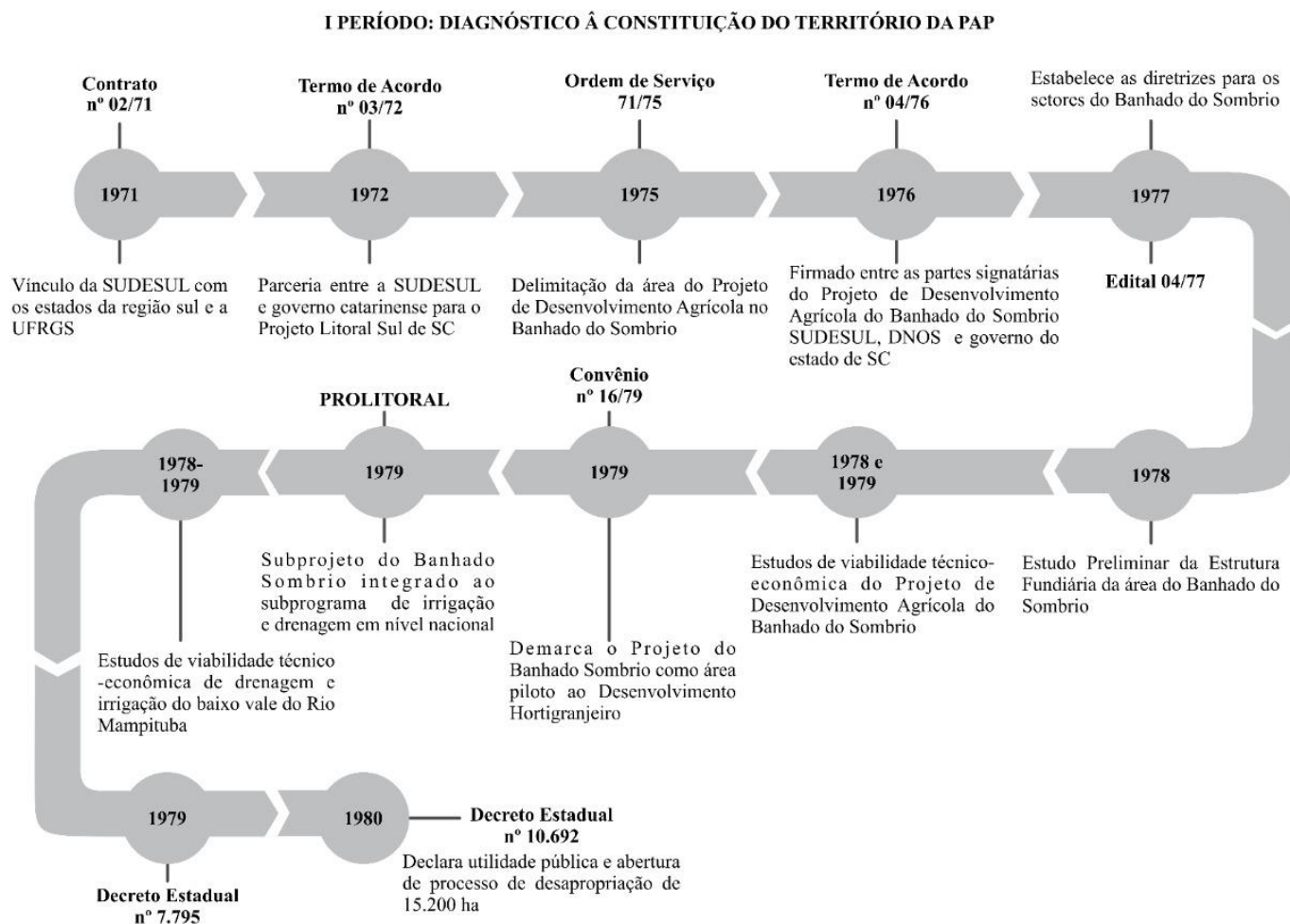
2 MEDIDAS ORIENTADAS AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E À FUNÇÃO ESTRATÉGICA DA MICRORREGIÃO: DINÂMICAS QUE SUSCITARAM O PLANO DE ASSENTAMENTO DE POPULAÇÃO (PAP)

Compete a este capítulo examinar as constituições e os desdobramentos no processo de desenvolvimento e de planejamento nacional às questões regionais, abarcando o subprojeto de Desenvolvimento Agrícola do Banhado do Sombrio, na microrregião do Extremo Sul Catarinense. A contextualizar, as circunstâncias e tramitações interligadas levaram a concepção do Plano de Assentamento de Populações e corroboraram para estabelecer a primeira periodização da sua trajetória (figura 1, p. 32).

A essas tratativas perfaz apresentar um panorama sobre os mecanismos que nortearam o planejamento à política de integração nacional, aos planos e programas de desenvolvimento regional. Além disso, expõe-se como os movimentos em escalas superiores encadearam o processo de regionalização em Santa Catarina.

Como base, tem-se os elementos teóricos e as experiências que englobam as concepções de desenvolvimento e de estratégias de organização política e administrativa do Estado, pela criação de instituições públicas – como as superintendências de desenvolvimento regional - atuantes entre as três esferas de poder e a elaboração de planos nacionais e regionais. Sobre estas perspectivas, manifestam as dimensões e concepções materializadas em estratégias de cunho institucional, técnico e político que caracterizam o papel Estatal sob a questão. Compreendendo o Estado, sobre aquele que orienta e coordena o planejamento, de modo a guiar e articular este processo, os recortes históricos contextualizados expressam a organização institucional e administrativa do mesmo e as conotações sociais e políticas, que, em conjunto, reverberam sobre o que era estratégico para o país e guiam as ações estatais frente às distintas realidades regionais. Esta abordagem objetiva compreender a conjuntura e as dinâmicas econômicas e políticas que orientaram o desenvolvimento regional no país ao planejamento e ações de cunho espacial, setorial à microrregião do Extremo Sul Catarinense, adentrando na representatividade da proposta de desenvolvimento agrícola do banhado do Sombrio, no qual o PAP está inserido como primeiro setor de desenvolvimento.

Figura 1 – Primeira periotização da trajetória do PAP: diagnóstico a constituição do território



Fonte: Organizado e elaborado pela autora (2021)

2.1 PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ÀS QUESTÕES REGIONAIS

Antes de adentrarmos no objeto central da pesquisa, considera-se relevante discorrer sobre os elementos que visam contribuir e dialogar com as dinâmicas e categorias teóricas e empíricas, para que no decorrer do trabalho estabeleça-se uma periodização mais explicativa, que dará as condições a compreender a multidimensionalidade do tempo e espaço sobre o debate. As teorias, os modelos e os problemas sobre o desenvolvimento no Brasil se entrelaçam com as dimensões da política econômica, com as questões regionais e indubitavelmente, com a necessidade do planejamento estatal, o qual, ao estar presente nas relações políticas e das atividades econômicas, representa um caminho para as transformações regionais e integração nacional.

Em virtude das desigualdades e disparidades regionais no âmbito econômico, social e de infraestrutura, se faz necessário que o planejamento esteja como um eixo norteador para as diretrizes de ações em diferentes esferas (federal, estadual e municipal), sendo um balizador para refletir políticas públicas - setoriais, territoriais e socioeconômicas - de desenvolvimento regional. Para que de fato o sistema de planejamento seja interpretado nas distintas instâncias, é fundamental compreender a construção sociopolítica e econômica estabelecida, visualizar o panorama das complexas transformações estruturais. Para tal, os recortes históricos contextualizados manifestam a organização política administrativa do Estado. Trata-se de identificar quais influências estavam presentes sobre o que era estratégico para o país, interferindo nas ações estatais frente às distintas realidades regionais.

No contexto brasileiro, leva-se em conta as interpretações do processo histórico de formação socioeconômica do país, as quais embasaram a transição das bases produtivas de uma economia agrária para industrial. Neste sentido a construção do Estado-nação, a partir de 1930, mexe com as bases de interesses, com a hierarquia de poder, da lógica do Estado até então existente. Este, por sua vez, precisa abarcar todas as necessidades e estruturas que regem a sociedade, tanto no âmbito sociopolítico como no modo de produção.

Este processo complexo exige o estabelecimento de instrumentos que impulsionem a industrialização, considerando que esta não tem a ver apenas com a tecnologia, mas principalmente com a modernização, a transformação e a conjuntura das estruturas, em que, para que de fato o progresso exista, a indústria precisa de uma base social que estabeleça a construção do mercado capitalista na formação socioespacial, e que rompa com definições estabelecidas historicamente. O rompimento em sua totalidade é utópico e se manifesta em

estreitas relações (de interesses e de condições, por vezes contraditórias) entre a questão industrial e agrária para o desenvolvimento nacional. Nesse contexto, Moreira (1996, p. 38) aponta que “é a estrutura econômica da formação econômico-social que determina a organização espacial, mas é a conjuntura política que comanda seus movimentos”. Para essa análise conjuntural existem pontos de referência que, como citado acima, se entrelaçam – ou por certas influências – se rompem ou se (re)constroem.

Considera-se o termo “política” mencionado, pela sua conjuntura atuante manifestada pela presença, organização e coordenação do Estado, mesmo que incipiente durante a década de 1930. As distintas funções atribuídas ao Estado e as instituições políticas administrativas constituídas, pautadas pela técnica, foram alicerces nas décadas seguintes, tendo o planejamento como elemento condicional para a abordagem, o diagnóstico e as mediações do que era considerado estratégico, pensando na economia nacional.

A questão regional, atrelada aos contextos das condições de intenções do crescimento econômico e desenvolvimento brasileiro, esteve ligada especialmente após a Revolução de 1930 para a capacidade de geração da industrialização e integração nacional. Em termos da questão regional, entende-se que assim como as proposituras do Estado se apresenta em dimensões relativas, conduzidas pelas relações políticas, condições econômicas e/ou legislativas, e a partir destas, tomam novas estruturações. Estas abordagens vêm também transitar entre planejamento e política do desenvolvimento regional, para a formação do espaço social e produtivo ou, ainda, as conjunturas que englobam o processo de regionalização.

Para contextualizar a dinâmica do planejamento estatal às questões de desenvolvimento regional, é preciso atentar-se a alguns cenários que se conectam ao longo do tempo à formação e às transformações estruturais, ou seja, que refletem as forças e as relações do processo histórico de concepções e de estratégias nesse processo. Este olhar aos distintos cenários busca expor um panorama que contextualize questões fundamentais da dialética da formação econômica e social presentes no pensamento sociopolítico brasileiro e nas narrativas de constituição de Estado, compreendendo que:

A existência de um Estado atribui à formação social um quadro jurídico, político, fiscal, financeiro, econômico e social definido, tudo isso tendo como consequência o fato de que a estrutura econômica e social própria a cada país se torna um dado ainda mais específico, através de suas próprias transformações operadas sob o impulso de um sem-número de fatores internos e externos (SANTOS, 2004, p. 236).

Para tal, debruça-se sob o contexto da atuação do Estado amparado em uma estrutura formal e ao mesmo tempo subjetiva perante as forças de poder político que se

encontram nas diferentes esferas. Ambos com capacidades de tomada de decisões importantes à organização, à (re)produção das condições necessárias para o seu próprio sustento, material e cultural, ao crescimento econômico e ao desenvolvimento do Estado-nação, frente às conjunturas de cada tempo.

No quadro estrutural do país, a ferramenta do planejamento aparece primeiramente como equilíbrio de conflito entre as regiões e, em seguida, como pilar para que se tenha um diagnóstico aprofundado do cenário brasileiro e de suas condições setoriais e dinâmicas das estruturas, tendo, no Estado, o papel fundamental tanto no processo de articulação como decisório para a ação planejada. Desse modo, há a emergência da percepção e da complexa ação necessária em reformas - entre elas: agrária, distribuição de renda, inflacionária, crédito...- ao serem negligenciadas ou executadas no quadro específico regional e das camadas sociais, a inferirem ainda mais o caráter desigual (FURTADO, 1975a;1975b).

Nesta perspectiva, a formação da economia brasileira deveria considerar os movimentos presentes nas dimensões sociais e políticas como um processo de visão da conjuntura, do contexto à integração nacional. Sobretudo, deve visar um “aproveitamento mais racional de recursos e fatores da economia nacional” (FURTADO, 2005, p. 236), sendo “essencial a ativação do potencial produtivo interno e a integração dos mercados regionais, principais fatores de dinamização econômica” (FURTADO, 1992, p. 85). Na percepção das múltiplas dimensões sociais, as diferentes conjunturas multissetoriais tratam a concepção de desenvolvimento socioeconômico para além dos elementos econômicos, já o enfoque interdisciplinar, por consequência, não negligencia as estruturas sociais e instiga a formulação de políticas concretas a este certame (FURTADO, 1980). Abarca-se, assim, do conceito à prática, a um desenvolvimento socioeconômico que não só caracterize as intencionalidades técnicas e políticas das bases de governo ao crescimento econômico, mas que contemple e reconheça, em sua essência, a presença das heterogeneidades estruturais, exercendo um desenvolvimento regional com integração nacional.

Entendemos que o conceito de desenvolvimento está moldado em seu período e contexto inserido, inseparavelmente dos fatores intrínsecos da sociedade, da política e da economia de determinado espaço. Ainda, o conjunto de fatores para as reestruturações necessárias pauta-se em articulações não apenas de cunho econômico, mas também político. Estas articulações são inferidas pelas decisões administrativas de governo, construídas nas relações internas, com os poderes regionais, e externas, com influências dependentes e relacionais, que direcionam o nível de estabilidade política e econômica do país e revelam as intencionalidades ao desenvolvimento pelas estratégias empregadas.

2.1.1 Mecanismos institucionais ao planejamento estatal: breves considerações até o deflagro da Ditadura Militar em 1964

Ao abarcar um breve histórico das principais experiências de planejamento econômico que direcionaram as estratégias ao desenvolvimento regional, demarcaram-se as tendências do sistema político e econômico do país. A partir da Revolução de 1930 é que se estabelece a “ruptura política, e também, econômica, social e cultural com o Estado oligárquico” (IANNI, 1996, p. 30), pautada sobretudo na transição do poder das oligarquias regionais para o estado burguês, no sentido gradual a implantação centralizada do Estado Nacional, em que os comandos das políticas econômicas e sociais encaminham a centralização do Poder Executivo, subordinando parcialmente os núcleos regionais e locais das decisões (FIORI, 2001; IANNI, 1996).

A partir desse período, o Poder Executivo representou a hegemonia do Estado, a qual estava assegurada pelas bases constitucionais, dispondo de estrutura financeira, técnica, administrativa e política, para organizar, criar, e atuar nas diretrizes econômicas do país. Para tal, constrói-se uma complexa estrutura governamental, pautada em dimensões tecnocráticas, atuantes nas decisões e transformações econômicas e políticas que Ianni (1996) chama de tecnoestrutura estatal. O autor considera que a criação do Conselho Federal de Comércio Exterior em 1934 – que atuou até 1949 – trata-se do primeiro órgão brasileiro de planejamento governamental e manifestação clara da tecnoestrutura estatal que se configurou nos anos seguintes. Esse conselho tinha participação de uma equipe técnica e científica, com representantes do setor público e privado, trazendo debates e aspectos às questões complexas que o governo precisava enfrentar, orientando as decisões e as estratégias para as realizações governamentais.

Predominaram-se, a partir da década de 1930, tendências estratégias de desenvolvimento nacionalista, de modo que as ações resultavam não necessariamente de uma estrutura de intervenção estatal na economia, que se percorre a ser uma política de Estado. A partir das ações, planos e programas superficiais⁷, dar-se-á o ponto de partida para o progresso econômico e financeiro almejado, sendo guiado mais pelas pressões que surgiam do que propriamente por uma estruturação planificadora (IANNI, 1996; KON, 1999).

⁷ Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional em 1939; Plano de Obras e Equipamentos em 1943.

Para tanto, as tentativas de organizar a economia estavam inseridas em base predominante de racionalização do orçamento econômico com as relações internacionais⁸ e interesses do setor privado na economia. Diante da necessidade de estratégias de desenvolvimento econômico na conjuntura nacional e internacional, a participação e funções do Estado na economia entra em debate e a técnica do planejamento como possível ferramenta para guiar a política econômica aparece.

Foi uma combinação privilegiada de condições (economia de guerra, perspectivas de desenvolvimento industrial, problemas de defesa nacional, reestruturação do poder político e do Estado, nova constelação de classes sociais) que transformou a linguagem e a técnica do planejamento em um componente dinâmico do sistema político-administrativo. Ou melhor, a linguagem e a técnica do planejamento foram incorporadas de forma desigual e fragmentária, segundo as possibilidades apresentadas pelo sistema político-administrativo e os interesses predominantes do setor privado da Economia. (IANNI, 1996, p. 68)

No contexto histórico do planejamento regional brasileiro, mesmo havendo algumas articulações do Estado pela criação de instituições, as tentativas de planejamento estatal, do âmbito nacional alinhadas às questões regionais⁹, foram tímidas até o início da década de 1930. As dimensões ao tocante do desenvolvimento no Brasil estavam condicionadas basicamente às respostas do Estado e às tensões instaladas entre política e administração pelos agentes executivos, pela burguesia e pela elite agrária.

A partir dos anos 30, na visão de Octavio Ianni, estes conflitos seriam minimizados internamente no âmbito federal com a criação de instituições, visto que haveria um divisor entre administração e política, tendo ações administrativas de modo tecnocrata, racional e burocrático. Já a estruturação e reformulação de políticas públicas ficaria a cargo das relações dos agentes políticos com responsabilidade exclusiva do Governo Federal.

Com referência a essa perspectiva, cabe evidenciar que esse movimento permitiu ações setoriais e o estreitamento de laços entre as esferas, discutindo-se possibilidades de respostas do Estado pela presença ou não de atuações em determinadas regiões do país. Não se tratam de ações integradas e de um efetivo planejamento, mas sim da intencionalidade em

⁸ Com base na obra de Anita Kon (1999) e Octavio Ianni (1996), destaca-se algumas das articulações nacionais com influências estrangeiras a modo de gerir a economia e as estratégias nacionais de crescimento. Relatórios Simonsen, (1944-1945), nos diagnósticos da Missão Cooke (1942-1943), da Missão Abbink (1948). Já na década de 1950, destaque para a Comissão Mista Brasil-EUA (1951-1953) culminando no Plano Nacional de Reparelhamento Econômico (Plano Lafer).

⁹ São vários os estudos que relatam os marcos históricos do planejamento regional no país, destaque aos elaborados pelo Ministério da Integração Nacional Secretaria de Desenvolvimento Regional de 2012, e por Simone Affonso da Silva (2017). Ambos abordam a criação da Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), pelo Decreto nº 7.619, de 21 de outubro de 1909 e da Superintendência de Defesa da Borracha na Amazônia Decreto nº 9.521, de 17 de abril de 1912, como os primeiros instrumentos institucionais para ações regionais.

determinado setor da economia, que guiava as modificações das relações do Estado e dos poderes políticos no espaço regional. A exemplificar, tem-se as ações intervencionistas que ocorreram nos governos de Getúlio Vargas pela valorização do carvão nacional, em especial o de Santa Catarina, e pelo estabelecimento de atos regulatórios sobre controle de preços, subsídios, programas e planos governamentais, assim como a manutenção e expansão do setor (MORAES, 2003).

Em relação à questão regional na escala nacional, conforme explanado por Fernando César Macedo (2014, p. 29) que mesmo havendo no período um esforço para “quebrar o poder das elites regionais e de transformar questões locais/regionais em questões nacionais”, as condicionantes e as diretrizes constitucionais, apresentadas em 1934 e 1946, limitavam-se a traçar os problemas das secas do Nordeste e da emergência de gestão dos fundos de investimentos necessários. Neste sentido, Simone Uderman (2008) e Cardoso Júnior (2011, 2014), apontam que mesmo de modo incipiente, a constituição de 1946 trouxe o caminho institucional para consolidar o modelo “nacional-desenvolvimentista” ao papel do Estado, pois para vigorar este modelo era preciso tratar das desigualdades regionais, as quais, nas condições que se apresentavam, eram empecilhos para a integração do mercado interno, o progresso industrial e as transformações necessárias nas estruturas sociais e econômicas.

Ao tratar das possibilidades de minimizar os obstáculos das disparidades regionais, tendo o olhar da problemática da pobreza crônica e das secas periódicas no Nordeste, essencialmente nas relações deste estado com o Sudeste, Celso Furtado aborda que a questão central é essencialmente política, em virtude das tensões sociais e da luta de poder dos políticos regionais. Nesse sentido, ao mesmo tempo que a atuação de instituições regionais em um sistema articulado possa ser uma possibilidade para executar o planejamento e projetos essenciais com bases coletivas, também os interesses individuais tendem a fortalecer, tornando-se instituição meramente política, agravando a problemática social inserida e a ineficiência administrativa nas diferentes esferas (FURTADO, 1975a).

É possível criar as condições políticas para minimizar as heterogeneidades sociais e econômicas, em especial nas esferas regionais, e para isso é preciso ter um plano e para ter um plano é preciso ter planejamento. Deve-se ter um planejamento nacional que contemple um mercado interno que não gere mais desequilíbrios sociais, mas sim uma sociedade mais igualitária, mais homogênea. Nesse sentido, a democracia política era um valor essencial, até então, fora da questão. Assim, a partir da década de 1940, ganha-se força para a criação de empresas estatais e, principalmente, para institucionalização de órgãos regionais que trazem novos significados às estruturas e aos sistemas político-administrativos para as propostas

nacionais com atuação regional, como o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS)¹⁰; em 1942, o Banco de Crédito da Borracha S/A¹¹; em 1943, para a na região Centro-Oeste, a Fundação Brasil Central¹²; e a criação, em 1948, da Comissão do Vale do São Francisco (CVSF)¹³.

Nesse cenário, para Ianni (2000), o desenvolvimentismo e suas formas são demarcados a partir do momento que se apresenta a “coexistência de ciclos econômicos”, de modo que repercutirá as crises e os entraves da economia primária agroexportadora e as possibilidades e urgências da industrialização, estabelecendo um projeto de capitalismo nacional, direcionando os investimentos e enfoques às políticas de nacionalismo industrial. Tais aspectos se consolidaram entre 1930 e 1964, incluindo não apenas os aspectos citados, mas fecundando uma base social de coletividade, impulsionando “transformações econômicas que alteraram as relações e perspectivas da sociedade política” (IANNI, 2000, p. 64).

Para Bielschowsky (2000), a base originária e o processo do desenvolvimentismo pautaram-se em um “ciclo ideológico”, iniciado na década de 1930, centrado mesmo que timidamente e de modo limitado por um conjunto de ações de determinados grupos privados e técnicos do governo¹⁴, que regiam as instituições criadas no Governo Vargas. Em suma, as transformações do sistema agrário-exportador do final da década de 1920 e, essencialmente, a partir de 1930, propiciavam um ambiente político e econômico para novas experiências e dinâmicas do crescimento do país. De certo modo, suas estratégias não abarcavam as peculiaridades das estruturas sociais, contudo, instigavam novas dinâmicas. A partir de então, tendências de desenvolvimento nacionalista inseriam a intervenção estatal na economia. Mesmo com ações superficiais, dar-se-á o ponto de partida para o progresso econômico almejado.

¹⁰ Considerado a primeira instituição nacional para atuação regional, criado sob o nome de Inspetoria de Obras Contra as Secas - IOCS através do Decreto 7.619, de 21 de outubro de 1909, editado pelo então Presidente Nilo Peçanha, foi o primeiro órgão a estudar a problemática do semiárido. O DNOCS recebeu ainda em 1919 (Decreto 13.687), o nome de Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas - IFOCS antes de assumir sua denominação atual, que lhe foi conferida em 1945 (Decreto-Lei 8.486, de 28/12/1945), vindo a ser transformado em autarquia federal, através da Lei nº 4.229, de 01/06/1963. Disponível em: <<https://www.gov.br/dnocs/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/historia>>

¹¹ Em 1942 Banco de Crédito da Borracha S/A, em 1950 intitulado Banco de crédito da Amazônia S/A, e a partir de 1966 Bando da Amazônia S/A.

¹² Sua trajetória conforme tratada por Goulart Filho, Messias e Almeida (2011, 2013) altera-se em 1961, quando é criada a Comissão de Desenvolvimento do Centro-Oeste (CODECO). E a partir desta, em 1967 a Superintendência do Desenvolvimento do Centro Oeste (SUDECO).

¹³ Decreto-Lei nº 292, de 28 de fevereiro de 1967, cria a Superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE), extingue a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF). E em 1974, por meio da Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, criou a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf) em vigência até hoje.

¹⁴ Ianni (1996) e Bielschowsky (2000), trazem o movimento presente neste período da elite empresarial, juntamente com alguns membros técnicos do governo, civis e militares.

Dessa maneira, não se trata de uma plena política ou projeto de industrialização, mas de uma “consciência industrialista” que desloca sobre a necessidade de participação nas atividades e consolidação das políticas econômicas.

Não se pode afirmar que se tenha gerado no período um projeto de industrialização articulado e perfeitamente definido. Faltava coordenação entre os órgãos, recursos financeiros que permitissem uma continuidade mínima nos trabalhos e, sobretudo, uma diretriz geral de política econômica que cobrisse com um embasamento ideológico abrangente e definitivo suas atividades pioneiras de planejamento econômico (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 258).

Carlos Lessa (1982) corrobora com essa compreensão e entende que o projeto desenvolvimentista teve sua base real a partir de 1950, considerando que, até este momento, a consolidação de uma política econômica¹⁵ não estava clara e vigente, assim como a industrialização era vista como “não intencional”. Cabe salientar que, mesmo com as estratégias e projetos vigentes guiando ao Estado interventor, com a constituição de órgãos ligados à esfera federal, incentivando a industrialização e execução de políticas econômicas que guiavam a um projeto desenvolvimentista, a estrutura, por assim dizer, do planejamento técnico, político e articulado que cabe às dinâmicas hierárquicas, relacionais e funcionais presentes no fluxo do planejamento, só ocorre efetivamente após a Segunda Guerra Mundial.

O conjunto de fatores para as reestruturações necessárias pautava-se em articulações não apenas de cunho econômico, mas também político, inferidas pelas decisões administrativa de governo, construídas nas relações internas, com os poderes regionais, e externas, com influências dependentes e relacionais, que direcionavam o nível de estabilidade do país, especialmente após a Segunda Guerra Mundial. Nas entrelinhas, a questão estava em: como transformar e sustentar uma base econômica para a expansão industrial, com a estrutura social existente? Haja vista que o sistema de poder está orientado para preservar o sistema capitalista.

É preciso uma ruptura no sistema de centro e periferia, e esta tem que ter a presença e liderança do Estado. Trata-se de que o Estado tem de liderar a industrialização, pois o livre jogo das forças de mercado não é capaz de produzi-la sem revelar e agravar as incompatibilidades entre as premissas do sistema econômico e os reflexos nas heterogeneidades da estrutura social (FURTADO, 1975b, 1992; PREBISCH, 1964).

As dinâmicas e a intensidade das transformações são distintas no centro e na periferia, o que se revela uma “tendência latente para o desequilíbrio, que se torna mais aguda

¹⁵ Até este momento a “política econômica do período praticamente se reduz às práticas cambiais” (LESSA, 1982, p. 15)

com a intensificação do desenvolvimento econômico” (PREBISCH, 1964, p. 15). Por isso, o autor aponta que o processo de industrialização periférica é um movimento “sincrônico” entre as forças políticas, as estruturas sociais e as condições econômicas. O período pós-guerra abre fissuras para novas organizações e para possibilidades de planejamento às posições do mundo que se transformam. De modo a incentivar a cooperação econômica em uma esfera internacional, institui-se, em 1948, por decisão da Assembleia Geral da ONU, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe– CEPAL¹⁶. A partir desta, permitiu-se a composição teórica e empírica para a elaboração de estratégias de planejamento e estruturação das funções do Estado, para estabelecer planos de desenvolvimento nacional, com enfoque na indústria e nos eixos de infraestrutura.

Não significa dizer, como demonstramos até o prezado momento, que não houve ações de intervenção e de participação do Estado para os processos de interesses nacionais. Contudo, de fato, é a partir deste período que a CEPAL instiga aos países latino-americanos a tomarem uma postura ativa e interventora do Estado, tendo como recomendações as políticas econômicas, nas quais a industrialização era vista como a única forma de superar o subdesenvolvimento e a pobreza e, por este motivo, a mesma deveria ser planejada, apoiada e conduzida pelo Estado.

A concepção Cepalina¹⁷ no Brasil atuou de modo bilateral entre o crescimento econômico e o estabelecimento da categoria política para o processo de desenvolvimento, de modo a conectar as decisões sobre os centros dinâmicos para o crescimento nas propostas de integração do mercado interno, revelando a internalização dos centros de decisão, os quais o planejamento e a questão regional são representados pelo caráter desigual das áreas. Na relação estabelecida de centro e periferia, alinham-se a aspectos de interesses políticos e econômicos.

Assim, entre as décadas de 1950 e 1970, crescia a sedução da teoria do crescimento polarizado e as intervenções estatais eram consubstanciadas na chamada Teoria dos Pólos de Crescimento, de François Perroux; na causação circular, por Gunnar Myrdal; e nos efeitos encadeadores de Albert O. Hirschman. Com isso, permitiram-se a construção de uma política de integração nacional, a reestruturação da função do Estado, a inclusão da temática regional e a consolidação na década de 1970 à implementação de planos de desenvolvimento integrados, setoriais e regionalizados.

¹⁶ Atualmente, além dos países da América Latina e Caribe, fazem parte da CEPAL: Canadá, França, Japão, Noruega, Países Baixos, Portugal, Espanha, Reino Unido, Turquia, Itália e Estados Unidos da América.

¹⁷ A questão do planejamento e desenvolvimento regional aparece nas concepções teóricas como de François Perroux (Francês), Gunnar Myrdal (Sueco) e Albert O. Hirschman (Alemão) e nas atuações de Celso Furtado (Brasileiro) e Raul Prebisch (Argentino) as quais tiveram significativa influência nos países subdesenvolvidos.

Na década de 1950, considera-se o auge das discussões sobre o planejamento destinado a diminuir as disparidades regionais no Brasil, de modo que o sistema institucional para a estruturação de tais intenções de nível federal às políticas de desenvolvimento regional consolidou-se ao criar, em 1952, o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), o qual é considerado a primeira e principal instituição com esta finalidade. No mesmo ano surge o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE)¹⁸; em 6 de janeiro de 1953, a Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (Spvea), pela Lei nº 1.806¹⁹; em 1953, o Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobrás); e a partir deste período, como veremos a seguir, as Superintendências de Desenvolvimento Regional²⁰ (BOISIER, 1998; DINIZ, 2001; MESSIAS; GOULARTI FILHO, 2017).

Os atos de criação de importantes instituições, seja no âmbito nacional ou internacional, como exemplo a CEPAL, revelaram-se de modo direto ou indireto ao longo da trajetória a inferência ao processo de planejamento, controle e execução ao desenvolvimento nacional. Além disso, demonstram o papel singular do Estado como sendo o principal impulsionador e coordenador no diálogo das possibilidades entre as políticas econômicas nacionais e as demandas setoriais. Como princípio básico, tem-se

[...] que a superação do subdesenvolvimento não se daria a impulso das simples forças do mercado, exigindo um projeto político apoiado na mobilização de recursos sociais, que permita empreender um trabalho de reconstrução de certas estruturas (FURTADO, 1992, p. 74).

Tendo em vista que o Estado “não é uma entidade abstrata e incorpórea” (PREBISCH, 1964, p. 31), Prebisch traz a questão fundamental da racionalidade, juntamente com a interpretação da realidade no processo de planejamento, como precondições para a reestruturação das estruturas sociais, sob deliberação do Estado na clareza das condicionantes políticas para a efetividade ou fracasso do projeto de desenvolvimento.

Dessa forma, é imprescindível ter clareza ao tratar das dinâmicas e condições das estruturas (políticas, sociais, econômicas), as quais nem sempre, quer dizer, quase nunca, são

¹⁸ Atualmente BNDES, acrescentando-se o “S” de social;

¹⁹ Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia; extingue a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

²⁰ Para um contexto histórico econômico em Alcides Goularti Filho, Alcides; André Scholl Almeida e Talita Alves de Messias (2011) “Instituições e Desenvolvimento: Uma análise comparativa das Superintendências de Desenvolvimento Regional no Brasil 1970-1990”. Para uma abordagem institucional e política em Simone Affonso da Silva (2017) “O planejamento regional brasileiro pós-Constituição Federal de 1988: instituições, políticas e atores”.

lineares, pois são complexas e costumam ser contraditórias. E é na observação da estrutura em perspectiva histórica que os momentos de rupturas, contradições e transformações em diferentes níveis revelam a formação econômica e social em determinado recorte temporal e/ou na totalidade das variáveis presentes.

O ponto de referência, na formação da ideologia, estratégia, e projeto de transformações nas estruturas e nas relações de Estado e sociedade, está na base de uma visão politicamente engajada com a defesa e articulação da industrialização, sendo esta um instrumento a impulsionar elementos que levam a superar a pobreza e o subdesenvolvimento; com inserção, intervenção, orientação ativa do Estado, visto a inviabilidade das forças espontâneas de mercado; o planejamento estatal, estruturado, deliberado; a visibilidade clara das tendências e forças políticas presentes. Assim, abarca-se a ideia e a estratégia central ao desenvolvimento no período.

Para Celso Furtado, não se trata apenas de uma proposta ou análise puramente econômica, também envolve a observação em ampla perspectiva histórica, contendo questões institucionais, políticas e sociais, as quais, ao panorama brasileiro, caberia estratégias de modificações nessas estruturas - econômica-social - capazes de desenvolver uma política de desenvolvimento na conjugação favorável para enfrentar as mazelas do subdesenvolvimento (FURTADO, 1975^a;1975b). Em uma face em que a constituição de uma nação moderna estava pautada na lógica da inserção e da expansão industrial, o enfoque estava em gerar-se uma base produtiva forte para tirar o país do atraso econômico e lidar com a estrutura do mundo capitalista de centro-periferia estabelecido, de dominação e de subordinação do país.

No entanto, o progresso técnico não se reproduz em grau e ritmos iguais, os quais representam de modo desigual o alcance de condições minimamente dignas à população. Neste contexto de “progresso técnico”, ultrapassa-se a análise produtiva e insere-se a complexidade das características, a funcionalidade do termo e a prática da industrialização em uma sociedade, visto as transformações nas estruturas sociais, nas relações internas e internacionais e na difusão e influência econômica presente, nem sempre tão igualitária, equitativa e que atende as demandas e carências sociais ou instigue e preserve suas potencialidades.

Na América Latina não houve países que vivenciaram de modo dinâmico e equitativo a expansão industrial, o crescimento econômico, a distribuição de renda e a justiça social. Dessa forma, “a ideia largamente difundida de que existe uma lei de compensações entre o crescimento e a equidade não se sustenta, ao examinarmos a realidade empírica de um amplo leque de situações nacionais” (FAJNZYLBBER, 2000, p. 883). O ato de planejar e criar estruturas políticas e administrativas (instituições, autarquias, empresas estatais), aparece como

uma ferramenta que expressa as características e intenções técnicas e políticas para determinar setores em potenciais, direcionar o uso dos recursos financeiros e alcançar a superação das disparidades/desigualdades regionais, colocando como central a liderança e intervenção estatal (BIELSCHOWSKY, 2000; FONSECA, 2004, 2015).

A premissa contida no rol de preocupações e de debates dos governos aos desníveis regionais direcionou e reconfigurou a organização institucional, além da condução política, da ação estatal, com a expansão do território potencialmente produtivo, e das concepções de desenvolvimento. Os moldes de planejamento na articulação dos planos e metas da União, para programas e projetos destinados à integração dos sistemas regionais com a economia e o mercado nacional, assentaram os princípios do planejamento no país e a verticalização do planejamento em planos estaduais, articulados com os planos nacionais, em movimentos com diretrizes hierárquicas pela União até as demais esferas.

A dinâmica prática entre o equilíbrio e o desequilíbrio da complexidade da questão regional estabelecia-se pela presença de limites, envolvendo o grau de atuação e articulação do Estado frente às heterogeneidades e hegemonias das estruturas nos espaços produtivos, econômicos, sociais e políticos. De certo modo, esses espaços apontavam a importância e o direcionamento das interferências estatais, que funcionam como instrumentos de mediações no âmbito regional, e de modo bilateral, visam minimizar os problemas para potencializar os investimentos frente ao desenvolvimento nacional.

Sob esta ótica dos desequilíbrios e das desigualdades regionais, a emergência estava – e ainda permanece – em possibilitar condições estruturais para minimizar as disparidades socioeconômicas entre as regiões, compreendendo as diferenciações dos processos de formação econômica e principalmente da dinâmica social e política presente em cada espaço. Os planos nacionais a partir da década de 1950 direcionam as estratégias e as ações do Estado em prol de uma integração econômica nas áreas periféricas em relação ao pólo nacional. Ou ainda, a construção de pólos mesorregionais para a promoção desse equilíbrio de setores vitais para a economia e para a promoção do desenvolvimento do país.

Entre os fundamentos da aceção às estratégias de desenvolvimento regional, estudos²¹ apontam que práticas efetivas de coordenação em eixos mais heterogêneos e contínuos para o planejamento Estatal, no contexto regional, foram inseridas particularmente durante o governo de Eurico Gaspar Dutra, no segundo governo Vargas e, principalmente, no governo Juscelino Kubitschek (JK). Na esfera estadual, Santa Catarina, baseado no Plano

²¹ Cardoso Júnior (2011, 2014); Ianni (1996); Kon (1999); Messias; Goularti Filho (2017); Resende (2014); Silva (2017).

Federal de Obras e Equipamento, que vigorou de 1943 a 1946 e no Plano SALTE²², de 1949 a 1954, elaborou sua primeira experiência com o Plano de Obras e Equipamentos (POE), investimentos centralizados em estradas e rodagens e energia. No âmbito educacional e de saúde os recursos aplicados foram próximos de 10% (MATTOS, 1973).

Em uma perspectiva inter-regional, o Estado cria uma série de órgãos estratégicos para a economia. Entre eles destacamos a Secretaria da Agricultura, em 1953, e a Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina (ACARESC), em 1956 (MARCON, 2000, 2009). Porém as ideias cepalinas pouco se firmavam nos planos e programas gerados nesse período, criando a mesma dimensionalidade de poder das oligarquias e a base dos polos centrais de industrialização, sem inserção de mecanismos internos regionais para a integração da economia frente às heterogeneidades das estruturas, em prol de um desenvolvimento baseado na industrialização e na questão agrária.

Os trabalhos realizados pelo Grupo Misto BNDE/CEPAL deram sequência para as bases do Plano de Metas (1956-1960) de JK, expandido os investimentos a indústrias de máquinas, equipamentos e automobilística, de modo que por uma política industrial fosse possível promover a diversificação da indústria brasileira, em um singelo retorno da discussão da década de 1930 sobre a importância do capital estrangeiro para o financiamento da industrialização brasileira, abarcando o cânone sobre o estado de dependência e das condições destas sobre a política econômica (IANNI, 1996; RESENDE, 2014). Nesse período, no âmbito nacional, com a adoção do planejamento, as funções do sistema político tomam contornos mais complexos. Formaliza-se o Conselho de Desenvolvimento pelo Decreto nº 38.744, de 1º de fevereiro de 1956, tendo entre suas atribuições e competências investigar e preparar medidas por meio de projetos de leis, de decretos e de atos administrativos à coordenação e fomento da política econômica do país, em prol da eficiência das atividades governamentais na pluralidade de setores econômicos.

No tocante de ações regionais, por meio da Lei nº 2.976, de 26 de novembro de 1956, criou-se a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região da Fronteira Sudoeste do País (SPVERFSP)²³. Entre seus principais objetivos estava o de integrar suas áreas de atuação (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso) na economia nacional,

²² Plano SALTE, princípios de atuação: Saúde, Alimentação, Transporte e Energia.

²³ Com o Decreto-Lei nº 301, de fevereiro de 1967, foi extinta a SPVERFSP e criada a Superintendência do Desenvolvimento da Fronteira Sudoeste (SUDESUL); Pela Lei nº 5.365, de 1º de dezembro de 1967 alterou sua área e jurisdição passando a ser constituída na integralidade dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. E o Decreto lei nº 576 de 8 de maio de 1969, modificou novamente o nome, passando a denominar-se: Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL). A qual será foco desta pesquisa e detalhado aspectos institucionais e estrutura operacional.

mediante diversas atividades vinculadas à educação, à cultura, à saúde, à valorização da terra, ao incremento da produção, à expansão das vias de comunicação, ao abastecimento, à industrialização e à eletrificação, seguindo as diretrizes do Plano de Valorização da Região, com duração de vinte anos e subdividido em quatro programas quinquenais (BRASIL, 1956b; MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1967).

De fato, a intervenção federal nas regiões brasileiras mais atrasadas deu-se a partir da criação do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), sob coordenação de Celso Furtado, com base nos fundamentos da CEPAL. O documento intitulado “Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste”, de 1959, marca a perspectiva de desenvolvimento regional do Nordeste, que posteriormente se reconfigura para reformulações ao aspecto brasileiro. Diniz (2001) aponta que este estudo envolvia, entre outros aspectos, tratar das “dicotomias sociais”, das realocações do processo industrial e econômico, da transformação da agricultura e tratamentos sobre a fronteira agrícola.

Abarcando a principal abordagem teórica e concretude prática acerca das desigualdades regionais, com vista as problemáticas na ordem econômica e política, ocorre a transformação do GTND em Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO) e, em dezembro de 1959, pela Lei nº 3.692, cria-se a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Para Octávio Ianni (1991) a criação desta superintendência vinculava-se ao objetivo de controlar as tensões sociais, políticas e econômicas presentes na região Nordeste. Conforme tratado por Simone Affonso Silva (2017), expressa-se uma nova dinâmica das relações políticas e econômicas na região. Ou ainda, como Simone Uderman (2006, 2008) trata em seus estudos, a SUDENE marca uma narrativa sobre o modelo de intervenção regional associado ao governo federal, fortalecia em certa medida a hegemonia de poderes das elites regionais e apresentava o roteiro aos princípios desenvolvimentistas.

Nesse contexto, é importante ressaltar que a partir da criação de instituições como a SPVERFSP e a SUDENE, tem-se um binômio sobre o poder do território até então em evidência pelas forças dominantes das elites políticas e econômicas regionais. Trata-se dos mecanismos de centralização de controle decisório e político ao executivo federal, em virtude da sua hierarquia estrutural sobre as demais esferas. Por outro lado, de maneira concomitante e contraditória, a atuação das superintendências possibilita um processo de interlocuções entre os poderes, sendo perceptível o impulso das primeiras mudanças estruturais ao novo modelo de desenvolvimento em direção ao contexto regional.

Nesse sentido, emergiu a necessidade de uma nova organização com diretrizes a políticas de planejamento com objetivo a integração nacional, mas também dos próprios entes

federados, em especial na escala estadual. Segundo Goularti Filho (2016), até 1960 a vigência de políticas independentes para cada região ou município de Santa Catarina tinha como consequência a não visibilidade do panorama da problemática e potencialidade em áreas centrais ao desenvolvimento, fato que também transitava em passos lentos nos planos da união.

Na linha de criar condições regionais ao desenvolvimento, Santa Catarina elabora em 1961 o Plano de Metas do Governo (PLAMEG), criado no governo Celso Ramos (1961-1965). O PLAMEG foi elaborado com base no diagnóstico representativo das condições e possibilidades do Estado, envolvendo a Federação das Indústrias de Santa Catarina (FIESC), a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) e os líderes e representantes regionais e locais. Também foi apresentado e discutido em 1959, no Seminário Socioeconômico promovido pela FIESC, em que, na ocasião, Celso Ramos era presidente. De modo estratégico, as discussões e encaminhamentos deste foram a base do I PLAMEG (GOULARTI FILHO, 2016; MARCON, 2009).

Os setores tidos como relevantes foram refletidos na criação e no fortalecimento de instituições, a exemplo da educação com a criação da Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC). Ainda, houve investimentos nas redes de telecomunicações e energia, com a ampliação da atuação das Centrais Elétricas de Santa Catarina (CELESC) e das cooperativas rurais de eletrificação. Em relação ao campo econômico, houve o incentivo financeiro na economia, com a criação do Banco de Desenvolvimento do Estado (BDE), que depois deu origem ao Banco do Estado de Santa Catarina (BESC). Também houve a integração das regiões com a expansão da infraestrutura de rodovias (GOULARTI FILHO, 2016; MARCON, 2009; MARTIGNAGO, 1981; SCHMITZ, 1985).

Notabiliza-se o período como marco de institucionalização do planejamento governamental no estado Catarinense, o que alterou as relações políticas e o exercício administrativo da gestão pública pela montagem da estrutura tecnoburocrática. De certo modo, ao espaço regional apercebe-se como espaço de poder e decisão (SCHMITZ, 1985).

Segundo Marcon (2009), em Santa Catarina as ideias cepalinas não ganharam forma e revelaram a intervenção do Estado via estratégia industrial pelo instrumento de polarização como condição para o crescimento econômico ao caráter de homogeneização e, assim, de regionalização territorial estabelecida. A este certame, quando alinhado ao ato de planejamento em prol do desenvolvimento mais equilibrado e equitativo, de certo modo, instigam novos caminhos e rumos da economia industrial Catarinense, trazem certo grau relativo de crescimento econômico, mas certamente potencializam o desenvolvimento desigual sob as variáveis locais, quando não integrado, contínuo e sendo parte da proposta de Estado.

É oportuno destacar que em 1963 via o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963-1965) elaborado por Celso Furtado, então Ministro Extraordinário para o Planejamento durante o governo de João Goulart, houve uma estratégia conjuntural em nível nacional tangenciando aos aspectos regionais. Ao estabelecer um conjunto de propostas embasadas em um amplo diagnóstico da situação do país.

Buscavam-se como alternativas, para a recuperação da economia, implementar medidas que envolvessem mais diretamente os aspectos de justiça social e a estrutura agrária brasileira, refletindo a reorientação do papel do Estado como agente mediador e participativo na economia, intensificando investimentos setoriais (BRASIL, 1962) e, no desafio destas propostas, a “estabilização macroeconômica com a preservação do crescimento” (RESENDE, 2014, p. 10)

As modificações estruturais dentro de setores como o industrial e o agrícola buscavam o aumento do crescimento econômico articulado à elevação da renda. De modo, a desenvolver as distintas áreas do país e a reduzir as disparidades regionais de níveis de vida (BRASIL, 1962, p. 8).

Havia um entendimento explícito neste sentido:

[..] desigualdades regionais de níveis de vida de mais difícil solução são aquelas que decorrem do isolamento entre áreas econômicas, ou de graus diversos de integração dessas áreas com os mercados externos. No caso brasileiro as desigualdades presentes são causadas por estes dois fatores combinados, em grau crescente, com efeitos indiretos da concentração dos investimentos industriais. Algumas subáreas permanecem por muito tempo praticamente isoladas, sendo o seu baixo nível de vida consequência direta das rudimentares técnicas de produção que ainda aplicam. (BRASIL, 1962, p. 82-83)

Contudo, entre os desafios, estavam as limitações institucionais, o gerenciamento e a ação do próprio Estado. O plano trienal estava na pauta como uma tentativa de organização da estrutura política e da integração nacional. O plano reconhece a problemática da questão agrária no país e a presença de fatores (estrutura fundiária, pobreza social e econômica de mercado) que condicionam ao “atraso relativo da agricultura brasileira” (BRASIL, 1962, p. 140). As reais evidências do período traçam um quadro de pobreza das populações rurais, a deficiência na estrutura agrária e uso da terra, culminando a dualidade de um atraso mediante a pobreza e uma modernização das bases capitalistas no aprimoramento tecnológico. Estes, por sua vez, não são isolados, pois se complementam e se intensificam.

Desse modo, as distorções entre os setores (agrícola e industrial), as possibilidades de expansão da produção de alimentos e as escalas do processo de industrialização – visto que

a inserção das demandas do setor agrícola (fabricação de máquinas e equipamentos, adubos, defensivos...) ainda era incipiente na indústria –, tornaram-se essenciais ao ponto central de setores que conduzem ao processo de desenvolvimento do país. Segundo o plano,

A atual estrutura agrária do País erige-se, assim, em grave empecilho à aceleração do desenvolvimento da economia nacional, impondo-se o seu ajustamento às exigências e necessidades de progresso da sociedade brasileira (BRASIL, 1962, p. 149).

Por isso, “a agricultura, mais que qualquer outro setor de atividades econômicas, exige uma atenção permanente do Governo” (BRASIL, 1962, p. 161), de modo que mecanismos governamentais, como incentivos, pesquisa e fomento à agricultura, venham conferir condições mínimas de estabilidade de renda ao agricultor e orientação produtiva.

Nas diretrizes finais do Plano Trienal fica evidente os encaminhamentos à reforma agrária, ao passo de dar equilíbrio ao debate da situação arcaica da estrutura agrária brasileira e a centralização do latifúndio, ou ainda, das tendências entre a funcionalidade da agricultura como impasse e/ou impulso ao desenvolvimento econômico nacional, em que “a política de desenvolvimento regional não deve visar a uma localização das atividades econômicas que acarrete aumento do custo social do desenvolvimento nacional” (BRASIL, 1962, p. 85). Busca-se, de certo modo, por meio do planejamento, a “hierarquização de problemas, a fim de criar condições para que, dentro de uns poucos anos, possam ser introduzidas técnicas mais eficazes de coordenação das decisões” (BRASIL, 1962, p. 17). Eram explícitas as preocupações decorrentes quanto ao prazo, às articulações, às ações efetivas e às condições institucionais para vigorar o referido plano, não apenas por isso, mas também pelos modelos e propostas que o antecederam.

O Plano Trienal, que deveria ser executado nos anos 1963-1965, foi o primeiro instrumento de política econômica global e globalizante, dentre todos os formulados até então pelos diversos Governos do Brasil. Em comparação com os planos, programas, comissões, institutos, departamentos e superintendências criados pelos Governos anteriores, o Plano Trienal correspondeu a uma fase mais avançada de elaboração conceptual e analítica (IANNI, 1996, p. 209).

O plano pautava-se na ótica da problemática do subdesenvolvimento de Celso Furtado, que contemplava não apenas o papel fundamental do Estado, mas o planejamento como instrumento para possíveis reformas de cunho estrutural e institucional. Estava embasado em estudo amplo das situações reais nas perspectivas práticas dos desequilíbrios, além do mais, tinha convergência com as experiências e proposições da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), conforme tratamos anteriormente. No entanto, refletia e demandava a

centralização das decisões e o fortalecimento dos instrumentos de planejamento e a consolidação da tecnoestrutura, sendo incompatível com a divisão e estrutura política e administrativa até então vigente (CARDOSO JR., 2011; IANNI, 1996). Em consequência disso ficaram apenas as intenções expostas, não houve nenhuma execução efetiva, mesmo havendo significativa relevância no contexto da política econômica brasileira e na emergência social de respostas do poder público.

É preciso considerar que, frente às problemáticas e questões que estão em pauta para serem incluídas na agenda pública e, assim, seguir os possíveis trâmites envolventes entre procedimentos e tangibilidade de atuações estatais, estão um conjunto de intenções, que vigorarão ou não em decorrência do ato decisório. Com isso, a não decisão de inclusão na agenda, ou de fomento a específicas propostas, revela o jogo entre opiniões e ações contrárias do bloco de poder presente que, ao serem negadas, negligenciadas, seja no debate ou na oposição da proposta, manifestam a intensidade das articulações dos agentes políticos na condução à hegemonia dos interesses envolvidos. Ainda, há uma problemática ainda maior, visto que os fatos não deixam de existir porque são ignorados.

Para tanto, se faz necessário inserir condições contidas no processo de formação social e econômica na perspectiva histórica, as quais revelam as múltiplas dimensões e conjunturas, assim como as limitações em estabelecer as interações inerentes à sociedade em tratar elementos econômicos e não econômicos, tanto para superar o subdesenvolvimento, ou para um projeto nacional de desenvolvimento. Ademais, a concepção de desenvolvimento está atrelada à base de planejamento pela estrutura social e pela atuação na formulação e consolidação de políticas (FURTADO, 1975a, 1992).

No período ditatorial²⁴ que sucederam as fases apresentadas até então, vigoraram decisões centralizadoras e autoritárias em prol da expansão industrial, do dinamismo do mercado interno, da segurança nacional, da ordem e do controle social, sobre regimento da esfera federativa hegemônica. Conforme discorre Fonseca (2004), em sua publicação “Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil”, com referência ao discurso proferido por Getúlio Vargas, ao assumir a Presidência do Rio Grande do Sul, em 1928:

O emprego da palavra marcha não é fortuito: ajuda a revelar que o desenvolvimento não brotaria espontaneamente, deveria resultar de decisão organizada, implementada com determinação e disciplina; requeria sacrifícios (“desbravar”), legitimava-se por

²⁴ Para aprofundamento da dinâmica política e suas vertentes nas estruturas sociais, tratam-se como exemplo as obras de Paula Beiguelmam “O Pingo de Azeite: A instauração da Ditadura” (1994); de Carlos Ibarra “Dictaduras, tortura y terror en America Latina” (2001); e de Felipe Victorino Serrano, “Estado, golpes de estado y militarización en América Latina” (2010).

princípios iluministas (“civilizadora”) e exigia a sua frente governos fortes e – quem sabe? – ditatoriais. Fazia-se mister o estabelecimento de nova relação entre o Estado e os responsáveis diretos pela produção, a fim de, em um pacto, ambos cooperarem para a expansão das atividades produtivas e fortalecerem-se para enfrentar as consequências nefastas do mercado (FONSECA, 2004, p. 18).

Um período demarcado sobre um viés centralizador de crescimento econômico, incapaz de preocupar-se com os impactos e o preço social acumulativo, quanto a degradação das condições de trabalho, o declínio dos direitos sociais perante o avanço do poder político e econômico. As discussões sobre os reflexos de um regime arbitrário de integração com a internalização dos mercados, repercute entre outros retratos, aos significativos retrocessos em prol da justiça social, e de serviços e direitos minimamente essenciais e renegados e com impactos de longa duração a população.

Com o Golpe Civil Militar de 1964, instaura-se no país, o planejamento centralizado e a intervenção estatal em modos mais diretivos, ou melhor dizendo, centrados em arcabouço jurídico, administrativo e político voltado à dita segurança nacional e à intensificação das autarquias de desenvolvimento regional. Insere-se o primeiro ciclo de planos e programas instituídos pelo regime militar, o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) de 1964 a 1966; no mesmo período, estabelece-se em uma articulada frente dos entes federados um sistema nacional de desenvolvimento integrado; em 1967, promulga-se a reforma à consolidação da capacidade técnica e hegemonia do Poder Executivo, dá-se a institucionalização das superintendências regionais, ato visto como político e estratégico para organizar, articular e coordenar a apropriação do espaço e das bases políticas regionais, pela esfera federal. Ainda, o viés de planejamento e desenvolvimento nacional da questão regional é exequível, de modo distinto do que havia em perspectiva até então. O período marcado por projetos tecnocratas deslumbrava a organização do território a partir da intervenção estatal em determinados campos que passariam a se tornar “pólos regionais” estabelecendo forças para manter determinados fluxos produtivos.

2.1.2 A política de integração nacional no espaço regional

A premissa do planejamento como elemento técnico institucionalizado às diretrizes das ações governamentais, como cooperação em prol do progresso da capacidade de superar o subdesenvolvimento na América Latina referenciado pela ONU, CEPAL e UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), entooou na esfera pública de modo regulamentado apenas por meio do Decreto-Lei 200, de 25 de fevereiro de

1967. Até então, o ato de planejar era visto como peça unicamente política e que se materializava em esforços isolados, em ações setoriais, entre as décadas de 1950, e entre os entes federados e algumas inserções no âmbito da União, em meados de 1960, sem ter de fato uma coordenação responsiva de planos regionais e nacionais.

O decreto supracitado, em seu Art. 7º, formaliza a obrigatoriedade das ações governamentais terem como diretriz seguir um “planejamento que vise a promover o desenvolvimento econômico-social do País e a segurança nacional, norteando-se segundo planos e programas elaborados” (BRASIL, 1967a, on-line) os quais seriam instrumentos básicos para ações gerais, setoriais e regionais. Neste mesmo decreto, estabelece-se a organização da administração pública e, com isso, a criação do Ministério do Interior, com papel central de coordenar e de planejar o espaço regional.

As Superintendências de Desenvolvimento Regional, no Brasil, a partir do decreto Lei nº 200, são consideradas autarquias, instituições autônomas da Administração Indireta, criadas por lei, com personalidade jurídica. Possuem patrimônio e receitas próprias, para ações setoriais e regionais, e sua viabilização requer descentralização da gestão administrativa e financeira. Cabe ressaltar que essas superintendências, assim como outras instituições referenciadas anteriormente, foram implementadas, a partir da década de 1950, na busca por superar as disparidades regionais, potencializar o desenvolvimento nacional ao integrar setores da economia e parear as discussões políticas administrativas entre as esferas sobre a centralidade da União. Dessa maneira, oportunizam-se condições que venham a potencializar áreas e populações, visando a redução das disparidades regionais, sobretudo a integração nacional.

De modo geral, esta década representou significativas participações do Estado na economia e na criação de órgãos, instituições e empresas estatais, tendo como eixo central a garantia de integração econômica nacional, pela hegemonia e centralização das ações de planejamento na esfera federal, relutando com as peculiaridades políticas do âmbito regional (MESSIAS; GOULARTI FILHO, 2015; MARCON, 2009; SILVA, 2017). No entanto, é no período ditatorial na primazia militar, em prol da defesa do território nacional e a necessidade de amplo controle, que a implementação do planejamento fica evidente, e as estratégias nacionais para o desenvolvimento e integração regional ganham formato e se manifestam pela intensificação de ações e de investimentos nas superintendências.

Por isso as superintendências foram repensadas, extintas e recriadas com outras nomeações e novas atribuições: A SPVEA foi transformada em Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em 1966, e em 1967, foi criada a

Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) [...] (MESSIAS; GOULARTI FILHO, 2015, p. 303).

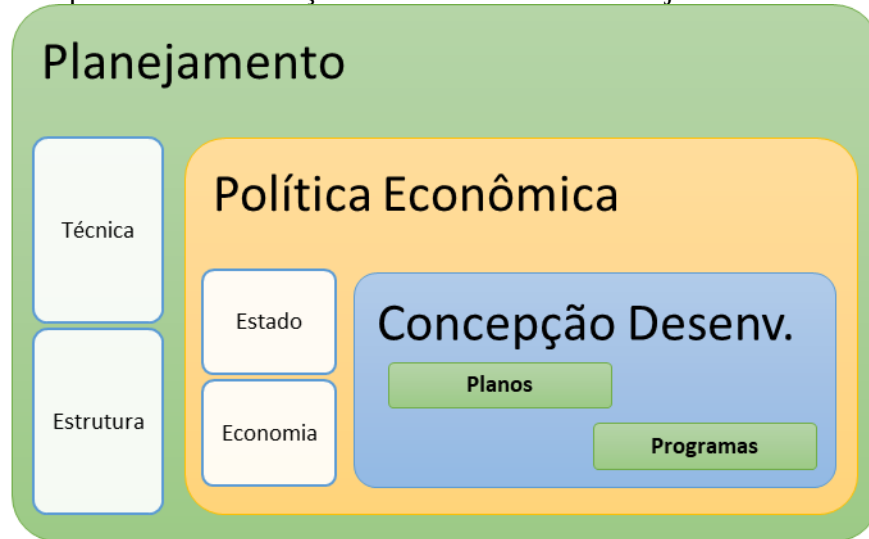
A Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região da Fronteira Sudoeste do País (SPVERFSP), entre 1956 e 1967, tinha como área de abrangência o Estado do Mato Grosso do Sul e parcialmente os territórios dos estados do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Em 1967, por meio do Decreto-Lei nº 301, de 28 de fevereiro, constituiu-se como autarquia federal, sendo conhecida como SUDESUL - Superintendência do Desenvolvimento da Fronteira Sudoeste. Em dezembro do mesmo ano, pela Lei nº 5.365, tem sua área de atuação alterada, contemplando inteiramente os três estados da respectiva região Sul (anexo D, p. 286), passando a chamar-se de Superintendência da Região Sul, e pelo Decreto Lei nº 576, de 8 de maio de 1969, altera-se novamente seu nome e firma-se como Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL).

A instituição das competências e a reorganização do Ministério do Interior, em 16 de julho de 1970, pelo Decreto nº 66.882, inserem as superintendências de desenvolvimento vigentes no território nacional, como instituições públicas com atribuição para conduzir os programas regionais, de modo que as decisões administrativas exerçam relativo equilíbrio entre as demandas oriundas das problemáticas regionais e as influências – hegemônicas – do sistema político administrativo no espaço. A vinculação de instituições públicas atuantes em estratégias integradas em espaços homogêneos, em áreas polarizadas e centralizadas, marcou a lógica regional estabelecida após a década de 1960 perante as diretrizes de planificação.

O esquema a seguir deseja representar as interlocuções com base em autores que consideram que um planejamento estatal de forma clara, vinculando-se às finalidades, aos objetivos e à projeção temporal (prazos), exigindo técnica de governar administrativamente por meio de recursos humanos, investimentos infraestruturais e econômicos (FURTADO, 2002; MIGLIOLI, 1982).

As relações entre estado e economia situam a política econômica (IANNI, 1996), a qual manifesta-se no desenvolvimento de planos e programas (MIGLIOLI, 1982), ou seja, podemos refletir que o planejamento governamental se trata da coesão entre o caráter técnico e a estrutura política das relações entre os poderes no âmbito estatal manifestado na prática, principalmente, por meio de seus planos e ou programas, aqui enquadrando estes para a execução do desenvolvimento nacional e transformações regionais.

Esquema 1 – Construção das Dimensões de Planejamento Estatal



Fonte: Elaborado pela autora (2021), com base em Furtado (2002), Ianni (1996) e Miglioli (1982).

O Estado se apresenta como elemento (institucional e político) central para a (re)estruturação da política econômica. Sobre esta, sua caracterização, conceito e estratégias adotadas por governos, Pedro Cezar Dutra Fonseca aponta que podem ser classificadas como:

i) as políticas-meio, [...] as quais constituem instrumentos manipulados pelos formuladores de políticas visando à estabilidade macroeconômica; ii) as políticas-fins, formuladas ou implementadas para atingir objetivos conscientemente visados em áreas específicas, como as políticas industrial, agrária, tecnológica e educacional (quando vinculadas a objetivos econômicos); e iii) as políticas institucionais, as quais compreendem mudanças legais, nos códigos e nas regulamentações, nas “regras do jogo”, na delimitação dos direitos de propriedade, nos hábitos, preferências e convenções, bem como na criação de órgãos, agências e empresas públicas, ou mesmo privadas ou não governamentais, desde que dependam de decisões estatais (FONSECA, 2015, p. 8).

Na prática, assegura as relações destas estruturas (política, técnica e econômica) que refletem diretamente em bens, serviços, infraestrutura de base (transporte, energia, sistemas hídricos) e geração de investimentos em setores estrategicamente interessantes no âmbito nacional. Logo, tão somente a dimensão técnica-administrativa não atende todas as demandas do planejamento. Por conseguinte, o Estado, como agente planejador, compõe-se de influências de elementos dependentes e relacionais. Entende-se como dependentes as estruturas das políticas econômicas (nacionais e internacionais) e relacionais pelas forças (ideológicas, partidárias...), as quais têm manifestações práticas formalizadas por planos, programas,

projetos, políticas públicas e outras ações de governo²⁵ ou de Estado, de modo a envolver diretamente as relações das estruturas políticas, econômicas, sociais e institucionais em determinado espaço. Segundo Cardoso,

[...] a decisão de planejar é política, no sentido de que por intermédio da definição dos planos se alocam “valores” e objetivos junto com os “recursos” e se redefinem as formas pelas quais estes valores e objetivos são propostos e distribuídos. Assim, passa-se de um modo “tradicional” de definição de prioridades e distribuição de recursos, baseado, por exemplo, nas esferas de influência (entre os Estados, os Partidos e a Administração) e na continuidade do sistema político através do sistema eleitoral, para um modo “racional” de proceder, graças ao qual se diagnosticam as carências, se escolhem os objetivos e se definem os meios a serem empregados, segundo regras e procedimentos aceitos como razoáveis por um conjunto de técnicos (embora sirvam, obviamente, para a reorganização do sistema do poder em benefício de uns partidos, grupos e líderes contra outros) (CARDOSO, 1970, p. 171).

Por conseguinte, as pautas e ações de desenvolvimento para “ditas” soluções nacionais às problemáticas regionais são técnicas e políticas e, assim, orientam a estrutura política econômica que permite direcionar as ações públicas. O planejamento não se explica e acontece apenas um aspecto, pois reúne o caráter funcional, técnico, burocrático, que está inserido no aparelho estatal²⁶, sua concepção de origem e prática, remete ao propósito, às contradições e aos limites das relações dos atores²⁷ dos processos políticos e sociais em diferentes esferas. O efetivo ato planejador trata-se da concretude destas relações em estruturas materiais bem definidas de diagnóstico, análises e metas, visando propósitos de escala multisetorial, atuação multidisciplinar para elaboração, coordenação e execução das etapas. Esses aspectos tornaram-se marca central de alguns governos. Essa postura se manifesta pela organização racional das propostas dos planos, programas e projetos como procedimentos públicos conduzidos por um conjunto de documentos que fornecerá direções, limitações e incentivos para viabilização do planejamento estatal no âmbito local, regional e nacional.

²⁵ A concepção de governo está atrelada aos agentes públicos inseridos nos poderes (executivo, legislativo e judiciário) mediante eleições.

²⁶ Entende-se por aparelho do estatal a composição do governo e da estrutura organizacional do Estado atuante nos três poderes e nas esferas municipais, estaduais e União/Federativa, considerando como um aparato político-governamental.

²⁷ A abordagem teórica, em sua grande maioria, traz como terminologia atores políticos. Faz-se a escolha em tratar, quando possível, no decorrer do trabalho, pelo termo agentes/sujeitos políticos, entendendo-os como parte integrante das estruturas (sociais, econômicas, políticas) e/ou parte da burocracia estatal (servidores e políticos de carreira), e não como “figurantes”. Eles estão presentes em partidos, instituições e empresas estatais/privadas, nas relações pessoais, articulações e influências para apoio e recursos nas tomadas de decisões.

2.1.2.1 Os programas do governo ao desenvolvimento econômico e social sob critério de regiões homogêneas e polarizadas

A discussão brasileira, baseada em critérios nas dimensões técnicas e das políticas econômicas, direcionou o planejamento e as políticas nacionais e regionais a um processo de regionalização nos territórios. No período de 1964 a 1966 vigorou o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), que já recomendava que os planos de desenvolvimento regional deveriam integrar um planejamento maior, no caso observando e subordinando-se aos princípios dos planos e programas de desenvolvimento nacional.

No período (1964-1970) que se constituiu o Plano Decenal de Desenvolvimento Social e Econômico e o Programa Estratégico de Desenvolvimento Econômico, infere-se uma análise documental sobre estes e constata-se a centralidade na integração e segurança do território marcado pela estratégia militar, na estruturação de unidades políticas e de mercado nacional. Em movimentos contraditórios as bases políticas do espaço regional, a partir da década de 1960, desencadeiam uma série de articulações em questões de interesse comum, entre elas o estabelecimento de consórcio e associação dos municípios, no fortalecimento das reivindicações às demandas locais e microrregionais, um modo operante que também se firmam as bases de poder.

Osvaldo Ferreira de Melo (1972), em seus estudos sobre os aspectos jurídicos e institucionais do planejamento microrregional, atenta que neste movimento de formação destas entidades, infelizmente, muitas não estiveram constituídas sob a orientação de órgãos federais ou estaduais responsáveis, “disciplinando os aspectos jurídicos que envolvem essas figuras de direito privado, integradas por instituição de direito público” (MELO, 1972, p. 37). Por estarem territorializadas, as parcerias explicitam conjunturas relativas ao espaço, formando dinâmicas favoráveis e integradas, a fim de solucionar problemáticas, ampliar discussões e apoios às demandas. Contudo, é preciso se ater quanto a capacidade e autonomia jurídica e financeira que lhe cabem, sendo imprescindível a intercooperação com as demais esferas.

Os movimentos municipais no estado Catarinense foram considerados referência nacional ao desencadear múltiplas inter-colaborações de redes políticas na esfera estadual vinculadas em sua maioria aos organismos federativos (MARCON, 2012; MELO, 1972). O estabelecimento de vínculos locais consolidaram um caminho para a construção dos planos de desenvolvimento integrado que contava com o financiamento, o acompanhamento e a fiscalização do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERPHAU), instituído por meio da Lei Federal 4.380, de agosto de 1964, ficando a coordenação das entidades e sua

compatibilização com o planejamento federal nas grandes linhas a cargo das Superintendências de Desenvolvimento, que ainda poderia participar dos pré-investimentos prioritários, assim definidos no respectivo plano regional de desenvolvimento (MELO, 1972).

Quanto à competência das ações, poderiam ser federal, estadual ou municipal, isoladamente, ou exercidas simultaneamente em regime de integração por duas ou pelas três esferas do poder. Da mesma forma, um plano pode ser setorial ou integrado, se simultaneamente previstas e realizadas as metas econômicas, sociais, culturais e físicas. Ainda, quanto ao aspecto territorial, poderia incidir apenas sobre uma área política determinada (um município, por exemplo) ou em áreas convencionadas, segundo interesses de desenvolvimento regional, planos mesos e microrregionais²⁸ (MELO, 1972).

A este certame cabe destacar a implementação do Plano Decenal (1967-1976) que, entre seus tratamentos sobre os investimentos e política integrada de desenvolvimento regional o processo central, estava na regionalização de programas setoriais especialmente os industriais. Destaca-se também o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), lançado pelo governo Costa e Silva, em 1968, com vigência até 1970, que tratou do planejamento integrado em aspectos hierárquicos entre as esferas e, em termos gerais de propostas, abarcava um dinamismo diferenciado quanto a experiência vivenciada até o momento, especialmente para trazer ao debate a necessidade do processo interno de desenvolvimento tecnológico, ou seja, a prioridade de estratégias do Desenvolvimento Científico e Tecnológico (BRASIL, 1967d).

Para Lessa (1998) a base da estratégia do PED estava no distanciamento e na diferenciação do discurso até então presente na proposição das reformas de bases aplicadas desde o início do regime militar em 1964. Nas diretrizes descritas no PED estava a crítica quanto ao modelo de política econômica e estratégica da industrialização anteriormente estabelecida, em decorrência de ser incapaz de promover mecanismos concretos para superar o atraso econômico da Nação e a dependência tecnológica (BRASIL, 1967d). Uma propositura presente nas tratativas dos governos desde o fim da segunda guerra mundial, de modo que o PED colocava que os investimentos ao progresso científico e tecnológico seriam uma das “formas mais eficientes de vencer etapas de desenvolvimento e eliminar o atraso econômico” (BRASIL,

²⁸ Sobre o termo mesorregião, consideramos a representação territorial por uma identidade regional, é “[...] área individualizada, em uma Unidade da Federação, que apresente formas de organização do espaço definidas pelas seguintes dimensões: o processo social, como determinante, o quadro natural como condicionante, e a rede de comunicação e de lugares, como elemento de articulação espacial” (IBGE, 1988, p. 8). Sobre as microrregiões, estas são parte de determinada mesorregião e se caracterizam pela estrutura produtiva: “[...] é considerada em sentido totalizante, constituindo-se pela produção propriamente dita, distribuição, troca e consumo, incluindo atividades urbanas e rurais” (IBGE, 1990, p. 2), ou seja, por peculiaridades (econômicas, culturais, ambientais, sociais) que caracterizam e organizam determinado espaço em uma escala local.

1967d, p. 48). Já sob o aspecto regional do PED, dá-se o início das estratégias de desenvolvimento setorial, seguindo um critério de seleção de áreas que representam as prioridades de investimentos, incluindo-as aos principais programas do governo, com vistas ao estímulo, ampliação e dinamismo do parque industrial no âmbito nacional em um contexto de planejamento e desenvolvimento urbano integrado.

A política regional estava orientada após a identificação de regiões problemas e pólos de desenvolvimento. Caberia ao Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERPHAU), instituído por meio da Lei Federal 4.380, de agosto de 1964, órgão do Ministério do Interior, implementar e supervisionar o planejamento local integrado em metas de desenvolvimento socioeconômico, físico-territorial e institucional, havendo como prioridade do período,

[...] as nove grandes áreas metropolitanas do País: Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Curitiba, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Fortaleza e Belém. As demais deverão ser estimuladas a elaborar seus planos, na medida em que os recursos do SERFHAU e dos governos locais o permitirem (BRASIL, 1967d, p. 144)

tendo nos órgãos de planejamento regional sobretudo aos vinculados ao ministério do interior na esfera da União o caminho ao trabalho equacionado no contexto geral da problemática regional à adequabilidade do governo federal.

Na região Sul, especialmente em Santa Catarina, a qual ainda não se apresentava a união com uma metrópole, desde 1968 a presença da SUDESUL foi fundamental para acompanhar os projetos intermunicipais que se constatavam em várias microrregiões, propiciando o apoio como a assistência técnica e jurídica e a elaboração de modelos de estatutos. Quando necessário, levou cooperação financeira a pré-projetos de desenvolvimento integrado com aporte dos governos estadual e federal (GOULART FILHO; MESSIAS; ALMEIDA, 2013; MARCON, 2009; MELO, 1972; MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1974a, 1974b).

Em termos de planos de governo, o PLAMEG, criado no governo Celso Ramos (1961-1965), foi intensificado e ajustado também ao governo Ivo Silveira (1966-1970). Com o PLAMEG II, teve seus eixos de continuidade nas propostas anteriores, porém a centralidade dos objetivos pautava-se na “Expansão Econômica” e no “Progresso Social” (MATTOS, 1973). A década foi marcada por investimentos em infraestruturas consideradas deficitárias e que inferiam no dinamismo da economia catarinense, sendo um pilar das ações do governo em prol de recuperar e ampliar setores importantes como de eletrificação e viário, além de intensificar investimentos na expansão econômica com enfoque no segmento agrário e de crédito.

Em 1969, por meio do Ato Complementar nº43/1969, fixam-se as normas para a elaboração de planos nacionais de desenvolvimento e vincula-se a execução do ato ao orçamento Plurianual de Investimentos. Desse modo, instituiu-se a obrigatoriedade de elaboração de Planos Nacionais de Desenvolvimento, determinando em seu Art. 10 a execução do I Plano Nacional de Desenvolvimento com vigência entre 1972 a 1974.

O governo de Emílio Garrastazu Médici tem, no referido plano, proposituras ao desenvolvimento regional, voltadas à política de integração nacional, com a “articulação harmônica entre Governo e setor privado, União e Estados, entre regiões desenvolvidas e regiões em desenvolvimento, entre empresas e trabalhadores” (BRASIL, 1971, p. 7), pelo incentivo de programas estratégicos baseados na constituição de “pólos regionais [...] de sentido integrado agrícola-industrial” (BRASIL, 1971, p. 25). Dessa forma, visam o melhor aproveitamento geoeconômico e dos recursos naturais em estratégias regionais de integração nacional, a transformação da agricultura tradicional e o poder de competição da indústria interna.

A espacialidade da política de integração nacional ao desenvolvimento regional estava balizada pela atuação das superintendências de desenvolvimento, por programas como o Programa de Integração Nacional (PIN), que originalmente impulsionou outras ações setoriais em diferentes esferas. A exemplificar: O Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA) e o Programa Especial para o Vale do São Francisco (PROVALE) (BRASIL, 1971, 1974b; KON, 1999; LESSA, 1998; MARCON, 2009, 2012; SILVA, 2017).

O PIN desencadeou uma série de construções e apoios considerados estratégicos ao aspecto econômico, à segurança e à integração no território nacional, com destaque às infraestruturas na Amazônia e ao estabelecimento de programas a incentivo produtivo agropecuário, assim, sendo impulso à modernização do setor, sobretudo, com um viés a estimular o processo de abastecimento e o controle populacional nos centros urbanos que vinham sendo estabelecidos por empresas agroindustriais. Alinhado o processo deflagrado pelo PED, com referência ao avanço tecnológico em primeira instância pela adaptação tecnológica importada e posteriormente ao desenvolvimento autossustentado, empregou a consecução de parcerias com empresas privadas nacionais e organismos internacionais a viabilidade do projeto Nação-Potência²⁹. A exemplo está o Plano de Irrigação do Nordeste em parceria com o Instituto

²⁹ Utiliza-se este termo com base na análise do I e II Plano Nacional de Desenvolvimento e em documentos emitidos pelo Ministério do Interior, onde há menção para a construção do projeto Brasil Grande Potência, e em referência aos estudos deste período, realizados por Carlos Lessa.

de Reforma e Desarrollo Agrario (IRYDA)³⁰, que na década seguinte seria base técnica e tecnológica a ser utilizada no sul catarinense, inserida ao subprograma de irrigação e drenagem com área piloto a do Plano de Assentamento de População (PAP).

No movimento do I PND (1970/1974) em Santa Catarina, o governador Colombo Machado Salles formalizou o Projeto Catarinense de Desenvolvimento (PDC), tendo seus investimentos correlatos aos do I e II PLAMEG. Contudo, havia um olhar mais focal ao estabelecer Florianópolis como uma metrópole e ao desenvolvimento microrregional, como estratégica de integração regional, utilizando-se da divisão e organização regional estabelecida pelas associações de municípios, indicando em cada base geográfica um município polo.

Em 1971 seriam instituídas as 13 (treze) primeiras unidades regionais polarizadas oficiais por ação do governo estadual, numa visão sistêmica de unidades, que atenderia a administração de forma regionalizada e serviriam de base para a ação governamental e seu planejamento: Região da Grande Florianópolis, da Foz do Rio Itajaí, do Médio Vale do Itajaí, do Alto Vale do Itajaí, Nordeste de Santa Catarina, do Planalto Norte, Alto do Rio do Peixe, do Meio Oeste Catarinense, do Oeste de Santa Catarina, do Extremo Oeste de Santa Catarina, Serrana, Laguna (denominada posteriormente de Vale do Tubarão) e Sul de Santa Catarina (MARCON, 2009, p. 147)

Em 1974 ocorreu uma parceria entre SERFHAU, SUDESUL e o governo catarinense, com coordenação direta da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em prol de traçar possibilidades ao desenvolvimento urbano industrial do Estado, tendo como principal repercussão a identificação e ordenamento de áreas funcionais conforme as atividades econômicas dominantes: indústria de transformação, prestação de serviços, atividades sociais, transporte, comunicação e armazenagem, pesca, indústria extrativista e administração pública (MARCON, 2009; SANTA CATARINA, 1974). A partir desse ordenamento, definiram-se três eixos de desenvolvimento no estado de Santa Catarina:

a) o eixo Itajaí – Joinville, que abrange as cidades de Itajaí, Brusque, Gaspar, Blumenau, Indaial, Timbó, Pomerode, Jaraguá do Sul e Joinville e se caracteriza pela diversificação industrial; b) o eixo Imbituba – Criciúma, que além dessas cidades inclui Tubarão e Urussanga e se distingue pela produção do carvão e pela indústria de transformação de minerais não-metálicos; c) o eixo Concórdia – Caçador, que inclui as cidades de Herval d'Oeste e Videira com indústrias relacionadas a alimentação e madeira (MARCON, 2009, p. 153)

³⁰ A IRYDA era uma empresa da Espanha que firmou cooperação técnica com a SUDENE para desenvolver em parceria projetos de viabilidade e execução no segmento de sistemas de irrigação no Nordeste. Mais tarde, em meados da década de 1980, firmou convênio com a SUDESUL, atuando no Plano de Assentamento de População.

Cabe ressaltar que a política de regionalização do estado Catarinense, tendo como marco o ano de 1971, consolidada pelo diagnóstico dos centros urbanos industriais em 1974, seguindo as conjunturas que vigoravam em torno do I PND, do PIN e do II PND, levaram o governo estadual na organização de uma proposta que sistematizasse os limites geográficos estabelecido pelo IBGE, em 1976, e os limites espaciais ao tocante da econômica firmada pelas microrregiões polarizadas do Estado. A este certame, surge a Política de Organização e Dinâmica Interurbana (PDRU) iniciada no final da década de 1970 e firmada em 1981. Estabeleceu-se a regionalização do estado³¹ (apêndice D, p.280) na centralidade de seis regiões administrativas, cada uma com seus eixos estratégicos urbanos industriais e com a identificação de suas cidades polos (MARCON, 2009; SANTA CATARINA, 1981). Nesse sentido, sobre as conjunturas que permeiam intrinsecamente e representam a regionalização em determinado espaço, Haesbaert esclarece que

[...] Em primeiro lugar, admitimos que regionalização é um processo amplo, instrumento de análise para o geógrafo em sua busca dos recortes mais coerentes que deem conta das diferenciações no espaço. Por outro lado, região, como conceito, envolve um rigor teórico que restringe seu significado, mas aprofunda seu poder explicativo; para defini-la devemos considerar problemática como a das escalas e fenômenos sociais mais específicos (como os regionalismos políticos e as identidades regionais) entre aqueles que produzem a diversidade geográfica do mundo (HAESBAERT, 1999, p. 17).

A regionalização por meio do planejamento microrregional em Santa Catarina, conciliado entre os pressupostos de microrregiões homogêneas, a plena organização das associações de municípios – que nesse sentido, como já tratado, considera-se um risco e utópico, frente ao grau de autonomia relativa destas instituições – e o indicativo de potencial econômico das regiões pelo estabelecimento dos pólos estaduais, desencadeou a organização territorial e os arranjos operacionais ao projeto de desenvolvimento integrado do governo.

Os princípios do I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) (1970-1974), ao estabelecer o Programa de Integração Nacional (PIN), empregou seus recursos e empenhos técnicos a implantação de planos e programas em regiões geoeconômicas, visando a intervenção setorial, sendo direcionados à transformação de polos regionais. Entre os setores de interesse estavam os de mineração, metalurgia e expansão agropecuária, em distintos pontos do território nacional.

³¹ Segundo a autora (MARCON, 2009), esta base territorial em termos de planejamento, gestão e administração pública catarinense, vigorou até 2002, quando o eleito governador Luiz Henrique da Silveira enseja uma reengenharia da estrutura governamental e a concepção de ordenamento territorial com base nos traços políticos construídos.

Na busca da modernização, o período militar intensificou a intervenção estatal à estrutura de planejamento centralizado com objetivos claros para o crescimento econômico e expansão industrial concomitantemente a modernização do sistema produtivo agrícola. Consistia-se, em proposta planejada, de viabilidade socioeconômica dentro das estratégias nacionais do processo de regionalização, em expressividade ao território e suas frações regionais e a política econômica, sendo articulada à formalização técnica e política, pelos Planos Nacionais de Desenvolvimento, os quais consolidaram tratativas sobre os eixos geopolíticos, os arranjos produtivos e a constituição de infraestrutura centralizada, por vezes, negligenciando as estruturas sociais, amparados na concepção de dominação, controle e poder territorial do Estado Nacional (LIMONAD, 2004; MARCON, 2012; MORAES, 2005), transitando a análise do período pelo caráter descentralizador das superintendências ao centralizador das tomadas de decisões no âmbito federal.

Impulsionaram-se ações na Amazônia pelo Programa Polamazônia e Polonordeste. Na Região Sul, com participação direta da SUDESUL, as ações ocorreram na “fronteira sulista”, do Norte do Paraná ao Rio Grande do Sul. Também se deu a delimitação de eixos funcionais de desenvolvimento pelas ações no Sul de Santa Catarina. Nas cidades de Tubarão e Criciúma, ocorreu no setor de mineração e na articulação de um pólo exportador pelo estabelecimento do porto de Imbituba. Já mais ao sul Catarinense, na divisa com o estado gaúcho, houve o Projeto do Banhado do Sombrio, pautado na expansão agropecuária em áreas agricultáveis ainda não exploradas e que precisavam de investimentos para tornarem-se produtivas.

A estrutura de complexos regionais³² constituídos determinou o recorte territorial e a adequação política e econômica com determinação estatal para campos considerados propulsores para o processo de regionalização, seja pelas possibilidades de infraestrutura e escoamento de produtos, ou por vazios econômicos com potencial de integração ao mercado nacional, vinculados às autarquias como mecanismo de reprodução do Estado em um sistema ditatorial que também era propulsor na articulação da hegemonia do poder nas diferentes esferas. A partir dos estudos realizados na década de 1970, as superintendências estabeleceram uma política mesorregional, com estratégias microrregionais vinculadas a projetos que permitissem diversificar e fortalecer a economia regional, atuando nos chamados “vazios

³² A expressão “complexos regionais” extrai-se dos estudos e obras de Wilson Cano.

socioeconômicos” para minorar os problemas em áreas potencialmente importantes (MESSIAS; GOULARTI FILHO, 2017).

As estratégias do Estado ao desenvolvimento da Região Sul tinham contornos particulares sobre as atividades da SUDESUL e as diretrizes dos planos e programas nacionais, uma vez que sua área de atuação era considerada relativamente desenvolvida no âmbito nacional (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1973, 1974a). À atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL), cuja a jurisdição abrangia uma área de aproximadamente 572 mil km², nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, em face da impossibilidade de tratamento de todos os problemas regionais de forma simultânea, impunha-se uma estratégia de abordagem espacial e setorial, em que despontavam entre os principais programas os agroindustriais e metal mecânico, no âmbito regional (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1974a, 1974b).

Em vista disto, a seguir, percorre-se uma análise sobre a atuação da autarquia em termos institucionais e administrativos, mais precisamente a região do litoral sul de Santa Catarina, buscando compreender as demandas locais e regionais, o caráter estratégico da microrregião e a congruência com o planejamento e desenvolvimento nacional da década de 1970, que por sua vez, originou o Plano de Assentamento de Populações (PAP).

2.2 A ATUAÇÃO DA SUDESUL: ENFOQUE NO PLANEJAMENTO INTEGRADO AO LITORAL SUL DE SANTA CATARINA

Sendo essencialmente um órgão de planejamento, ausente de uma política de desenvolvimento regional, a Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL) desempenhou suas atividades em três dimensões: espacial, que correspondia a projetos integrados; setorial, envolvendo segmentos prioritários; e subsidiária de apoio técnico e financeiro às questões regionais. O órgão tem a finalidade de promover o desenvolvimento da Região Sul, potencializando as funções econômicas, perante a concepção das propostas nacionais para a regionalização (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1978b).

Como órgão de coordenação, a autarquia desenvolvia trabalhos conjuntos com diversas instituições das três esferas, bem como iniciativa privada. Essa articulação formalizada por meio de acordos, convênios e contratos registrava as relações e responsabilidades das partes quanto aos aspectos técnicos, financeiros e jurídicos.

Como já sublinhado, a SUDESUL a partir de 1967 veio substituir a SPVERFSP em que, conforme os anteprojetos do seu plano diretor, as ações ecoavam em torno da segurança nacional, alinhada à expansão da fronteira agrícola e ao controle de excedentes populacionais na região superintendida. Os programas direcionavam às atividades agropecuárias o estímulo industrial em prol da elevação de renda da população, integrando-a à economia nacional tanto no aspecto produtivo como na expansão de vias de comunicação (viária e eletrificação) e condições de saúde e educação (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1966). No entanto, os estudos³³ revelam que desde a sua criação em 1953, permeou a descontinuidade da gestão política administrativa da SPVERFSP que, alinhada a outros fatores, levou a ausência de atuação efetiva da mesma.

Em um cenário mais profícuo e estratégico ao planejamento regional, solidificado pelo discurso ditatorial de integração nacional, a institucionalização da SUDESUL e as mudanças da sua área de abrangência pela Lei nº 5.365, de 1º de dezembro de 1967, a região sul permitiu vigorar-se outras dinâmicas de políticas e processos ao desenvolvimento regional, especialmente em Santa Catarina. Na estrutura hierárquica pré-determinada, ao observarmos o Programa de Ação Econômica (PAEG) quanto aos planos regionais, e face ao Decreto 301 de 1967, compete a SUDESUL elaborar, coordenar e supervisionar ações que venham a promover

³³ Goularti Filho, Almeida, Messias, 2013; Peres, 1982; Pedrosa, 2020.

o desenvolvimento regional, tendo a capacidade técnica e administrativa de colaborar com o planejamento e controle executivo dos planos estaduais e municipais de desenvolvimento.

Ainda sobre o marco legal acima, determinou-se que o plano de desenvolvimento instituído pela SUDESUL deveria ser organizado em planos diretores que seriam subsidiados pelo orçamento da União e dos órgãos Federais regionais conforme a abrangência setorial e espacial de seus programas. O objetivo estava na articulação de planos integrados que otimizassem o uso racional de recursos naturais, o bem-estar social e a implantação e expansão de infraestrutura econômica correlata a nacional. Para tal, fazia-se necessário o diagnóstico preliminar dos recursos e das potencialidades da região, visando, entre outros aspectos, a ordem e o aumento de renda populacional, os incentivos a setores industriais e agropecuários, e a implementação de infraestruturas necessárias a partir da

Seleção e definição de espaços econômicos que, por suas características especiais e possibilidades de desenvolvimento, sejam merecedoras de prioridade de ação planejada, com a determinação de pólos de desenvolvimento capazes de dinamizar e liderar o crescimento de áreas vizinhas (BRASIL, 1967c, on-line)

A este certame caberia o respeito ao limite de atuação, em que, conforme as diretrizes do governo publicadas em 1967, a incumbência de todas as superintendências de desenvolvimento regional estava na exclusividade de planejar e controlar, “exonerando-se de tarefas de execução direta” (BRASIL, 1967d, p. 148).

O Decreto nº 66.882, de 16 de julho de 1970, dispõe as diretrizes de planejamento nacional vigentes desde o Decreto nº 200, de 1967, fortalecendo os enquadramentos já citados. As atuações das autarquias alinhavam-se à política de pólos de desenvolvimento, presentes em estratégias do Programa de Integração Nacional e nos Planos Nacionais de Desenvolvimento da década de 1970, de tal modo que, sob hierarquização do Ministério do Interior, estabeleceu-se uma nova escala de trabalhos regionais.

O problema regional do Brasil teve o enfoque por meio de estudos, visando, em etapa preliminar, demarcar espaços homogêneos e espaços polarizados. O espaço homogêneo se definiu como “forma de organização em torno de produção e expresso por combinações de fatos físicos, sociais e econômicos” (MELO, 1972, p. 37). Foram também levados em conta, para a fixação dos espaços (ou microrregiões) homogêneas, outros aspectos como os domínios ecológicos, as áreas de população, as regiões agrícolas, as áreas industriais, a infraestrutura dos transportes e comunicações, e as atividades terciárias (MELO, 1972; MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1973).

A segunda etapa dos trabalhos destinou esforços para “obter uma configuração dinâmica” das definidas áreas, isto é, de como se comportam dentro de um conjunto maior, qual a sua hierarquia no interior de uma unidade regional, qual a função que aí desempenham. Desse modo, são agrupadas em unidades maiores hierarquizadas até chegar às grandes regiões e reconhecidas no processo de regionalização (MELO, 1972; MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1973).

Diante do exposto é possível compreender a concepção utilizada para estabelecer-se a base territorial, espacial, para as atuações das autarquias em nível regional pela coordenação da esfera federal. Em um período do auge do planejamento e da integração regional pela esfera federal, concomitantemente, relacionava-se com a dimensão setorial. A respeito destas relações, reiteramos como tratado no aparato teórico de publicações científicas e nos relatórios dos projetos da SUDESUL, seus primeiros projetos estavam essencialmente ligados aos chamados “vazios socioeconômicos”.

Portanto, os projetos pautavam-se em articulações que instigassem de certo modo o equilíbrio das atividades produtivas em potencial, na região, e de interesse nacional. A SUDESUL, a partir de seus estudos, originou um plano de trabalho com vários subprojetos interdependentes que visavam ampliar o parque industrial e permitir dinamismo e condições dentro das perspectivas inter-regionais.

Cabe ressaltar que o primeiro projeto sub-regional da autarquia ocorreu em 1968 na região sudoeste do estado do Rio Grande do Sul pelo intitulado projeto Sudoeste I, por um plano agro-hidrológico, contemplando dezenove municípios gaúchos e respondendo por 30% dos recursos da autarquia no ano (MESSIAS, GOULARTI FILHO, 2013; PEDROSA, 2020; PIRES, 1982; SUDESUL, 1970). Centrado no segmento agropecuário deu-se o estabelecimento agroindustrial da cadeia produtiva.

Com o apoio e assessoramento de especialistas da Organização do Estados Americanos (OEA), da Organização Mundial da Saúde (OMS), da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), assim como convênios e parcerias com instituições públicas e privadas de pesquisa e extensão dos governos estaduais, a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul desenvolveu uma análise territorial cujo objetivo era o de detectar, em sua área de atuação, espaços que revelassem maior carência relativa de infraestrutura econômica e social. Em segunda etapa, a superintendência trata de investigar possíveis caminhos operacionais que permitissem minorar ou eliminar os problemas

identificados, sempre que a área potencialmente pudesse exercer uma função importante do ponto de vista estadual ou macrorregional (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1974b, 1975).

O Ministério do Interior, mediante sua Comissão de Coordenação e respectivas subcomissões, examinava o perfil e a problemática, impulsionando seus órgãos de desenvolvimento regional e os de assistência e financiamento a um esforço coordenado, com vistas ao desenvolvimento sub-regional e multissetorial. A referida subcomissão de desenvolvimento tinha a incumbência de analisar e promover a política de urbanização e de desenvolvimento microrregional, pelas articulações dos convênios de entidades nas esferas municipais, regionais e da união. A proposta consistia na consolidação e execução de planos integrados (MELO, 1972).

Durante o ano de 1969, realizaram-se encontros entre entidades públicas e privadas e representantes municipais e estaduais da Região Sul, dando enfoque à coordenação e ao acompanhamento das atividades que estavam sendo executadas, bem como a construção de estratégias para programas integrados ao desenvolvimento da região (SUDESUL, 1970). Nesse movimento as autarquias estavam incumbidas a contribuir com as metas nacionais e macrorregionais estabelecidas no I PDN (1970-1974) e formalizadas no I Plano de Desenvolvimento da Região Sul (1972-1974). Nessa perspectiva, a SUDESUL recebeu em torno de Cr\$ 31,1 milhões para atividades que instigassem os objetivos e pressupostos do período. Entre os principais encaminhamentos estão a formalização de contratos com assessoriais privadas e os convênios com a Universidade Federal de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, e a Universidade Federal de Florianópolis, no estado catarinense, e governos dos três estados da Região Sul (PIRES, 1982; SUDESUL, 1971, 1975).

Santa Catarina, quando implementou o Projeto Catarinense de Desenvolvimento, apresentava o potencial dos recursos naturais que poderiam formar um pólo industrial dinâmico, representado pelo complexo carboquímico no sul do Estado, tendo enfoque na Indústria Carboquímica Catarinense (ICC). A proposta alinha-se de modo direto aos investimentos do Governo Federal pela política do carvão estabelecida em 1968, assim como as proposituras das matrizes de desenvolvimento industrial e agropecuário pela possibilidade de produção de fertilizantes com relevância econômica no contexto brasileiro e macrorregional. A este certame, em 1972, firma-se pelo termo de acordo 03/72 a coordenação integrada da SUDESUL e o governo estadual ao desenvolvimento do Litoral Sul (MESSIAS; GOULARTI FILHO, 2017).

As autarquias exerciam, dentro das suas possibilidades e de acordo com as especificidades de cada região superintendida e os interesses nacionais, o caráter intra-regional em projetos sub-regionais. No caso da SUDESUL, em 1973, pelo Plano de Desenvolvimento

Regional, definiram-se quatro espaços prioritários (anexo E, p. 287). O primeiro, conforme explanado anteriormente, contemplava o Projeto Sudoeste no Rio Grande do Sul. No mesmo estado, frente a um acordo conjugado entre Brasil e Uruguai, havia o projeto de Desenvolvimento da Lagoa Mirim; em Santa Catarina havia o Projeto Litoral Sul e no Paraná havia o Projeto Noroeste (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1973, 1979a). Os projetos sub-regionais³⁴ materializaram o empenho do estado ditatorial quanto às estratégias de controle, de poder e de integração econômica, que juntos correspondiam a 18% da área e a 27% dos municípios dos totais regionais nos três estados.

2.2.1 Interloquções do planejamento nacional ao desenvolvimento da Região Sul e da microrregião Catarinense: Projeto Litoral Sul

Conforme já explanado, no caso brasileiro, durante a maior parte de sua história, a estrutura territorial e econômica esteve condicionada ao complexo primário-exportador, com os recursos oriundos do exterior, acumulando-se de forma concentrada nas áreas produtoras das mercadorias exportadas: ouro, açúcar, borracha, cacau e café. De modo singular, a partir de 1930, revelam-se questões como a agrária, a industrial e a institucional, a serem tratadas no quadro brasileiro e que vão reorientar a relação política e econômica entre Estado e sociedade no decorrer dos demais períodos.

A verdade é que as frequentes crises ocorridas na “economia primária exportadora” (borracha, açúcar, café, mineração, etc.) e as próprias crises do capitalismo mundial (Primeira Guerra Mundial, Depressão Econômica e Segunda Guerra Mundial) haviam revelado as limitações estruturais da dependência econômica. Mas, também, revelaram as possibilidades que se abriram, devido às rupturas estruturais e a liberação de forças produtivas. Além disso, as crises econômicas e políticas, menores e maiores, acentuavam a clarificação da consciência social e política dos diferentes grupos e classes sociais (IANNI, 1996, p. 70).

Para José Luiz Fiori (2001), o cenário era de crise e depressão econômica mundial, tendo o Brasil uma economia centrada em atividades agroexportadoras, em um contexto histórico e estrutural de um país dependente, submetido a regras e políticas internacionais. Com isso, “o governo atuava no sentido de proteger e incentivar as atividades produtivas ligadas ao

³⁴ Para mais detalhes sobre os respectivos projetos consultar: A trajetória da Sudesul e as políticas de desenvolvimento regional para o sul do Brasil (GOULART FILHO; MESSIAS; ALMEIDA, 2013); A atuação da Sudesul nas políticas de planejamento econômico para o Rio Grande do Sul (MESSIAS; GOULARTI FILHO, 2013); Considerações sobre a Sudesul: formação e modernização territorial (PEDROSA, 2020); A tese de Nair Sanzovo Pivatto (2013) intitulada: O Paraná e suas regiões - uma análise territorial a partir da modelização gráfica; e o livro de autoria de Vanderlei Borba: Bacia da Lagoa Mirim e o Programa Regional 35 – FAO/ONU: projeto internacional em espaço binacional (2016).

setor externo, que era essencial à sustentação do sistema político-econômico então vigente” (IANNI, 1996, p. 28).

Nesta movimentação de transição para uma economia nacional, em prol da modernização e da industrialização, a dinâmica de determinadas regiões e setores foram guiadas pelos segmentos dominantes e suas elites políticas regionais (FIORI, 2001). É importante ressaltar que, ao passar dos anos e das transformações do Estado e suas relações com a sociedade, as oligarquias “modernizam-se, garantem bases sociopolíticas, e obviamente econômicas, para o bloco de poder” (IANNI, 2000, p. 59).

Cristalizou-se um pólo nacional de desenvolvimento, localizado na Região Sudeste, mais expressivamente em São Paulo (CANO, 1975), uma área de desenvolvimento intermediário, a Região Sul (com destaque à excepcionalidade dos recursos naturais) e demais áreas periféricas, às regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste.

A região Sul, ainda que periférica em relação a Sudeste, ostenta uma situação relativamente mais desenvolvida em comparação as demais regiões. Não obstante, vai perdendo gradativamente essa posição à medida que o sistema se desenvolve e outras áreas emergem, ganhando posição no cenário nacional (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1979a, n.p).

Na análise realizada pelo Ministério do Interior, há de se interpretar a ausência de estímulos, deflagrando um processo de estagnação e, inclusive, de regressão. As ações, cabe enfatizar, totalmente coordenadas pelo Estado, pretendiam impulsionar fatores ao processo de transformação intra-regional, alinhando-se com a base teórica de Myrdal (1972), em que as forças de mercado, as relações de potencialização de áreas e os segmentos em relação a outras áreas e segmentos no mesmo território realçam as desigualdades regionais. Por isso, as ações exógenas são o pilar para que essa lógica desigual tenha efeitos mais regressivos do que propulsores. Nesse sentido, a interferência pela ação planejada do Estado tende a oferecer condições de “sustar o movimento”.

Tanto para Perroux como para Myrdal, está colocada a crítica à teoria neoclássica, que estabelece a ocorrência do desenvolvimento de maneira equilibrada, fruto direto das relações de causa e efeito. Mas, como vimos, o processo tende a correr por um movimento de trocas de estabelecimento de condições entre mercado, economia, política e dimensões de forças, as quais remetem à concepção de um processo instável de desenvolvimento. Esse processo, sem a interferência estatal, ocorre e se estabelece de forma desigual, existindo, por assim dizer, uma tendência de concentração ou estagnação de características (econômicas, culturais, infraestruturais...) em determinadas regiões. Portanto, por não haver a neutralização

do processo de modo igual, caberia a inserção de política intervencionista, especialmente para conter o processo nas áreas estagnadas.

Ao tocante do estado de Santa Catarina, a economia era primário-exportadora, subordinada à economia nacional, todavia, com condições a sua transformação estrutural em setores potenciais (têxteis, alimentos, carvão, madeira, erva mate), ao serem consubstanciados por canais de crédito, investimentos em construção de ferrovias e energia elétrica (GOULARTI FILHO, 2016; MARCON, 2000). No âmbito do Litoral Sul Catarinense (anexo F, p. 288), área geográfica que se insere o objeto de estudo, tinha entre seus setores econômicos a exploração de carvão, que representava relevância no processo industrial nacional, tendo sua visibilidade iniciada pelo período da Primeira Guerra Mundial, que dificultou a importação do minério e intensificou a produção interna e a exportação dessa região para todo o país (GOULARTI FILHO, 2016; MORAES, 2003). Ainda, com referência à microrregião, esta, entre os anos de 1970 e 1980, se apresentou com intensa diversificação industrial, tendo o ponto chave o setor carbonífero, porém, com a inserção industrial em setores como: revestimentos cerâmicos, calçados, vestuário, metal-mecânica, e plásticos e descartáveis (GOULARTI FILHO, 2005).

Por sua vez, o setor secundário da Região Sul, mesmo se constituindo no segundo parque industrial do país – com 14% da renda nacional do setor –, mostrava-se ainda pouco desenvolvido comparado ao do polo Sudeste. Entretanto, se apresentava com boas possibilidades de expansão, notadamente por conta do desenvolvimento dos gêneros metal-mecânico e agroindustrial, e da implantação de complexos industriais baseados no aproveitamento dos recursos minerais abundantes da região.

Até aqui, o setor primário como centro dinamizador, tem proporcionado à economia regional, altas taxas de crescimento. Entretanto, a permanecer a atual estrutura, espera-se para o próximo lustro um crescimento da agropecuária regional mais brando, o que viria a comprometer até mesmo o crescimento da fronteira agrícola, previsto já para os primeiros anos da década de 80, esse setor deixará de valer-se da incorporação de novas áreas como principal fator de expansão, ao passo que os aumentos de produtividades têm-se mostrado moderados, malgrado o uso crescente de tecnologia e insumos (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1979a, n.p).

Hirschman, traz na essência do seu trabalho um caráter relacional entre o que ele intitula de efeitos de polarização no interior ou entre o centro capitalista e a periferia subdesenvolvida, a partir das circunstâncias reais de cada um, para o “sucesso da ação empreendida, bem como pela desigualdade dos ritmos de desenvolvimento [...]” (HIRSCHMAN, 1986, p. 74). Dessa maneira, trata da estratégia e do desafio na decisão de implementação de políticas de desenvolvimento que podem sustentar ou minimizar este

processo de desenvolvimento desigual, perante a capacidade de investimentos e o retorno desigual em torno da busca da equidade nacional. Considerando as disparidades de condições básicas e ritmos de acontecimentos distintos de cada lugar, em países subdesenvolvidos ou no âmbito inter-regional, torna-se mais desigual e complexa estas relações e decisões.

É nesse contexto de possibilidades de reações análogas presentes no contexto discorrido sobre o desenvolvimento econômico e as estratégias e interferências do Estado, em estruturas indispensáveis para a estabilidade da política econômica e das forças de interesses, que adentramos na abordagem de Raúl Prebisch à dinâmica do desenvolvimento. Para Prebisch (1964) a conjuntura e conceito de desenvolvimento está alinhado as condições de progresso técnico que não apenas reproduz os elementos econômicos, mas estes inferem na estrutura social. Nesse sentido, a dinâmica da economia internacional está em um sistema central cíclico que exerce forças de regulação no sistema capitalista, especialmente em países periféricos. No pressuposto da base de centro e periferia para reconhecer a estrutura que existe entre os países do capitalismo.

Ao se estar na periferia do capitalismo, o desenvolvimento da América Latina guiou-se pelo modelo de exportação de produtos primários. A atitude estaria em fazer a industrialização na busca da inserção do potencial tecnológico, tendo a consciência de que

[...] a penetração acelerada da técnica exige e traz consigo transformações radicais: transformações na forma de produzir na estrutura da economia, que não se poderiam realizar com eficácia sem modificar fundamentalmente a estrutura social (PREBISCH, 1964, p. 12).

No caso brasileiro e na dimensão que se encontrava, o centro estava sobre a lógica dos pólos urbano-industriais e a periferia sob o contexto da agricultura e de atividades em setores considerados dependentes, que visavam estimulações à modernização e à tecnologia implementadas, sobretudo, ao setor agropecuário, visto como atrasado, mas com potencialidade às demandas de cunho econômico e na construção de uma independência de sistemas alimentares no território nacional. As dinâmicas e a intensidade das transformações são distintas no centro e na periferia, o que torna uma “tendência latente para o desequilíbrio, que se torna mais aguda com a intensificação do desenvolvimento econômico” (PREBISCH, 1964, p. 15). Por isso, o autor aponta que o processo de industrialização periférica é um movimento “sincrônico” entre as forças políticas, as estruturas sociais e as condições econômicas.

O autor traz a questão fundamental da racionalidade, juntamente à interpretação da realidade no processo de planejamento, como precondições para a reestruturação das estruturas

sociais, sob deliberação do Estado na clareza das condicionantes políticas para a efetividade ou fracasso do projeto de desenvolvimento. A considerar que a industrialização por si só não seria capaz de superar o subdesenvolvimento, e mesmo este sendo oriundo do processo histórico e dentro de uma estrutura de dependência, existia certa autonomia para a mudança.

Para Celso Furtado cada país tinha algo a oferecer no capitalismo industrial e, assim, fazer parte do sistema, tendo uma certa presença de vantagens comparativas, mesmo sem estar tecnicamente desenvolvido. Por isso, seu aprofundamento em relação ao Prebisch, no tocante de uma visão diacrônica, na dinâmica histórica com mudanças nas posições dos elementos que faziam parte deste sistema global, buscava entender os tipos de relações que se estabeleciam e constituem o chamado atraso e formação social e econômica.

Portanto, a partir deste cenário e especialmente frente à congruência das condicionantes relativas ao desenvolvimento regional no Brasil, a SUDESUL propôs, para a Região Sul, reestruturar a base socioeconômica regional e elevar o nível de vida da população. Frente a pluralidade de tal objetivo central, foram propostos os seguintes objetivos específicos: melhorar o aproveitamento da força de trabalho e os níveis de renda da população; diversificar e consolidar o parque industrial da região sul; aumentar a produtividade do setor primário; promover o uso racional dos recursos naturais; fortalecer a integração intra-regional e manter o relativo equilíbrio da distribuição espacial da população e das atividades produtivas; fortalecer o planejamento e execução do desenvolvimento a nível regional (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1973, 1974a, 1979a).

A formulação desta estratégia implicou, como primeiro passo, uma análise territorial por meio da qual se perseguiu a identificação de áreas mais carentes de infraestrutura econômica e social. Em junho de 1972, a SUDESUL assinou um primeiro acordo com o governo do estado de Santa Catarina para o desenvolvimento integrado. Entre as áreas identificadas, encontrava-se o Litoral Sul (anexo F, p. 348) de Santa Catarina, abrangendo 32 municípios, 9.553 km² e 620.000 habitantes (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1973).

Para a Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul, não seria possível identificar as prováveis perspectivas da microrregião do Litoral Sul, sem também identificar o papel que este espaço detém no conjunto do sistema onde se encontra inserido. Nesse sentido, estavam postas duas interrogações fundamentais a serem respondidas:

A primeira diz respeito às origens causais das condições de subdesenvolvimento prevalecentes. [...] E a segunda interrogação relaciona-se com o papel que seria possível desempenhar um espaço de 9.553 km² (em um país de 8,5 milhões de km²) com 620.000 habitantes (em um país de 119 milhões de habitantes) no âmbito da

economia catarinense, da macrorregião sul e do sistema brasileiro (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1973, n.p).

Sinteticamente, a superintendência aponta algumas variáveis quanto as premissas possíveis de respostas às questões anteriores. Inicia-se pela base social formativa do território, apontando à variável socioeconômica constituída com predominância na agricultura baseada na subsistência e prática da pesca artesanal, resultando em uma estrutura de minifúndios. Todavia, estes constituem apenas uma parte do conjunto de fatores que, segundo o relatório do Plano de Operações do Projeto Litoral Sul de Santa Catarina, conduziram a situações prevalecentes do subdesenvolvimento regional.

Tais fatores estão intimamente ligados a alienação das áreas aos ciclos³⁵ que caracterizam o processo de desenvolvimento econômico brasileiro [...]. Foi uma área que à exceção do entreposto marítimo de Laguna, esteve por mais de 2 séculos isolada e, portanto, sem condições de receber estímulos externos (MINISTERIO DO INTERIOR, 1973, n.p).

Já no tocante à segunda interrogação, o ponto de partida, segundo o Ministério do Interior, estava nas singularidades de seus recursos naturais, em que, de fato, o microssistema regional exerceria um papel significativo na medida em que, a partir da industrialização do carvão, da fluorita³⁶, da bauxita e do fosfato, se transforma em fornecedor de energia e de insumos de uso difundido (agricultura e indústria) para o Estado, para a macrorregião Sul e para o próprio país. Indo, em acordo com as prioritárias estratégias do ramo industrial e energético prevalecentes no II PND, visando ações macrorregionais, concentradas de planificação e ocupação de espaços que contribuíssem com a expansão do emprego e do Produto Interno Bruto, ao aumento do abastecimento interno e as possibilidades do campo das exportações em prol da integração nacional.

Assim, devido à excepcional localização do porto de Imbituba e a sua condição de terminal para o escoamento do carvão destinado ao Parque Siderúrgico Nacional, o Governo Federal determinou a elaboração do projeto que resultaria na ampliação da capacidade da Usina Governador Jorge Lacerda (Termoelétrica do Capivari). Esse foi um projeto de alto interesse

³⁵ Os ciclos a que se referem são exemplos da madeira e da erva mate, no estado de Santa Catarina, do gado, no Rio Grande do Sul, e do café, em São Paulo (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1973, 1980a)

³⁶ Os depósitos de fluorita nos estudos realizados entre 1953 a 1970 encontravam-se nos municípios de Morro da Fumaça, Pedras Grandes, Rio Fortuna, Armazém, Santa Rosa de Lima, Imaruí, Grão-Pará, Santo Amaro de Imperatriz, Treze de Maio e Anitápolis. Já a fluorita no Brasil utilizava-se principalmente na indústria siderúrgica e uma parcela destinada às indústrias de flúor e alumínio (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1979a).

para o Estado Catarinense, pois o porto de Imbituba permitiria o escoamento dos produtos a implantação do complexo carboquímico.

A função que a área exercia no contexto da economia brasileira da macrorregião sul, de modo especial do estado de Santa Catarina, era de fornecer energia e insumos essenciais para o desenvolvimento do setor agropecuário e industrial, através da implantação do complexo carboenergético. No contexto do sistema brasileiro, sua função principal estava em economizar divisas e, assim, melhorar as condições da balança comercial do país (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1973).

Portanto, a implantação do Complexo Carboenergético (subprograma Insumos Básicos) constitui-se no projeto motor. [...] O que é necessário é que se tenha presente a natureza estratégica do investimento e que é dele que derivam, por mais assim dizer, quaisquer investimentos e, o que é mais importante, justifica a seleção da área como objeto da ação planejada (MINISTÉRIO DO INTERIOR 1979a, n.p).

O planejamento integrado estava representado pela presença de projetos condicionantes, decorrentes e emergentes. A exemplo está a estruturação dos projetos do Litoral Sul de Santa Catarina, - conforme esquema explicativo do Apêndice E, p. 281 - que revelam que seus princípios operacionais se centralizavam nas inter-relações funcionais entre os projetos.

Nestas condições, é necessário destacar que planejamento integrado não implica em abranger todo o universo da realidade existente no espaço objeto da ação planejadora. O importante, isto sim, é não descuidar das relações funcionais estratégicas nos planos inter e intra-setorial (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1973, n.p).

A frente desta premissa, tomando como unidade espacial as microrregiões do IBGE e tendo como universo a Região Sul, segundo os estudos desenvolvidos pela autarquia, instituições públicas e privadas entre 1970 e 1978, revela-se que a área do Litoral Sul de Santa Catarina continha significativos desníveis intra-regionais. O resultado foi organizado na caracterização analítica das quatro microrregiões que compunham a área do Litoral Sul (anexo G, p. 289). Demonstrando desenvolvimento díspares,

As microrregiões 299 e 302 apresentam níveis de desenvolvimento inferiores. A primeira localiza-se no nordeste da área e compreende os municípios de Imaruí, Imbituba e Laguna. A outra situa-se no sudoeste e abrange os municípios de Jacinto Machado, Meleiro, Nova Veneza, Praia Grande, Timbé do Sul e Turvo. As demais regiões da área são relativamente desenvolvidas (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1978c, n.p)

À guisa das conclusões, os relatórios demarcavam que a economia da área era essencialmente agrícola em pequenas propriedades, em um intenso processo de marginalização e subocupação da força de trabalho residente no meio rural. Já o setor industrial concentra-se, como já destacado com alta expressividade, em setores como carvão e minerais não metálicos. Porém, as demais indústrias se mostravam incipientes e pouco dinâmicas.

Diante disso, as medidas para o desenvolvimento espacial do Litoral Sul Catarinense foram construídas na dimensão setorial pelo resgate de novas áreas agricultáveis e pelo desenvolvimento industrial, sendo consubstanciadas pelos subsídios formais de orçamento e planejamento da união, implementados a partir de meados da década de 1970, e as potencialidades dos recursos naturais dispostos na região. Com propostas e estratégias pautadas na ocupação de espaços regionais que viessem a promover a integração nacional, especialmente em termos da reestruturação da política econômica, em setores que criassem ao país novos dinamismos nacionais e internacionais, desencadearam-se investimentos estatais e privados a projetos e programas em regiões tidas como estratégicas, a uma reformulação de ações aos ditos desequilíbrios regionais.

Nesse quadro, por meio do Decreto 71.353, de 09 de novembro de 1972, que institucionalizou o sistema de planejamento federal, tendo como órgão central a Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN³⁷), vinculado a esta os órgãos setoriais de planejamentos dos distintos ministérios, passaram-se de discursos à uma organização orçamentária de modo a desencadear ações a respeito do processo de desenvolvimento nacional às questões regionais (SUDESUL, 1977a).

A análise de Lessa (1998), de modo coeso, atesta a exigência de planejamento, programas e projetos integrados, além da centralidade das entidades governamentais, especialmente pela reordenação e recursos segundo as estratégias no âmbito federal. Gera-se, assim, a materialização do plano, tanto na intencionalidade como nas fontes e gestão orçamentárias de fundo de agências, bancos e programas oficiais. Desse modo, o Ministério do Interior, subordinado a SEPLAN, estaria coordenando pelas suas autarquias, projetos e investimentos de integração e transformação socioeconômica ao desenvolvimento regional.

Em Santa Catarina, a estratégia posta era a reestruturação da base econômica regional, qualificando e solidificando o setor industrial, de forma a permitir-lhe a assunção das

³⁷ Secretaria Geral do Planejamento – SEPLAN, com função direta ao assessorar o Presidente na coordenação da política de desenvolvimento socioeconômico. Com um poder decisório, especialmente de fundos orçamentários sobre as superintendências regionais, mesmo estas estando subordinadas ao Ministério do Interior (LESSA, 1998; PIRES, 1982).

funções de centro dinamizador da economia da região, sem, contudo, que isto significasse um descuramento ao desenvolvimento e à modernização do setor agropecuário (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1973, 1974a). De modo que houvesse um alinhamento mais central sobre o que estava nos critérios e perspectivas da SEPLAN, sobretudo no campo setorial, visando manter o sistema nacional de planejamento agroindustrial, segundo a SUDESUL, na Região Sul, se fazia necessário introduzir significativas mudanças organizacionais para que a agricultura pudesse ser administrada dentro destes critérios e métodos modernos, coerentes com os que vinham sendo preconizados pela SEPLAN e a política agrícola nacional. Especificamente, cabendo à área que contempla o Projeto Litoral Sul de Santa Catarina (PLSSC) desempenhar papel no contexto das novas condições do sistema econômico brasileiro, compatibilizando interesses das diferentes esferas, tendo sob coordenação direta a SUDESUL em parceria com o governo Catarinense.

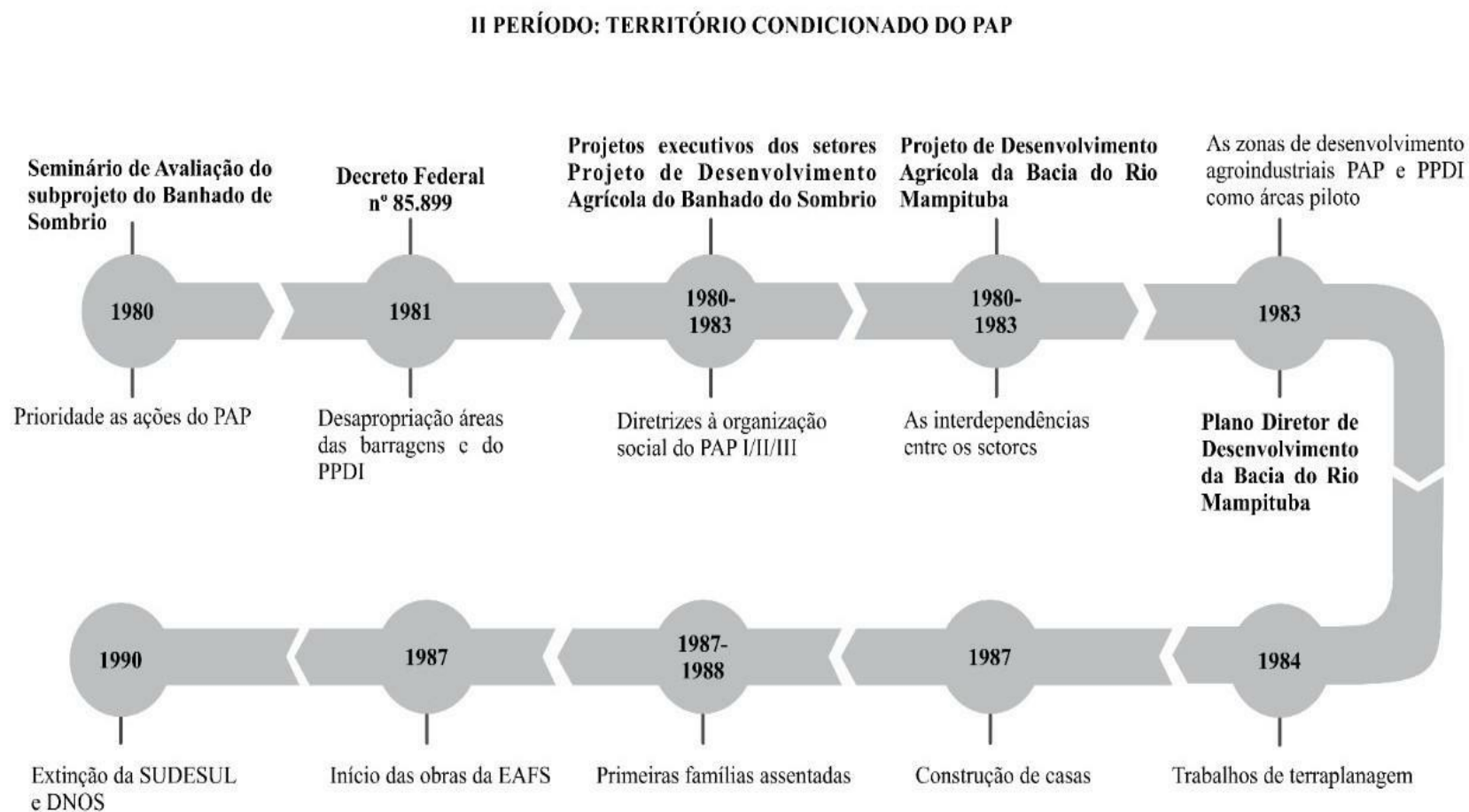
Sobre esses aspectos se busca compreender as atribuições e especificidades que reverberam a partir da década de 1980 ao Plano de Assentamento de Populações como primeiro setor do subprojeto Banhado do Sombrio, o qual estava sob coordenação da SUDESUL na escala regional. A seguir, abarcam-se, dessa maneira, as efetivas ações decorrentes da proposta, mais expressivamente sobre o caráter da formação territorial que estava sendo condicionada e os encadeamentos socioespaciais na comunidade procedente, a clarear as possíveis conexões da criação de uma escola agrotécnica circunvizinha ao PAP, dentro da área do subprojeto, em uma perspectiva do planejamento estatal ao desenvolvimento regional do período.

3 COEXISTÊNCIAS NA TRAJÉTORIA DA FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DO PLANO DE ASSENTAMENTO DE POPULAÇÕES – PAP

Para compreender as funções e as particularidades do Plano de Assentamento de Populações (PAP), perante as proposituras e ações concretas, no que se refere a continuidade administrativa, política e institucional do subprojeto do Banhado do Sombrio na década de 1980, a tratativa deste capítulo parte de categorias como a formação socioespacial e territorial, para traçar o segundo período da trajetória do PAP (figura 2, p. 78). Dessa forma, convém rememorar a formação distrital de Santa Rosa, no município de Sombrio, em sua representatividade social, política e produtiva, que, no conjunto de estruturas sociopolíticas, físicas e territoriais, marcaram a ocupação desse território pelas famílias assentadas nos anos 80.

A partir das discussões que percorrem a constituição de um território, em primeira instância condicionado e dependente do Estado, em uma década marcada por períodos de intensificação de ações concretas na contramão de períodos de retração orçamentária e de planejamento na esfera federal, tangenciando as conjunturas e rumos que o planejamento estatal toma em nível nacional, contextualizam-se os movimentos ao desenvolvimento regional que se consolidavam neste espaço. Perante a atuação da SUDESUL e do governo de Santa Catarina, em que as estratégias nacionais tomam contornos particulares às especificidades regionais, abordam-se os significados políticos e econômicos deste espaço, a experiência de estruturação do Plano de Assentamento de Populações e a inserção de uma Escola Agrotécnica Federal dentro da área do subprojeto do Banhado do Sombrio.

Figura 2 – Segunda periodização da trajetória do PAP: território condicionado



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

3.1 FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL E A DIMENSÃO TERRITORIAL

Denota-se que a organização e as ressignificações do espaço, em aspectos sociais, econômicos, produtivos, culturais e políticos, têm influência direta de forças externas e inerentes à atuação estatal, de modo que,

[...] as ações do Estado tornam-se, em um certo nível interdependentes, o que acarreta muitas consequências sobre o plano da organização do espaço, e, conseqüente, sobre as mudanças de importância relativa de cada pedaço de território. (SANTOS, 2004, p. 225).

Nesse sentido, conforme apontado por Haesbaert e Limonard (2007), em primeira instância, é imprescindível distinguir o território de espaço. Para os autores, o território tem uma dinâmica própria, que cunha entre aspectos subjetivos, como a identidade territorial, e aspectos objetivos e concretos de “ação político-econômica”, caracterizando-o, segundo a “construção histórica e, portanto, social, a partir das relações de poder (concreto e simbólico) que envolvem, concomitantemente sociedade e espaço geográfico” (HAESBAERT; LIMONARD, 2007, p. 42). Por sua vez, o espaço trata da esfera geográfica de uma dimensão mais ampla que o território e reúne os aspectos objetivos e subjetivos. No caso brasileiro, os atos de planejamento e projetos de desenvolvimento nacional, nas esferas regionais, percorrem por concepções que se consideraram, ou se pode considerar, por vezes, como uma escala intermediária entre o local e o nacional, tendo o território como base de poder e de demarcação para a produção de capital, condicionada a diferentes conjunturas (nacionais e internacionais) em modo e forma ao sistema político e econômico.

O contexto histórico da formação territorial foi conduzido sob forte influência geopolítica – seja pelas condições voltadas para o projeto de industrialização ou pelos pactos conservadores³⁸ - com enfoque na dominação, controle e expansão do poder nas diretrizes de segurança e integração do Estado nacional. Em virtude desses princípios estarem pautados em objetivos macroeconômicos de ordem aos interesses nacionais, tais princípios tendem a sobrepor as importâncias sociais (de modo de vida) no âmbito regional e local (HADDAD, 1985; MARCON, 2012). Suscitando a concepção para a construção do território com base na reprodução hegemônica, de racionalidade técnica e burocrática do Estado.

Santos (2004) traz o termo “Estado-Nação” para abordar o território construído ou condicionado em comum acordo ou pela força. Ele, juntamente com os elementos povo e

³⁸O conceito de “pacto conservador” está na obra de Fiori (2001).

soberania, formam o Estado-Nação. Em suas condições e contextos, de modo relacional, o território se torna imutável e se expressa no espaço, ou seja, “Os territórios modernos são resultados de domínios estatais, e o Estado moderno é um Estado territorializado com uma base física definida” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 45).

Para Claude Raffestin (1993, p. 23), o “território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida”. Tendo nas dimensões políticas, econômicas e sociais, as perspectivas de o espaço ser territorializado, utiliza-se da categoria de territorialidade para tratar do conjunto do sistema presente na dinâmica de cada sociedade, que se transforma em relação ao tempo e espaço, dando, assim, a organização do território. No seio desta gestão, insere-se a questão política no território, como um instrumento estratégico ao controle (social, ideológico e econômico) em uma lógica hegemônica de poder³⁹ ao espaço nacional (BECKER, 1988).

[..] o poder deriva de múltiplas fontes, e o espaço tem, sem dúvida, uma potencialidade política e social que cumpre ser resgatada. O espaço sempre foi fonte de recursos e meio de vida. Contemporaneamente, sua potencialidade reside, também, no fato de ser condição para a reprodução generalizada – como dimensão concreta, constituinte das relações sociais; ele é produtor e reproduzidor das relações de produção e da dominação. Daí o controle crescente do espaço como forma de controle social (BECKER, 1988, p. 119).

Considerando para além do termo Estado-nação, compreende-se que, por mais que o Estado tenha significativa parcela de poder, ele não é o único que o detém. O jogo econômico e as forças políticas nas três esferas nacionais e também internacionais geram transformações sobre o processo de centralização, sem deixar de considerar a participação e organização social, de modo que o Estado sofre interferências e tendenciona a rompimentos de fronteiras, revelando diferenciações dentro do território nacional.

Novas territorialidades – entendidas como estratégias que visam influir em ações a partir do controle de territórios – surgem acima e abaixo da escala do Estado desafiando os fundamentos do poder nacional e a possibilidade de desenvolvimento autárquico (BECKER, 1995, p. 272).

No caráter político do conceito de território, percebe-se um diálogo nas obras de Becker e Santos. Desse modo, pode-se considerar que existe a permanente inserção aos movimentos que ocorrem no conjunto – por vezes fragmentado – da unidade nacional e escalas

³⁹ A relação do Estado com o seu território no eixo de poder, é tratado por inferir diretamente na extensão, posição e recursos nas esferas de sistema de estados. Já o caráter geopolítico (nacional e internacional) efetivo como estratégia territorial Estatal, a autora menciona em seus estudos que na prática brasileira, foram “raras exceções”. (BECKER, 1988, 1995).

supranacionais e que, em suas singularidades e integrações, manifestam-se as potencialidades, demandadas em um mesmo período ou em períodos distintos frente aos contextos históricos que marcaram a tratativa do território na visão do Estado.

As experiências nacionais e o aparato teórico demonstram que até a década de 1990 o território “seria uma unidade de referência, um nível de operação e agregação adequado para operar o planejamento de ações governamentais e políticas públicas” (SCHNEIDER, 2004, p. 110). Com isso, a dimensão territorial no período estava pautada sobre o poder desse território, do uso e integração aos interesses nacionais de enfoque setorial meramente econômico.

A este respeito, a intenção é compreender como o território e a região, em termos práticos, eram estratégicas do Estado e, concomitantemente, tentar se afastar da armadilha de desconsiderar as “imprevisibilidades dos processos sociais” (BERTHA KOIFFMANN BECKER, 1988), a “simbiose do sistema político no/do espaço regional” (LUIZ NAVARRO DE BRITTO, 1986). Assim, dá-se visibilidade para além das derivações que privilegiam as atuações estatais e de governo na ótica econômica, na tentativa de compor a complexidade presente nas relações estruturais da formação “socioespacial”, especialmente as conjunturas territoriais que conotam a formação social do Plano de Assentamento de Populações. Conforme apresentado por Milton Santos,

Para Martha Harnecker (1973, p.147), a formação social é uma estrutura complexa, composta de estruturas regionais complexas (econômicas, ideológica, jurídica, política) todas estando articuladas a partir da estrutura das relações de produção. [...] cada estrutura regional em sua autonomia relativa em relação às demais e de acordo com suas próprias características” (SANTOS, 2004, p. 178).

Em constantes movimentos e influências, é preciso não desconsiderar que este território, dentro de seus limites e autonomia, tem posicionamentos e conjunturas próprias das relações de seus sujeitos, que também o formam e transformam pelas singularidades socioespaciais. A este respeito, esta dissertação compreende o território como espaço histórico de caráter social, político e econômico, de modo que sua categorização teórica e analítica será embasada pela abordagem espacial e de regionalização, frente às concepções empregadas pelo Estado, pelas estratégias de planejamento e desenvolvimento regional e as ressignificações sociais, aqui no caso, da comunidade procedente ao PAP, em cada tempo histórico de análise.

Em princípios explicativos e mais diretivos sobre o termo “espaço”, o qual Milton Santos aborda claramente a árdua tarefa de definição da categoria, em virtude de, entre outras coisas, que está “carregada das múltiplas acepções [...]”, cujas interpretações e polêmicas estão endossadas nas múltiplas tentativas de classificar um espaço geográfico, um espaço político,

um espaço jurídico e assim por diante. A menção como sendo inútil ou utópico procurar uma única realidade sobre o espaço, a respeito da representatividade e sentido do termo, faz com que o que se apresente como ponto-chave é que a sua definição seja possível, desde que consideremos que “a sua tendência é mudar com o processo histórico, uma vez que o espaço geográfico é também o espaço social” (SANTOS, 2004, p. 151)

O espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente. Isto é, o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções (SANTOS, 2004, p. 153).

O conjunto dessas relações estabelecidas em determinado espaço e sociedade têm traços específicos e peculiares, representando as transformações perante a formação histórica e estrutural em termos sociais, produtivos e econômicos. Classificam-se, assim, os mútuos sentidos frente às dimensões presentes na categoria socioespacial empregada também pelo autor.

Portanto, a amplitude maior está no espaço e se define nas escalas dos subespaços (país, regional, local, internacional...) e recortes utilizados para análises em determinada base territorial. O espaço é constituído da história como resultado da totalidade das relações sociais, (re)significando o território nas transformações temporais. O território é, por vezes, utilizado como estratégia na lógica de poder, de dominação e de disputa presentes nas estruturas (sociais, produtivas, econômicas, culturais, políticas...). Essas relações dadas e construídas que envolvem o diálogo, essencialmente entre as instâncias sociais e produtivas em determinado espaço, formam a região. Cabe ressaltar que a essência está em,

[...] encarar o espaço como ele é, uma estrutura social, como as outras estruturas sociais, dotada de autonomia no interior do todo e participando com as outras de um desenvolvimento interdependente, combinado e desigual (SANTOS, 2004, p. 265).

A presença de autonomia, mas também de dependência dessas relações, consubstancia em distintos períodos históricos os traços desiguais e identitários presentes. A tentativa de abordagem conceitual nas escolhas teóricas aqui retratadas está sem menor pretensão de esgotá-las. Pelo contrário, como vimos no capítulo, existe uma multidimensionalidade quanto às conjunturas que estabelecem o papel, a interpretação e as estratégias do estado sobre o território e o processo de regionalização e, nesse sentido,

ampliaremos o cânone no decorrer deste estudo, com o intuito de explorar os aspectos concretos, envolventes à problemática da pesquisa, pelas interlocuções das estratégias estatais e as significações socioespaciais ao território do Plano de Assentamento de Populações.

A este certame convém explicar as dinâmicas e contextos que direcionaram à constituição do Plano de Assentamento de População (PAP) no então distrito de Santa Rosa. Nesse caso, a intencionalidade não está em percorrer um debate disciplinar presente em determinadas interpretações sobre o aspecto conceitual de região e território, mas em apostar que as dinâmicas de planejamento e concepções de desenvolvimento nacional singularizam a caracterização destes termos, sobretudo, nas conjunturas que demarcam a estratégica frente às variáveis locais e regionais.

3.1.1 Um prisma sobre a formação distrital de Santa Rosa: o futuro território do Plano de Assentamento de Populações

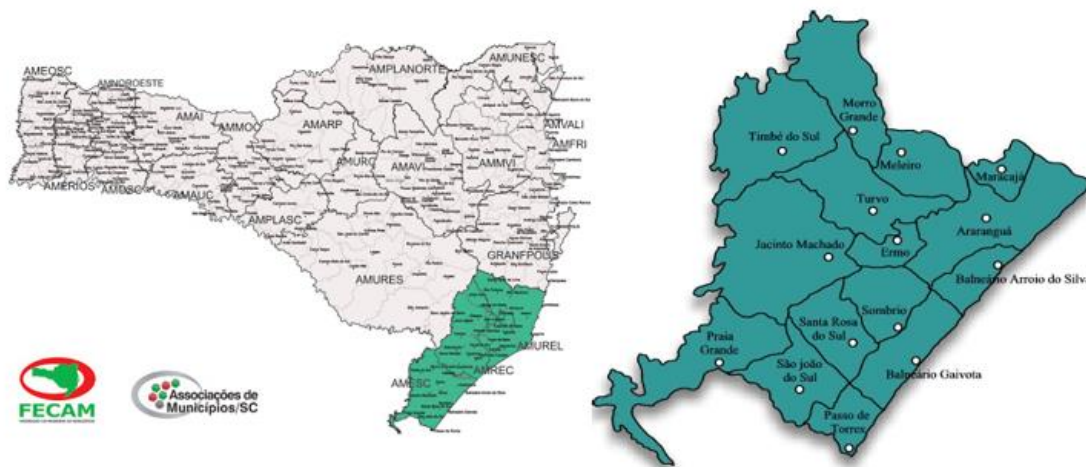
Ao orientar o leitor sobre a localização do Plano de Assentamento de Populações (PAP), cabe considerarmos, mesmo que brevemente, suas interlocuções com o território histórico e geográfico que vem se transformando ao longo das décadas, sobretudo, os contextos que levaram a origem do distrito de Santa Rosa, pertencente ao município de Sombrio no estado de Santa Catarina, onde a área do PAP foi estabelecida na década de 1970 e que, desde a emancipação em 1988, é município de Santa Rosa do Sul. Não há intenção alguma – até porque seria utópico – de abarcar o significado das vivências e das relações populacionais em cada tempo. Porém, dedica-se à exposição cronológica e contextual de aspectos que contribuem para compreender a caracterização e os movimentos que denotam determinado espaço e o inserem em uma dinâmica escalar nas estratégias de desenvolvimento nacional às especificidades regionais, especialmente, ao tocante das dimensões sociais e produtivas deste, a se constituir distrito de Santa Rosa do município de Sombrio.

Sobre esta asserção, trataremos, neste tópico, de conjunturas que antecedem, a exemplo, o Decreto Estadual nº 5.811, de 27 de setembro de 1978, que demarcou a microrregião do Extremo Sul Catarinense. Assim, cabe lembrar que alguns municípios que hoje fazem parte da referida microrregião⁴⁰, como Turvo, Praia Grande, Jacinto Machado, Maracajá, Sombrio,

⁴⁰Balneário Arroio do Silva, Balneário Gaivota, Ermo, Jacinto Machado, Maracajá, Meleiro, Morro Grande, Passo de Torres, Praia Grande, Santa Rosa do Sul, São João do Sul, Sombrio, Timbé do Sul, Turvo e Araranguá, são os municípios que fazem parte da microrregião e da Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense – AMESC.

Meleiro, São João do Sul e Timbé, eram distritos pertencentes à região da Freguesia de Araranguá, posteriormente, município de Araranguá (AMESC, 2021).

Figura 3 – Mapa de Santa Catarina com destaque para Mesorregião Sul Catarinense e Microrregião de Araranguá/SC



Fonte: AMESC (2012); FECAM (2020).

Sumariamente, este território resulta das relações de colonização e migrações de diferentes etnias, culturas e miscigenações, as quais se entrelaçam a exemplo da chegada dos europeus e luso-brasileiros nas áreas meridionais do sul Catarinense, marcada pelo extermínio de indígenas e a apropriação desenfreada das terras ocupadas pelas tribos Carijó e Xokleng. Essa infeliz desfaçatez entooou em algumas aldeias ainda nos primeiros anos do século XX. Ainda, tem-se a vinda de outras etnias como açorianos, para o sul do Brasil (1748-1756); a influência do contexto histórico de instabilidade política e social no Rio Grande do Sul, provocada pela Revolução Farroupilha (1835-1845); e o designo pelo governo imperial de famílias, como a Teixeira da Rosa, para áreas de divisas entre o Estado do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina (COELHO, 2003, 2012; FARIAS, 2000; PEREIRA, 2015).

A conexão de São Domingos das Torres, criada por Dom Diogo de Souza da Guarnição Militar em São Domingos das Torres – atual cidade de Torres que, até então, integrava o município de Santo Antônio da Patrulha no estado gaúcho, um dos mais antigos núcleos populacionais do Rio Grande do Sul –, com o estado Catarinense foi intensificada com a chegada da família Teixeira da Rosa, designada pelo governador Português em meados do século XIX, e a vinda da família Monteiro Guimarães em 1848 nas proximidades da Lagoa do Sombrio. Essas famílias, ao ampliarem a produção agropecuária (farinha de mandioca, cana de açúcar, cachaça e criação de gado) nas propriedades catarinenses, possibilitaram novos

horizontes de trocas e comercialização de produtos agrícolas, destinados especialmente a Laguna e ao estado gaúcho, tanto para o litoral quanto para a serra, que produzia mel e charque (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1977a).

Na dinâmica dos processos imigratórios que ocorriam, de modo geral, na província de Santa Catarina, “constituída administrativamente pelas comarcas de São Francisco, Desterro e Laguna, na faixa litorânea, complementadas pela de Lages, nos domínios do Planalto” (MARCON, 2009, p. 79), dá-se início a formação de colônias agrícolas que evoluíram para núcleos comerciais e industriais. Em termos de demarcações oficiais do território, é importante tratar que a base estava sobre a divisão das províncias brasileiras em distritos eleitorais, paróquias, freguesias e quarteirões. Sobre esta divisão, como veremos a seguir, revelam-se as conotações de poder político e religioso no território, em uma demarcação de cunho político eleitoral, com as atribuições administrativas, assistenciais e do educandário a igreja católica (BOPPRÉ, 1989; MARCON, 2009).

Ao tocante das transações comerciais, a base de escoamento entre o Sul Catarinense e o Rio Grande do Sul centrava-se pela Costa da Lagoa às margens da Lagoa do Sombrio, onde se constituiu um pequeno porto a desembocar no Rio Mampituba, uma divisa entre os estados. Outra rota alternativa percorria o que hoje conhecemos como Santa Rosa do Sul e Jacinto Machado, ligando a região serrana ao litoral através da intercessão entre o Rio Araranguá e estradas usadas também por tropeiros, levando aos distritos de Araranguá e em direção a Laguna. Ainda, ao longo do século XIX, surgiram comunidades consolidadas nos dias atuais como a Peroba, Novo Horizonte, Sanga da Areia e Pontão, no interior de Santa Rosa do Sul (anexo B, p. 284), que tiveram papel singular na exploração madeireira da microrregião entre 1880 e 1920, formando a via de comunicação (terrestre e relacional) entre o litoral e a serra, tanto pelas estradas mais interioranas quanto pelo traçado do que hoje é a rodovia SC 483, complementando ao transporte lacustre (COELHO, 2003, 2012; MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1977a; E4; E5, 2021).

Peroba se consolida como ponto de referência não só econômico como também social, o que explica o fato de ter sido constituída enquanto Capela em 1918 – mesmo ano da construção da capela de Santo Antônio de Pádua, em Sombrio – enquanto a sede do atual município de Santa Rosa do Sul passa a ter esta condição apenas em 1932 (COELHO, 2012, p. 22)

Estas articulações representam relações identitárias quanto a aspectos culturais, religiosos e políticos que se constroem e se solidificam sob a base concreta de demarcação do território e pelas permanências familiares. Com o exemplo do delineamento do espaço social,

produtivo e econômico, edificaram-se templos religiosos, estabeleceram-se estratégias econômicas e exploraram-se as possibilidades dos recursos naturais e das estruturas físicas territoriais disponíveis.

Santa Rosa do Sul⁴¹, antes de ser conhecida assim, chamou-se Morro das Mortes, por ser uma área de morro e mata que servia de esconderijo tanto para os fugitivos políticos como para os bandidos e os saqueadores durante a Revolução Federalista (1893-1895) no Rio Grande do Sul, havendo assassinatos de fugitivos do estado vizinho. Entre o final do século XIV e início do século XX, o comércio se intensificou pela chegada de famílias rio-grandenses (lusu-brasileiros e alemãs). Em três delas seus patriarcas chamavam-se Alfredo: o comerciante Alfredo Teixeira da Rosa, o dono do porto da Lagoa de Sombrio Alfredo José dos Santos, e o farmacêutico Alfredo Calazans Emerin. Logo, o Morro das Mortes também já era conhecido como Três Alfredos. A partir de 1932, após a inauguração da capela⁴², tão desejada e custeada pelos moradores desde a década de 1920, passa a se chamar Santa Rosa (COELHO, 2012; PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL, 2021; RODRIGUES; BITENCOURT, 1995).

Os vínculos revelam o processo de constituição de estruturas materiais e simbólicas, especialmente em torno do processo religioso, econômico e educativo da localidade que, neste período, ainda fazia parte do município de Araranguá, cujo território ocupava o mesmo espaço geográfico onde hoje é reconhecido como o Extremo Sul Catarinense. Entre as décadas de 1910 e 1950, as localidades de Peroba, Novo Horizonte e Sanga da Areia representavam e construíram um território expressivo e peculiar, tanto no caráter de aproximação entre os estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, como pela sobrevivência das famílias que ali residiam. Sustentado pela produção agrícola, pelas transações que se firmavam pela estrutura viária, mesmo que precária e rudimentar, estabeleciam-se pontos de negócios estratégicos, porém, sobretudo, laços de trocas de experiências e de construção do capital social.

O conjunto destas e de outras relações propiciou, além da continuidade produtiva do segmento agropecuário, a precursão no cultivo de banana nestas localidades. Em áreas de

⁴¹Para aprofundar a história do município de Santa Rosa do Sul, consultar: “SOMBRIO, sua origem, seu povo e tradições”, de Juventino Pereira (1972), livro reeditado em 2015 por seu filho Aurelino da Cunha Pereira, como parte da obra intitulada “Na fuga do Lobo Guará”; “Santa Rosa do Sul, Raízes”, por Rolando Christian Sant’ Helena Coelho (2012); e “O desenvolvimento histórico, político, social e cultural de Santa Rosa do Sul de 1995”, de autoria de José Claudio Ramos Rodrigues e Maria da Conceição Mariano, publicado pela Secretaria Municipal de Educação.

⁴²O padre Antônio Luiz Dias, entre 1913 e 1937, era responsável pelas comunidades religiosas do Extremo Sul Catarinense, após muitas sugestões da população sobre qual o(a) padroeiro(a) da nova capela, o vigário deliberou em homenagem a família Teixeira da Rosa por Santa Rosa de Lima.

solos arenosos, como os localizados na Vila São Cristóvão, houve a intensificação do plantio de mandioca, que já ocorria nas proximidades. Porém, em decorrência do processamento em engenhos e os beneficiamentos de subprodutos, veio a ampliar as possibilidades de negociações e a consolidação da produção agrícola.

A década de 1960 foi intensa com o escoamento de farinha para Araranguá, então, em 1996, surgiu a primeira iniciativa em montar uma fecularia com o objetivo de produção de polvilho (COELHO, 2012). Esta, por sua vez, representa, até os dias atuais, a localidade da Vila São Cristóvão, sendo referência em plantio e beneficiamento da mandioca. Produzindo farinha, polvilho e outros derivados, ela concentra significativa parcela do movimento econômico municipal. As condições físicas de solo das propriedades rurais, o trabalho agrícola e o estabelecimento de agroindústrias desencadearam o reconhecimento da indústria do polvilho e da banana no município de Santa Rosa do Sul.

Desde 2005, o município realiza, a cada dois anos, a “Polvilhana” – festa do polvilho e da banana – com representatividade histórica, econômica e sociocultural aos municípios e à população regional. Por encaminhamento da Ordem dos Economistas de Santa Catarina, Seccional Sul, foi discutido na 21ª sessão ordinária da câmara dos vereadores, realizada em 21 de julho de 2014 e, posteriormente, protocolado na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC) o Projeto de Lei 0.211.0/2014 que reconheceu, em 2015, Santa Rosa do Sul como a “Capital Catarinense do Polvilho”.

Ao tocante da “estrutura do educandário”, a partir da visibilidade que a localidade Morro das Mortes expressava como mercadejo no ano de 1911, o então governador Vidal Ramos, do Partido Republicano Catarinense (PRC), designa o primeiro professor, Abrahão Raupp, para lecionar e enceta a periodicidade da presença de padres⁴³ de Araranguá à localidade (COELHO, 2012; RODRIGUES; BITENCOURT, 1995). Contudo, a aplicação de recursos às questões da educação na localidade vigora após 1935, com a vinda da professora Isaura Freitas, procedente de Tubarão/SC. A docente tem legado pela atuação para além do caráter de ensino e aprendizagem. Ela exercia práticas e vivências junto à comunidade com as famílias dos educandos e, nas atividades religiosas, estabeleceram-se elos harmoniosos e de liderança.

Muito contente e já adaptada à escola e a comunidade por questões políticas é removida para Laguna (SC). A comunidade aflita fez um movimento e enviou carta ao governador do Estado. Na época era prefeito de Araranguá o senhor Caetano Lummertz, que interferiu junto ao governador e este atendeu seu pedido, trazendo de

⁴³As capelas e celebrações, a exemplo de batismo e matrimônio, eram coordenadas pelo vigário pertencente à Paróquia Nossa Senhora Mãe dos Homens, em Araranguá.

volta a professora que ficou à comunidade por dezenove anos (RODRIGUES; BITENCOURT, 1995, n.p).

É notório que o principal estímulo para a ação do poder público a disponibilizar o acesso ao ensino, foi em decorrência da consolidação do ponto de negócios firmado na localidade de Três Alfredos. Os encadeamentos dessa estrutura educativa propiciaram convívios, reflexões e articulações da comunidade, antes concentradas as demandas religiosas. Situações que propiciaram a formação de grupos a movimentos reacionários e/ou retroativos, demonstraram contradições, resistências e complacências aos fatos e às percepções sociopolíticas impostas.

Desde a inauguração da Capela de Santa Rosa de Lima, a articulação política da comunidade vinha se fortalecendo e, então, em 1936, elege-se Natalino Teixeira da Rosa como vereador do município de Araranguá, o primeiro representante do distrito de Sombrio, fato que aproximou a população às discussões e reivindicações, como a supracitada no ensino da localidade. Estas condições, alinhadas a eixos físicos de circulação mercadológica e no acesso de infraestruturas básicas e estruturas educacionais e assistenciais às comunidades, são determinantes para a permanência da população.

As articulações sociais, políticas e econômicas, assim como os relacionamentos socioculturais e religiosos, que se firmaram entre os processos migratórios, contribuíram e representaram condições *sine qua non* para formar e reconhecer localidades que foram gêneses do então município. Sobre estas interações, tratamos como representações do que Luiz Navarro de Britto (1986) aponta à formação do sistema político no espaço regional. De tal modo, estas inter-relações, por vezes, com bases subjetivas, são externalizadas em situações e comportamentos pelas forças de decisões e pelas mudanças políticas em determinado espaço, tendo em sua finalidade constitutiva a organização e reconhecimento de grupos políticos que se aproximam ou se diferenciam sobre questões locais, regionais e nacionais.

Observa-se, portanto, que o aspecto territorial compõe as relações políticas, econômicas, socioculturais e históricas que formam determinado espaço regional. De tal modo, existem fatores e interesses estratégicos que geram elementos concretos a virem demarcar as unidades políticas espaciais, a exemplo, os planos de ordenamento territorial construídos pelas bases federalistas em torno de objetivos que delimitam um território e reconhecem uma organização política e administrativa (BRITTO, 1986).

Nesta perspectiva, as dimensões desse espaço são expressadas, entre outras condições e aspectos, pelos comportamentos políticos que buscam certo grau de autonomia ou interdependência de atuação em relação ao território pertencente, sobretudo, para que este

corresponda a interação dos fenômenos locais da sociedade e do jogo político e econômico presente e que indubitavelmente dialogam de modo congruente ou contraditório com as demais esferas. Um exemplo ao exposto, são os movimentos emancipatórios que ocorrem a partir da década de 1940, especialmente nos distritos pertencentes ao município de Araranguá. Subjetivamente, a este respeito, elenca-se um impulso perante as possibilidades após a Constituinte de 1946 que, entre seus instrumentos jurídicos, ensejam um caráter financeiro, político e administrativo mais autônomo na escala municipal, que alinhado a outras conjunturas singulares de cada distrito, surgem os primeiros processos. Iniciou-se com Turvo em 1948, seguido por Sombrio e São João do Sul em 1953, Jacinto Machado e Praia Grande em 1958, Meleiro em 1962 e Maracajá e Timbé do Sul em 1967. A partir destes, originaram-se outros municípios (apêndice C, p. 279) que, frente às transformações constitucionais, administrativas e estruturais, formaram ao longo das décadas o então Extremo Sul Catarinense.

Em decorrência do ato emancipatório, Sombrio, em 1954, elegeu seu primeiro prefeito, Santelmo Borba, do Partido Social Democrata (PSD), e as lideranças locais começam a articular-se para que a emancipação político-administrativa de Sombrio possibilitasse a localidade de Santa Rosa o reconhecimento como distrito de Sombrio. Em 24 de novembro do ano seguinte, com a aprovação da Câmara Municipal de Vereadores de Sombrio, pela Resolução nº1/55, cria-se o distrito de Santa Rosa e, posteriormente, formaliza-se a intendência distrital pela Lei Municipal nº 250, de 10 de novembro de 1956. Os arranjos políticos à formação distrital remetem às possibilidades escalares do período a conceituarmos e tratarmos que a região

[...] corresponde a um nível de agregação das comunidades locais no interior do Estado-Nação que têm em comum diferenças de base econômica, política e cultural em relação às demais, capazes de gerar uma identidade da população com seus territórios. Esta manifesta numa finalidade social e política própria que determina contradições e modos específicos de relacionamento com o poder hegemônico (BECKER, 1988, p. 130).

De modo geral, a delimitação de um território e o reconhecimento de uma organização política no Estado-Nação, em zonas de influências internas a esta nação ou supranacionais, representam as fusões de objetivos e desencadeiam estratégias de atuações nas diferentes escalas sobre distintos graus de autonomia e relações. Convém salientar que as origens destas fusões nem sempre se originam de estímulos homólogos, elas podem também provir e representar contradições, bloqueios atitudinais, divisões político-administrativas, transformações legislativas e institucionais, que influem às modificações socioespaciais.

No caso do distrito de Santa Rosa, sua base territorial, com potencial a produção agrícola, trazia a ele um caráter importante sobre a produção de alimentos à sobrevivência da população local e circunvizinha, mas sua principal relevância estava na conexão das vias físicas interiorizadas e lacunar – pela Lagoa de Sombrio – que estabeleciam ligação do litoral com a serra, entre os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e também entre as cidades centros, como Araranguá e Laguna no estado Catarinense.

A marcha ao crescimento econômico e aos investimentos em grandes obras que o ex-presidente do Brasil, Juscelino Kubitschek (1956-1961), propusera no âmbito nacional, foi conveniente para que, em 1957, fosse feita uma comitiva, incluindo o então prefeito de Sombrio - Santelmo Borba do Partido Social Democrata – indo à Brasília para solicitar a continuidade da rodovia - BR 101- que já ligava Araranguá ao município, mas não Sombrio ao distrito de Santa Rosa. O acesso às estradas, entre Sombrio e o distrito de Santa Rosa, eram precários e o polo comercial concentrava-se interiorizado na localidade de Peroba, sendo distante do centro de Sombrio. O investimento empregado na realização de vias e rodovias as décadas de 1960 e 1970, impulsionou que a população de localidades como Peroba e Pontão migrasse e estabelecesse a sede distrital de Santa Rosa mais próximo da rodovia e da Lagoa do Sombrio, assim como também propiciou dois pontos de negócios no distrito (um no centro e outro no interior), ambos com ligação terrestre e lacustre com o estado gaúcho.

A estrutura de ordenamento territorial, instituída pelo reconhecimento formal do distrito de Santa Rosa, no município de Sombrio, é resultante de variáveis operacionais e funcionais que formaram a unidade geográfica, com certas particularidades construídas por décadas de relações, assim como em uma perspectiva do jogo de influências recíprocas entre os agentes sociais e políticos das três esferas, que esboçam de modo concreto e simbólico as interações socioespaciais. Portanto, as questões locais, sobretudo as da área do banhado do Sombrio, localizado no distrito de Santa Rosa, tomariam outras dimensões escalares. A referida área, como evidenciado no capítulo anterior, abrangia algumas problemáticas de cunho físico territorial, as quais refletiam em outros municípios, especialmente pelas fortes e recorrentes enchentes que assolavam a região.

Os municípios pertencentes ao subprojeto Sombrio fazem parte da bacia hidrográfica do Rio Mampituba, que abarca áreas do litoral norte do Rio Grande do Sul e do Sul de Santa Catarina, tendo como principais afluentes “no lado catarinense, o Rio Sertão, o Rio Canoas e a Sanga da Madeira - que drena a Lagoa do Sombrio, a maior lagoa de água doce do sul catarinense – [...]” (LOPES, 2015, p. 54). Como já evidenciado, a área do Banhado do Sombrio, especificamente a área que estava prevista para o PAP, que se localizava no distrito

de Santa Rosa, concentrava fortes fluxos hídricos, principalmente do Rio Canoas, intensificando as enchentes nas áreas circunvizinhas, inviabilizando o uso das referidas áreas, as quais eram consideradas férteis por seus solos turfosos. Nesse contexto, faziam-se necessários investimentos para propiciar condições de habitabilidade e de produção agrícola, setor central da economia local.

O anúncio de que Santa Rosa seria objeto de um grande empreendimento voltado a agricultura animou a todos, pois começou a ser nutrida a expectativa de que o Distrito seria transformado na sede de um celeiro de produção agrícola no Sul do país (COELHO, 2012, p. 76)

No campo político, a dinâmica que repercutia sob o seio do governo municipal de Sombrio e as forças locais do distrito passavam por períodos de impasses e coesões. Em comum, estes visavam no espaço do banhado contornar os regimes hídricos irregulares, sobretudo os de cunho de enchentes que atingiam outras localidades, seguido da busca de integrar a área com as localidades de importância socioeconômica, como a de Peroba, o centro distrital e as conexões viárias com outros municípios do Estado de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

Bohn (2008), ao analisar o histórico das disfunções socioambientais da região Sul Catarinense, depara-se com o contexto de enfrentamento da “vulnerabilidade das margens da rede de drenagem”, que infere diretamente na dinâmica socioeconômica das comunidades sobre aspectos que inviabilizam a habitabilidade e sobrevivência das áreas, sobretudo as rurais, demonstrando as (des)articulações da presença estatal e de governos em áreas com tais problemáticas, que ao não serem geridas, potencializam-se com o passar dos eventos. Nesta conjuntura, a forte enchente que atingiu o Sul catarinense em 1974, foi considerada um drama social que demandava reestruturações e investimentos dos governos estaduais e federais para contornar a problemática hídrica da região. Em uma região de características potencializadoras, a economia agropecuária, alinha-se no que Márcio Mauro Oliveira chama de estruturação do “período pedagógico-político da atividade extensionista” (OLIVEIRA, 1999, p. 98) da modernização agrícola no país. A área de banhado do Sombrio centraliza algumas singularidades em congruência com as proposituras governamentais a este certame, previstas também no plano de operações do litoral sul de Santa Catarina.

Para amenizar os ânimos políticos sob um olhar mais atento sobre a área do Banhado do Sombrio, surgia uma possibilidade financeira ao vincular uma demanda local em programas nacionais de atuações regionais, a exemplo do Programa Especial de Controle de Enchentes e Recuperação de Vales, conferindo, assim, a oportunidade financeira de articulação

entre os pressupostos dos Planos Nacionais de Desenvolvimento sobre ações de planejamento e desenvolvimento vinculado ao Ministério do Interior no território nacional.

A proposta por si só, certamente de modo incipiente, já propiciava o desencadeamento de questões locais ao desenvolvimento regional frente à problemática e fonte de recursos às questões hídricas. Porém, a implantação de uma infraestrutura dita como capaz de incorporar populações, controlando a urbanização, ampliando a produtividade e a renda no espaço periférico do sul catarinense e, alinhado às dimensões integrativas, como o eixo econômico de Criciúma e Imbituba, que consolidava em termos estratégicos a economia estadual e nacional, representava a compatibilização das ações nas três esferas do período. Inicia-se, portanto, o processo de presença estatal na região, que repercute nas estruturas sociais e modos de produção, sobretudo na escala local e regional, pela inserção do Projeto de Desenvolvimento Agrícola da Bacia do Rio Mampituba e das ações concretas que desencadearam o PAP e o PPDI, setores do Subprojeto do Banhado do Sombrio na década de 1980.

3.2 FUNÇÕES E PARTICULARIDADES AO CARACTERIZAR O PAP: TERRITÓRIO CONDICIONADO NA DÉCADA DE 1980

Direcionando o olhar ao Plano de Assentamento de População, setor II do subprojeto do Banhado do Sombrio – Zona 2 do Projeto de Desenvolvimento Agrícola da Bacia do Rio Mampituba, inserido no subprograma de irrigação e drenagem, do PRO LITORAL com parcerias Federal e do governo Catarinense – a primeira tratativa, que direcionava a uma executividade a todo planejamento e diretrizes que antecederam até a década de 1980, veio do Estado de Santa Catarina, mediante o Decreto nº 10.692, de 30 de abril de 1980. A partir do decreto, reiterou-se o já exposto no Decreto nº 7.795, de 05 de junho de 1979, incluindo o caráter de urgência a desapropriação da área de 15.200 hectares considerada de interesse público ao subprojeto.

Nesses movimentos ao processo de desapropriação convém salientar, mesmo que sucintamente, os fundamentos que amparam as conjunturas do papel do Estado sobre a propriedade de terra e a função social, assim, desencadeando propostas e embates sobre a estrutura fundiária brasileira. Com isso, mesmo em termos embrionários, porém claros, a partir da Constituição de 1934, aparecem as conotações estatais sob o uso e direito à propriedade, pelo Artigo 17 de seu Capítulo II, expondo que

É garantido o direito de propriedade, que não poderá ser exercido contra o interesse social ou coletivo, na forma que a lei determinar. A desapropriação por necessidade ou utilidade pública far-se-á nos termos da lei, mediante prévia e justa indenização. Em caso de perigo iminente, como guerra ou comoção intestina, poderão as autoridades competentes usar da propriedade particular até onde o bem público o exija, ressalvado o direito à indenização ulterior (BRASIL, 1934, on-line).

O desencadeamento da concepção de função social da terra está inserido em um processo que demandaria aprofundamento sobre as nuances dos aspectos sociopolíticos e jurídicos presentes na questão agrária do país, como apontado em diversos estudos (FERNANDES, 2001; LEITE, et al., 2004; LINHARES; SILVA, 1999; NEVES, 1997; STÉDILE, 2005) que tratam do contexto histórico e estrutural da representatividade política e social do uso da terra e da ocupação territorial, sobre eixos de análises que envolvem de modo direto as lutas de resistência e o papel do Estado (des)construído ao longo das décadas. É oportuno ressaltar que a interpretação se pauta consciente e reconhecendo a existência de outros debates, em que, mesmo sobre novas abordagens, as narrativas e medidas estatais ainda são sobre questões antigas e velhos problemas, que pousam a complexidade da reestruturação fundiária. Esta percorre períodos que a análise sobre o discricionário dos marcos legais seria limitante e guiaria a possíveis equívocos analítico.

A exemplo da Lei no 4.504, de novembro de 1964, em plena repressão da Ditadura Militar, dispõe o Estatuto da Terra, que versa como estratégia do Estado para desestabilizar os movimentos populares que lutavam e resistiam ao processo desigual e contraditório do campo, dos modos de produção dos modelos hegemônicos inerentes ao controle e ocupação dos territórios. A partir disso, as propostas por vias legais, como a supracitada reforma agrária pacífica e efetiva, tiveram poucos resultados concretos (SOUZA; ESTEVAM, 2021).

A de assinalar também que, no mesmo cenário político e econômico, sob o âmbito estatal, - não de reivindicações dos movimentos sociais, camponeses e dos agricultores sem-terra -, vigora-se a inserção da política agrícola ao convite à modernização e à estruturação da propriedade como empresa rural. Outrossim, “A modernização da agricultura estaria estritamente voltada para o aumento da produtividade, não mais se articulando a medidas de reestruturação fundiária – destinadas a resolver as tensões sociais no campo” (RAMOS, 2009, p. 30). Ao não se vincular os objetivos e as estratégias no que tange a questão agrária e fundiária das diretrizes aos processos, a produtividade agrícola corrobora para, após quatorze versões, até o documento final do Estatuto da Terra, as premissas da Reforma Agrária e a Política Agrícola estivessem como propostas díspares.

A mesma autora apresenta a fala do Ministro Roberto Campos, o qual visava justificar tal segmentação: “a reforma agrária é um problema regional e local, existe apenas em algumas áreas de maior pressão demográfica; já a política agrária, pelo contrário, é um problema do universo brasileiro” (RAMOS, 2009, p. 30). Digamos que a concepção e estratégia estavam em crer que seria possível realizar o aumento da produtividade, sem transformações nas estruturas fundiárias e, nessa ótica, sem qualquer pretensão de abarcar as dinâmicas intrínsecas à questão agrária – a reforma agrária –, que cabe enfatizar ser sim “um problema do universo brasileiro”, para além dos fatores econômicos, produtivos e tecnológicos. A esse aspecto o,

Estado brasileiro implantou uma ousada estratégia nacional de modernização tecnológica das atividades agropecuárias. Essa fase cobriu o período de 1968 a 1981, este último ano sinalizando o ocaso desse período, sem precedentes, de intensa expansão tecnológica de algumas regiões rurais brasileiras (NAVARRO, 2010, p. 110).

Em Santa Catarina não foi diferente, pois a política desenvolvimentista, baseada na transformação da agricultura tradicional para a expansão da fronteira e modernização agrícola que ocorria em todo o país, teve várias frentes como já referenciadas no decorrer do trabalho. Contudo, neste momento, cabe enfatizar que pelas parcerias entre a Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL), o Governo do Estado de Santa Catarina (pela Secretaria da Agricultura e Desenvolvimento) e a Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina (ACARESC), cada qual com sua autonomia relativa, abarcaram-se ações setoriais e interligadas a estruturar a economia regional, assim como aos preceitos que estavam no Estatuto da Terra, sobretudo, os contidos no capítulo IV, na seção III, que trata da administração e da organização da reforma agrária. Dessa maneira, remete-se ao debate do diagnóstico da área que determinou o zoneamento do projeto de desenvolvimento agrícola da bacia do Mampituba, haja vista o caráter de determinar “regiões homogêneas do ponto de vista socioeconômico e das características da estrutura agrária” (BRASIL, 1964b, on-line). A partir do Art. 43, da Lei 4.504, que dispõe sobre o Estatuto da Terra, atribuiu-se as definições, assim, reafirmando as concepções de projeto político de governo do período, que se firmou em estruturas atemporais como as que envolvem as comunidades procedentes dos projetos de assentamentos no território nacional.

[..] III - as regiões já economicamente ocupadas em que predomine economia de subsistência e cujos lavradores e pecuaristas careçam de assistência adequada; IV - as

regiões ainda em fase de ocupação econômica, carentes de programa de desbravamento, povoamento e colonização de áreas pioneiras. § 1º Para a elaboração do zoneamento e caracterização das áreas prioritárias, serão levados em conta, essencialmente, os seguintes elementos: a) a posição geográfica das áreas, em relação aos centros econômicos de várias ordens, existentes no país; b) o grau de intensidade de ocorrência de áreas em imóveis rurais acima de mil hectares e abaixo de cinquenta hectares; c) o número médio de hectares por pessoa ocupada; d) as populações rurais, seu incremento anual e a densidade específica da população agrícola; e) a relação entre o número de proprietários e o número de rendeiros, parceiros e assalariados em cada área. § 2º A declaração de áreas prioritárias será feita por decreto do Presidente da República, mencionando: a) a criação da Delegacia Regional do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária com a exata delimitação de sua área de jurisdição; b) a duração do período de intervenção governamental na área; c) os objetivos a alcançar, principalmente o número de unidades familiares e cooperativas a serem criadas; d) outras medidas destinadas a atender a peculiaridades regionais (BRASIL, 1964b on-line).

Ao elencarmos as definições do artigo supracitado, apercebem-se as conexões entre os setores e zonas que compõem o projeto de desenvolvimento agrícola da bacia do Rio Mampituba. Especialmente ao PAP, entrelaçam-se com os diagnósticos da situação atual dos estudos de viabilidade e as orientações, as especificidades para trabalhos futuros, assim como a definição de projetos de intensificação e de recuperação agrícola. No conjunto do que estavam nas linhas da legislação, dos interesses e das estratégias é que se dão os rumos dentro do subprojeto Sombrio, da caracterização de processos que envolvem as reestruturações agrárias, mais diretamente com as bases de atuações no PAP e a intensificação da política agrícola, mais especificamente com o PPDI.

De tal modo, alinhando-se aos processos de desapropriação aos projetos de desenvolvimento regional que ocorriam em Santa Catarina, em 13 de abril de 1981, o Decreto Federal nº 85.899 declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, as áreas e suas benfeitorias em 664,56 ha, localizados no município de Jacinto Machado, para a implantação do "subprojeto de desenvolvimento agrícola do banhado do Sombrio". Isso era diferente dos decretos estaduais (1979-1980), que incumbiam o governo de Santa Catarina a desapropriação da área total ao subprojeto, para então formar o núcleo agropecuário conjuntamente ao assentamento de famílias sem terras e/ou o reassentamento das populações que estariam nas áreas alagadas pelas três barragens, estas previstas no desenvolvimento integrado do Vale do Mampituba. O decreto federal (1981) é sobre uma parcela do território dos 15.200 hectares que passam para a SUDESUL a responsabilidade em promover a desapropriação com os recursos próprios, federais.

A área que corresponde aos 664,56ha estava destinada à construção das barragens do Rio Bonito e do Rio Leão, inseridas nos projetos executivos de irrigação e drenagem. Cabe enfatizar que o processo de desapropriação estava inteiramente ligado a um processo de

urgência ao interesse público, vinculado à Lei nº 6.662, de 25 de junho de 1979⁴⁴, que tratava da Política Nacional de Irrigação. O processo, alinhado às diretrizes de assistência técnica, acesso a apoios e incentivos como o crédito rural, preconizava os moldes de desenvolvimento do Estado ditatorial, tendo, na referida área, a representação do segundo setor do subprojeto do Banhado do Sombrio, o Plano Piloto de Irrigação e Drenagem (PPDI), que avante representaria uma estrutura atemporal com bases sólidas do Programa de Aproveitamento Racional das Várzeas Irrigáveis (PROVÁRZEAS), fortemente implantado a partir de 1981 na microrregião.

Estas bases legislatórias tiveram forte influência na área do PPDI, após o deflagra da desapropriação pela esfera federal e as conotações com outros programas setoriais. Sendo capaz de potencializar na sua estrutura fundiária e social na metade dos anos oitenta, o que os estudos de viabilidade do subprojeto do banhado do Sombrio já haviam evidenciado. Onde era possível propiciar por meio do disciplinamento do regime hídrico, condições aos agricultores já inseridos, e também aos futuros assentados na área, uma incorporação entre a extensão rural a capacitação técnica ao manejo hídrico o aumento da produtividade na área do PPDI e a possibilidade de produção agropecuária na área do PAP.

Segundo os estudos de viabilidade, em virtude do problema de gestão hídrica, ocorrem baixos investimentos na agricultura da região e, por consequência, os produtores obtêm baixos rendimentos, que nem sempre compensam os custos. De acordo com um produtor entrevistado, com propriedade rural na área do PPDI:

Na época neh, nós produtores não investia em sementes e adubações, justamente pelos leitos dos rios serem circundados por margens mais altas que a roça e dificultava o retorno das águas das enchentes. Com isso áreas férteis ficam vários dias submersas, afogando as plantações (E12, 2021).

Sobre estes aspectos deu-se como prioridade atuar simultaneamente sobre as estruturas existentes, para preparar a instalação de novas estruturas de produção na área. Para isso, consideraram-se dois níveis de atuação: o nível das infraestruturas, resolvendo os principais problemas de inundações, pelas obras de canalização; e o nível dos serviços, instalando no local um primeiro centro de intensificação da agricultura sob a forma de um serviço de extensão rural encarregado de acompanhar a execução dos planos de drenagem e de irrigação e de promover novos tipos de produção agrícola.

⁴⁴ Revogada pela Lei nº 12.787 de 2013, a qual integrou dispositivos regimentais em forma de decreto e leis emitidos entre 1979 e 2002 e instituiu a Política Nacional de Irrigação, a ser executada em todo o território nacional.

Os dois organismos públicos atuantes nessas atividades na região, o D.N.O.S. e a ACARESC, já demonstraram a capacidade executiva e obtiveram o apoio generalizado dos agricultores, o que mostra que os mesmos são respectivos a implantação de nova tecnologia agrícola (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1978a, n.p).

Revela-se a necessidade de obras contra as enchentes, tanto nos estudos de viabilidade técnico econômica do Banhado do Sombrio como no consenso entre instituições públicas e comunidade. Entretanto, a esquematização de um plano de ação, em uma zona onde os proprietários já tinham os seus cultivos definidos, se revelou difícil para a equipe técnica que estava em campo. Diante do cenário, visando atingir os objetivos propostos, a estratégia foi articular programas de assistência técnica concentrada ao estabelecer os planos de cultivos, não havendo um rompimento imediato com o sistema de produção vigente. No entanto, mediante investimentos nas áreas complementadas por pesquisas sistemáticas a partir da Sede do Morro do Bino⁴⁵, e no território do PAP, aferiram-se processos mais adequados de produção e, por consequência, de maior densidade econômica.

O serviço de Extensão Rural, além de promover o cultivo de produtos considerados pelos técnicos “nobres” (hortigranjeiros), deveria assessorar os agricultores na organização dos sistemas de canais secundários e terciários, a fim de que possam vir a ser beneficiados pela drenagem e irrigação. Esse processo de intensificação da agricultura da área, embrião da transformação de toda a região, poderia iniciar paralelamente a construção do Sistema de Canalização e Drenagem, que era a base central do PPDI e viria a influenciar no PAP e demais setores como já tratamos.

Foi na área do Tenente, comunidade de Jacinto Machado, que se encontrou a oportunidade de inserir as tratativas com os produtores e, então, direcionar a atuação na comunidade pela extensão rural, com os trabalhos do PPDI pelas desapropriações de terras. No objetivo da centralidade do PAP e das conexões com o espaço social e político que vigorava nas distintas esferas de poder, considera-se que o ponto primordial da década de 1980 foi o seminário de avaliação do subprojeto do Banhado do Sombrio, ocorrido entre os dias 26 e 27 de maio de 1980, em Florianópolis. Este contou com a participação de técnicos da secretaria da agricultura e abastecimento do Estado Catarinense e de suas instituições vinculadas; da SUDESUL; do DNOS; da Magna Engenharia Ltda (empresa de consultoria externa); da Fundação do Amparo e Tecnologia e Meio Ambiente – FATMA; da Fundação Educacional Sul

⁴⁵ Além da sede, havia um escritório de campo, localizado no Morro do Bino, no distrito de Santa Rosa pertencente ao município de Sombrio/SC. A equipe do projeto contava com profissionais de nível superior, com um economista (gerente), um engenheiro agrônomo e dois engenheiros civis, e de nível médio, com oito operadores de máquinas pesadas. Considera numa unidade integrante do Departamento de Serviços Básicos da Superintendência.

de Santa Catarina – FESSC⁴⁶; e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Os principais assuntos em pauta estiveram em três pilares: solo, irrigação e drenagem; alternativas de produção; e forma de colonização. Ficou-se, assim, perceptível o enfoque sobre as funções, possibilidades e condicionantes em torno do Plano de Assentamento de Populações – PAP.

O seminário concentrou suas atenções no Plano de Assentamento de População – PAP. Não foi abordado o PPDI, tendo como justificativa a ausência inicial de reestruturação fundiária e que a política a ser adotada a este setor concentra-se no incremento dos níveis de produtividade das culturas atuais, procurando-se, entretanto, alcançar alguns ajustes nos sistemas de produção em conformidade com as diretrizes fixadas nos estudos de viabilidade. A área do PAP, que abrange 2.200 hectares de solos predominantemente turfosos da unidade Gravatal, tinha péssimas condições de drenagem, em terreno de relevo plano e frequentemente inundado pelas águas do Rio Canoas/Sertão.

Devido a inexistência de mecanismos de drenagem, e as constantes inundações provocadas pelo Rio Canoas/Sertão, o cultivo dos férteis solos restringe-se a pequenas áreas periféricas, encontrando-se maior parte da área coberta por mata nativa ou secundária. Essa mata está sendo fruto de intensa exploração, visando abastecer a demanda de lenha causada pelas estufas de secagem de fumo (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1982a, p. 5).

Sendo uma zona turfosa, foi recomendado pelos técnicos da SUDESUL e da Secretaria de Agricultura do Estado de Santa Catarina, que ela seria como prioritária para os estudos de assentamento de populações. Inicialmente chamava-se o “Primeiro Assentamento Olerícola no Banhado”, em áreas com alto potencial agrícola.

Trata-se de uma experiência de estruturação fundiária em área atualmente improdutiva (SUDESUL; MAGNA, 1982). Seu perímetro foi demarcado pelo posicionamento dos solos férteis turfosos⁴⁷ da unidade gravatal, pelas encostas das fontes hídricas e pelo limite das propriedades existentes, prevalecendo-se as que não estavam sendo utilizadas. Como retratado pela entrevista E4, “na maioria das propriedades, o único vestígio da presença do homem era a abertura de picadas para a medição do terreno ou para uma primeira extração de lenha”.

⁴⁶ Desde 1989, é reconhecida como Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL).

⁴⁷ Realizaram-se estudos de levantamento de reconhecimento de solos entre os anos de 1971 a 1978, de tal modo a incluir-se estudos pedológicos, cartográficos e taxonômicos, importantes para delimitar e caracterizar a extensão e distribuição das unidades da área de colonização agrícola em 1979.

Os técnicos da MAGNA Engenharia constataram no trabalho de campo e nos relatos dos moradores que residiam e trabalham em áreas circunvizinhas e internas ao subprojeto do Banhado do Sombrio. Embora os rendimentos fossem altos, nenhum proprietário poderia investir nessas terras, pois não teriam capitais necessários para desmatar, drenar, destocar, corrigir a acidez dos solos e introduzir novas culturas de alto valor, abraçando os correspondentes altos riscos.

Na análise das equipes técnicas de engenharia rural, assistência técnica e extensão rural que trabalhavam no diagnóstico das áreas, as justificativas apontadas em parte, para a ausência de tecnologia dos produtores, pautavam-se pela incerteza de colheita, provocada pelas enchentes: “Como os agricultores não tem certeza de que vão realizar as colheitas, não investem em máquinas, sementes ou fertilizantes, para evitar prejuízos maiores” (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1978d, n.p). Nesse sentido, dado o custo do investimento para desmatar, drenar e destocar a terra do Banhado, a orientação do projeto final visava justamente “apresentar os elementos técnicos que permitirão a implantação da infraestrutura de colonização dos férteis solos orgânicos da área do PAP.” (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1982a, p. 5). A base central estava em “tecnificar ao máximo as novas culturas, para atingir altos rendimentos. [...] A irrigação⁴⁸ deve-se generalizar para multiplicar os rendimentos” (SUDESUL; MAGNA, 1982, n.p).

Tendo a partida pela determinação da área do Banhado Sombrio, que levou a identificação de espaços passíveis de ação com vistas ao desenvolvimento agrícola, o setor correspondente ao Plano de Assentamento de Populações foi considerado a parcela territorial mais importante. Desse modo, destacam-se duas particularidades: ser a parte mais alta dos solos gravatal⁴⁹ e permitir, pela sua localização, canalizar e gerir um sistema de irrigação e drenagem, pelos fluxos hídricos da bacia hidrográfica do Rio Mampituba, refletindo em contenção de cheias em outras áreas circunvizinhas e criando um núcleo agropecuário.

Neste cenário, alguns fatores, que singularizam os investimentos ao assentamento, estavam em contingências de múltiplas interlocuções escalares (local, regional e nacional). As diretrizes das finalidades do PAP eram reputadas como básicas e versavam acumular experiência em um assentamento com vistas a equacionar problemas semelhantes no futuro; propiciar condições de vida a níveis mais elevados de organização e qualidade para os agricultores assentados e, via efeito também as comunidades em áreas circunvizinhas; e

⁴⁸ A exigência de irrigação se apresenta ditada por déficits hídricos ocasionais, possibilidades de salinidade e/ou salinização.

⁴⁹ Solos orgânicos, turfosos, com elevado grau de fertilidade.

alicerçar, para atingir o objetivo anterior, o sistema produtivo na olericultura e outras atividades agropecuárias de elevada densidade econômica. Integrados a estes, situavam-se outros intuitos relevantes, mais diretivos a capacidade produtiva, tais como:

Acumular conhecimento interdisciplinar no campo de assentamento dirigido o que envolve problemas de seleção e mobilização de recursos humanos, treinamento de recursos humanos, pesquisa e experimentação agropecuária in situ, economia da produção, economia doméstica, economia da comercialização, geração e destino do excedente nas áreas rurais. Incremento do nível de vida, de padrões tecnológicos e de capacidade gerencial a nível dos produtos rurais (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1980b, p. 23).

Neste sentido, este tópico irá explicar as resoluções provenientes a partir do seminário supracitado, das parcerias firmadas e, assim, as diretrizes norteadoras a implementação e operacionalização do que foi considerado o projeto final do PAP, que sincronicamente levam aos direcionamentos – técnicos e políticos – até então tratados nas estratégias nacionais às especificidades regionais. A partir disso, discutiremos os termos legais e as percepções teóricas frente ao contexto empírico que reverberou o segundo período da trajetória do PAP.

Com efeito, no caso do Plano de Assentamento de Populações no Extremo Sul Catarinense, será possível observar os resultados da incapacidade ou falta de intencionalidade de compatibilizar uma política agrícola e fundiária equilibrada, principalmente, ao analisar a formação do território frente aos arranjos planejados e, de fato, proporcionados sob o tal modelo produtivo tecnificado, conjuntamente às condições e aos acessos minimamente impulsionadores para estabelecer e manter as famílias assentadas no espaço produtivo do campo. Registra-se que, ao conjunto das tratativas desta dissertação, visa-se despir-se do juízo de valor enraizado sobre o processo de assentamento rurais, que pouco discutisse os reflexos de modo responsivo, das (des)continuidades administrativas, políticas e institucionais às comunidades procedentes de projetos de colonização tutelados pelo Estado. Ademais, que nesta pesquisa seja possível aperceber a sumidade sobre o prisma interpretativo, ao mencionar o espaço produtivo do campo, que a este estudo representa a liberdade de sobrevivência, a dignidade econômica e sociocultural, frente às exógenas idades que inferem na comunidade assentada.

3.2.1 A estrutura fundiária e os critérios à divisão territorial do assentamento

A partir do estudo de viabilidade, realizado por amostragem e pesquisa de campo, revelaram-se alguns aspectos significativos para a área do Banhado Sombrio, no que se refere às culturas principais e culturas secundárias, destinadas às condições físicas e mercadológicas para a região. De tal modo, ao tabular-se os dados obtidos na pesquisa socioeconômica nos municípios que compõe o bloco do subprojeto, pode-se destacar a generalidade em termos de economia agrícola, apresentando-se rendimentos médios mais elevados em propriedades de pequeno porte, alinhando-se também a aspectos da estrutura fundiária existente na região.

Quadro 1 – Aspectos da estrutura fundiária nos municípios do subprojeto do Banhado do Sombrio

Município	Características fundiárias
Jacinto Machado	77,7% dos estabelecimentos com menos de 25ha e que ocupam 42,3% da área agricultável
Praia Grande	77,4% dos estabelecimentos com menos de 25ha e que ocupam 43,8% da área agricultável
São João do Sul	82,9% dos estabelecimentos, com menos de 25ha e que ocupam 48,1% da área agricultável
Sombrio	89,2% dos estabelecimentos com menos de 25ha e que ocupam 48,1% da área agricultável

Fonte: Elaborado pela autora (2021), adaptando “A pesquisa a nível de propriedade”, presente nas Diretrizes finais do Plano de Assentamento de Populações I/II (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1980a).

Por outro lado, examinando mais acuradamente, observa-se que, em todos os municípios da área, a participação dos estabelecimentos com menos de 20ha no total situa-se em torno de 70%⁵⁰. Portanto, é possível afirmar que os estabelecimentos com menos de 20ha abrigam a maior parcela da população e da mão de obra agrícola, respondem por uma parcela significativa da produção de autoconsumo e direcionada ao mercado e sintetizam a experiência agropecuária acumulada na área.

⁵⁰ Com base no Censo Agropecuário do Estado de Santa Catarina (1975), nos grupos de área total segundo as microrregiões e os municípios.

O seminário de reavaliação à implantação do Subprojeto Sombrio, que ocorreu em maio de 1980, recomendou a realização, pela ACARESC em Praia Grande, São João do Sul, Jacinto Machado e Sombrio, da apresentação, em conformidade com a “filosofia” do seminário, as características de um “agricultor bem-sucedido” em suas áreas de atuação. Cumpre esclarecer que a área de Sombrio já se dispunha de dados oriundos da pesquisa realizada ao nível de estudo de viabilidade entre os anos de 1976 e 1979. Ademais, há de se observar que o resultado deste encaminhamento do seminário possui o caráter subjetivo do conceito de “bem sucedido”, além da concepção que orientou as entrevistas dos técnicos da ACARESC aos produtores, cujas áreas e propriedades selecionadas ultrapassam os 25 hectares estabelecidos no seminário como área limite para a pesquisa. Nestas condições, os apontamentos que se seguem dizem respeito à análise ao acarear as “propriedades modais a áreas”, as quais enquadram-se em torno de 20 hectares, segundo pesquisa realizada entre os anos de 1976 e 1979, e as superiores a 25 hectares como levantamento da ACARESC executadas em 1980.

Quadro 2 – Características prevaletentes das propriedades rurais na área do Subprojeto Sombrio em 1980

Até 20 hectares	Superiores a 25 hectares
Todos residem na propriedade;	Todos residem na propriedade;
Nenhum possui além da instrução primária; Em torno de 40% (38,8%) são analfabetos.	Nenhum possui além da instrução primária;
Usam principalmente a mão de obra familiar (6 a 8 pessoas) valendo-se me média de 2 empregados temporários nos períodos de safra;	Usam principalmente a mão de obra familiar (9 pessoas) valendo-se me média de 4 empregados temporários nos períodos de safra;
Em geral tem pequenos problemas com relação às áreas inundáveis (1,0ha)	Grandes áreas de inundações, geralmente destinadas à pecuária;
Tem como explorações principais o arroz, milho e o fumo (33% dispõem de estufas de fumo) e como secundárias, geralmente para consumo familiar, bovino para leite, suínos e aves e seus subprodutos;	Produtos principais: arroz e milho, sendo que a pecuária bovina (carne e/ou leite), suínos e aves voltam-se ao comércio;
Conjunto de instalações que sempre apresentam pocilga (40%) e galinheiro (34%) em pequenas dimensões.	Alto conjunto de instalações, incluindo galpões para máquina, banheiro, carrapaticida, cercas internas, entre outros;
40% têm arado, 10,4% têm micro trator, 39% ainda utilizam arado pica-pau e 30% tem bois de tração, somente 1,3% tem trator.	Todos possuem trator agrícola, sendo que 2/3 possuem mais de um;
Nenhum é associado a cooperativa; Contudo, 33% já participaram de reuniões de extensão agrícola;	2/3 são associados à cooperativa;
Todos utilizaram ou vem utilizando crédito rural;	Todos vêm utilizando de crédito;

2/4 (50%) dos produtores acusam alguma experiência em olericultura. Destinada quase exclusivamente ao consumo familiar.	Nenhum produtor acusa produção de hortaliças.
---	---

Fonte: Elaborado pela autora (2021), adaptado da pesquisa socioeconômica da SUDESUL e ACARESC (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1980a, 1980b).

Os marcos de referência reais para a superintendência baseavam-se nas características marcantes da região compreendida pelo Projeto de Desenvolvimento Agrícola do Banhado do Sombrio, “naquilo que interessa, ou seja, a nível da peça mais importante da futura organização: o produtor rural da faixa 0,1 a 25ha” (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1980b, p. 16).

Os dados acima mostram um quadro de subdesenvolvimento relativo que se comprova com a observação direta. Cabe, não obstante, destacar que constantes visitas realizadas a área permitem afirmar que não abriga um quadro de miséria absoluta e nem sequer de miséria relativa (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1980b, p. 17).

É importante ter presente e precaver-se contra a tendência que, do ponto de vista técnico, se tem de encarar as condições das áreas rurais de pequena propriedade com juízos de valores urbanos de modo especial para qualificar suas condições existentes.

De tal modo, estas determinações orientaram a readequação dos Planos de Cultivo e da Organização Institucional, especialmente ao Plano de Assentamento de Populações – PAP. As primeiras definições baseadas na análise preliminar das receitas, despesas e renda dos produtores locais, entre outros fatores, levou à concepção e orientação pelo Seminário de Avaliação (Florianópolis, 26 e 27 de maio de 1980), que reuniu instituições do governo de Santa Catarina ao fomento da extensão e assistência técnica, assim como instituição educacional regional e a SUDESUL e consultoria externa contratada pela esfera federal, em que o “tamanho ideal do módulo” deveria situar-se na faixa de 15ha a 25ha. Diante do exposto, ao parcelamento territorial ampliou-se o módulo de 15 para 20 hectares pelas seguintes razões:⁵¹

a) os planos culturais manterão inicialmente os produtos tradicionalmente cultivados nas áreas circunvizinhas, concomitantemente ao período de experimentação e preparo e descanso do solo para a olericultura tanto comercial como de autoconsumo, de tal modo que, a partir dos estudos em campo e as perspectivas produtivas, resultariam em um nível

⁵¹ Compilado dos seguintes documentos: “Resolução do I Seminário de Avaliação do Projeto Sombrio”; “Organização Institucional do Plano de Assentamento de Populações – PAP I/II”; “Diretrizes finais do PAP I/II”, emitidos em 1980; e “Engenharia final do projeto de assentamento de população: introdução e antecedentes básicos do PAP”, publicado em 1982 pelo Ministério do Interior, SUDESUL.

de renda com “receita razoável”, impondo-se o acréscimo de áreas de pelo menos 5ha, da inicial;

b) a concepção de “agricultor bem-sucedido” nos termos em que colocou o Seminário de Reavaliação “levou os técnicos da áreas a um resguardo profissional e induziu-os a identificar propriedades atípicas” e que fogem da superfície modal, a qual está entre 10 e 20 hectares. Dessa maneira, “Optou-se, então, por módulo que se situe no extremo superior deste intervalo modal de tal forma a não gerar um segmento elitizado no quadro da estrutura fundiária prevalecente”;

c) em vista da possibilidade de incrementar a produção olerícola da mesma forma que ocorria em outras localidades, divisa ao subprojeto Sombrio no Rio Grande do Sul (Vales do Maquiné, Três Forquilhas e Mampituba), induzem à convicção de que “não se observam problemas de mercado e comercialização, em especial tomate, cujos excedentes exportáveis estavam sendo dirigidos para a Argentina e Uruguai”.

Como condicionantes básicos, as definições entre 15 ou 20 hectares à definição do módulo, estavam as condições de solo que permitiam uma produção de alta densidade econômica e direcionavam o tamanho para uma propriedade pequena e modal de toda área; a imperiosa necessidade era de beneficiar o maior número de agricultores a se assentar e não gerar um segmento elitista, garantindo para que isso não ocorresse às características de tamanho predominantes na área. Como bem apresentado em relatório interno, “Não obstante, cumpre esclarecer que a presença da olericultura não se constitui em condição *sine qua non* para viabilizar a propriedade de 20 ha” (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1980a, p. 25). No decorrer do documento, fica evidente a preocupação quanto as análises e tabulações da pesquisa de campo e as discussões políticas presentes, registrando que o preceito e os objetos são que o “PAP deve emergir da realidade da área e não se sobrepor à mesma” (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1980a, p. 27).

Na premissa de que o plano de governo ou um plano agrário precisa ser discutido, elaborado nas dimensões nacionais, nas esferas e gestões de Estado, é imprescindível que este contemple e respeite as particularidades regionais, como as características culturais, as condições sociais, e a organização produtiva (STÉDILE, 1993). Entendendo, desse modo, que mesmo que os problemas e/ou planejamento sejam no âmbito nacional, a exemplo das desigualdades sócio territoriais e das dinâmicas econômicas. Ao não estabelecer um vínculo com a realidade, é provável que estes projetos, planos e programas tomem, ao longo do tempo, perspectivas distintas do planejamento pelos sujeitos políticos locais, ou ainda tenham resultados contraditórios às demandas.

Insere-se a demanda quanto às mudanças, não apenas nas propostas de planos e programas, mas que estes sejam capazes de transformar as estruturas socioeconômicas, para vigorar de modo amplo e eficiente as instituições que venham operacionalizar uma real política de desenvolvimento regional e nacional e não apenas uma “conjugação favorável de fatores e não propriamente da existência de uma política de desenvolvimento” (FURTADO, 1975a, p. 542). Com isso, deve haver a consciência de que a reconstrução dessas estruturas significa não se limitar a um modelo de política de desenvolvimento regional e nacional pautado no sistema econômico. Em outros termos, trata-se de conceber-se um projeto político, econômico e social ao desenvolvimento consolidado sobre os problemas e demandas reais em diferentes aspectos. Nesse caso, trata-se de medidas para a correção de desequilíbrios regionais na pertinente função setorial sob aspectos socioespaciais específicos.

Partindo desta premissa, quando apresentado pela autarquia a inquietude com o contexto formativo do PAP, expressa-se o diálogo com elementos inerentes às conjunturas e relações sociais do espaço rural, o que nem sempre converge com as estratégias nacionais e estaduais ao desenvolvimento. No entanto, tinha-se prioridade estratégica, por parte do governo de Santa Catarina e da esfera federal, gerar parcerias até mesmo no âmbito internacional, visando acionar medidas tendentes a assegurar o papel que a área deveria desempenhar no contexto das novas condições do modelo econômico brasileiro. A área do Banhado do Sombrio, articulada inicialmente na esfera local, agora reverbera em um conjunto de ações estatais.

Acrescenta-se que a organização e estrutura fundiária consistem não apenas de aspectos de concentração de terra, ordenamento e modos de ocupação, ou seja, também se inserem o contexto e as relações políticas, da lógica capitalista e sociocultural que representam o domínio político-econômico de determinado território (FERNANDES, 1998). Significa “um processo que envolve trocas, mediações, contradições, articulações, conflitos, movimento, transformação” (MARTINS, 1981, p. 169). É área material e simbólica, onde ocorre e representa os processos, compostos por interesses, objetivos e finalidades.

O termo “assentamento” surge na América Latina, na década de 1960, e, no Brasil, é incorporado com maior impacto às conjunturas políticas sobre a racionalidade técnica do uso e acesso da terra, a partir dos anos 70 (BERGAMASCO & FERRANTE, 1994; BERGAMASCO & NORDER, 1996; NEVES, 1997). De cultura autoritária, sob o período ditatorial, autores como Esterci et al. (1992) e Neves (1997) advertem que a concepção de projetos de colonização promovidos pelo governo estava, em sua maioria, distanciada da realidade e da inserção participativa das famílias assentadas, em virtude da centralização nas decisões e iniciativas tecnocráticas.

De modo geral, entre os princípios e a execução de assentamentos, Esterci et al. (1992) apontam que esta “não é uma ação resolutiva, mas um tipo de dispositivo legal que acaba gerando sempre novos conflitos” (p. 6), tanto pela sua essência estar atrelada ao poder político e social que a terra representa, como pela dinâmica geradora para criar as condições de manter, regularizar e potencializar este espaço. Aqui suas interlocuções são complementares, dependentes e relacionais, tanto com os sujeitos pertencentes ao assentamento quanto com os agentes e as instituições públicas de fomento agrário.

A partir das concepções e modelos de assentamentos construídos entre as décadas de 1970 e 1980 e as bases legais instituídas durante e após os anos 90, caracterizamos os tipos de assentamento a partir de algumas perspectivas: vinculados à base fundiária administrativa e jurídica, sendo resultado de luta, resistência e articulações dos movimentos sociais e políticos, contra o latifúndio, mas em especial em defesa do direito e da função social da terra; ou, ainda, em modelos de assentamentos construídos a partir de fundos de financiamento de terra, oriundos de uma ação direta do Estado. Ao se referir ao PAP do Extremo Sul Catarinense, tratamos este no modelo de assentamento construído pelos critérios de finalidade, planejado e com ação governamental. É um assentamento organizado e, por suas determinações e condicionantes durante anos, tutelado pelo Estado em decorrência dos desdobramentos políticos institucionais em que se vinculavam vários contratos ao núcleo agropecuário que estava sendo construído, entre eles, com o Fundo de Terras de Santa Catarina. Desse modo, traz-se em sua dinâmica e a todo o contexto que infere a lógica de concepção da sua criação, um período cujo enfoque estava na modernização da agricultura, alinhado ao forte debate da questão agrária e suas interpretações e lutas sobre o uso e direito da terra. Vale ater-se a abordagem de Maria Nazareth Baudel Wanderley, com referência a questão fundiária:

[...] entendida como a não resolução das contradições geradas pela propriedade da terra – ainda está presente na atualidade na agricultura brasileira -, afetando em profundidade o processo de modernização, não apenas por produzir efeitos perversos, paralelos, de caráter social, mas por inibir as potencialidades deste mesmo processo de modernização (WANDERLEY, 2009, p. 50).

No contexto do PAP, o que se predominava era o caráter das condições impulsivas à produção agrícola. Sobre esse aspecto, a mesma autora faz referência sobre os impasses e as problemáticas do processo de integração econômica e social ao limitar-se ao tratar a terra, a modernização e o avanço de uma agricultura no aspecto técnico, de poder, segundo a autora, negando as heterogeneidades espaciais, afastando as dimensões de um lugar social de representações.

Do mesmo modo, o que deve se levar em conta é que a organização e estrutura fundiária não se limitam a aspectos de concentração de terra, ordenamento e modos de ocupação, pois estão inseridas em um contexto plural, dinâmico, subjetivo dos sujeitos e suas relações, e vale dizer, por outro lado, nem sempre de justiça social. Como tratado por Fernandes (1998), há a composição de relações políticas, da dualidade da lógica capitalista e sociocultural que representam o domínio político-econômico de determinado território. No entanto, independentemente da forma de assentamento, envolve-se uma área material e simbólica, onde ocorrem e representam os processos, compostos por interesses, objetivos e finalidades de movimentos externos à comunidade, mas também influenciados pelas condições e possibilidades desta.

3.2.2 Os preceitos à organização social e produtiva do PAP

Apercebe-se que, no tocante documental, ao focar a organização institucional direcionada ao Plano de Assentamento de População, frente às particularidades do mesmo, esboça-se a justificativa de tratar o respectivo plano como uma unidade a parte dos demais setores e subprojetos de Desenvolvimento Agrícola da Bacia do Mampituba. Entretanto, havia uma certa inquietude representada nos projetos de engenharia rural para que o caráter de área piloto não perdesse o dinamismo de interdependência da proposta como um todo.

O fato de se equacionar individualmente o Plano de Assentamento de População não significa de nenhum modo que se haja perdido de vista a necessidade de sua inserção em um conjunto maior, em especial no que se refere à operação e manutenção do Sistema de Irrigação e Drenagem da Área do Projeto de Desenvolvimento Agrícola do Banhado do Sombrio (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1980b, p. 2)

Na análise da integralidade das fontes documentais – deste estudo – e dos fatos ao longo das décadas, reverbera que o distanciamento do PAP com setores como o PPDI, ou a totalidade dos ajustes físicos territoriais, que estavam projetados e viriam a ser exequíveis em determinado momento, levou a direções dicotômicas e arriscadas. Isso ocorreu em algumas tratativas, até imprudentes, e sobretudo quando a viabilidade do PAP era clara à interdependência com o conjunto das obras e com as variáveis e conjunturas decisórias que vigoravam.

A finalidade sobre apresentar uma proposta de organização da comunidade que viesse a se estabelecer na área destinada ao PAP, associava-se, em primeira instância, expressivamente, sob a dimensão nacional da política de irrigação ao território brasileiro, buscando a expansão de áreas agricultáveis pela gestão dos regimes hídricos. Com a

necessidade e, ao mesmo tempo, a dada falta de experiência em larga escala de projetos públicos de irrigação, denota-se um regulamento geral para operação, conservação e manutenção da infraestrutura de irrigação, drenagem e proteção das terras compreendidas nos perímetros irrigados. As diretrizes apontavam como os eixos primordiais à operacionalização a capacidade de uma seleção adequada dos irrigantes que fariam parte dos respectivos projetos. Em aspecto de gestão, caberia inicialmente a centralidade das atuações nas instituições proponentes, e gradativamente dar-se-á flexibilidade responsiva coletiva aos irrigantes (BRASIL, 1979c, 1979d).

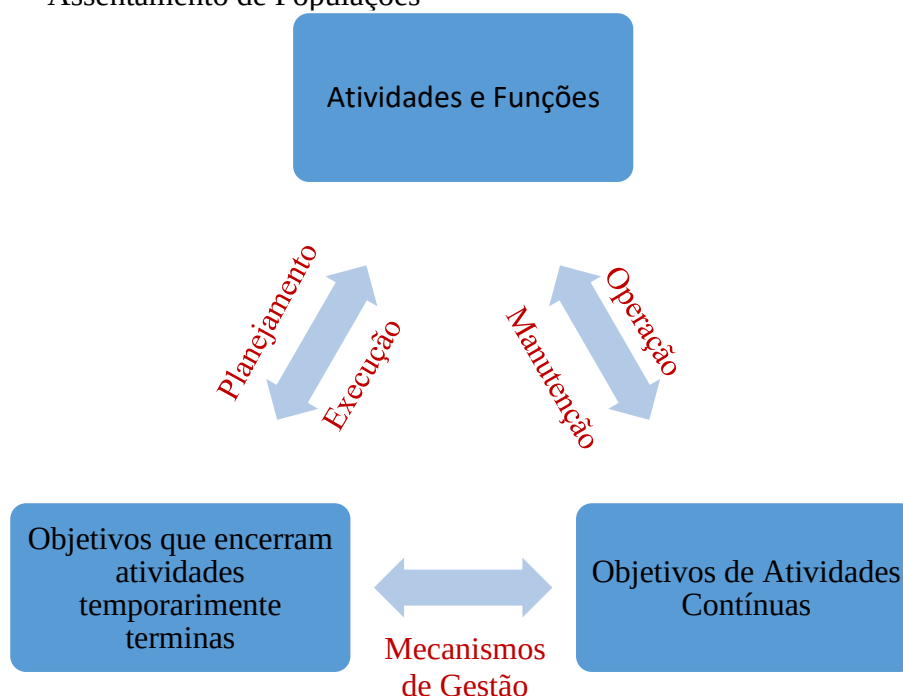
Neste sentido, as propostas que vigoravam tanto ao PAP como ao PDDI estão sobre a ótica de evitar problemas de operação e manutenção do sistema de drenagem e irrigação que seriam estabelecidos pela construção das duas barragens (Rio Bonito e Rio Leão), bem como a necessidade de gerir a cobrança das taxas de utilização de água na comunidade que se utilizaria delas. Cabe ressaltar, como veremos no capítulo seguinte, que a situação apresentada nos documentos Organização Institucional do PAP ou Diretrizes Finais do PAP ambos de 1980, quando trata desta preocupação da capacidade de gestão dos irrigantes, tomou nuances prejudiciais ao acesso da água nos lotes destinados ao assentamento e que, até o atual momento, ainda são demandas da comunidade.

Do ponto de vista sistêmico, o projeto encaminha como diretrizes centrais inter-relacionadas um constante acompanhamento quanto às metas e aos objetivos em termos do Planejamento (P), Exercício (E), Operação e Manutenção (O x M), onde cada uma das quais predominaria em determinado estágio de sua evolução de ocupação das áreas destinadas ao PAP. Seguindo os propósitos expressos nos documentos, elaborou-se o Esquema 2, com a intencionalidade de ilustrar as etapas e inferências desses processos, sob o exemplo “clássico da construção de uma ponte”:

Na hipótese que se considere sua execução como atividade terminal, por mais bem planejada e construída, que haja sido, caso não se providencie nenhuma atividade contínua de conservação dia chegará em que atingirá um virtual colapso (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1980b, n.p)

Assim, utilizaram-se terminologias presentes nas tratativas dos projetos coordenados e supervisionados pela autarquia. Parte-se das diretrizes do planejamento a execução de modo a expor as interligações do ato da intencionalidade, execução e manutenção de determinada propositura, sendo esta concreta e operacional.

Esquema 2 – Diretrizes à operacionalidade das atividades e objetivos do Plano de Assentamento de Populações



Fonte: Elaborado pela autora (2021) com base em “Objetivos, Atividades e Funções da Organização Institucional ao PAP” (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1980b).

Por objetivos temporariamente terminais, entende-se aqueles que encerram atividades e funções de execução tidas normalmente como intermediárias de uma meta final. A exemplo, tem-se o assentamento de “n” agricultores, e se considerada, em si mesma, uma atividade terminal pode conduzir a gravíssimas falhas de administração pública. Nas hipóteses que se considere temporariamente terminal, ou seja, como atividade que poderá e deverá ser retomada em qualquer tempo para fins de operação e manutenção, as falhas observadas no processo podem ser sistematicamente corrigidas.

As atividades que encerram objetivos temporariamente terminais são representadas pelas ações de Planejamento e Execução. Com referência ao planejamento, este projetava-se em três etapas: o planejamento do projeto executivo, que estava em andamento; a implantação física do projeto executivo, possível de reajustes; e a pré-operação do sistema, que se justapõe às obras. Esse último, constitui em um conjunto de atividades que, em uma instância limitada de análise, ainda na esfera do planejamento executivo, pode levar a indução errônea do êxito do empreendimento.

Já os objetivos de atividades contínuas cabem ao fluxo de operação e manutenção, em que “A operação e manutenção lança suas raízes na fase de pré-operação e no efetivo funcionamento do assentamento” (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1980b, n.p). Essa parte se

constitui em uma etapa de caráter contínuo, mediada pela gestão destes processos, frente às conjunturas das estruturas existentes e construídas.

No caso específico do Plano de Assentamento de Populações, associa-se à implantação, a um horizonte de tempo cujo limite era o efetivo funcionamento da Barragem de Praia Grande, em Santa Catarina, com divisa com o Rio Grande do Sul, envolvendo a implantação em três grupos de atividades: a geração de toda a infraestrutura física; a mobilização dos futuros assentados já nos moldes e uma dada organização em termos de estrutura e funcionamento; e o estabelecimento do sistema de articulações do grupo assentado com instituições intervenientes e mecanismos de comercialização e industrialização.

As atividades e funções a serem desenvolvidas situavam-se em dois horizontes de tempo na sequência do processo de implantação e de operação e manutenção. De tal modo, tanto a fase de pré-operação (planejamento e execução) como a etapa subsequente de operação e manutenção do sistema envolviam o equacionamento de alguns processos (Esquema 3, p. 110).

Esquema 3 – Processos previstos a operação e manutenção do PAP



Fonte: Elaborado pela autora (2021) com base em “Objetivos, Atividades e Funções da Organização Institucional ao PAP” (SEMINÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PROJETO SOMBRIO, 1980; SUDESUL, MAGNA, 1980b).

O treinamento de pessoal projetava-se em duas direções: produtores, sendo mão de obra para atividades agrícolas, e capacitação, para as atividades de operação e manutenção dos elementos externos à propriedade, incluindo diretamente os componentes do sistema de irrigação e drenagem. É evidente a preocupação quanto aos critérios básicos com relação a

seleção do pessoal para os procedimentos de operação e manutenção no que se insere as atividades das Barragens do Leão e do Bonito, assim como todo o sistema de drenagem e irrigação que estaria vinculando-se à área do PAP. De tal modo, incluiu ao debate as tratativas em âmbito executivo e judicial com as “Normas para Seleção de Irrigantes”, elaborado pelo Grupo Executivo de Irrigação para o Desenvolvimento Agrícola – GEIDA. Isso está em acordo com o direcionamento que comportava a Portaria nº179, de junho de 1978, trazendo ao tema “Regulamento geral para operação, conservação e manutenção da infraestrutura da irrigação, drenagem e proteção das terras compreendidas nos perímetros irrigados”.

Frente a estas diretrizes, a consultoria externa e a superintendência criaram um esboço preliminar de um “Regulamento para utilização do sistema de irrigação e drenagem na área compreendida pelo projeto de desenvolvimento agrícola do banhado do Sombrio”, como base para equacionar o ponto essencial na integração e viabilidade de todas as zonas do projeto (SEMINÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PROJETO SOMBRIO, 1980). Dessa maneira, perante a estrutura física destacam-se: o ponto de coordenação do projeto instalado no Morro do Bino e a execução, operacionalização e manutenção do Sistema de Irrigação por Aspersão e Sistema de Drenagem das barragens e poder agrícola. Ter-se-ia a base territorial em termos produtivos viáveis e, com as diretrizes a unidade agroindustrial de industrialização e de comercialização, impulsionar-se-ia o processo de desenvolvimento regional em termos de produção agropecuária prevista. Também, alinhava-se elementos fundamentais de infraestrutura básica e complementar com a implementação de um Centro Comunitário e, com a inserção do Sistema Viário e Sistema de Eletrificação, assentava-se as famílias e dava-se a formação do núcleo agropecuário.

A ordem apresentada não obedece a uma sequência temporal, contudo, tem certa sequência lógica. Ainda, registra de forma sumária os elementos estruturais que servem de plano de fundo às investigações quanto às intenções e efetivas ações que inferem na organização institucional não só do Plano de Assentamento de Populações, mas do projeto como um todo, na busca de deslindar o apresentado sob “O problema todo consiste em identificar os mecanismos de gestão para exercer as funções e operacionalizar os processos” (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1980b, p. 25).

Abordaremos as deliberações quanto às proposituras da organização institucional do PAP, assim como as alternativas dos planos de cultivos previstos à proximidade dos resultados que se esperava quanto a base física do núcleo agropecuário e seu centro comunitário. Estes consubstanciam as estruturas socioeconômicas do território do PAP e do espaço regional.

3.2.2.1 Delineamento à institucionalização do PAP e a ulterior cooperativa mista do núcleo agropecuário da Bacia do Mampituba

Os estudos na região do Banhado do Sombrio incluem o zoneamento agroclimático para as principais culturas, que foi orientado para caracterizar a necessidade de irrigação e drenagem da área, onde a “área [...] escolhida para implantação do Plano de Assentamento de Populações – PAP, deve ser contemplada com um perfeito Plano de Drenagem” (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1979b, n.p). Por sua vez, as obras de drenagem e proteção deveriam ser focadas em duas áreas:

A primeira atinge-se área passível de solução para os problemas de drenagens e proteção contra cheias, independente da solução global do sistema de Mampituba. E na segunda etapa o projeto de assentamento deveria atingir uma área maior de solos Gravatal, já dentro de uma região sujeita a perigos de inundações (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1978a, n.p).

A operacionalização incluía um sistema de drenagem da parte mais plana e mais turfosa do Banhado do Sombrio e um sistema de irrigação por aspersão. Como fonte hídrica de irrigação, recomendavam-se os reservatórios do Rio Bonito e Rio Leão. As águas iriam ser conduzidas por canais primários de irrigação até o pé do Morro do Bino, onde se situaria um reservatório volante para a demanda do sistema de aspersão. Nesse reservatório seria implantada uma estação de recalque com bombas de motores elétricos para pressurizar os condutos que levariam água às tomadas do sistema de aspersão nos locais de irrigação (E4; E5; E7, 2021).

O Departamento Nacional de Obras de Saneamento – DNOS, como entidade vinculada ao MINTER, estava responsável pela operação e manutenção do Sistema de Irrigação e Drenagem. A esse respeito, o encaminhado previa que o DNOS operasse o sistema pelo menos até a área e sua população tivesse condições de exercer atividade com a eficiência requerida ao objetivo central do núcleo agropecuário. Caso as instituições federais viessem a delegar a função aos responsáveis pela gestão do assentamento, logo, ao início das obras serem findadas, segundo o próprio Ministério do Interior, perante as deliberações pós análise dos projetos de engenharia final, julgava que permaneceria a problemática em virtude da capacidade de operação e manutenção dos reservatórios do Leão e Bonito.

A organização deverá projetar-se em duas etapas. Uma inicial em que se persegue a consolidação do empreendimento através de comendo por delegação do conjunto a uma das instituições intervenientes e outra, posterior, em que se transfere à

organização dos agricultores todo processo de gestão (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1980b, p. 29).

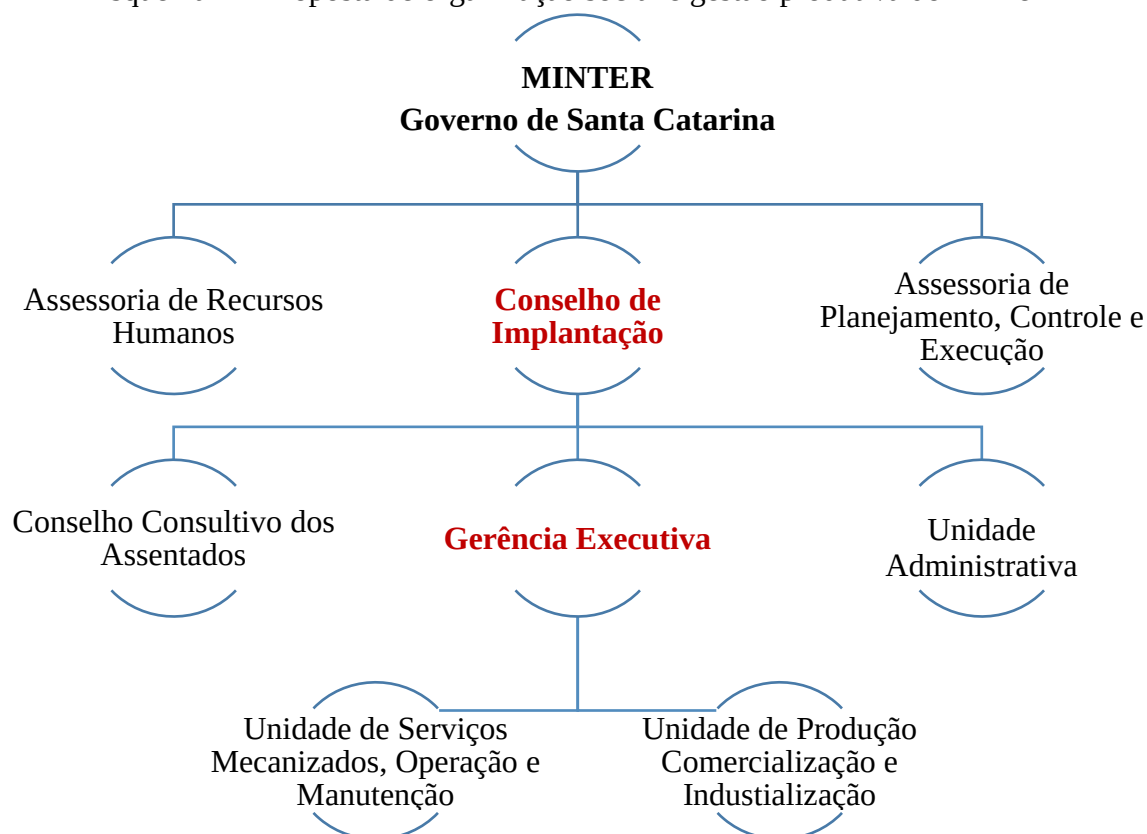
Cabendo diretamente as instituições intervenientes a operação e manutenção da seção de irrigação e drenagem do PAP, o conjunto de planejamento e execução das obras, a capacitação e integração dos produtores assumiriam o caráter da “Etapa de Consolidação”, por meio da qual dever-se-ia assegurar o êxito aos objetivos. A etapa de consolidação tinha caráter formativo e social, a partir da seleção dos futuros assentados, treinamento para operação e manutenção, a nível de propriedade, em especial com referência ao sistema de irrigação por aspersão. Concomitantemente, havia treinamento em atividades administrativas nos três pilares pré-estabelecidos: produção, comercialização e industrialização. Assim, exploraram-se aspectos de auto-organização e gestão comunitária do empreendimento.

[...] face à inexperiência dos futuros assentados em atividades de autogestão o esforço de condução do núcleo, sem desconsiderar a participação dos mesmos, deve ser externo ao mesmo. Outro aspecto a considerar é o custo, função do nível de eficiência que o empreendimento impõe (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1980b, p. 31).

Para tanto, sugeriu-se que a gestão fosse direcionada a partir de aspectos (humanos e técnicos) estruturais, como os apresentados no esquema a seguir. É importante ter presente que as colocações anteriores pretendem ser objetivas sem, entretanto, assumir uma posição em que os futuros assentados são absolutamente incapazes de se mobilizar em torno de interesses e objetivos comuns. Todavia, evidencia-se que uma posição contrária, ou seja, considerando válida a hipótese de auto-gestão com o nível de eficiência desejável – na conjuntura e magnitude que estava estruturado o projeto – seria, também, inconsequente e visionária (Esquema 4, p. 114).

As reflexões que estavam postas sobre os aspectos institucionais levavam a sugerir que, em um período de cinco anos, se criasse um Conselho de Supervisão da Implantação (Esquema 5, p. 115). Este seria constituído por representantes das instituições intervenientes e dos futuros proprietários.

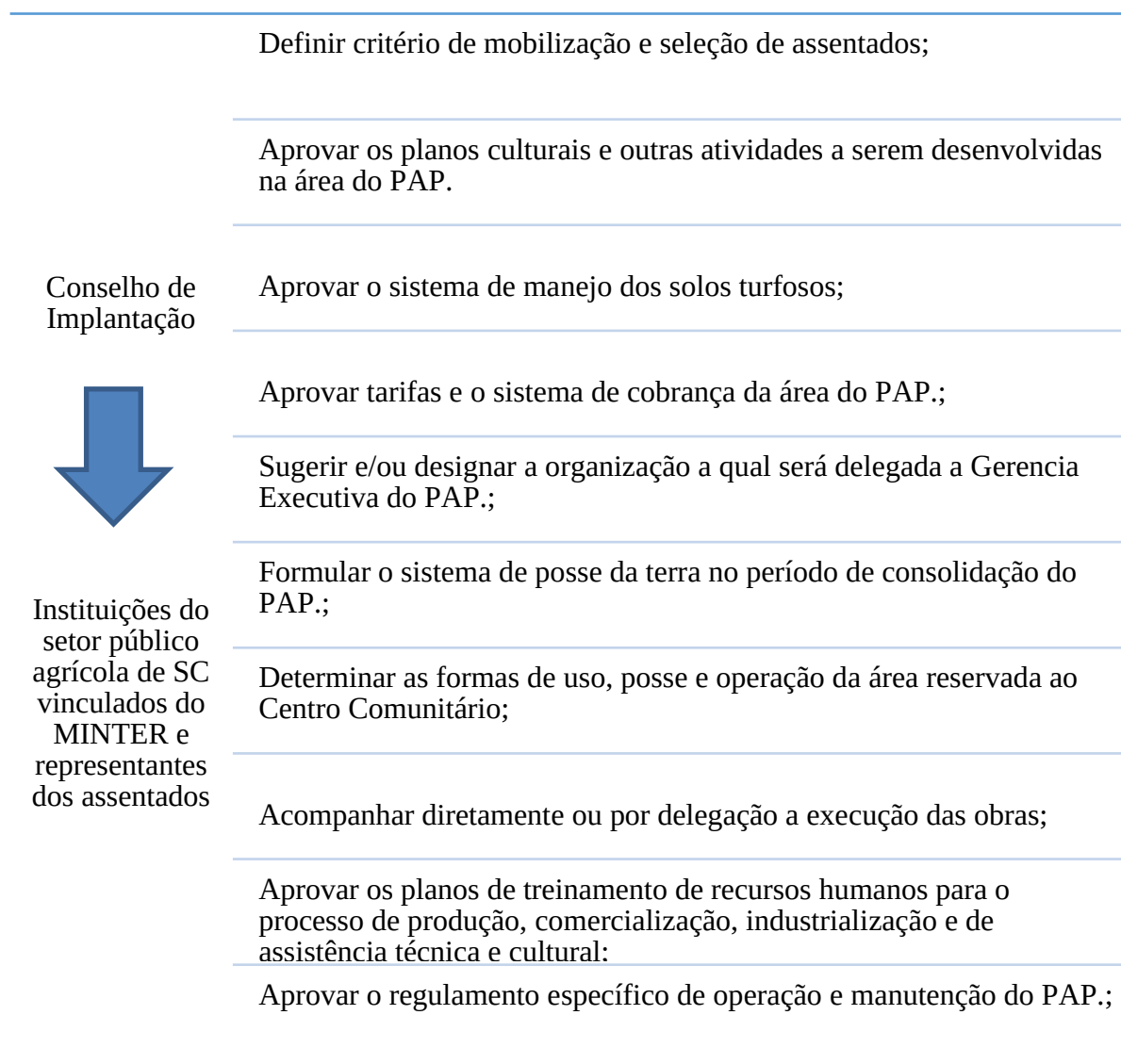
Esquema 4 – Proposta de organização social e gestão produtiva do PAP e PPDI



Fonte: Elaborado pela autora, adaptado do tópico: Estrutura de Funcionamento (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1980b).

A decisão final sobre as instituições intervenientes que participariam na composição do Conselho de Implantação, departamento de gestão central para os demais núcleos estruturantes da organização institucional do PAP, caberia a Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul – SUDESUL, Departamento Nacional de Obras – DNOS e Secretaria de Agricultura de Santa Catarina, haja vista o termo de acordo 04/76. A partir das definições das funções do Conselho de Implantação, as ações, no que tange a Assessoria de Planejamento, Controle e Avaliação, seguiam o fluxo no direcionamento dos processos, tendo como critérios planejar, assessorar e acompanhar as atividades relacionadas à produção, comercialização e, quando houvesse de industrialização da área do PAP em curto, médio e longo prazo, inserindo a partir dos planos culturais aprovados no Conselho de Implantação, realizasse suas “atividades de assistência com vista ao desenvolvimento tecnológico [...] em conjunto com os agricultores” (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1980b, p. 36).

Esquema 5 – Finalidades do conselho de implantação ao núcleo agropecuário

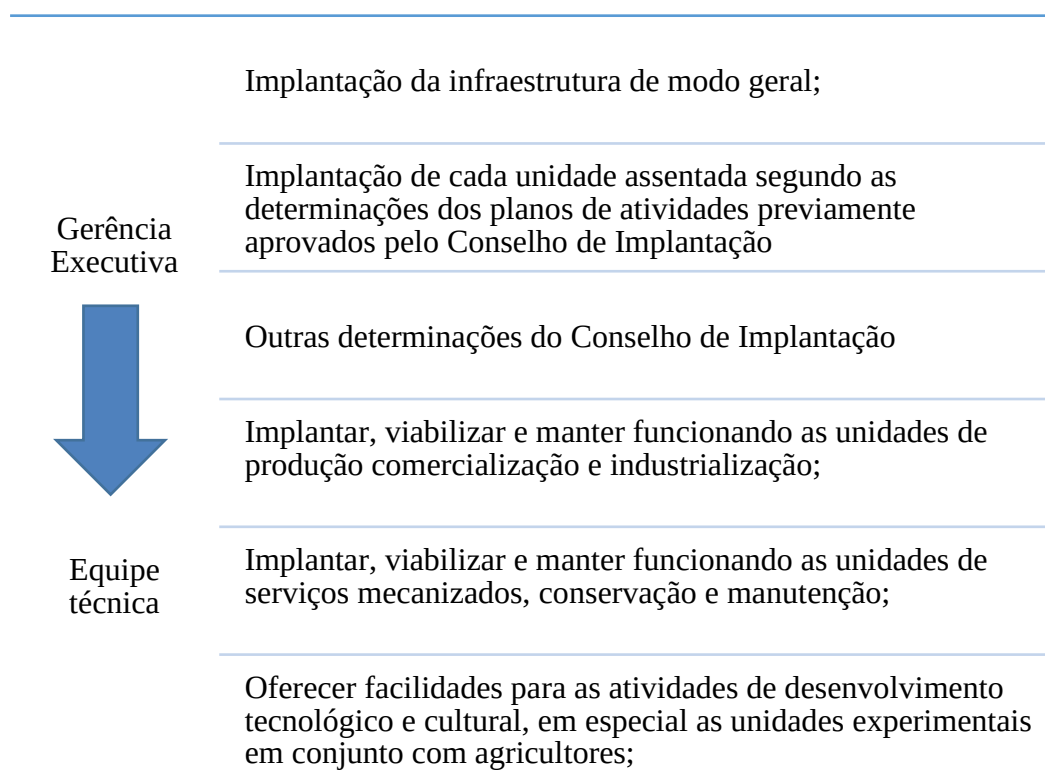


Fonte: Elaborado pela autora, com base no tópico “Estrutura de Funcionamento” (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1980b)

Ao tocante, a Assessoria de Recursos Humanos sugeria o envolvimento direto sob a liderança de instituições de fomento agrário do Estado, como ACARESC, EMPASC e CIDASC em cooperação com o INCRA, por envolver, na essência desse departamento, o caráter formativo de “programas de desenvolvimento cultural para os assentados”, alinhado a “cursos e treinamento de recursos humanos para as atividades do assentamento” (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1980b, p. 37). A gerência executiva, por sua vez, complementada pela unidade de apoio administrativa, tinha como premissa oferecer condições, em conjunto com a Assessoria de Recursos Humanos, para o funcionamento do Conselho Consultivo (composto apenas por assentados) que, no decorrer da etapa de consolidação, constituiria o órgão de representação dos assentados e técnico agrícola.

A composição se daria por uma equipe "eminente técnica", tendo como sugestão de profissionais formados nas áreas das ciências agrárias e administração, com enfoque à engenheiros agrônomos, extensionistas rurais e sociais, administradores e técnicos em administração com experiência em gerenciamento de propriedades agrícolas. Desse modo, iria "Contribuir para a transformação gradativa do Conselho Consultivo como embrião e posteriormente a organização dos agricultores que, no futuro, geriram o assentamento" (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1980b, p. 38), encaminhando a um processo, "gerar-se-ão condições para sentar as bases da futura Cooperativa. O resultado deste dependerá, evidentemente, de quem comande o processo" (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1980b, p. 41).

Esquema 6 – Atribuições da gerência executiva e equipe técnica



Fonte: Elaborado pela autora, com base no tópico: Estrutura de Funcionamento (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1980b).

A etapa de desenvolvimento autônomo baseia-se nos princípios de continuidade administrativa da etapa de consolidação, na qual se estabelece como meta a transformação do Conselho Consultivo dos Agricultores em organização privada sob a forma de Cooperativa. O não equacionamento da organização em forma de cooperativa, desde o início da implantação, está dado por condicionantes que envolviam "[...] custo e eficiência para a gestão do

empreendimento que, sem dúvida, transcendem as possibilidades dos assentados” (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1980b, p. 50).

Frente às diretrizes, expostas nos documentos firmados, após a resolução do seminário de avaliação do subprojeto do Banhado do Sombrio, o pleno funcionamento do PAP dar-se-ia pelos ajustes físicos territoriais (solo, irrigação e drenagem), pelas alternativas produtivas possíveis neste território e pelas formas de colonização empregadas, assim como a atuação constante da Unidade de Serviços Mecanizados, Operação e Manutenção da Unidade de Produção, Comercialização e Industrialização. Dessa forma, a partir da consolidação da gerência executiva pelas determinações administrativas em demandas do Conselho Consultivo dos Assentados, foram materializados os serviços exigidos de ordem técnica quanto a operacionalização, manutenção e execução em função da conservação dos solos turfosos e dos planos culturais.

A estrutura organizacional da SUDESUL, localizada no Morro do Bino, na proximidade com as áreas da Zona 2, em especial com o Setor I – Plano de Assentamento de Populações – serviria como apoio, dando mais dinamismo às ações envolvidas nas execuções dos projetos. Contudo, a médio e longo prazo, previa-se a criação de um aparelho institucional. Para tal, envolveram análises de vários tipos de organizações, tendo presente a magnitude das atividades a serem realizadas e os volumes de produção previstos. Abordou-se, dessa forma, estes tipos de organização: empresa estatal e suas variantes em termos de empresa pública e sociedade de economia mista e empresa privada, onde se examinaram empresas concessionárias, empresas contratadas e, finalmente, cooperativas.

Após o exame acurado das vantagens e desvantagens de cada um dos tipos de organização, optou-se pela forma cooperativa porque dentro da iniciativa privada, as cooperativas representam melhor solução a longo prazo. A grande vantagem de se adotar o modelo da empresa privada, cooperativa, é que esta permitiria ao Governo transferir para o setor particular as numerosas tarefas e encargos envolvidos pela operação de seus empreendimentos, assegurando garantida rentabilidade do seu capital aplicado no Projeto Sombrio (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1980b, p. 11-12).

A criação de entidade associativa, caracterizada nos documentos como Cooperativa Mista, percorre a uma análise sobre o papel do estado empresário para a de um estado indutor de ações e de processos, condição em que os benefícios sociais indiretos do empreendimento adquirem ambiguidades sobre retornos diretos estimados dentro dos parâmetros de uma economia de mercado. Ainda, pode-se tratar de um ajuste a partir do seminário de avaliação do subprojeto Sombrio, realizado em Florianópolis, em 26 e 27 de maio de 1980, que reorientam-se, de forma mais coerente com a realidade da área, os planos de cultivo e com base na

experiência dos técnicos representantes do Setor Público Agrícola do Estado de Santa Catarina, assim como a Fundação Educacional Sul de Santa Catarina – FESSC, atual Universidade do Sul de Santa Catarina – Unisul. Retoma-se o assunto dentro de uma postura menos ambiciosa enquanto a objetivos a alcançar a médio e longo prazo.

Outro elemento impulsionador, ao longo dos anos 80, à formação de uma cooperativa, foram os estudos realizados pelos técnicos da consultoria externa SMC que demonstraram, conforme relatados em documentos institucionais da superintendência, que se consideravam frente a síntese das cooperativas que operam na região, um sistema cooperativo fragilizado face ao reduzido número de associados vinculados às cooperativas de produção e também voltadas à irrigação. Nesse sentido, constatou-se que “A inexistência de instituições fortes na região, direcionadas para o planejamento, extensão, comercialização, associação e expansão das atividades rurais dificulta as ações de desenvolvimento” (MINISTÉRIO DO INTERIOR; SUDESUL, 1989a, n.p). Ademais, mesmo com

A atuação a SUDESUL e entidades governamentais dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina fornecendo as condições para o direcionamento das ações, porém, a sua consolidação através da resposta dos agricultores aos estímulos oferecidos, deverá ser obtida através de entidades vinculadas aos produtores (MINISTÉRIO DO INTERIOR; SUDESUL, 1989a, n.p).

Faz-se, assim, necessária a criação de uma instituição associativa com condições de criar e desenvolver instrumentos ao desenvolvimento da região de modo integrado aos produtores e aos serviços e programas públicos. Objetivam-se, por exemplo, meios de fornecer o necessário apoio técnico; a melhoria dos resultados da comercialização; a administração dos recursos hídricos; o servir de preposto para negociação com o governo, agentes financeiros e importadores; e a orientação a introdução de novas culturas mais rentáveis nas áreas irrigadas.

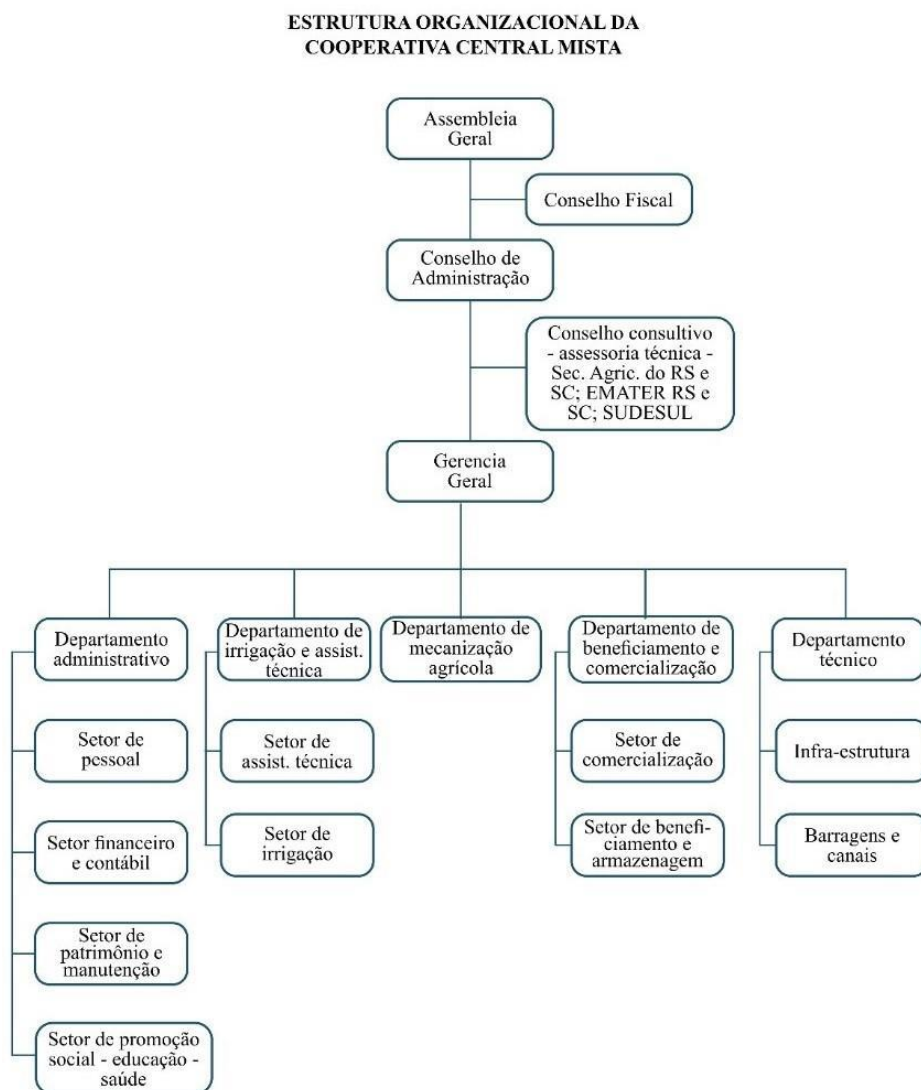
Tem-se, então, como indicação, a criação dessa instituição mediante a “constituição de uma cooperativa central mista, de forma a dar apoio inclusive, a cooperativas existentes na região”. Nesse âmbito, como ação introdutória, a SUDESUL teria a responsabilidade pela programação, execução e prestação de contas dos investimentos do projeto e pela estruturação da referida cooperativa junto à comunidade, para que pouco a pouco fosse instituída certa autonomia, flexibilidade operacional e unidade de comando e direção pelos produtores, visto que, a priori, era possível afirmar que estes princípios eram objetivos a alcançar, mas não componentes iniciais do processo. Cabe à cooperativa a

[...] formação do quadro associativo, assistência técnica dos cooperados, comercialização e planejamento da produção, administração dos recursos hídricos,

mutuária parcial dos recursos de terceiros necessários para as obras de irrigação, drenagem e infraestrutura, bem como preposto para a obtenção de créditos agrícolas e representante legal junto as entidades governamentais (MINISTÉRIO DO INTERIOR; SUDESUL, 1989a, n.p).

Prevê-se uma estrutura organizacional da cooperativa central mista, conforme apresentado na figura a seguir.

Figura 4 – Estrutura organizacional da cooperativa central mista



Fonte: Elaborado pela autora (2021), com base na carta consulta ao COCEX emitida pelo Ministério do Interior e a SUDESUL (1989a).

Esta estrutura cooperativista, deveria ter uma abrangência ampla sobre o sistema, incluindo, por exemplo: Gerência administrativa e cobranças do sistema de irrigação e drenagem; assistência técnica; prestação de serviços mecanizados; fornecimento de insumos; estocagem; industrialização e comercialização. Todos os elementos considerados preceitos à organização social e produtiva que transcendem a zona de desenvolvimento do PAP.

Esta Organização Cooperativa da Área do Sombrio deverá ser um embrião para todo o desenvolvimento do Vale do Mampituba. A evolução organizacional do Sistema partindo do Projeto na área do Sombrio, deverá ser analisada com alternativas de solução para todo o Vale do Mampituba (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1979b, n.p).

Contudo, o “modelo” de referência estava a uma agricultura altamente tecnificada, como a empresarial. Esta, por sua vez, geraria, mesmo que a longo prazo, a possibilidade de unidades agroindustriais de alto padrão e com vínculos cooperativistas⁵². Assim, incorporam-se padrões e experiências dos saberes produtivos acumulados dos produtores com base originária de entidade cooperada, por parte dos mesmos, que, nas suas trajetórias com acesso às políticas de crédito e fomento agrícola favorecidos a exemplo das condições físicas e de propriedade das suas terras, alinhado à autonomia produtiva, elevavam a sofisticação técnica, gerando mecanismos institucionais de porte significativo ao mercado.

No caso específico do Banhado do Sombrio nenhum dos fatores indicados acima se fazia presente, em especial, na denominada fase de amansamento do solo, em que simplesmente aloca-se o espaço para atividades tradicionalmente exercidas na área (extração de madeira) e que, por suas características, não gerariam, inicialmente, necessidades objetivas de nenhuma base institucional, de tal porte. Obviamente, em tais condições projetadas e transferida para um horizonte de tempo mais dilatado, crendo que, ao evitar-se o desperdício de recursos e a um possível fracasso sobre a ótica que estava sendo prevista no núcleo agropecuário, mas principalmente pelas dinâmicas endógenas da população que viria a ser assentada, inevitavelmente, tenderia à organização social e produtiva. A questão é a forma dessa organização, vistas as condições e possibilidades existentes ao longo do tempo.

3.2.2.2 Modelos e alternativas de produção previstos

Modelos de produção para o Plano foram estruturados com base em pesquisas de campo, estatísticas de produção municipal e volumes de comercialização levantados juntos ao CEASA do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, com destinação inicial prevista da produção ser voltada ao atendimento de déficits de suprimentos nas regiões metropolitanas de Porto Alegre e de Florianópolis. Estes estudos foram elaborados pela Magna Engenharia Ltda, por

⁵² O modelo de referência utilizado estava na Cooperativa Tríticola Serrana LTDA, hoje denominada COTRIJUI - Cooperativa Agropecuária & Industrial no Rio Grande do Sul e na Cooperativa de COTIA na grande São Paulo.

solicitação da Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul – SUDESUL, em três momentos, o primeiro em 1979, seguido em 1982 e com atualização em março de 1989.

Os modelos de produção detalhados visaram a ampliação da produção tradicional da região do Plano, mediante a expansão das culturas nas áreas irrigadas e, também, a inclusão de frutas (abacaxi – 399ha) e olerícolas (tomate – 639ha) em proporções modestas, quando comparadas a área potencialmente irrigável de 25.856 hectares, nas zonas 2 e 3. As culturas tradicionais mapeadas pelos estudos demonstram que a centralização da produção regional, pautava-se em grãos (arroz, milho e feijão), culturas alimentares e/ou energéticas (mandioca e cana de açúcar), fruticultura (banana e abacaxi), fumo e pecuária (leiteira e de animais de pequeno porte – suínos e aves).

Dessa maneira, direcionou-se o plano de cultivo em 1982, baseado nas características dos solos e nos estudos de mercado e comercialização, à implantação de milho (820ha), feijão (260ha), pastagens (275ha), arroz (125ha), olericultura (100ha)⁵³ e produção de leite, suínos e aves. Gradualmente, a olericultura seria ampliada, com o acúmulo de experiência no cultivo de produtos dessa natureza, por parte dos agricultores assentados (SUDESUL; MAGNA, 1982). Tem-se, até o presente, com base em um perfil fornecido pela Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul – SUDESUL, as definições de toda a proposta a nível do estudo de viabilidade direcionada a um sistema de produção em que a médio e longo prazo predominaria o hortigranjeiro. Atrelava-se essencialmente duas estratégias de comercialização, a primeira e central pautada na previsibilidade de significativa parcela de comercialização *in natura* aos polos como Porto Alegre, Criciúma, Tubarão e Florianópolis; aos excedentes, em termos de projetos executivos, estava a implementação de uma agroindústria que integraria o “complexo urbanístico” do Centro Comunitário na área do Plano de Assentamento de População – PAP, a qual agregaria valor ao possibilitar o processamento e comercialização de subprodutos de origem animal e vegetal.

Porém, o Seminário de Avaliação do Subprojeto do Banhado do Sombrio, reorientou os planos culturais da área e, na concepção do governo do Estado de Santa Catarina, não haveria sentido a implantação, mesmo que “modular”, de uma agroindústria nas diretrizes apresentadas nos estudos de viabilidade técnico-econômica de Desenvolvimento Agrícola do Banhado do Sombrio. Sobre essa perspectiva, a resolução, oriunda do seminário, retira do Setor Público Agrícola de Santa Catarina a responsabilidade pela implantação da unidade

⁵³ A partir da introdução gradual, a programação estava no aumento até um limite estimado de 266ha, de olerícolas na área do PAP.

agroindustrial e remete o problema para decisão por parte da SUDESUL (SEMINÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PROJETO SOMBRIO, 1980; MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1980a).

Tendo como a redefinição das metas esperadas pela implantação do subprojeto de Desenvolvimento Agrícola do Banhado do Sombrio, surgem, como explorações mais importantes, aquelas relacionadas com espécies vegetais e animais que já possuem infraestrutura agroindustrial⁵⁴ especializada na área, para respectivo beneficiamento ou transformação. Este contexto de infraestrutura agroindustrial, regionalmente já estabelecida, conduz a uma “situação muito cômoda em que se elimina a necessidade de novos investimentos” (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1980a, p. 155).

Entretanto, como órgão de coordenação e de planejamento e não de execução direta, a SUDESUL encaminhou, como opção juntamente com a consultoria externa presente no seminário, uma solução intermediária, coerente com a política agrícola e extensionista em relação ao tema que vinha sendo desenvolvido pelo Governo de Santa Catarina Tratava-se de um módulo artesanal, para, então, não se abandonar de todo a ideia de pequenas unidades agroindustriais, principalmente, objetivando oferecer condições de treinamento aos assentados para processamento e valorização de seus produtos, especialmente ao aproveitamento do leite e frutíferas.

As unidades descritas, prestam-se, além de ampliar o aproveitamento das safras pela utilização de frutas e hortaliças não classificadas para comercialização, para ampliar a oferta de emprego (ainda que em pequena escala) e a renda familiar e, principalmente, confere experiência técnica e gerencial extremamente valiosa ao pessoal local com vistas a uma futura escala industrial de maior porte (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1980a, p. 161).

Dadas as características dos sistemas de produção que seriam adotados na fase inicial do assentamento, não se previa qualquer complexidade com relação à comercialização. Não se observam problemas de mercado para os produtos tradicionalmente produzidos na área. Todavia, à produção, aconselhou-se proceder a instalação de unidades experimentais “conduzidas em conjunto com agricultores submetidas a processo de avaliação sistemática tanto no plano técnico como econômico” (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1980b, p. 28). O resultado do proposto é um insumo essencial às atividades com vistas ao desenvolvimento rural, frente à tecnologia prevista para a produção pelas famílias assentadas.

Em vista disso, no conjunto das concepções que vigoravam com certas congruências, definiram-se como linhas prioritárias de atuação das partes “as relativas à

⁵⁴ Tratava-se da ociosidade identificada em agroindústrias regionais já existentes, como o Frigoríficos Eliane e o posto de resfriamento à produção leiteira da CORLAC em Torres/RS.

drenagem parcelar dos lotes do PAP do Banhado do Sombrio” (SUDESUL, 1984b, n.p), com áreas representativas, para nelas serem implantados sistemas de irrigação por aspersão – método comprovado em estudos anteriores pela MAGNA Engenharia e técnicos da SUDESUL, como sendo o mais efetivo nas condições de solo –, viabilizando as áreas produtivas do assentamento. Por parte da equipe técnica do Instituto de Reforma e Desarrollo Agrario (IRYDA) foi pleiteada a necessidade de uma experimentação prévia, devido ao pioneirismo do projeto, quanto à localização de solos turfosos e de banhados, realizada entre os anos de 1984 e 1986. No que diz respeito à produção, as combinações propostas seguiram critérios que se basearam em fatores sintetizados no esquema a seguir:

Esquema 7 – Fatores considerados aos planos de cultivos

Nível do Agricultor	Maior lucro Menor Exigencia técnica no cultivo
Nível de Mercado	Maior procura Melhor época de comercialização
Nível de Indústria	Maior procura do produto industrializado Menor custo da matéria prima

Fonte: elaborado pela autora com base nos documentos de plano de cultivo (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1980a); Plano de Desenvolvimento Agrícola da Bacia do Rio Mampituba, carta consulta COCEX (MINISTÉRIO DO INTERIOR; SUDESUL, 1989a)

Considera-se que o maior lucro estaria representado pela diferença entre o valor da produção e o custo da produção obtido por elementos oriundos dos estudos de mercado e estudos agrônômicos incluindo os custos de produção. A menor exigência técnica de cultivo foi identificada a partir da variável número de horas e de homens necessários para cultivar um hectare, constante do cálculo dos custos de produção.

Já no quesito de nível de mercado, a maior procura foi identificada a partir dos dados médios de consumo per capita registrados no Estudo Nacional de Despesas Familiares (ENDEF), realizada pelo IBGE e publicada em 1977⁵⁵. A melhor época de comercialização

⁵⁵ O ENDEF pode ser considerado hoje uma excelente fonte de análise no âmbito de nutrição, consumo e despesa familiar em uma amostra da população no território brasileiro nos anos 70. Por outro lado, também se revela na análise histórica socioeconômica, frente a estrutura política ditatorial as mazelas do seu período e a desigualdade do “milagre econômico”.

resulta da determinação pelo comportamento dos preços, analisados por meio dos coeficientes de estacionalidade e variabilidade dos preços em torno do preço médio.

Na base real e de perspectiva de nível industrial, inferiu-se que a maior procura do produto industrializado foi aproximada, em função do volume industrializado de conservas de hortigranjeiros. O menor custo da matéria-prima foi identificado por meio dos produtos que oferecessem maior margem de lucro após processados, estabelecendo, assim, uma unidade agroindustrial operada por uma estrutura cooperativista. A partir disso, obtém-se maior margem de lucro, resultante também de um menor preço de venda do produto in natura beneficiaria diretamente os próprios agricultores.

Leva-se a estabelecer um modelo de produção modificado, proposto no último relatório, emitido pela autarquia em 1989, que previa a manutenção do modelo originalmente proposto até o oitavo ano e, posteriormente, previa a redução de áreas irrigadas de arroz, num total de 2.000 hectares; a substituição de áreas destinadas a exploração pecuária por fruticultura irrigada (6.000ha); e a transformação da cultura do arroz para hortícolas (2.000ha), com a mesma utilização de volume de águas para irrigação. No caso do modelo de produção antigo, considerado pelos estudos da Magna (1979 e 1983), a produção se estabilizaria após o oitavo ano. Contudo, não contemplava uma expansão significativa nas atividades hortifrutigranjeiras e limitava a área de produção a 17.000 hectares irrigados em função da limitação da disponibilidade de água.

Ampliando o modelo (análise em março 1989), de forma a aumentar as atividades hortícolas e frutícolas e reduzir a cultura do arroz irrigado, considerando a disponibilidade de água para irrigação, almejava-se ampliar a área de cultivo para 23.000 hectares. Planejou-se que a área cultivada com irrigação evoluiria de 17 mil hectares para 23 mil hectares no décimo segundo ano do Plano.

A situação proposta para o oitavo ano (1997), considerado momento de expansão das culturas em área irrigadas, seria atingida progressivamente no período de seis anos, por meio da expansão das culturas nas demais regiões irrigáveis, e o seu limite de ocupação daria-se em três anos após a conclusão da barragem de laminação das cheias e irrigação do Mampituba. Nessa etapa as culturas seriam ampliadas até o limite da disponibilidade de água para a irrigação decorrente da expansão da cultura de arroz.

A próxima etapa detalhada e planejada, que iria do nono ano (1998) ao vigésimo segundo (2011), quando tendenciaria a estabilização, visava modificar o perfil de produção da região, de modo a consolidá-la a um pólo hortifrutigranjeiro para os estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, objetivo inicial e principal do Plano de Desenvolvimento agrícola da

Bacia do Rio Mampituba. Nessa etapa de readequação do modelo de produção, a ênfase estaria na transição para culturas de frutícolas, preferencialmente do tipo perene, e de hortaliças em geral. Desse modo, a olericultura, na fase inicial, seria para o “uso doméstico e em etapas posteriores se as condições de desenvolvimento assim o sugerirem, também para comercialização” (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1980b, p. 23).

No quadro apresentado no anexo supracitado, fica evidenciada a situação de estabilidade considerada para as culturas de sequeiro e atividades pecuárias que se destinam a atender as necessidades da população local e regional. As atividades com potencialidade econômica, destinadas à geração de recursos para o desenvolvimento da região, estão concentradas na expansão da produção das áreas irrigadas.

Para o horizonte do oitavo ao vigésimo segundo ano, no que se referem às culturas olerícolas, hortícolas e frutícolas, tem-se a destacar que os produtos considerados referências (tomate, verduras em geral e laranja) estavam sendo considerados como hortícolas de preço mais elevado, hortícolas mais comuns e frutas tropicais diversas, tendo, assim, o conjunto de facilitador produtivo, fluxo de comercialização e agregação de valor. Inicialmente as frutíferas consideradas em potenciais foram o mamão, a manga, o abacate e o limão. Já para períodos posteriores adotou-se a laranja que, segundo análises técnicas, apresentava condições mais desfavoráveis entre elas, no que se refere à demora na obtenção de resultados econômicos.

O PAP, sendo o I setor da Zona 2 do Projeto de Desenvolvimento Agrícola da Bacia do Rio Mampituba (anexo K, p. 293), tinha provisão de recebimento de investimentos maiores do que os demais setores, tal questão se justificava tanto pelos canais de drenagem como de irrigação e, especialmente, pelos aspectos de infraestrutura, frente às demandas do centro comunitário e o sistema viário.

O cronograma de aplicação desses investimentos e os respectivos recursos, para a efetivação do Plano de Desenvolvimento Agrícola da Bacia do Rio Mampituba, estavam provisionados para aplicação, preferencialmente, no âmbito local, ou seja, com enfoque ao PAP. Na dimensionalidade como área piloto e frente às funções, singulariza-se o subprojeto do banhado do Sombrio no “prisma dos processos de gestão do desenvolvimento local” (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1982a, n.p). Assim, expressava-se claramente essa concepção também no Plano de Desenvolvimento Agrícola da Bacia do Rio Mampituba, apresentado à Comissão de Crédito Externo (COCEX) para captação de recursos, demonstrando possibilidades posteriores, a serem realizados novos estudos distributivos de modo a definir-se outros eventuais empenhos ao tocante do conjunto das obras do projeto maior.

Na análise de avaliação econômica e financeira do Plano, os benefícios foram quantificados frente aos modelos de produção em condições que seriam resultantes “com” e “sem” a realização desses investimentos, conforme apresentado na Figura 5 (p. 126). Os investimentos propostos revelavam, entre outros pontos, a potencialidade para a consolidação de novo modelo produtivo hortigranjeiro; a gestão do sistema hídrico, minimizando os efeitos das enchentes; e as melhores condições de rentabilidade e produtividade em prol da regularidade da produção e, assim, da manutenção da população rural no campo.

Figura 5 – Rendimento em kg/ha do plano de cultivo com irrigação e sem irrigação

PLANO DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DA BACIA DO RIO MAMPITUBA		
RENDIMENTO DA AGRICULTURA (EM KG/HA)		
PRODUTOS	CULTURAS	
	SEM IRRIGAÇÃO	IRRIGADAS
Arroz	3.000	5.200
Milho	1.500	4.000
Feijão	720	1.200
Cana-de-açúcar	21.700	50.000
Mandioca	10.000	20.000
Soja	1.800	3.000
Banana	8.000	25.000
Abacaxi	9.800	28.000
Fumo	1.330	2.200
Olericultura	12.000	(1) 40.000

Nota: (1) Tomate

Fonte: Carta consulta da Comissão de Crédito Externo (COCEX) ao Plano de Desenvolvimento Agrícola da Bacia do Rio Mampituba (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1989a)

Ainda, sobre os aspectos econômicos e financeiros, a taxa interna de retorno, estimada em termos preliminares pelos levantamentos da SMC Consultores Associados S/C Ltda, COCEX e SUDESUL, em setembro de 1989, estava na ordem de 15% a.a. em relação aos investimentos totais do plano. Por outro lado, em relação aos investimentos voltados à atividade produtiva podia-se atingir uma rentabilidade da ordem de 19% a.a.

Os impactos esperados para o Plano giravam em torno da ordem econômica, social e ambiental. Havia a responsabilidade documentada e firmada de serem acompanhados, na fase de implantação, diretamente pelo Ministério do Interior, por meio da SUDESUL e do DNOS, e na continuidade, seriam monitorados pela SUDESUL e pela Cooperativa Mista, sendo apresentados nas seguintes diretrizes:

Quadro 3 – Impactos esperados pelo Plano em termos econômicos, sociais e ambientais

ECONÔMICA	O incremento de plantios de culturas perenes nas pequenas propriedades possibilitará maior sustentação econômica, em substituição às demais culturas, e fixará o agricultor na propriedade.
SOCIAL	Melhora a qualidade de vida dos produtores rurais.
AMBIENTAL	A partir da elaboração dos Relatórios de Impactos Meio Ambiente, será possível prever ações de conservação e uso das águas dentro das condições que garantam a não agressão ao meio ambiente, à flora e à fauna.

Fonte: Carta consulta da Comissão de Crédito Externo ao Plano de Desenvolvimento Agrícola da Bacia do Rio Mampituba (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1989a). Organizado e elaborado pela autora (2021).

Convém ater-se que, especialmente, os dados, que se originam da carta consulta à Comissão de Crédito Externo (COCEX), revelam um tom mais integrativo sob os aspectos de cunho social e ambiental na conjuntura de viabilidade econômica prevista. Cabe também observar que se tratava de uma demanda à fonte financiadora, expressando um detalhamento quanto ao plano e ao planejamento de modo alinhado, em outras palavras, o documento não se perdia em um discurso de apenas boas intenções.

Ademais, ao observar de modo isolado os documentos, projetos e planos que vinham se firmando no decorrer das décadas de arranjos regionais, de modo equivocado, percebe-se a ausência de conexão com outras bases regionais, de tal modo, a isolar o pólo, seja ele industrial ou do núcleo agropecuário que se constituía. Por outro lado, firmando-se a interpretação do conjunto das tratativas e narrativas quanto às funções e particularidades do PAP, abarca-se a concepção que essas ações concretizadas desencadeariam outros processos econômicos (industriais e/ou de serviços). Trar-se-ia nova dinâmica social frente a uma conjuntura concreta que impulsionaria uma territorialização com efeitos multiplicadores. Nesse caso, tem-se o Projeto de Desenvolvimento Agrícola da Bacia do Mampituba, na área piloto do subprojeto Sombrio com as ações direcionadas ao PAP e ao PDDI, descortinando o planejamento estatal e o processo de produção do espaço, em um caso de espacialização multiescalar, pelas especificidades diversificadas e integradas do território.

3.4 ESTRATÉGIAS DE OCUPAÇÃO SOCIAL DO TERRITÓRIO DO PLANO DE ASSENTAMENTO DE POPULAÇÕES – PAP

O Plano de Assentamento de Populações – PAP foi sugerido durante sua trajetória de planejamento com diferentes estratégias de ocupação. Visou-se concretizar os intitulados PAP I, PAP II e PAP III, com a premissa central de que os agricultores deveriam ser

“assentados, paulatinamente, em grupos de 30 a 40 famílias, depois de concluída a infraestrutura mínima necessária” (SEMINÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PROJETO SOMBRIO, 1980, n.p).

Quadro 4 – Estratégias de ocupação via planejamento do PAP (1979-1988)

ANO PLANEJADO	ESTRATÉGIA DE OCUPAÇÃO	OBSERVAÇÕES
1978a	Em duas etapas: A primeira (PAP I), prevista para o ano 3 da implantação do projeto, assentando-se 84 famílias. Na segunda (PAP II), prevista para o ano 8 do projeto, instalando-se mais 39 famílias, totalizando 123 famílias ao plano. Na hipótese de 5 pessoas por família, aproximadamente 615 habitantes.	Os 5 anos de separação entre uma etapa e outra são necessários, em virtude da implantação da segunda etapa estar diretamente ligada à conclusão das obras de drenagem e produção da área contra enchentes, no vale do Mampituba, com previsão de conclusão no ano 8 da implantação do projeto.
1979b	Uma área destinada exclusivamente para moradia de 50 famílias	
1980	Para o ano 3 implantações de 84 famílias	
1980a 1982a 1982b	Na área do Programa de Assentamento de População deverão ser assentadas 102 famílias, numa área de aproximadamente 2.200ha, no período de 8 anos. Produção de produtos tradicionais da área e hortigranjeiros, produção de animais de pequeno porte e leite.	Período de adaptação do agricultor e amansamento do solo onde se desenvolvem atividades tradicionais. Período de adoção de práticas intensivas com significativo retorno individual e social. Organização institucional para criar condições para futura cooperativa.
1982a	Além das 102 parcelas de produção agrícola, foi prevista a área para o centro comunitário.	Além da área objeto de colonização agrícola, ficarão incluídos no interior do polder do PAP, cerca de 600ha que pertencem a agricultores locais.
[1988a-1988b]	35 assentados e previsão de assentamento de outras 25 famílias até final de 1988.	

Fonte: Documentos emitidos e/ou supervisionados pela SUDESUL entre 1978 e 1988. Organizado e elaborado pela autora (2021).

Independentemente das diferentes estratégias previstas, o que fica evidente em todos os documentos institucionais que as justificam é o planejamento detalhado da organização produtiva ao PAP quanto às áreas disponíveis (irrigadas) e que ainda precisavam de obras (não irrigadas) para a viabilização agropecuária e de assentamento das respectivas famílias, abordando as dependências de trabalhos de contenção de enchentes em determinadas áreas para avançar nas ações programada, sobretudo, no que diz respeito às etapas do PAP I; II e III. O PAP I era área destinada ao reassentamento dos moradores e/ou proprietários das desapropriações das obras das Barragens do Rio Leão e do Rio Bonito. O PAP II correspondia à implementação do assentamento das famílias sem-terra da região que cobria o subprojeto do Banhado do Sombrio, ou seja, dos municípios de Sombrio, Jacinto Machado, Praia Grande e São João do Sul em Santa Catarina. A área prevista na terceira etapa do PAP, citada no termo de referência para o projeto executivo do subprojeto, estava condicionada a novas avaliações e, então, definição de seu uso com dois propósitos: utilizar como extensão de reserva ecológica de todo o Projeto da Bacia do Mampituba nos dois estados, visto não haver a precisão quanto a reversão da situação hídrica da referida área, ou, caso ocorresse a totalidade das obras, teria a opção de reassentar famílias das áreas de desapropriação pela construção da terceira barragem no município da Praia Grande, com o distrito de Mampituba, do município de Torres no Rio Grande do Sul.

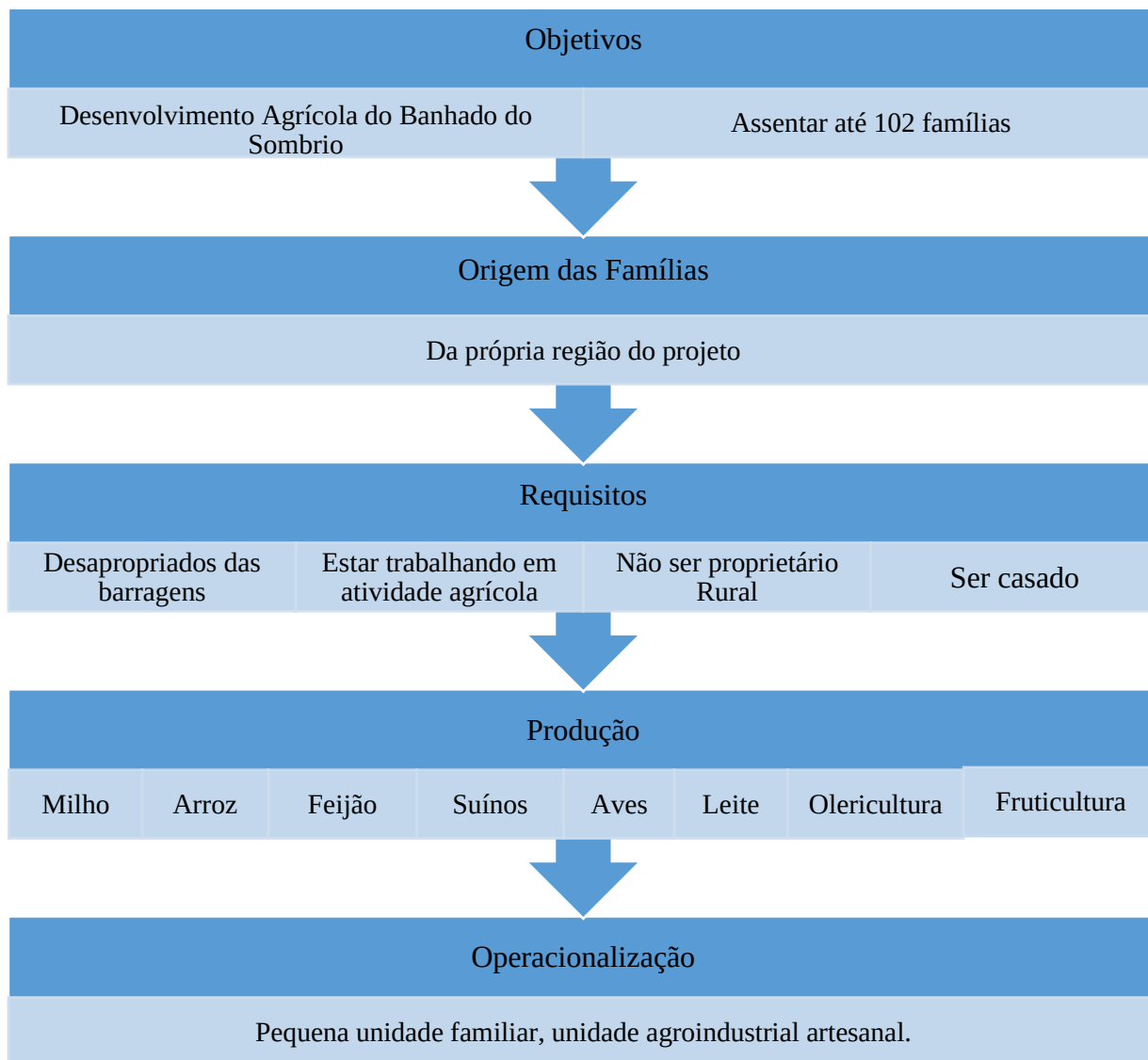
A partir de relatos dos primeiros assentados, tem-se o seguinte trecho: “Eles [comunidade que seria reassentada] vieram uma vez aqui, trouxeram [prefeitura e a SUDESUL] de ônibus, pra olha uma área de terra aqui, que o governo ia indenizar e passar pra eles, pela terceira barragem” (E7, 2021). No entanto, ao decorrer do tempo, essa área nunca foi utilizada e se mantém até o prezado momento (2021) em estado de reserva ecológica, apresentando um quadro de enchentes a cada novo período de chuvas.

Diante do planejamento do plano, previam-se, após serem devidamente drenadas e executadas, obras de irrigação e proteção contra cheias, bem como com a construção da infraestrutura básica do centro comunitário ocorreria a instalação de famílias, prioritariamente aquelas desalojadas de suas propriedades por alagamento pelas barragens, ou por serem consideradas “sem-terra”. Firmaram-se as finalidades e objetivos do PAP, - que sumariamente se apresentam no Esquema 8⁵⁶, visto que “A secretaria da Agricultura e do Abastecimento de Santa Catarina acompanhará, através da CEPA/SC, o detalhamento de todo o projeto final e

⁵⁶ O Esquema 8 é o compilado das informações contidas em documentos em que se registram as determinações do Seminário de Reavaliação, no relatório de “Organização Institucional do PAP” e nas Diretrizes Finais do PAP I/II/III, emitidos pela SUDESUL, em 1980, assim como nas narrativas emitidas pelas fontes orais desta dissertação.

todas as etapas da implantação e execução do mesmo” (SEMINÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PROJETO SOMBRIO, 1980).

Esquema 8 – Finalidades e objetivos centrais a ocupação social do PAP



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Atingir tais metas exige a presença de organização dotada de alto nível de eficiência sem solução de continuidade nos propósitos que lhe dão origem. Neste sentido, um aspecto importante a destacar e está representado pelo fato ineludível de que não é o desenho da organização que garante o êxito; este depende de feliz escolha dos homens que a conduzem e lhe conferem o necessário dinamismo (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1980b, p. 23).

Diante desses pressupostos, estabeleceram-se critérios para a escolha dos agricultores a serem assentados, a forma de assentamento e as instalações prioritárias à

constituição do núcleo agropecuário. Dada a ausência de experiência a seleção de famílias para projetos de irrigação no Brasil, elaborou-se um regulamento para utilização do sistema de irrigação e drenagem na área compreendida pelo projeto de desenvolvimento agrícola do banhado do Sombrio, incluindo as normas de seleção de irrigadas elaboradas pelo Grupo de Irrigação para o Desenvolvimento Agrícola (GEIDA) em nível nacional. O GEIDA, conforme exposto nos documentos de organização institucional do PAP, tinha a concepção de que, frente à falta de tradição de agricultura irrigada organizada, os projetos promovidos pelo governo deveriam servir de exemplo para outras ações. Para tal, fazia-se

Básico dar ênfase, de início, à seleção de candidatos com a melhor qualificação possível para o tipo de atividades em pauta, deixando-se para uma etapa ulterior – após o sucesso operacional dos primeiros projetos – a consideração dos aspectos de desenvolvimento social (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1980b, p. 86).

Nessa concepção, alinhada aos critérios, objetivos e finalidades já apresentados no Esquema 8, visando atingir “candidatos em potencial”, elaborou-se uma ficha de inscrição (anexo L, p. 294). Determinaram-se os requisitos essenciais (anexo M, p. 296) e os itens classificatórios (anexo N, p. 297) para que os órgãos incumbidos da execução do projeto pudessem organizar as equipes que iriam, então, atrair os candidatos e selecionar a população. Foi indicada uma equipe multidisciplinar a exemplo de pelo menos três membros formados ou em estágio de término de formação acadêmica nas áreas profissionais de agronomia, extensionismo rural, sociologia, psicologia ou assistência social.

Assim, definiu-se a ampla divulgação dos objetivos do projeto e dos requisitos de seleção. As inscrições dos candidatos seriam feitas na própria área do projeto, na sede do Morro do Bino, ou diretamente nas secretarias da ACARESC (atual EPAGRI), nos municípios de Jacinto Machado, Praia Grande, São João do Sul e Sombrio. Era obrigatório o preenchimento da ficha de inscrição, com referência aos requisitos essenciais. Os candidatos que não preenchessem as oito condições estariam eliminados do processo de seleção. É importante ater-se que estas condições versavam sobre aspectos como idade entre 19 e 45 anos, ser casado, ter filhos dependentes e estar disposto a mudança com as famílias para a área do projeto. Além disso, também haviam requisitos voltados às condições de saúde, antecedentes criminais e de cunho educacional. Sobre estes, vale uma ressalva quanto ao caráter discriminatório e essencialmente voltado à capacidade física e ao viés de mão de obra para nutrir os anseios econômicos que estavam provisionados. Quanto aos critérios da função clínica destes, os resultados poderiam ser eventualmente úteis às autoridades responsáveis pelas condições de

saúde da área, para posterior tratamento das enfermidades encontradas. No entanto, no caso a que se referimos, estavam como pontos eliminatórios.

Ao analisarmos os itens classificatórios, baseados num sistema de pontos, dividido em dois grupos. Em cada grupo constituído por cinco quesitos, intensifica-se a busca, dada a atender as necessidades do projeto com a capacidade atribuída a exemplo da força de trabalho e a experiência em gestão agropecuária. A seguir (quadro 5, p. 132) resumem-se os itens classificatórios⁵⁷ representados nos grupos como “dados circunstanciais” e “dados de capacitação individual”.

Quadro 5 – Requisitos essenciais e itens classificatórios para serem assentados no PAP

CONDIÇÕES CIRCUNSTÂNCIAIS	Evicção por desapropriação
	Prioridade aos que tiveram suas áreas desapropriadas em virtude das obras do projeto como um todo. Quando o desapropriado fosse viúvo, ou o agricultor tivesse sido eliminado pela idade avançada, pela saúde ou pelo teste de QI, a prioridade seria dada ao filho mais velho ou parente mais próximo, desde que estes tivessem os requisitos essenciais e tivessem uma classificação final “suficientemente alta”.
	Local de residência
	Considerado residente, para efeito de contagem de pontos, todo aquele que tiver morado na área de influência do projeto por um período não inferior a um ano. Tempo considerado suficiente para que o candidato fique “familiarizado com os aspectos físicos e sociais do local”. A indicação da área de influência do projeto deveria levar em consideração não apenas aquela desapropriada, mas também as que receberiam impactos diretos e indiretos em consequência da agricultura irrigada do mesmo. Definiu-se que iriam ser destinadas áreas do PAP para os candidatos residentes nos municípios pertencentes ao subprojeto do banhado do Sombrio.
	Posse da Terra
	O candidato não possuidor de terra teria o maior número de pontos neste item, ao passo que o proprietário de áreas médias ou grandes, que tem a vantagem, face às outras categorias, de possuir terras, animais, casa e outros recursos que lhe dão relativamente maior segurança, receberá menor número de pontos. Os proprietários

⁵⁷ Esta síntese está com base no compilado dos documentos: Organização Institucional do PAP I/II/III; Regulamento para utilização do sistema de irrigação e drenagem na área compreendida pelo projeto de desenvolvimento agrícola do Banhado do Sombrio; Normas para seleção de irrigantes do GEIDA; e análise das narrativas das entrevistas realizadas com as primeiras famílias assentadas ao PAP.

	de pequenas unidades receberão um número de pontos intermediário. O candidato que tiver sido desapropriado e não seja proprietário de outra área rural ficará incluído na categoria sem posse, ainda que tenham algum recurso monetário.
CONDIÇÕES CIRCUNSTÂNCIAIS	Observação: O residente desapropriado teria conseguido 30 pontos nos itens 1 a 3 exposto, com isso era considerado como “justo, uma vez, em igualdade de condições com outros candidatos, ele tem mais diretos”.
	Grupo de idade
	As idades mínimas estavam em 19 e máxima de 45 anos. Mas atribuía-se mais pontos aos candidatos compreendidos na faixa etária de 25 a 35 anos, pois considerava-se “que alcançaram o seu pleno desenvolvimento físico e intelectual, sendo capazes de desenvolver uma atividade agrícola mais eficiente”
	Força de trabalho
	Dá-se mais pontos ao chefe de família com maior número de dependentes para ajudá-lo em suas tarefas. A idade mínima considerada para que um dependente integre a força de trabalho era de 12 anos, e a máxima de 60. Para o cálculo da mão de obra equivalentes à força de trabalho com que pode contar o candidato, elaborou-se um sistema de contagem, por sexo e idade (anexo, O, p.347)
CAPACITAÇÃO INDIVIDUAL	Grau de instrução
	Experiência agrícola
	Experiência em administração de unidades agrícolas
	Iniciativa e capacidade de liderança
	Sociabilidade e receptividade à mudança
	Esta classificação ofertaria mais pontos aos candidatos mais experientes e “melhor dotados”, com traços de personalidade julgados como necessários para “habilitá-los a se constituírem em agricultores receptivos à inovação e à mudança”.

Fonte: Ibidem nota de rodapé 77. Elaborado pela autora (2021).

Os dados circunstanciais estavam relacionados com fatores relativamente independentes da vontade ou esforço do candidato, uma vez que representavam características externas ao desempenho pessoal do mesmo. Já os dados de capacitação individual dizem respeito a atributos pessoais especialmente atrelados a personalidade.

O total de pontos conseguidos na classificação por um candidato, comparado com os demais, permitirá, definir sua posição com relação ao conjunto. Feito isso, a equipe de seleção visitará, sem prévio aviso, as casas dos candidatos, a fim de ter um melhor julgamento, e confirmação, dos resultados fornecidos pela entrevista. É somente após essa verificação que se deverá fazer a classificação dos candidatos (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1980b, p. 93).

As normas as quais nos referimos acima eram para a base de aceitação de candidatos. A escolha final deveria ser feita de modo definitivo dentre os candidatos aceitos e classificados, após realizarem cursos de treinamento, que serviriam para identificar as atitudes, habilidades, capacidades da experiência agrícola e seus comportamentos com a convivência em grupo.

Neste segundo estágio de seleção parte dos candidatos será, provavelmente, eliminada, e aqueles cujo desempenho durante o curso for considerado satisfatório serão selecionados para um período probatório, trabalhando num projeto. [...] os candidatos que durante o desenvolvimento do curso demonstrem possuir melhores qualidades individuais, em especial capacidade de liderança, deverão ocupar posições estratégicas dentro do projeto, de modo que possam servir como focos para atividades de demonstração (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1980b, p. 94)

Ademais, no final do curso, deveriam passar pelos testes sociométricos, os quais, na análise dos formuladores da proposta, permitirão o estudo das relações interpessoais.

Ou seja, das relações de preferência, de rejeição e de indiferentes entre os indivíduos, fornecendo as bases para assegurar a harmonia social necessária para a eficiência das atividades do projeto, bem como, para a adoção de diversas medidas ligadas ao melhor aproveitamento possível do elemento humano selecionado (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1980b, p. 95).

A relevância de análise desses critérios aumenta ao se considerar as especificidades rurais brasileiras e, em especial, a persistência de profundas desigualdades sociais pelas políticas de desenvolvimento agrícola ou as que culminam as problemáticas da questão agrária, as quais tendem a gerar efeitos desiguais no território local, regional e nacional.⁵⁸ A base sobre a capacitação individual induz a uma abordagem subjetiva, desigual e discriminatória, especialmente ao tratarmos algumas notas de rodapé e ou observações gerais que julgam um “modelo”, um “perfil” capaz de gerir uma unidade familiar. Ou ainda, ao desconsiderar, mesmo que inicialmente, que os candidatos analfabetos sem experiência agrícola deverão ser rejeitados com a justificativa de “ser difícil conciliar essas duas limitações com as necessidades de um

⁵⁸ São múltiplas as reflexões apenas sobre o contexto que foi imposto às tratativas de seleção, que não caberá neste estudo, mas certamente deverá ser precursor de análise em outras pesquisas, sobretudo, ao tratar de dinâmicas teóricas e empíricas ao longo do tempo como gênero, agricultura familiar e a questão das políticas públicas, situando o desenvolvimento rural também aos povos tradicionais e aos assentamentos no Brasil.

trabalho bem-sucedido num projeto de irrigação” (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1980b, p. 99), frente às proposituras de prevalecer uma atenção a capacidade e habilidade de mão de obra destes irrigantes, por sua vez, em base de também conciliar as ausências de terra e o caráter produtivo do segmento agropecuário, não prevalecendo a dinâmica de desenvolvimento social em aspectos, os quais foram base de investigação em todos os estudos de viabilidade técnica e econômica que decorreram no campo das realidades locais e regionais. Cabe-nos compreender os desvelos entre as diretrizes técnicas e políticas e as condutas cometidas ao território condicionado, principalmente em relação à realidade socioespacial do plano.

3.4.1 Das proposituras às ações concretas: critérios de escolha das famílias assentadas e as instalações prioritárias ao PAP

Após sete anos – de 1976 a 1982 – de atuações do Ministério do Interior, pela SUDESUL e pelo DNOS, e do estado de Santa Catarina, pelas instituições de extensão rural e assistência técnica, iniciaram-se as primeiras obras físicas na área destinada ao PAP. Seu entorno ligava as localidades de importância ao distrito de Santa Rosa, como Peroba, fazendo perímetro com Jacinto Machado e levando até o município de Praia Grande. O subprojeto do Banhado do Sombrio interligava-se com rodovias federais, estaduais e municipais, fazendo-se as conexões viárias com regiões econômicas de interesse nos dois estados de fronteira. Porém, no PAP, sendo um território despovoado e coberto de mata, não existia nenhuma via de penetração em seu interior. Por esse motivo foi concebido um sistema de estrada em torno de 40 km de estrutura viária, de forma que todas as parcelas ficassem servidas por vias de acesso a fim de escoar livremente a sua produção.

Diante disso, ocorreram obras de estradas, pontes e terraplenagem⁵⁹ durante muitos anos. Os documentos institucionais, entre 1982 a 1987, demonstram uma intensificação significativa e que transcende as décadas, como evidenciado nas entrevistas:

A grandeza das obras de infraestrutura, não poderia ser feita por ninguém, além do Estado. Ele [Estado] é importante e o único capaz de fazer essas obras, quando digo obras, quero dizer que acima de tudo capaz de fazer investimentos grandes como esse. Para ter noção, todas as estradas que você percorreu para chegar até aqui em casa [do assentamento em Santa Rosa do Sul, até a área de arrozeira do PPDI em Jacinto Machado], todas elas foram realizadas pela SUDESUL e o Departamento de Obras da época [DNOS] de 80 (E11, 2021).

⁵⁹ Somente o convênio 48/81 entre o Estado de Santa Catarina, através da sua secretaria de infraestrutura, obras e transporte e a SUDESUL, coube a autarquia pelo Ministério do Interior o repasse de trinta milhões de cruzeiros, ao remanejamento do sistema viário e construção de pontes, conforme descrito na página 83 da 1ª seção do Diário Oficial da União, do dia 2 de dezembro de 1981.

De acordo com relato do entrevistado, ex servidor aposentado da SUDESUL, em termos de infraestrutura viária, a área do PAP, foi a que mais houve demora a ser realizada e finalizada. Em decorrência da localização integral em área de banhado havia a necessidade de preparo e construção completa.

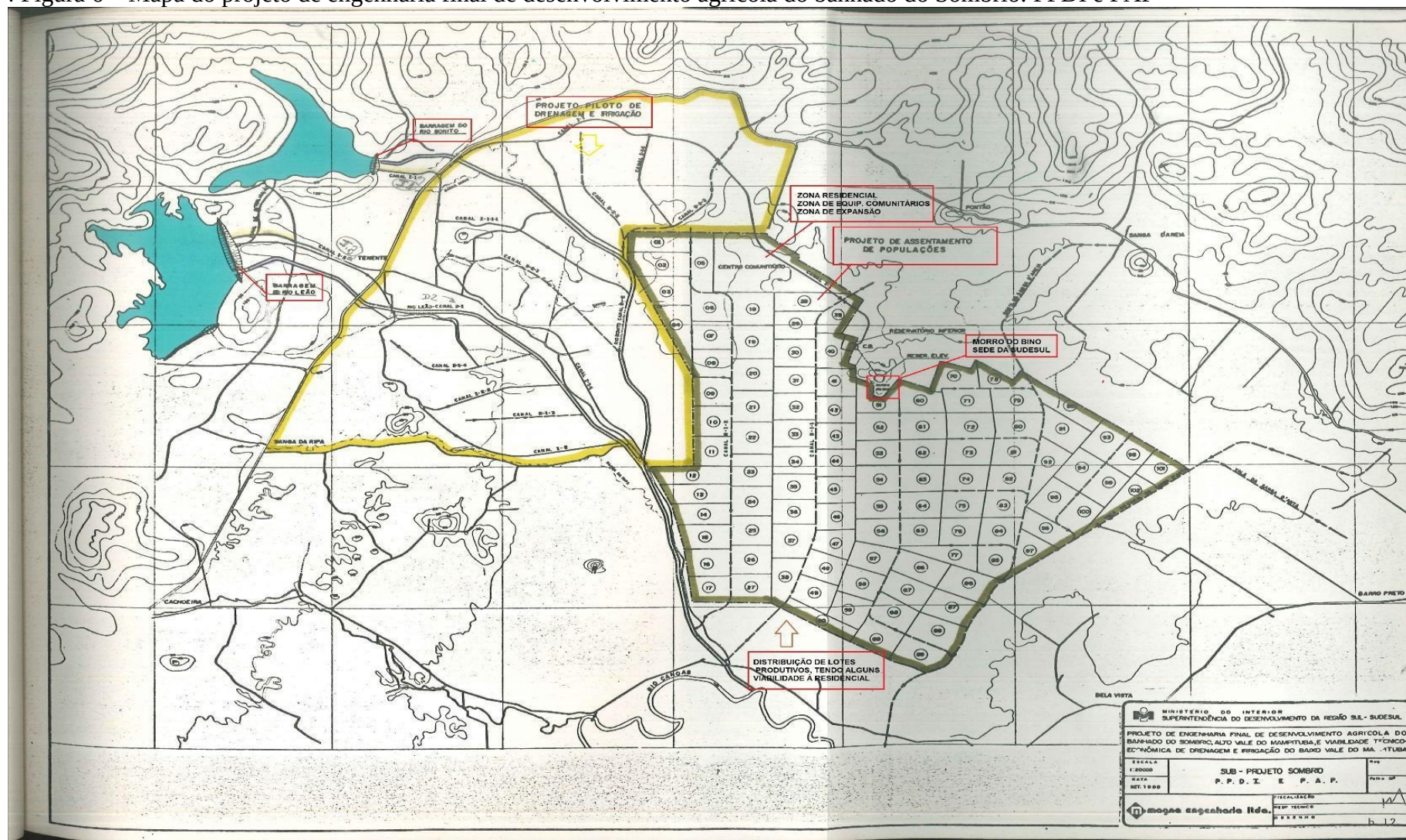
O PAP foi concebido basicamente com áreas de trabalho independentes dos locais de habitação familiar (figura 6, p. 137), face à natureza dos solos das parcelas. Admitia-se, porém, a solução mista ou parcelas nas quais seria possível a locação familiar, desde que estivessem dispostas instalações mínimas e necessárias à moradia e produtividade.

As condicionantes da nova distribuição espacial são: a) tamanho do módulo em torno de 20 ha; a pedologia, a partir da qual orienta-se a disposição dos módulos em função do uso potencial do solo e sua capacidade de suporte para edificações; c) a topografia que, por seu turno, orienta a disposição das propriedades em função do sistema de drenagem e distribuição de água; d) a predominância da mancha de solos da unidade gravatal que levou a classificação dos módulos em dois tipos “A” – propriedades que abrangem superfícies de solos gravatal, e outra unidades se visualiza a possibilidade de edificações, O assentado reside na propriedade. “B” – Propriedade cuja superfície é integralmente em solos gravatal. É provável que, no decorrer do processo de implantação, se observe a possibilidade de, em alguns lotes, realizar-se edificações. Por razões de segurança, não obstante para estes lotes reservou-se no Centro Comunitário. O assentado, portanto, reside no Centro Comunitário (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1980a, p. 28)

A partir dessas colocações, a proposta ficou em 40 unidades tipo “A” e 62 unidades tipo “B”. A definição quanto a essa divisão territorial percorria sobre a premissa de que havia “102 propriedades, número que se estima para viabilizar politicamente o empreendimento” (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1980a, p. 29). Uma área de 100ha, na exterminada norte do setor, foi destinada para a construção de um centro comunitário dotado de infraestrutura básica, como iluminação pública, rede de energia elétrica, rede de água potável e um sistema viário interno pré-estabelecido.

Considerando o fator acessibilidade e raios de influência compatíveis com o tipo de uso, foram determinadas áreas de aproveitamento coletivo, agrupadas como equipamentos comunitários serviços públicos e áreas verdes. Também considerando na localização do Centro Comunitário, a presença de solos com melhores condições de suporte para a implantação de obras (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1982b, p. 347)

Figura 6 – Mapa do projeto de engenharia final de desenvolvimento agrícola do banhado do Sombrio: PPDI e PAP



Fonte: Engenharia final do projeto de PAP (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1980a, 1982a), adaptado pela autora (2021).

O Centro Comunitário, situado numa região de solos firmes, tinha como objetivo o assentamento das famílias de agricultores que não poderiam construir suas residências nas parcelas agrícolas, assim como servir de espaço de apoio às famílias assentadas, a partir das infraestruturas físicas. Tem-se como sugestão à sua condução,

[...] não oferecer prioridade ao Centro Comunitário, dirigindo as ações para as necessidades de nível de propriedade; tal estratégia permitiria ajustar os projetos dos Centro Comunitário à realidade do próprio assentamento (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1980b, p. 27).

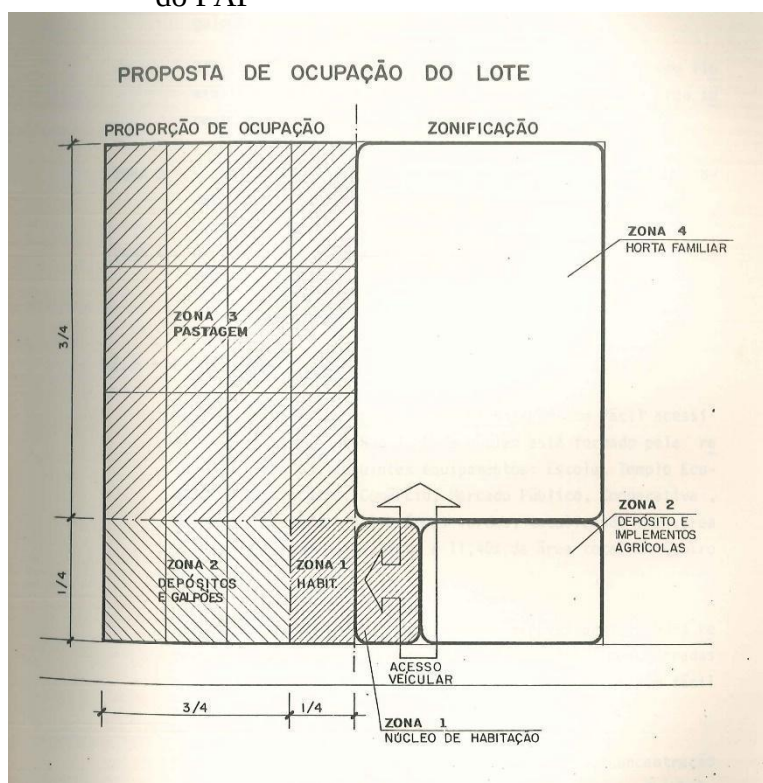
A sugestão estaria atrelada a potencializar o objetivo central, voltado à produtividade agropecuária, e as singularidades da comunidade que viria a ser assentada. Porém, em decorrência das características topográficas da área do PAP, por serem poucas as áreas produtivas que tinham condições de estabelecer moradia e pelas exigências sociais que a dinâmica de colonização exigiria, houve a necessidade de estruturar de modo mais ativo as ações no centro comunitário. Com isso, a área do PAP foi dividida em quatro zonas: a zona produtiva; a zona residencial; a zona de equipamentos comunitários e a zona de expansão. As três últimas centralizavam-se na área intitulada como Centro Comunitário.

O número de lotes destinados à habitação foi determinado em função do número total de propriedades rurais, atendendo aqueles que, por falta de condições físicas do terreno, não poderiam ter possibilidade de construção residencial em lote produtivo. Assim, da totalidade de 102 propriedades rurais foram considerados 59 lotes a serem assentados no Centro Comunitário, utilizando-se de aproximadamente 25,54% da área total.

O lote residencial do PAP, foi concebido com um enfoque diferente do lote típico urbano. Suas características específicas das áreas, (9.000,00m²/lote) determinaram a necessidade de um ordenamento interno a fim de obter economia de escala (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1982b, p. 349).

Para a implantação dos referidos lotes, deu-se a proposta de ocupação em subdivisão interna – conforme Figura 7 (p. 139) – de zona residencial, contendo área habitacional, para depósitos, galpão e horta familiar.

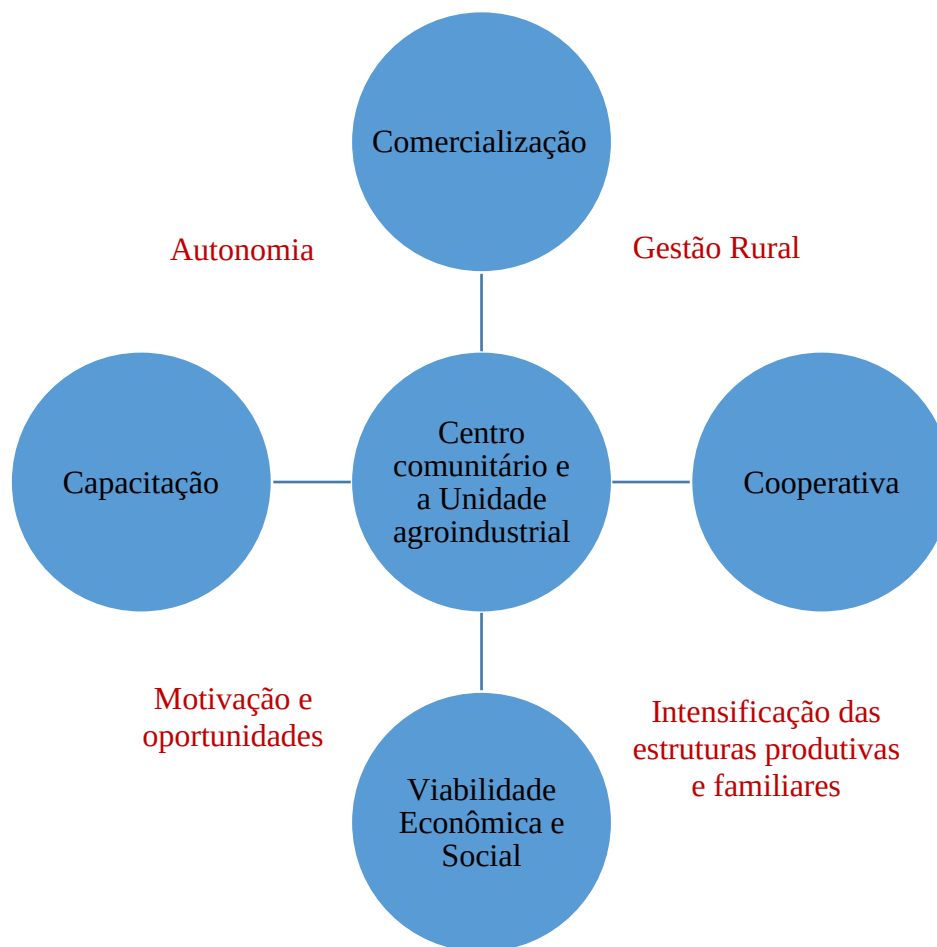
Figura 7 – Proposta de ocupação da unidade habitacional do PAP



Fonte: Sistema viário e urbanização (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1982b).

A zona de equipamentos comunitários e serviços públicos destinava-se a um núcleo de obras complementares executadas diretamente pela SUDESUL: escola de primeiro grau; posto de saúde, casas destinadas às famílias assentadas e demais espaços para futuras infraestruturas, como templo, mercado público, cooperativa, áreas verdes e unidade agroindustrial. A construção da unidade agroindustrial como parte integrante do equipamento do centro comunitário do PAP era considerada um “[...] fator coadjuvante de extremo valor para o sistema produtivo de todo o subprojeto Sombrio” (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1982b, p. 379). Com efeito, um empreendimento desse gênero contribuiria ao processo gerador de desenvolvimento da agropecuária regional (Esquema 9, p. 140).

Esquema 9 – Pontos desencadeadores ao desenvolvimento do núcleo agropecuário pela implementação do PAP



Fonte: Elaborado pela autora (2021), com base nas considerações iniciais da unidade agroindustrial (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1982b).

Os pilares apresentados estavam na premissa que,

Tais circunstâncias servem de estímulos à permanência do agricultor em sua propriedade, enseja melhor nível de vida a si e à sua família, permite-lhe uma visão mais ampla e consciente da sua participação na economia regional e o leva a uma maior satisfação pessoal (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1982b, p. 379).

Ocasionalmente entre outras vantagens: condições favoráveis para a comercialização de produtos de alta qualidade e para consumo direto; melhor retribuição ao produtor, dentro da estrutura cooperativista; programação da produção, e mais amplo aproveitamento dos produtos obtidos nas ações agrícolas; ampliação da oferta de emprego na região e, conseqüentemente, dos recursos auferidos pela atividade familiar do agricultor; intensificação do relacionamento

social local; e condições de possibilitar treinamento aos assentados, para uma futura ampliação da atividade industrial.

Prevvia-se como zona de expansão no projeto final (1982) e nos últimos relatórios emitidos pela superintendência de desenvolvimento da Região Sul (1988), firmando como território total a implementação de cerca de 600ha na área do PAP prevista em 2.200ha. Entretanto, em virtude das tramitações de desapropriação das áreas, o processo de regularização fundiária, até o momento desta publicação, não havia sido ocorrido. Este excedente planejado de 600ha, destinado aos assentados, tomou novas dimensões de poder fundiário, envolvendo a esfera municipal, o estado de Santa Catarina e a União, conforme apresentado no capítulo seguinte. Durante anos o subprojeto Sombrio ficou no plano discursivo. Como apontado, em 1982, iniciam-se as bases exequíveis especialmente aos dois setores (PAP e PPDI) tidos como área piloto a todo o Projeto de Desenvolvimento Agrícola da Bacia do Mampituba.

O sistema de drenagem do Plano de Assentamento de Populações estava com os projetos executivos, bem como os projetos de todas as obras complementares, finalizados em janeiro de 1983. Os trabalhos de escavação, pela empreiteira contratada pelo DNOS, haviam, até 1984, realizado cerca de 12% das obras do sistema de drenagem do PAP. Frente à situação do projeto na área piloto, a SUDESUL reafirmou firmemente os anos iniciais da década de 1980, pois sofria interferência de gestão e de limitações de recursos orçamentários. O ano de 1984 foi positivo quanto às bases orçamentárias, entretanto, sofreu redução principalmente nos investimentos do subprojeto do Banhado do Sombrio e, também, teve diminuição na equipe de campo em relação aos anos que antecederam.

Menciona-se, ainda, a ausência de recursos e atitudes operacionais de apoio da esfera federal, para viabilizar obras de proteção contra inundações do PAP que envolvia três obras básicas: ponte rodoviária, galerias de esgotamento do polder e dique de proteção. Desse modo, isso deve-se ao fato de “acarretar transtornos às populações daquela região, além de desgastes políticos da SUDESUL junto aos agricultores e as Prefeituras de São João do Sul e Praia Grande” (SUDESUL, 1985, n.p), visto que seu conjunto de obras teria dupla finalidade: proteger a área sul do PAP contra inundações frequentes e proporcionar tráfego permanente na estrada Praia Grande.

Ademais, a autarquia apresentava claramente as consequências da não operacionalização quanto a impossibilidade de implantação do projeto, em especial o do “assentamento de colonos”, haja vista que, entre as implicações, a principal seria que, estando a “área já desapropriada, corre-se o risco de invasão podendo gerar focos de tensão social” (SUDESUL, 1985, n.p). Aos aportes de assistência financeira e técnica para o projeto integrado

na área do PPDI e do PAP e que refletiria em todo o projeto de desenvolvimento agrícola da bacia do Mampituba, a importância estava na

[...] continuidade às ações que a SUDESUL já vem desenvolvendo [...] necessidade urgente de se proteger as obras hidráulicas já realizadas, bem como armazenar a água necessária a lavouras, hoje existentes e que estão sendo abastecidas pela SUDESUL, em caráter precário (SUDESUL, 1985, n.p).

Caso os trabalhos fossem interrompidos, além de criar uma série de dificuldades administrativas, implicaria em acréscimo no custo das obras e um desdouro da imagem da autarquia na região e junto às comunidades que, segundo a SUDESUL, “[...] foi construída ao longo de alguns anos e vem se firmando através das obras em execução” (SUDESUL, 1985, n.p). Tal possível paralisação, teria consequências de ordem socioeconômica e, especialmente, levaria à desmotivação e ao engajamento do Governo do Estado de Santa Catarina com o projeto.

Como veremos, os anos 1985, 1986 e 1987 foram profícuos quanto às articulações entre o estado de Santa Catarina e o governo federal no que tange aos orçamentos e vínculos políticos administrativos ao andamento do subprojeto Sombrio. Seu marco de ocupação do território pelas primeiras famílias ocorreu em 1986. Observa-se que o impulso a essa ocupação, guiada nas três esferas, tem indícios frente ao prazo limite de maio do referido ano, a cargo do Estado Catarinense, pela sua secretaria da Agricultura e Abastecimento, para aplicar os recursos da cota financeira do Ministério do Interior⁶⁰, por meio da SUDESUL e do DNOS – parceiros do acordo 04/76 com o Estado Catarinense –, no valor de Cr\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de cruzeiros), com vistas a desapropriação de aproximadamente 2.200ha no município de Sombrio, para fins ao PAP.

Realizaram-se as primeiras ocupações pela população, que tiveram suas áreas desapropriadas pela construção das barragens, as quais, desde 1981, a SUDESUL vinha negociando com os proprietários. Tais proprietários tinham direito à indenização e a um lote na área do PAP, conforme o relato, “[...] quem foi indenizado da barragem tinha direito de pegar um terreno aqui [PAP], na parte debaixo no loteamento, quem quis né, teve gente que não quis. Mas, quem quis teve o direito” (E4, 2021). Essa desapropriação para a construção das barragens estava sob responsabilidade da SUDESUL, em que “o governo pagou a indenização e cedeu uma quantia de terra aqui [PAP]” (E10, 2021). Dessa maneira, todos os proprietários da área

⁶⁰ Conforme publicação no Diário da União, em 06 de novembro de 1981, na página 70 na seção 1ª, assinado na gestão do governador Catarinense Jorge Bornhausen, pelo superintendente da SUDESUL e pelo Diretor Geral do DNOS.

correspondente foram indenizados e deixaram livres para ocupação os primeiros lotes do assentamento, em torno de onze lotes a este fim.

Frente aos critérios de seleção que estariam destinados como segunda prioridade para famílias agricultoras sem-terra, como evidenciado em uma das entrevistas, foram em torno de “quase umas quatrocentas assinaturas [inscrições]. Se escrevia ali no Morro do Bino, ali onde era a sede da SUDESUL, ou na antiga ACARESC, de cada município do projeto” (E7, 2021).

Destas inscrições, constata-se que houve o sorteio e/ou escolha entre as secretarias da agricultura dos municípios do projeto, ACARESC e SUDESUL, frente aos critérios já sublinhados pelas “condições circunstâncias” no Quadro 5 (p. 132-133). Definiram-se dois grupos de beneficiários: o primeiro entre 1986 e 1987, sendo cinco famílias de cada município de São João do Sul, Jacinto Machado, Praia Grande e dez famílias do município de Sombrio e do distrito de Santa Rosa, - local onde concentrava-se toda a área do PAP -, totalizando, entre 1986 e 1988, a chegada de vinte e cinco famílias; e o segundo, após 1989, com mais vinte e cinco famílias que foram assentadas.

Os lotes aos assentados foram sorteados conforme as famílias chegavam e, assim, cada uma recebia com condições diferentes de infraestrutura, tanto o lote de moradia como o produtivo, em virtude da sua localização e do período de ocupação. Essa situação fica evidente ao analisarmos os depoimentos das famílias assentadas em 1986 e as que vieram no final de 1987 e posteriormente a essa data.

Nos primeiros anos de ocupação, segundo entrevistas “Era tudo banhado, mato, sem água, sem luz e morávamos em um paiol” (E5, 2021). Ainda, “Não tinha água, luz, terreno só mato, estrada ruim. Não gerava produção, essa aí [Produção] era zero” (E10, 2021). Essa situação também é evidenciada nos estudos de Márcia Colares, Eroni Martins e Marisete Dagostin Daros, em 1999, quando contam a história da comunidade e as dificuldades das primeiras famílias assentadas.

A partir do segundo semestre do ano de 1987, firma-se o Convênio 58/87 envolvendo o Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria da Agricultura e Abastecimento, pelo Termo Aditivo nº 1. Foi determinada, por memorial descritivo e planta (anexo O, p. 299), a licitação na modalidade de carta convite, para construção de 25 casas de madeira de 54m² no Centro Comunitário. Posteriormente, houve mais um quantitativo de moradias para atender as famílias assentadas, tendo como previsto a conclusão das casas para o primeiro semestre de 1988. Assim, conforme o relato, “Quando chegamos aqui, não tinha energia elétrica, chovia,

enchia tudo, era tudo cheio de toco ao redor de casa. Não era destocado nada, não tinha aterro, nada. Porque assim: foi colocado a casa em cima do lote, né, daí bem difícil, sabe?!” (E9, 2021).

[...] era primeiro para ter feito o aterro, porque isso aqui, era tudo banhando né. Mas não fizeram o aterro. Em vez de fazer o aterro, eles passaram um trator para tirar os tocos, passaram para limpar e fizeram a casa em cima. E daí o que acontecia né, quando chovia, era uma piscina. Era uma dificuldade danada (E7, 2021).

Com a vinda das empreiteiras para a construção das casas, os próprios moradores ajudavam para que as obras fossem aceleradas e, então, eles viessem a residir.

Tinha promessa de casa, até quando fomos sorteados, elas estavam ainda em construção, foi até uma empreiteira de Santa Rosa que fez. [...], ainda a nossa casa eu ajudei a fazer, assim como muitos. Enfim, foi feita, conforme eles prometeram, água, luz, tudo certinho (E3, 2021).

Mas muitas famílias chegaram já com as casas prontas. Tais casas, após décadas das suas construções, ainda são as predominantes na comunidade.

Tinha energia, tinha água. Eles deram as casas com uma pia, tanque de lavar roupa, banheiro com água e luz. E depois naquela época vamos dizer assim [pausa], não tinha muito luxo, né! Uma maravilha quando nós chegemo e tinha banheiro (E8, 2021).

Figura 8 – Casa construída às famílias assentadas no PAP na década de 1980



Fonte: Foto de 1987 do arquivo pessoal da fonte oral E5 (2021) e foto de 2020 do arquivo pessoal da autora.

Como a área prevista para o assentamento encontrava-se sob mata e grande parte era alagada, havia a necessidade, primeiramente, de serem iniciadas as obras de limpeza do terreno e a drenagem, para então iniciar a colonização da mesma. Pelo menos 70% da área prevista para o assentamento é formada por solos da unidade gravatal, que por sua natureza não suportam máquinas pesadas e, por isso, os trabalhos de desmatamento, destocamento e drenagem não poderiam ser feitos com rapidez.

Em virtude do perigo de inundações, as dificuldades da drenagem e a impossibilidade de trabalhar com maquinário pesado nesses solos, antes de drená-los, a ocupação e uso da terra estavam voltados a poucos espaços para a extração de lenha “com carros de bois circulando sobre troncos de coqueiros” (E4, 2021). Diante da situação dos lotes produtivos, que seriam viabilizados ao plantio das famílias assentadas, determinou-se que, “Os macros investimentos (drenagem e irrigação de grande porte; drenagem e irrigação principal até a entrada de cada propriedade; desmatamento; destoca) deverão ser financiadas pelo Poder Público a fundo perdido” (SEMINÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PROJETO SOMBRIO, 1980, n.p). Quando as famílias chegaram, a maioria das terras ainda eram fechadas por mata sem exploração, e segundo um entrevistado, “Então, começamos a cortar essa mata, e vivia nos primeiros anos a explorar, cortando essa mata, cortando e vendendo lenha, palanque, a maioria foi assim, dois, três anos por aí, vivia assim” (E3, 2021). Ainda, conforme mais uma entrevista,

Cada um pegou uma área de terra ali, mas, olha, era tudo banhado, precisava ter coragem. Era sorteado as áreas. Eu até fui sorteado nas menos pior, não foi muito mal não! Mas era terreno, que depois envalaram tudo, daí a SUDESUL, levava as máquinas, deixaram tudo envaladinho e dava para tocar, mas depois de tempo ixe, tempo um dois anos.[...] Mas teve gente que pegou terreno que não valia a pena que mesmo com as máquinas de preparo não resolvia era preciso todo o investimentos dos canais, das barragens e daí, mais tempo ainda pra frente (E5, 2021).

Os terrenos produtivos sorteados representavam módulos de 10 hectares para plantio, porém, o conjunto dos relatos demonstram as dificuldades que percorrem, desde ao acesso aos terrenos, visto a inexistência de vias, às situações topográficas e geológicas das áreas, visto que as obras físicas territoriais, como a drenagem e as estradas, não estavam findadas. A essas condições, somavam-se às limitações econômicas e técnicas dos assentados para então iniciarem o plantio, o que se resume na narrativa de um membro das primeiras famílias do PAP:

Não é dizer assim: deram a terra e só plantar, tinha que pensar nas condições da terra que eles deram e nas condições que nos tinha de fazer a destoca e encarar um plantio e colheita, as estruturas não tavam terminadas e nós não tinha dinheiro, capital. Uns

até nem conhecimento né, porque teve gente que venho pra cá, que era filho de produtor, mas quando veio saiu da praça, não tinha experiência e muito menos renda, né! (E7, 2021).

O convênio entre as esferas públicas estabeleceu, por meio de um contrato (anexo P, p. 300), vinculado ao fundo de terras do governo catarinense e com os representantes de cada família assentada, a exigência de não venda das terras e, como fontes de reembolso dos investimentos públicos ao PAP, caberia aos assentados o pagamento ao governo de uma porcentagem calculada sobre os valores que variavam de 100 a 150 sacas de milho pelo módulo produtivo (de até 10ha) e o terreno de moradia (de até 5ha) no centro comunitário que foram construídas as casas. Convém ressaltar que essa exigência não aparece em todas as abordagens das entrevistas realizadas, mas, em suma, em sua maioria estava a exigência e a apresentação frente ao entendimento administrativo e burocrático que se firmou entre a SUDESUL e o Estado de Santa Catarina.

Em decorrência das dificuldades de fazer-se valer das potencialidades das áreas produtivas, vindo a ocasionar a vulnerabilidade das famílias, quanto a ausência de provimento, existe uma narrativa em documentos institucionais da SUDESUL, elucidada na edição do Diário Oficial da União, de 28 de agosto de 1987. Por meio do convênio 8.958/87 entre o Estado Catarinense e a SUDESUL, além da capacidade orçamentária no referido ano, caberia à autarquia destinar Cz\$ 2.940.000,00 (dois milhões novecentos e quarenta mil cruzados), em doze meses, ao Estado Catarinense, diretamente a Secretaria da Agricultura e Abastecimento, com a finalidade de “custeio para manutenção dos agricultores sem-terra assentados na área do PAP – Projeto de Assentamento Populacional – Subprojeto Sombrio” (BRASIL, 1987d, p. 65). A respeito desses investimentos não foi possível constatar com exatidão a sua real aplicação⁶¹.

Entretanto, de modo exequível, em agosto de 1989, a SUDESUL e a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina, buscando amenizar minimamente as situações até a colheita, instituem com base na Lei 7.715 de 3 de janeiro de 1989, e a Lei 7.742, de 20 de março de 1989, - a primeira referente à receita e despesa fixa da União para o exercício de 1989, e a segunda que autoriza o poder executivo para abrir créditos adicionais - , conforme consta no Diário Oficial da União, de 23 de agosto de 1989, dois convênios: um de Cz\$ 26.265,76 e outro de Cz\$ 4.616,10. Ambos são instituídos para distribuir “uma cesta

⁶¹ Tem-se como sugestão de que a trabalhos futuros caberia uma análise quantitativa e orçamentária quanto aos investimentos da SUDESUL e seus projetos, visto a ausência de publicações a respeito, tendo como centralidade as discussões a compreender a dinâmica do orçamento público frente às transitoriedades administrativas e políticas de governo, em obras que envolvem eixos plurais, como as presentes nos projetos do Litoral Sul de Santa Catarina e Norte do Rio Grande do Sul.

composta de 12 produtos” a vinte cinco famílias assentadas no subprojeto Sombrio durante dez meses após a publicação no DOU. Essas entregas de fato foram realizadas, contudo, não para todas as famílias assentadas. Conforme as recordações narradas pelos entrevistados, (E5; E7; E8; E9, 2021) muitas famílias que receberam dividiram os itens da cesta. Aos assentados, a informação que foi repassada pelas “autoridades⁶²” era de que as cestas seriam disponibilizadas durante 12 meses, e que viriam, pouco a pouco, a toda comunidade, situação que não veio a se concretizar e gerou a sensação de desassistência e de “falta de amparo”.

Em relação à infraestrutura do assentamento e ao abastecimento de energia e de água, houve a centralidade das obras nas vias principais. A primeira iniciativa da implementação da rede elétrica no centro comunitário do PAP ocorreu no segundo semestre de 1986, com um convênio entre a SUDESUL e a Cooperativa de Eletrificação Rural de Sombrio LTDA para a implantação, pela cooperativa, de linhas de alta e de baixa tensão necessárias ao fornecimento de energia elétrica ao Centro Comunitário do subprojeto do Banhado do Sombrio, estimado em Cz\$ 287.500,00 (duzentos e oitenta e sete mil e quinhentos cruzados). No entanto, não há registro do atendimento total desse empenho com vigência até outubro de 1986, o que se tem conhecimento efetivo é que algumas vias e residências ficaram sem luz até 1996.

Com referência a água, esta teve sua luta para acesso durante muitos anos, como evidenciado pela fonte oral: “Nos tinha muito trabalho sobre a água né, era uma escassez de água, uma dificuldade desse recurso, olha, foi sofrido” (E10, 2021). Mesmo com a instalação de um poço e de uma caixa da água central junto ao centro comunitário, a situação se perpetuou até 2019 com a instalação da rede de água pela prefeitura. Convém destacar que, de acordo com o Diário Oficial da União, de 18 de dezembro de 1986, houve publicação do Edital 20/1986 com o objetivo de processo licitatório à construção de rede de abastecimento de água no valor de Cr\$300,00 (trezentos cruzeiros) por unidade. Para a perfuração e instalação do poço em 1987, teve como empenho aos cofres públicos o valor de Cz\$ 285.240,39, com repasse a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), visando atender a demanda para a vila e para a escola técnica que viria a ser instalada, conforme editoração na página 89, seção I, do Diário Oficial União, de 7 de janeiro de 1987.

Ainda a respeito da disponibilidade da água às famílias assentadas, mesmo com a construção do referido poço, a água não chegava a todas as casas, muito menos nas propriedades produtivas. Em 2017 houve a elaboração de um abaixo assinado da comunidade e da instituição

⁶² “Autoridades” é o adjetivo que os membros das primeiras famílias assentadas utilizaram no decorrer das entrevistas, para mencionar os agentes públicos tanto da SUDESUL, como nas instituições de fomento agrário municipal e do Estado de Santa Catarina atuantes no PAP.

de ensino técnico presente na área, requerendo uma atitude da prefeitura municipal ao encanamento da água em toda a vila, havendo a instalação de um sistema de abastecimento em 2019.

Acrescenta-se, aos aspectos infraestruturais na década de 1980, a distância do PAP ao centro distrital de Santa Rosa. A delonga das obras, quanto às vias, dificultava o deslocamento dos moradores que, em sua maioria, iam de carroça até a “praça” (termo utilizado para tratar do centro e caracterizar a localização do PAP como área mais interiorizada), situação apresentada entre um dos desafios em residir na área. No entanto, há o consenso de que todas as obras de estradas, quando ficavam findadas, estavam bem consolidadas frente à problemática da drenagem e proporcionavam certas condições mínimas de circulação.

A prefeitura no começo não existia né, era Sombrio e tudo a cargo da SUDESUL, administrava e daí a prefeitura não se envolvia. As estradas, tudo aqui, tudo que a gente vê, tudo foi a SUDESUL, e era muito boa as estradas, bem cuidado, estrada de primeira. Muito mais bem cuidado do que hoje em dia (E7, 2021).

Retornando, com o propósito de alinhar os critérios estabelecidos e os que vigoraram para a seleção dos candidatos, observa-se que o requisito de quantidade de dependentes por família esteve presente no momento da seleção, sendo identificado durante as entrevistas, ao rememorar as lembranças do tempo, um equilíbrio em citar determinada família com quatro filhos, como sendo a menor do assentamento, frente às demais que tinham cinco, seis, sete crianças. Visto que não havia uma estrutura de educandário próxima da área do PAP pelo distrito de Santa Rosa, as crianças se deslocavam andando até a escola de Sanga da Paca no município de Jacinto Machado. Posteriormente, em 1987, foi inaugurada a escola na localidade do Pontão, tendo mais proximidade, o que possibilitou atender o assentamento. A localidade do Pontão está localizada cerca de 3 km do Centro Comunitário do PAP e também concentrou, durante anos, as atividades sociais e religiosas da comunidade assentada.

Como planejado, realizou-se no Centro Comunitário – que abriga, além da zona de residência, as estruturas coletivas e de assistência aos assentados – a construção do posto de saúde e da escola de primeiro grau.

Figura 9 – Posto de Saúde e Escola de primeiro grau no Centro Comunitário do PAP



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2021).

Os dois espaços foram construídos pela empreiteira BRASERV a partir do contrato 13/88, de 06 de abril de 1988, em um prazo de 150 dias, por um valor total de Cz\$ 6.500.000,00, conforme empenho publicado no Diário Oficial da União em 11, de agosto do referido ano.

A construção da escola e do posto de saúde foi feita com verba do governo federal, sob coordenação direta da SUDESUL. A unidade de saúde começou a funcionar no início da década de 1990, posterior à emancipação e consolidação do distrito de Santa Rosa como município de Santa Rosa do Sul. Já a escola de primeiro grau⁶³ entrou em funcionamento logo após sua obra ser terminada, em 1989. Conta a comunidade que esse fato ocorreu por movimentos internos, sobretudo pela dedicação e comprometimento da docente. Por parte do Estado, a escola contou inicialmente com mobília simples e reutilizada de outras instituições, que supria minimamente a necessidade quanto a mesas, cadeiras e armários. Contudo, como

⁶³ Para uma análise quanto a trajetória da educação infantil na comunidade consultar: Memórias e atualidades da educação infantil no assentamento de Vila Nova, Santa Rosa do Sul, Santa Catarina, por Cynthia Nalila Souza Silva e Soraya Conde Franzoni (2017).

apontado em algumas entrevistas, ainda faltavam alguns ajustes para operacionalizá-la de modo a integrar as primordialidades da comunidade.

Como é que vamo comprar, fogão, panela essas coisas, tem que ter né, pra escolinha. Daí fui lá, a SUDESUL tava aí ainda nessa época, no morro do Bino né, falei com um tal de Dr. Sérgio que era engenheiro lá. E daí, disse: o doutor, libera um pedaço de mato aí na beira da estrada, pra gente derrubar, pra nois vender, nois tem comprador. Daí se reunimo na comunidade quem quer ajudar, tiremos, vendemo e compramo as coisas. [...] daí ele mandou um rapaz junto, e pode tirar. E daí fomo em uma turma, carro de boi, tiremo e chamemo o cara que comprava lenha, vendemo a lenha e compremo: fogão, panela, cortina imobiliario pra poder tocar a escolinha (E7, 2021).

Essa mobilização retratada pela fonte oral é evidenciada pela comunidade como um dos primeiros movimentos em prol da organização social da agrovila que estava se formando. Ainda, quanto ao sistema educacional ao entorno da área do projeto, observou-se em um relatório interno da SUDESUL, emitido no segundo trimestre de 1984, a menção diferente quanto às proposituras de todos os projetos, atas e documentos vinculados ao PAP ou área beneficiada pelo subprojeto do Banhado do Sombrio, visto que em fontes documentais anteriores a citação estava focada na construção de uma escola de primeiro grau no Centro Comunitário. Já no relatório interno de 1984, no tópico de estudos e projetos constava: “Topografia e estudos preliminares para a instalação de um colégio agrícola junto ao futuro Centro Comunitário do PAP.” (SUDESUL, 1984a). Ademais, no item metas e atividades previstas para o próximo trimestre havia: “Terraplenagem da área destinada à construção dos primeiros prédios do Centro de Desenvolvimento Comunitário e futura Escola Agrícola no Centro Comunitário” (SUDESUL, 1984a).

Tratava-se do desejo de materializar um debate que estava entre os entes públicos do Governo catarinense e da União, que percorria entre intenções e possibilidades que, conjuntamente, de modo favorável, representavam as bases políticas (partidárias e de gestão pública) alinhadas; a visibilidade que a Região Sul estava tendo em ações pela autarquia há mais de uma década (voltado ao segmento agropecuário) e as condições orçamentárias de fomento federal, à expansão do ensino agrotécnico, que vigorou fortemente na década de 1980. Este, por sua vez, daria a sustentação orçamentária para que ocorresse a operacionalização das intenções.

Havia duas linhas centrais de recurso, uma pelos projetos inseridos no Centro de Desenvolvimento e Apoio Técnico à Educação (CEDATE) que atuava “mais expressivamente ao ensino superior, contudo também com alguns projetos na área do 2º grau, e pelo PROTEC que em meados da década fortaleceu-se” (E1, 2021). As premissas educacionais do Plano

Nacional de Desenvolvimento do governo de José Sarney intensificaram as ações, sobretudo, ao criar o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico – PROTEC.

As escolas técnicas federais de 2º grau - industriais e agrícolas – receberão recursos necessários ao reforço e a ampliação e sua capacidade de atendimento, de tal forma que diversifiquem a oferta de habilitações, estendendo-as, tanto quanto possível ao setor de serviços modernos (BRASIL, 1986e, n.p).

Os trabalhos de terraplenagem referenciados no documento interno da SUDESUL foram iniciados apenas no final do ano de 1986, após um período de negociação entre entidades públicas, privadas e religiosas da região. Passou-se de intenções do início da década à deliberação para a construção de uma escola agrícola na área do subprojeto do Banhado do Sombrio.

Era para sair em Santa Catarina, uma escola agrícola [...] E então, precisava uma aqui no Sul, fizeram uma reunião, e essa escola ia sair lá no seminário dos padres, em Turvo. [...] Essa escola aqui [Escola Agrotécnica Federal de Sombrio], então ia sair lá. Só que na hora de assinar a documentação, o secretário da Educação disse: é preciso destinar 200 hectares pra escola, tem que doar essa área pro Estado. E os padres são particular né, então, essa área tem que doar para o Estado, e quando digo Estado, para a União, e então eles: Não, não, nós não temos (E4, 2021)

Cabe salientar a proximidade política do prefeito do município de Sombrio, Arlindo Cunha, com o Ministro da Educação, Jorge Bornhausen⁶⁴ (1986-1987), que foi governador (1979-1982) do Estado catarinense no período que houve os processos de desapropriação dos 15.200ha.

Com a exigência de doação da área para a União, não houve acerto para construção em Turvo. Então, o falecido Arlindo Cunha, que era prefeito de Sombrio, tava na reunião, que aqui pertencia a Sombrio na época né! Daí, diz ele assim: eu tenho mais que 200 hectares para doar [pausa]. E ainda completou: Além de doar 200ha pra escola tem mais 1000 hectare e pouco de reserva. E questionaram: Tá! Mas tu tem aonde, aonde que é? Ele explicou, foi verificado e acertado a transição das desapropriações entre as esferas (E4, 2021).

Após a desapropriação de dois agricultores, pelo Estado catarinense, determinaram-se 204 hectares destinados à agrotécnica. Conforme matrícula no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Sombrio, Santa Catarina doou o espaço à prefeitura de Sombrio,

⁶⁴ A menção da “proximidade política” entre as partes aparece em todas as entrevistas quando observadas as narrativas de influências institucionais e políticas na criação da escola agrotécnica, assim como relatado na dissertação de Fernando Dilmar Bitencourt (2009), ao discorrer sobre a gênese da criação da Escola Agrotécnica Federal de Sombrio (EAFS)

destinando exclusivamente à “construção da Escola Agrotécnica Federal, sendo vedado o seu uso para qualquer outro destino”. Posteriormente, transfere-se esses hectares municipais à União, conforme a Lei 611 aprovada na Câmara dos Vereadores de Sombrio, em 11 de março de 1987⁶⁵ (anexo Q, p. 304).

Com a infraestrutura de equipamentos e mão de obra capacitada vinculada à equipe da SUDESUL, a qual estava trabalhando no subprojeto do Banhado do Sombrio, a autarquia auxiliou em toda a base de preparo do terreno para a implementação da escola, levando, em fevereiro de 1988, à liberação do alvará de construção (anexo R, p. 307). Como relatado “A SUDESUL, com a forte estrutura no morro do Bino e em uma época de intensificação das construções daqui [assentamento]. A área ficou interessante ao governo, né! Mesmo a SUDESUL não tendo responsabilidade pela escola, ajudou” (E3, 2021). Mesmo sem uma ligação direta estabelecida em anos de projetos e planos na área do Banhado do Sombrio, o conjunto dos investimentos e propostas, sem dúvida, tornou-se de modo estratégico para realizar a construção de uma agrotécnica.

Santa Catarina queria uma escola agrícola, e o prefeito daqui, brigou bastante, até porque a região sul era considerada, e talvez ainda seja, a mais pobre do Estado, a de mais dificuldade de desenvolvimento do Estado. Além de tudo que o projeto [subprojeto Sombrio] representava né a região. E aí conseguiu, a 23 km hoje do centro de Sombrio, era e ainda é um ponto estratégico, para o desenvolvimento da região (E6, 2021).

Os impasses entre 1984 a 1987 ficaram na ordem de definições políticas à implantação de uma agrotécnica em Santa Catarina. Ao definir o local, como relatado por um membro das primeiras famílias assentadas, logo, foi consubstanciada a execução:

Quando eu entrei na Vila Nova eu fui o primeiro ali, né. Ali era tudo faxinal, não tinha nada, aonde tá a escola [escola agrotécnica], era só capoeirada, eu assisti da primeira caçambada de barro, que foi botado para fazer o aterro, que foi botado para aterrar aquilo lá. Aqui ainda me lembro, quando nós chegamos lá, o falecido [obstrução], que roçou, arrumou o capoeirão todo. Aí então, começaram a fazer o aterro, e fazer terraplanagem e, pra começar fazer a escola ali. [...] Mas até que eles fizeram muito ligeiro aquilo ali. Em 88 já tava bem adiantado (E5, 2021).

As intervenções políticas, o dinamismo regional e o ensejo de investimentos como de projetos e coordenações nacionais incluídos nas “reformas de governo” voltado ao ensino agrícola, a exemplo do Centro de Desenvolvimento e Apoio Técnico a Educação - CEDATE e

⁶⁵ Em virtude do Decreto nº 99.672 de 6 de novembro de 1990 que dispõe sobre o cadastro nacional de bens imóveis de propriedade da União, a Lei 611 precisou ser revogada e suas determinações incorporadas à legislação municipal de nº 1.031 de 08 de agosto de 1995, a qual reitera a autorização de doação de imóvel, destinando à “Escola Agrotécnica Federal de Sombrio”, levando a área a registro em 23 de outubro do mesmo ano.

Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico – PROTEC. Traz as condições a liberação orçamentária para implementação de uma agrotécnica federal a um projeto Federal, como o subprojeto do Banhado do Sombrio. Ambos representam, - cada um em sua época – as premissas dos Planos Nacionais de Desenvolvimento em escala regional e local com financiamento central no âmbito nacional.

No caso específico da referida agrotécnica, tem suas potencialidades e singularidade ao ser construída em área circunvizinha de um assentamento rural, em uma região com destaque a projetos de zonas de desenvolvimento agroindustriais com inovação tecnológica e que demandaria capacitação técnica de uma presença consolidada de assistência e extensão rural. Assim, externalizavam-se os preceitos no que tange a concepção do processo técnico pedagógico do período, visando o aumento da força produtiva do país, em um discurso de minimização da formação elitizada ainda presente, pela estratégia de regionalizar a constituição de escolas agrotécnicas no país, principalmente ao implantar o PROTEC.

Com referência às conexões do debate educacional do período e seus desdobramentos a um cenário já sublinhado em outros momentos, percorre-se por temáticas como a modernização do segmento agrícola, as dimensionalidades da questão agrária, o planejamento estatal e as inferências nas estruturas socioeconômicas. Abordaremos isso com maior profundidade no próximo capítulo, buscando interpolar as conexões entre a criação da escola agrícola perante a trajetória do PAP. Para tanto, cabe-nos dar continuidade à identificação das infraestruturas básicas que contemplaram o assentamento, entre as proposituras e as ações efetivas dos projetos, e compreender suas conotações e dependências no espaço social, produtivo e político que a década de 1980 condicionou.

3.4.2 As conexões e dependências do Plano de Assentamento de Populações na dimensão político-institucional

O apresentado até o momento tangencia a importância de distinguir o que se previa e o que efetivamente foi executado. Como tratado no tópico sobre a Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul, existem algumas particularidades quanto ao cenário das condições estruturais e das conjunturas econômicas, políticas e sociais que representam a Região Sul em relação às demais regiões do país. De tal modo, aos aspectos orçamentários, existia uma discrepância entre o valor atribuído à SUDESUL, em forma de apoio financeiro, e o comparado com as demais superintendências, em nível nacional (Quadro 6, p. 154). Nesse sentido, ao considerar a magnitude das ações exequíveis com as disponibilidades orçamentárias

e técnicas dispostas à autarquia, elucidam-se alguns movimentos de cunho administrativo e orçamentário, principalmente os movimentos de instituições e/ou articulações da esfera federal, que intervêm nas conotações sociais, produtivas e políticas do PAP até o final da década de 1980.

Quadro 6 – Recursos orçamentários ao Ministério do Interior entre 1981 a 1987

ENTIDADE	1981		1982		1983		1984		1985		1986		1987	
	Cr\$1.000	%	Cr\$1.000	%	Cr\$1.000	%	Cr\$1.000	%	Cr\$1.000	%	Cr\$1.000	%	Cr\$1.000	%
MINTER	22.503.491	100	46.476.548	100	91.399.300	100	323.773.700	100	804.741.400	100	3.689.738.700	100	13.213.996.000	100
SUDAM	713.000	3,2	1.280.000	2,7	2.202.600	2,4	3.670.000	1,1	8.515.000	1,1	82.223.000	2,2	820.200.000	6,2
SUDECO	527.000	2,3	794.000	1,7	1.494.567	1,6	2.518.000	0,7	5.308.600	0,7	33.312.000	0,9	953.580.000	7,2
SUDENE	1.914.586	8,5	6.464.899	14	14.698.716	16	54.531.300	17	161.284.400	20	756.670.000	21	9.013.098.000	68
SUDESUL	730.000	3,2	1.220.000	2,6	2.480.302	2,7	8.335.400	2,6	21.856.300	2,7	140.074.000	3,8	146.200.000	1,1
SUFRAMA	240.000	1,1	372.000	0,8	637.500	0,7	732.500	0,2	1.674.000	0,2	13.218.000	0,4	308.650.000	2,3
FUNAI	1.900.00	8,4	3.900.000	8,4	8.067.700	8,8	16.306.000	5	57.854.000	7,2	271.578.000	7,4	499.500.000	3,8
ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO	Lei nº 6.867, de 03/12/1980		Lei nº 6.962, de 07/12/1981		Lei nº 7.053, de 06/12/1982		Lei nº 7.155, de 05/12/1983		Lei nº 7.276, de 10/12/1984		Lei nº 7.420, de 17/12/1985		Lei nº 7.544, de 03/12/1986	

Fonte: elaborado por economista Octaviano Samboriense Lima Dias, Diretor da Divisão de Planejamento da CPR/SPA (1987). Recuperado e editado pela autora (2021).

As tratativas documentais vinculadas ao Ministério do Interior, frente aos projetos e às suas superintendências regionais, abordam a presença dos desníveis regionais no Brasil e aparecem no rol de preocupações e intenções, durante a transição de governo do General Ernesto Geisel para João Figueiredo, em princípios pautados, assim como já foram objeto do II PND. Para o período de 1980 a 1985, têm-se as ações do MINTER voltadas ao objetivo síntese de promover a melhor distribuição regional ao desenvolvimento.

A partir desse objetivo central, com as estratégias de desenvolvimento da Região Sul no período, atribuíram-se prioridades de continuação e/ou novos investimentos, como os retratados ao Projeto Litoral Sul de Santa Catarina, intitulado como PROLITORAL. No que envolve diretamente as atuações do subprojeto do Banhado do Sombrio, estavam como desígnios: os programas de comercialização de produtos agrícolas; o programa de integração de lavoura, de pecuária e de agroindústria em áreas de baixa renda; e o programa de irrigação e drenagem.

Em termos concretos, o subprograma de drenagem e irrigação objetivava disciplinar o regime hídrico na área do projeto, eliminando os prejuízos causados pelas inundações periódicas em extensas e férteis áreas cultiváveis. Para tal, visava-se implantar um sistema de irrigação, drenagem e contenção de cheias.

Ademais, abarcava as dimensões setoriais, como do segmento agropecuário e industrial, orientado pelo II PND, pela expansão da fronteira econômica agrícola, subsidiado

por uma concentração setorial de investimentos prioritários por fundos federais. Também tratava dos desníveis regionais na dimensão espacial e estabelecia, mesmo que subjetivamente na Região Sul, um polo florestal, agrícola e de recursos hídricos atemporal, originário do modelo de desenvolvimento, vigorado no período de implantação de grandes projetos para explorar as riquezas naturais, a exemplo de como acontecia na região Amazônica pela Transamazônica e o Polonordeste.

Por conseguinte, estabelece-se claramente, dentro da regionalização do Extremo Sul Catarinense, a concepção de polos de desenvolvimento, associado tanto aos aspectos da atividade motriz industrial quanto em termos de infraestrutura, tecnologia e política agrícola em um polo agropecuário que, em projeções de longo prazo, estaria incorporando um polo agroindustrial. Assim, representam-se os preceitos da política de integração sobre as estratégias hierárquicas coordenadas pela superintendência de desenvolvimento da Região Sul ao desenvolvimento ligado a interesses nacionais e às especificidades macro e microrregionais.

Convém ressaltar que – mesmo os Planos Nacionais, elaborados no período entre a década de 1950 até o final da década de 1970, estarem com evidências das teorias sobre o impacto do planejamento regional, às políticas econômicas que vigoram no país cabe questionar a existência de fato quanto a prioridade dessa política e propostas nacionais frente às disparidades e desigualdades regionais. Especialmente, quando a análise percorrer pelos efeitos frente às cadeias produtivas, à política externa, às conjunturas inflacionárias e de distribuição de renda, e frente ao próprio processo de industrialização, de modo que a busca incansável do crescimento econômico renega toda a intencionalidade que estava nos princípios teóricos quanto a dinâmica regional.

Mesmo com a participação ativa do Estado na economia nacional, frente ao alinhamento de seus objetivos e diretrizes para a integração intrarregional e inter-regional, houveram dificuldades em equilibrar o grau de complexidade entre os investimentos e as estruturas sociopolíticas, sobretudo, em regiões menos dinâmicas economicamente. Encontrou-se, dessa forma, agruras na isonomia setorial e espacial, despindo-se, de modo integrativo, das reais demandas e condições já existentes endogenamente nas estruturas locais e regionais. Frente a este aporte das concepções de desenvolvimento, alinhando-se com as transformações e as recomendações internacionais, as propostas às questões regionais pautados fortemente na abordagem do Perroux na década de 1980 perdem força e as estratégias afastam-se da dimensão nacional para as potencialidades locais, como foi sendo tangenciado em vários trechos nesse segundo período da trajetória do PAP.

O III PND (1980-1985) teve caráter de obrigatoriedade frente ao dispositivo legal do planejamento. Na prática, houve a ausência de unidade de comando político, administrativo e econômico, levando a que ele não fosse executado, assim como o I PND da Nova República (1985-1989), que se concentrou em um discurso, promovido pelo governo Sarney, de preocupações sociais, de justiça, de segurança pública e de previdência e assistência social, em setores que representavam os anseios do período: educação, alimentação, habitação, combate à pobreza e ao desemprego, centralizando de esforços para o crescimento econômico. A prioridade quanto a dinâmica econômica foi reiterada no Plano de Ação Governamental (1987-1991), sendo o único do período que trazia metas e projeções definidas quanto ao crescimento da renda per capita e da produção nacional. Preconizavam, entre outros aspectos, os programas setoriais de desenvolvimento, com ênfase no mercado interno e na expansão das exportações, tendo entre os objetivos o crescimento da agricultura e a implantação – ou melhor dizendo: continuidade – de programas de irrigação e agroindustriais (BRASIL, 1986e).

Porém, como tratado em alguns estudos⁶⁶, a época não seria profícua visto as dimensões da desestruturação econômica – crise inflacionária –, das limitações orçamentárias e restrições de investimentos públicos. Dessa forma, a partir dos meados de 1980, houve o enfraquecimento e a desestruturação da equipe técnica vigente que sustentou a lógica guiada da intervenção do Estado para promover a expansão industrial, organizar os sistemas produtivos e repensar a estrutura intrarregional. Alinhada à instabilidade política e econômica e, principalmente, à perda da hegemonia do Executivo, particularmente, após a redemocratização, a capacidade operacional do planejamento foi gradativamente sucumbindo a estrutura central de decisões e coordenações de ações.

Em decorrência desse cenário é que se percebe a fragilidade da SUDESUL para a execução das proposituras que estavam no PROLITORAL, como é evidenciado nos estudos da pesquisa financiada pelo CNPq, sob coordenação do pesquisador Alcides Goularti Filho, mais precisamente no artigo intitulado “A SUDESUL e o Projeto Litoral Sul de Santa Catarina: convergência do planejamento nacional e regional” (1970-1990), em coautoria com Talita Alves de Messias, publicado em 2017. É perceptível no decorrer dos documentos institucionais da SUDESUL um constante exercício de estabelecer um plano conjectural demonstrando a posição atual da região e as projeções de aumento de renda e desenvolvimento social aos

⁶⁶ A crise do planejamento brasileiro, por Everaldo Maciel (1989); O Estado e a formulação de políticas de desenvolvimento regional (2008), por Simone Udermam; Avaliação de políticas públicas no Brasil: uma análise de seus impactos regionais, por Guilherme Mendes Resende (2014); e Desenvolvimento Regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas, organizado por Aristides Monteiro Neto, César Nunes Castro e Carlos Antonio Brandão publicado pelo IPEA em 2017.

cidadãos, amarrando a atenção ao princípio de continuidade dos esforços e ações movimentados no espaço dos projetos. Sobre essa insistência formalizada, a interpretação posta caminha para a preocupação da autarquia quanto a carência de apoio político e financeiro, assim como resposta aos desdobramentos da estratégia social e de desenvolvimento firmada ainda na década de 1970 pelo I PND, no PIN e no II PND, junto às comunidades. Nesse contexto, de modo contrário aos demais subprojetos do PROLITORAL, as ações no subprojeto do Banhado do Sombrio, ao encarar as vertentes de “desenvolvimento local”, com suas bases políticas articuladas entre as esferas, permitem, mesmo com certa dificuldade, alocar-se relativos investimentos, que fazem do PAP e do PPDI irem na contramão do que acontecia no território nacional pela crise do planejamento da década de 1980 e as novas transições e reestruturações do papel estatal ao desenvolvimento após 1985.

No detalhamento dos projetos executivos do PAP, entre normas, cronologia e produto final, ou seja, entre estudos de viabilidade, planejamentos e execuções, contata-se que para a recuperação do ponto de vista de inundação estava a dependência do sistema de projeção do vale da bacia do Mampituba através das barragens de contenção. De tal modo, como plano básico e a curto prazo, definiu-se o sistema de irrigação integrado nos demais subprojetos, captando água em duas fontes hídricas interligadas: a barragem de acumulação do Rio Leão e a barragem de acumulação do Rio Bonito. Pois, para a solução do problema de modo integral, conforme afirmou-se anteriormente, como tais cheias são ocasionadas pelo desvio do Rio Mampituba a montante, incorporando-se a calha do Rio Canoas e este último rio, tornou-se o causador das inundações do Banhado do Sombrio. Como a regularização desse regime depende da implantação da barragem de Praia Grande, que devido às suas proporções e propósitos (Geração de Energia) avantajados requeria de um horizonte de tempo maior para a sua implantação, foram previstas obras, como erguimento de diques, para proteção da área do PAP, pontes e outras infraestruturas ao assentamento.

Porém, para tal, faziam-se necessários os aportes orçamentários para gestão das obras. A Figura 10 demonstra os investimentos aplicados e algumas suplementações necessárias, revelando que os recursos alocados para o exercício em 1987 seriam insuficientes para o atingimento da meta proposta em relatórios complementares emitidos, com referência aos trabalhos no Projeto de Desenvolvimento da Bacia do Rio Mampituba que, nessa fase, tinha os dois primeiros setores (PAP e PPDI) do subprojeto do Banhado do Sombrio como áreas pilotos.

Figura 10 – Demonstrativo Financeiros das obras do subprojeto do Banhado Sombrio 1987

1987 - PLSSC - Projeto de Desenvolvimento da Bacia do Rio Mampituba
Subprojeto sombrio - Demonstrativo Financeiro

SITUAÇÃO EM 23.09.87					
PROJETOS	DOTAÇÃO OP-87	RECURSOS APLICADOS	SALDO EM 23.09.87	SUPLEMENTAÇÃO PREVISTA	OBSERVAÇÕES
1. Barragens Leão e Bonito	15.571.693,87	15.249.393,25	322.300,62	170.000.000,00	Contr.nº25/86-CR.Almeida
2. Galeria D-3 e Ponte C.Encosta	19.298.154,37	19.298.154,37	-	-	Obras concluídas
3. Obras de drenagem do PAP	8.930.000,00	8.930.000,00	-	15.000.000,00	Licit. a cargo do DNOS
4. Assistência Técnica e Fis - calização	5.800.000,00	3.947.070,53	1.852.929,47	17.000.000,00	Contr.nº06/87-Magna Engenharia
5. Sist. de Abast.d'água	1.302.171,00	1.302.171,00	-	-	Obra concluída
6. Infraestrutura de apoio	2.433.131,76	1.375.290,15	1.057.841,61	18.000.000,00	-
SUB - TOTAL	53.335.151,00	50.102.079,30	3.233.071,70	220.000.000,00	
7. Recursos do PRONI	280.000,00	-	280.000,00	5.000.000,00	Implant.lote piloto irrig.
8. Recursos do MINTER/	2.940.000,00	-	2.940.000,00	-	Licit.a cargo da SAA/SC
T O T A L	56.555.151,00	50.102.079,30	6.453.071,70	225.000.000,00	

Fonte: Demonstrativo Financeiro do Projeto de Desenvolvimento da Bacia do Mampituba emitido pela SUDESUL em envio ao Ministério do Interior (1987b)

Entretanto, o relatório interno da SUDESUL, com referência ao triênio 1987/1988/1989, surge em contradição e complementa a exposição quanto aos limites orçamentários. Fica evidente a diminuição dos recursos sobre o exercício de 1988, havendo uma diferença de Cz\$ 98.890.000,00 sobre o valor previsto e o valor efetivo disponibilizado a superintendência. No mesmo ano a autarquia relata em suas rotinas executivas de gestão do subprojeto do Banhado do Sombrio, a situação atual e as dificuldades a exemplo do “provimento de recursos humanos, técnicos e administrativos, para atender à crescente complexidade que está assumindo o Projeto” (SUDESUL, 1988c, n.p). Como providência imediata a adotar, estava o “encaminhamento, através dos canais competentes, do pedido de suplementação de recursos no valor de Cz\$1.200.000.000,00 para possibilitar o cumprimento do cronograma físico-financeiro das obras das barragens do Leão e Bonito”, visto que a partir do mês de setembro de 1988 a superintendência estaria com seus recursos alocados, esgotados.

Nos documentos emitidos pela gerência do Projeto Litoral Sul de Santa Catarina, especialmente entre o segundo semestre de 1988 e início de 1989, contém objetivos e justificativa frente à situação atual e projeções das principais obras: Barragem do Rio Leão, Drenagem do Banhado Sombrio, Canais de Irrigação, Barragem e Baixo Vale do Mampituba. Diante disso, era comum encontrar o atento em justificativas de modo a abarcar aspectos de integração das obras e suas respectivas conclusões, condicionadas desde que sejam assegurados os recursos necessários para o cumprimento do cronograma físico-financeiro.

No que tange às obras específicas na área do PAP, as mesmas estiveram centradas a partir de 1987, visando acelerar a recuperação das áreas do Banhado destinadas a assentar agricultores sem terra da região. A essas áreas, após desapropriadas e incorporadas ao Fundo de Terras do Governo de Santa Catarina, em acordo com o estabelecido em convênio 04/76 entre as partes do subprojeto do Banhado do Sombrio, caberia à SUDESUL a responsabilidade de recuperação da área mediante obras de macrodrenagem e de microdrenagem, além de obras complementares, como diques de proteção e comportas e sistema viário, indispensáveis para tornar possível o acesso e exploração agrícola dos lotes do assentamento.

As atividades de interesse comum, tais como manejo d'água, comercialização da produção, aquisição de insumos, entre outras, deverão ser executadas inicialmente através da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento de Santa Catarina, porém sempre acompanhadas de uma conscientização dos agricultores no sentido de que, gradativamente, venham a assumir esta tarefa, para não ocorrer o paternalismo do Estado, o que viria a descaracterizar todo o processo educativo e demonstrativo. Já que se trata de uma experiência piloto que deverá ser extrapolada a outras áreas alagadiças do Estado e do resto do Brasil. Nesse processo educativo, a motivação para que os agricultores trabalhem reunidos em uma cooperativa ou outra forma associativa, deverá ser a tônica (SEMINÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PROJETO SOMBRIO, 1980, n.p).

Tendo a constituição do núcleo agropecuário previsto, caberia a execução das obras e a integração via assistência técnica e extensão rural, orientando os agricultores para as atividades do sistema de irrigação e implementação da organização social via cooperativa como já explanado em tópico antecedente.

Havia uma visão da dependência de conclusão das obras sob coordenação da SUDESUL, para o governo Catarinense atuar no fomento e desenvolvimento agrário, ainda que vigorasse um desajuste entre as esferas públicas e as efetivas ações das obras, imprescindíveis para a estruturação mínima das áreas produtivas e do centro comunitário. Colocava-se os assentados no campo da exploração das madeiras, no auxílio das construções das vias aos terrenos e no aguardo dos ajustes para o efetivo plantio.

As obras nos 2.200ha a serem recuperados e destinados ao assentamento de agricultores, estavam a cargo da empresa SOCIDRAGA – Sociedade de Dragagem S/A, contratada pelo DNOS, dentro do que estabelecia o convênio nº26/1987 para canais principais D.1.1, D.3 e canais secundários. Havia também, obras a cargo da empresa RIBEIRO – Serviços de Escavação, pelo convênio 29/87, contratada pela SUDESUL, com canais divisores de lotes e drenos parcelares. Diretamente pela SUDESUL, havia a limpeza e conservação de canais secundários divisores de lotes, assim como as obras complementares de acesso a lotes,

implantação de bueiros, conservação de agrovias e canais de drenagem, pela equipe interna da autarquia.

O setor I do Plano de Assentamento da População – PAP estava com 1.000ha, 50% das suas áreas, ou seja, com o sistema de drenagem concluído e o sistema de irrigação iniciado. Além disso, o Centro Comunitário estava com a infraestrutura habitacional em fase de acabamento, as redes de água e energia em fase de conclusão e o sistema viário da área do assentamento estava com 35km concluídos do total previsto de 43km, tendo todo o seu território desapropriado e, segundo as fontes documentais da autarquia, regularizado⁶⁷.

Tendo a institucionalização como estratégia de desenvolvimento relacionada diretamente com certo grau de autonomia da SUDESUL, frente competência decisória, alinha-se a gestão de recursos orçamentários disponíveis para a atuação. Sobre esta análise, pode-se atestar que as tratativas ao subprojeto do Banhado do Sombrio reverberam entre o planejamento formal versus ação substanciada, onde o curso das últimas duas décadas (1970 e 1980) estava em “um intenso esforço de planejamento em um plano puramente formal” (MINISTÉRIO DO INTERIOR, [1983], n.p). Em outras palavras, ofereceu-se demasiada ênfase à produção de documentos que, se por um lado estava pleno de intenções, por outro, encontrou dificuldades frente à magnitude do plano formal, manifestando a ação concreta à viabilidade proposta.

Tal fato coloca em questionamento dois pontos centrais que estavam nas entrelinhas, especialmente, quanto a presença do Estado na região: atitude de descrédito em relação às atividades para além do planejamento e a capacidade de gestão dos recursos públicos para não se valer do desperdício dos mesmos. Essas questões derivam ao analisar o conjunto das fontes documentais oriundas da autarquia, especialmente as de comunicações internas entre as gerências de projetos, superintendente, Ministério do Interior e agentes públicos do governo catarinense entre os anos de 1986 a 1989.

Destacamos duas principais narrativas, a primeira que envolve as conjunturas a nível administrativo e orçamentário que inferem na visibilidade das instituições públicas em virtude de colocar as comunidades locais em dependência de ações concretas por parte da operacionalidade dos projetos;

Assim, tendo em vista os recursos até o presente aplicados, que promoveram significativos benefícios pelos acréscimos na produção agrícola, bem como pelas mudanças de padrões tecnológicos utilizados na agricultura local, indicam a

⁶⁷ No que se refere ao processo de regularização, esta informação no documento emitido à COCEX, elaborado pelo Ministério do Interior, SUDESUL e SMC, consultoria externa em 1989, considerou como “regularizado” o trâmite que se limitava do processo de desapropriação e incorporação ao Fundo de Terras. Sobre este curso e seus desdobramentos trataremos nos aspectos de regularização fundiária do PAP no próximo capítulo.

necessidade de se intensificar o ritmo da implantação do projeto. Ademais a recuperação com sucesso das áreas turfosas, criou na região uma expectativa de ocupação rápida das áreas desapropriadas, traduzida pela existência de um grande contingente de agricultores sem terra inscritos, para o processo de seleção. Cabe também citar que a colocação em produção das áreas turfosas, abre caminho para o aproveitamento adequado de aproximadamente 200.000ha, existentes no litoral de SC e RS. Este fato caracteriza o subprojeto Sombrio como de inovação tecnológica no uso de solos turfosos de grande fertilidade, servindo de modelo para incorporação dessas áreas, hoje ociosas. Finalmente, deve ser registrado que o atual ritmo de execução das obras não é compatível com o dinamismo e expectativa dos agricultores locais, que na maioria das vezes antecipam suas decisões de produção, contando com a disponibilidade de infraestrutura, prevista no subprojeto. Dessa falta de sincronização no ritmo das ações do setor público e privado resulta além de eventuais prejuízos por fatores climáticos, o desgaste acentuado da imagem das instituições envolvidas. (SUDESUL, 1987a, n.p)

E a segunda, ao tocante político, intimamente ligado às concepções de desenvolvimento e crescimento econômico, presente na dimensionalidade de ação pública do período próximo que antecedeu a redemocratização do país e culminou, em agosto de 1988, por parte do Executivo, a emissão de um ato institucional denominado “operação desmonte”, que zerou o orçamento da Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul, e conforme relatado em ata interna “significava a suspensão de todas as atividades da Casa” (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1989b, p. 6). Contando com o apoio dos governadores dos Estados da região Sul, a autarquia:

[...] se empenhou numa campanha de esclarecimento junto às bancadas federais e estaduais, ao mesmo tempo que apresentou e defendeu o orçamento, elaborado para 1989, junto às Comissões pertinentes do Congresso Nacional. Os parlamentares tomaram posição favorável à SUDESUL e de acordo com suas competências aprovaram o orçamento para 1989, muito mais significativo para a Região Sul (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1989b, p. 6).

De modo contraditório a operação desmonte o executivo aprovou o orçamento. No entanto, no dia 14 de janeiro de 1989, o Governo Federal editou a Medida Provisória nº 28 que extinguiu a autarquia. Exigiu-se um novo movimento político nas assembleias estaduais do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná com as bancadas federais para que, após um mês da publicação da MP, houvesse a supressão do ponto de extinção da SUDESUL.

Durante quatro meses foram necessárias ingentes atividades de providências para recadastrar a SUDESUL junto ao Tesouro e desembaraçar os recursos da programação orçamentária/89. [...] ao mesmo tempo, procurava-se agilizar o calendário das operações, já prejudicado pelos acontecimentos, quando surgiu a medida de contenção de grande parcela do orçamento da União (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1989b, p. 7).

Nesse clima de incertezas e insegurança institucional, as superintendências regionais em nível nacional se mobilizaram para realizar o I Fórum entre as autarquias, que foi intitulado “A questão regional no Brasil”, contando com representantes das esferas estaduais e federais. Teve-se como tema central as diretrizes e os posicionamentos de autarquias como a SUDENE, SUDAM, SUDECO, SUFRAMA e SUDESUL, sobre o desenvolvimento regional e urbano de acordo com a Constituição Federal que havia sido promulgada em outubro de 1988. A discussão percorria essencialmente o Art. 43, que determina “Para efeitos administrativos, a União poderá articular sua ação em um mesmo complexo geoeconômico e social, visando a seu desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais” (BRASIL, 1988a, on-line). A partir das caracterizações regionais, das diretrizes políticas ao planejamento e planos, frente aos recursos financeiros e operacionais, visou-se determinar com maior efetividade atender a legislação e as demandas regionais, definindo-se as prioridades à prestação socioeconômica dentro das possibilidades institucionais.

Em 1989, a SUDESUL, juntamente com a SMC Consultores Associados, trouxe a abordagem das potencialidades presentes dentro da área que abrangia o Plano de Desenvolvimento Agrícola da Bacia do Rio Mampituba. Tinha-se como estratégia operacionalizar o crédito externo injetando recursos financeiros para a continuidade da proposta junto às comunidades envolvidas, com enfoque mais diretivo ao PAP – como já tratado no tópico “modelos e alternativas de produção previstos” –, entretanto, não se encontraram indícios de que o referido fomento tenha sido disponibilizado.

A programação da SUDESUL para a década de 1990 estava organizada em seis grupos de projetos que já vinham sendo consolidados na Região Sul, os quais são sintetizados no esquema explicativo 10 (p. 163).

Esquema 10 - Grupos de projetos na programação da SUDESUL na Região Sul em 1990

	GRUPO	LINHAS DE ATUAÇÃO	OBJETIVOS	FASE JULHO/89
I	Pré Investimentos Estratégicos	Programa regional de insumos básicos	Identificar as oportunidades de investimentos industriais, nas áreas de siderurgia, cimento, fertilizantes, celulose e química fina.	Contratação
		Programa de Modelo Energético Regional	Definir o modelo energético para a região considerando a demanda atual e a futura diante das fontes primárias e considerada a reação benefício/custo de aproveitamento alternativo dos energéticos estudados.	Análise e abertura da proposta de preços
		Regional de Transportes	Ampliar o sistema de transportes da região sul, de modo a facilitar a integração da economia regional com o resto do País e com os países do Cone Sul.	Licitação
II	Programas de Desenvolvimento Integrado de Bacias Hidrográficas	Programa de Desenvolvimento Integrado da Bacia do Rio Mampituba, localizado no litoral sul de Santa Catarina e norte do Rio Grande do Sul.	Aumentar a produtividade a incorporar novas áreas agrícolas (hortigranjeiros) e contenção de cheias.	Em andamento área piloto subprojeto do Banhado do Sombrio
		Bacia do Rio Iguaçu no estado do Paraná	Realizar manejo de recursos naturais, a recuperação e proteção dos recursos hídricos, a adoção de medidas de prevenção e contenção de cheias e a identificação de oportunidade de investimentos.	Aguardo assinatura no protocolo de intenções entre os três estados da região Sul, a SUDESUL, DNOS e DNAEE
		Projeto de Desenvolvimento Integrado da Bacia dos Rios e Lagos da Região Sul de Santa Catarina	Despoluir os rios da região carbonífera (rios Araranguá e Urussanga); recuperar áreas degradadas pela mineração; sistemas de irrigação; controle de cheias; abastecimento de água e desenvolvimento da pesca.	Contratado estudos hidrogeológicos da região de Laguna; Iniciados estudos do plano a fixação da Barra do Araranguá
III	Programas de Integração Internacional dos países do Cone Sul	Projeto Jaguarão; Campos Neutrais; PRODOESTE	Realizar cooperação econômica e desenvolver ações de integração fronteiriça.	Em elaboração o termo de referência
IV	Diagnóstico Ambiental da Região Sul	Recursos Naturais; Levantamento Urbano Ambiental; Estudos sobre Poluição Industrial	Consolidar no âmbito regional os dispositivos legais e institucionais; analisar as tendências e examinar prognósticos frente ao diagnóstico das três principais linhas dos projetos.	Elaboração do edital
		Controle de Erosão do Solo no Noroeste do Paraná	Desenvolver obras de engenharia e práticas conservacionistas	Obras em execução tanto em área rural como urbana
V	Desenvolvimento Sub-Regional	Programa de Desenvolvimento Integrado do Alto Uruguai no Rio Grande do Sul	Realizar estudos sub-regional para identificar estrangulamentos e potencialidades, para definir programas prioritários; construir rodovias.	Prevista assinatura do convênio para realização de estudos e o acordo para execução de trecho da Rodovia
		Desenvolvimento Integrado do Extremo Oeste do Paraná	Fortalecer a base econômica agrícola e industrial; otimizar os efeitos da infraestrutura e minimização dos impactos negativos que surgem a partir dos reservatórios de Itaipú, da Ferroeste, Hidrovia Paraná - Tietê e Ilha Grande, bem como a integração com a Argentina e o Paraguai.	Termo de referência quanto estudos de diretrizes e estratégias concluído
VI	Apoio ao Planejamento Interno	Sistema de Informações para o Planejamento da região Sul; Modernização administrativa da SUDESUL	Melhorar a comunicação entre os Estados e suas secretarias, integrando com o banco de dados da superintendência, aperfeiçoando os procedimentos de planejamento e administração.	Concepção do sistema

Fonte: Base na apresentação do Superintendente-Adjunto de planejamento da SUDESUL, Normam de Paula Arruda Filho, em julho de 1989 ao Conselho Deliberativo da SUDESUL. Organizado e elaborado pela autora (2021).

Outro aspecto relevante quanto as interdependências ao tocante a viabilidade total da área do PAP, tinha-se significativa influência hídrica o encaminhamento da necessidade de construção de uma terceira barragem vinculada ao Projeto de Desenvolvimento Agrícola da Bacia do Rio Mampituba, que determinava trabalhos na fronteira entre o estado de Santa Catarina e o Rio Grande do Sul. Contudo, ao detalhar a situação no último relatório emitido pela autarquia a este respeito, em final de 1989, apresentam-se duas principais limitações: uma de ordem orçamentária, visto a onerosidade do empreendimento, e a segunda de ordem social e ambiental.

Constata-se, ainda, em 1988, que a prefeitura municipal de Praia Grande encaminhou ao superintendente da SUDESUL o ofício de reconhecimento quanto aos trabalhos, nas palavras do gestor público: “alguns onerosos outros menos, mas de grande importância ao município”. Entretanto, também expressou sua insatisfação após tantos anos de inserção regional e participação dos técnicos em grandiosos projetos que ainda não haviam sido iniciados nos trabalhos na Bacia do Rio Mampituba (na cidade de Praia Grande e divisa com o estado gaúcho). Ademais, buscava-se apoio da SUDESUL para realizar obras que prevenissem contra as seguidas enchentes “calamitosas e catastróficas”, integrando-se ao fato de haver recursos alocados de outros órgãos federais ao município e sem projeção de execução, fator que faria tardar ainda mais a efetiva obra e, por consequência, a perda dos recursos alocados.

Concomitantemente, observa-se que a dificuldade central estava na ausência de diálogo profícuo entre os técnicos da SUDESUL e a comunidade circunvizinha, em decorrência de aspectos de Impacto Ambiental da Barragem do Rio Mampituba. Tal questão é evidenciada em uma entrevista realizada com representante institucional:

De todas as obras, a maior sem dúvida, estava na barragem lá da Praia Grande, no rio Mampituba, nós trabalhamos lá, fazendo sondagem e tudo, só que na hora de começar o trabalho, deu ao contrário. O pessoal começou a se reunir, a comunidade, os padres de Torres, começaram a dar em cima para o pessoal não deixar fazer. No entendimento que eles iam ficar tudo sem nada. Perder as terras, enfim. Na época já estava difícil as questões com o governo, mas o governo tentou, tentou e tentou, bem por fim tiveram que desistir. Hoje [2021], o pessoal de lá [Praia Grande], muitos que viveram a oportunidade da época falam: ah se nós tivéssemos deixando sair essa barragem, o dinheiro que tínhamos ganhado de indenização dava terreno muito melhor fora. E assim: a barragem de lá, era para fazer uma barragem para ter uma usina elétrica e principalmente ia segurar as águas para não dar mais enchente aqui pra baixo, o projeto era esse né. Foi tentado mudar o projeto três vezes, três pontos diferentes da barragem para ver se o pessoal concordava, mas não teve jeito não se acertaram (E4, 2021).

Os entraves apresentados em documentos institucionais são materializados em pesquisas como as teses de doutoramento de Gerusa Maria Duarte, pelo instituto de geociências da Universidade de São Paulo (1995), e a de Luís Bohn, pelo Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental da Universidade Federal de Santa Catarina (2008). Tais pesquisas possuem cunho socioambientais, em tratativas históricas que envolvem as dimensionalidades e características de solo e hidrológicas envolvendo o Extremo Sul Catarinense e a Bacia do Rio Mampituba. Particularmente, a tese de Bohn (2008) merece destaque por canalizar os movimentos da sociedade local, frente às práticas condicionadas ao espaço pelas forças políticas e econômicas na bacia hidrográfica, não se distanciando da problemática central, encontrada até os dias atuais, que é a gestão hídrica frente às fortes cheias que assolam a região.

Diante dessa complexa questão, a Universidade do Extremo Sul Catarinense entregou à Prefeitura de Mampituba, em março de 2021, “um estudo técnico para a Avaliação Hidrológica e Hidrodinâmica da Bacia Hidrográfica do Rio Mampituba” (UNESC, 2021, online). Trata-se de uma análise quanto a situação do Vale do Rio Mampituba, para que os problemas da cheias e otimização das áreas com asseguração ambiental e socioeconômico sejam implantados.

Vale ressaltar que essa área também se insere em moradia de povos tradicionais, como os quilombolas, e é circunvizinha de Parques Nacionais, como o Aparato da Serra. De tal modo, expressa uma significativa relevância cultural, de cunho econômico tanto a comunidade local e regional quanto a de interesse nacional.

Nesse contexto, para a realização dos trabalhos e viabilização dos programas, a autarquia tinha independência política, para articular na esfera regional, e dependência de recursos e investimentos do poder executivo. Porém, como observamos, em meados da década de 1980 fica evidenciado os limites quanto à seguridade orçamentária e a sustentação política – institucional para a continuidade e consolidação das ações das obras físico territoriais que estavam ocorrendo. Nas conjunturas dos problemas políticos e da crise econômica nacional, alinhando-se a ausência de uma política regional explícita, no final da década, ocorrem sucessivas tentativas de enfraquecimento da atuação da autarquia. Por conseguinte, em diversos relatórios, a superintendência explana que estas condicionantes, entre outros resultados negativos, levariam à descontinuidade no andamento dos projetos.

No processo final do período ditatorial, alinhado à redemocratização do país, com a reestruturação quanto a concepção de participação do Estado, sobretudo ao adentrar em uma nova perspectiva para o desenvolvimento socioeconômico nacional, no governo Collor, ocorre um processo real do desmonte de instituições estatais. A partir de então, propondo o

desenvolvimento nacional baseado em ideias neoliberais, buscou-se a redução da máquina pública e a restrição das atuações das funções do Estado, em que o paradigma central está na crença que o mercado conseguirá ser capaz de resolver os problemas econômicos e, assim, estabilizar as conjunturas sociais.

Este mercado, agora pensado não mais na integração regional, mas no processo de globalização e eficiência do Estado, parte do pressuposto que, no tocante ao planejamento e as instituições que abarcavam as esferas regionais em processos técnicos e políticos, não fazia mais sentido em manter (BECKER, 1995; CARDOSO JÚNIOR, 2011; SILVA, 2017). Mediante à Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, houve a extinção e dissociação de várias entidades administrativas pública federal, entre elas a SUDESUL e o DNOS, baseada na “ingênua esperança que a capacidade endógena de cada localidade [...] fosse suficiente para promover o desenvolvimento harmônico de todo o Brasil” (GOULARTI FILHO; MESSIAS; ALMEIDA, 2013, p. 94)

Em termos concretos, as intenções e ações que vinham sendo exercidas na esfera regional e no âmbito local, a partir da extinção de diversas entidades públicas em todo o território nacional, repercutiu em grau e forma distinta em cada espaço. Deve-se considerar que não se trata apenas de uma reestruturação realizada pelo governo no limite político e administrativo, mas sim que esta reflete em transformações diretas na sociedade e em suas relações com o Estado.

Com a extinção da SUDESUL e do DNOS, houve automaticamente o cancelamento de vigência dos contratos vinculados ao Estado catarinense, havendo a paralisação do subprojeto do Banhado do Sombrio, estando o PAP, ainda, em um processo de formação socioespacial, com ausência e/ou limitações infraestruturais básicas, tanto na zona residencial como produtiva. O próximo capítulo discute as condições e possibilidades das famílias assentadas, frente à atuação estatal em condicionar um território que, especialmente na comunidade procedente do PAP, recebe influência das (des)articulações nas diferenças esferas de poder, como as explanadas na esfera federal, após a extinção da SUDESUL, na esfera municipal com o processo emancipatório do distrito de Santa Rosa do município de Sombrio, e na esfera estadual com a fusão de empresas de fomento ao desenvolvimento agrário na pesquisa e extensão do Estado de Santa Catarina, como a ACARESC e EMPASC.

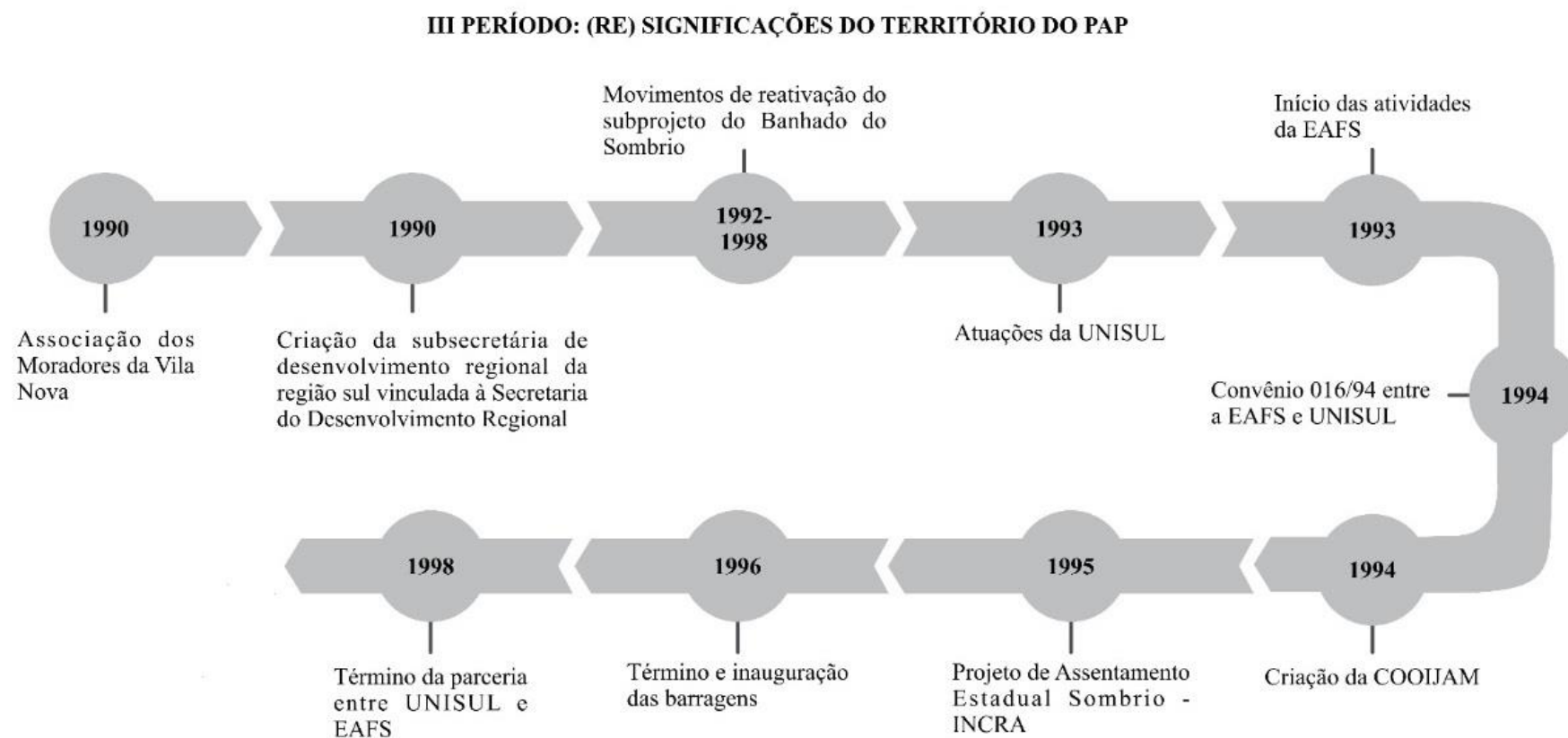
Diante dessas transitoriedades e rupturas, cabe-nos analisar as permanências de estruturas concretas e também simbólicas que perpassam desde o diagnóstico até a formação do território, perante os percursos entre interesse nacionais às especificidades regionais, a relevância das (re)significações e as transformações locais. Ao longo do tempo, estas demarcam

a trajetória do PAP, evidenciam as influências institucionais nas diferentes esferas, a exemplo das possibilidades e intenções de uma agrotécnica na área do subprojeto Sombrio; dos movimentos locais e regionais que fomentam dinâmicas da sociedade civil à organização social; e, essencialmente, do grau de autonomia e dependência estabelecido no território constituído à comunidade procedente.

4 DESCONTINUIDADES E PERMANÊNCIAS ESTRUTURAIS

Com a sua trajetória marcada por transições no planejamento estatal, que implicam em descontinuidades e permanências, aqueles que ocupam o espaço PAP, tanto as famílias assentadas como as instituições ligadas aos projetos de desenvolvimento, constroem uma memória das mudanças ocorridas relacionas ao contexto social, educativo, político e produtivo que envolveu esse território. É perante essas narrativas que suscita este terceiro capítulo, na compreensão dos movimentos locais e regionais que se originaram nos anos finais da década de 1980 e seguiram na nova década. Nesse ínterim, trata-se de analisar as relações interinstitucionais à retomada do subprojeto do Banhado do Sombrio, paralisado com a extinção da SUDESUL, além de reconhecer a dinâmica entre as condições e possibilidades ao explicar as ressignificações da comunidade assentada perante o contexto de formação do espaço produtivo e social.

Figura 11 – Terceira periodização da trajetória do PAP: (re)significações do território do PAP



Fonte: Elaborado pela autora (2021)

4.1 AS PERIODIZAÇÕES DO PAP PERANTE AS TRANSITORIEDADES DAS PROPOSTAS NACIONAIS ÀS ESPECIFICIDADES REGIONAIS

As impossibilidades e as novas roupagens ao desenvolvimento regional da década de 1980 e início dos anos 1990, oriundos por parte do Estado, estavam em contexto distante dos conjugados nas premissas dos temas dos desequilíbrios socioeconômicos inter-regionais da década de cinquenta que originaram o debate central das questões regionais no país, da mesma maneira, em conjunturas distintas do período ditatorial. Esse período de repressões políticas e sociais, que perpetuou entre 1964 e 1985, não visava mudanças nas estruturas sociais e políticas, mas assegurava que as instituições serviriam ao governo no sentido de garantir viabilidade do sistema econômico, conforme era pensado pelos governantes, sobretudo, na centralidade da esfera federal (IANNI, 1996).

A década de 1980 adentra sob um comportamento instável do Estado perante a crise das finanças públicas e o federalismo, o desencadeamento do processo de redemocratização, as transformações territoriais que ensejavam novas regionalizações, as estratégias econômicas globais que emergiam às reestruturações produtivas. Com isso, o afastamento das possibilidades quanto as problemáticas tangenciaram os pilares históricos – integração nacional⁶⁸, metas setoriais e espaciais em realidades heterogêneas, desigualdade e disparidades socioeconômicas – em prol de prováveis tendências à questão regional brasileira.

Como constatado no primeiro e segundo período da trajetória do PAP, as conotações que ocorriam, especialmente pelo governo federal, inferiam diretamente nas conjunturas locais e regionais que se vinculavam a todo o subprojeto do Banhado do Sombrio. Os setores do respectivo projeto e as comunidades, envolvidas no território que se constituía e se transformava nos dois primeiros períodos, até então retratados, representam dimensões por vezes distintas e outras convergentes sob as proposituras do âmbito nacional ao planejamento regional. A justificativa e o argumento dessa menção está ancorada ao estabelecer uma periodização que se expresse por meio dos recortes temporais e do espaço local e regional que revelam as condições do objeto central de investigação e as peculiaridades destes para, então,

⁶⁸ O cerne da integração nacional aqui tratado é baseado em Celso Furtado em um contexto de integração como componente dinâmico, em um planejamento, coordenação de projeto (econômico, social e político) nacional. O autor aponta que, a este respeito e as redefinições do final da década de oitenta início de noventa, “Em um país ainda em formação, como é o Brasil, a predominância da lógica das empresas transnacionais na ordem das atividades econômicas conduzirá quase necessariamente a tensões inter-regionais, à exacerbação de rivalidades corporativas e à formação de bolsões de miséria, tudo apontando para a inviabilização do país como projeto nacional” (FURTADO, 1992, p. 35).

traçar um diálogo de conjugações – possíveis e prováveis – sobre o temário do desenvolvimento regional brasileiro.

Nas discussões teóricas de amplitude nacional, é possível evidenciar contradições a respeito da periodização que remete aos rompimentos do planejamento estatal, o enfraquecimento da autonomia de instituições e a crise econômica e política, que, em seu conjunto, repercutira frente às demandas e desigualdades regionais no contexto histórico. A partir das periodizações definidas para análise da trajetória do PAP, as propostas nacionais às especificidades regionais revelam o quanto é importante examinar as singularidades de cada tempo e espaço, que no conjunto dos acontecimentos (endógenos e exógenos) formam suas representatividades.

Neste estudo, constata-se que, por mais que em nível nacional se reconhecesse um primeiro declínio da planificação econômica nacional e regional atribuído ao período pós-golpe militar de 1964 pela centralização do poder decisório na esfera federal, as políticas regionais das superintendências acabam sendo atribuídas como políticas nacionais a um ordenamento e gestão do território. Ao tratarmos da SUDESUL, após 1967, ela teve sua representatividade na área superintendida saindo da escala do planejamento para a execução. Justamente a partir desse período, até final de 1979, foi que culminou todo o diagnóstico, planejamento, planos, programas e projetos na área do Banhado Sombrio.

Ao contrário e distante da proposta de Furtado, há uma intervenção estatal descentralizada e coordenada do governo federal, em um planejamento como instrumento para enfrentar as desigualdades e impulsionar uma consciência à construção de políticas ao desenvolvimento regional. O período foi marcado pelo agravamento da ausência de uma política explícita com relação ao desenvolvimento regional e, com a forte dependência de recursos e concentração de poder decisório na escala federal, geravam-se disfunções no processo de planejamento efetivo para resolver e dar sequências às questões pertinentes no âmbito estadual e regional (HADDAD, 1985).

Vigorou-se o planejamento estatal das questões regionais, associado a todo os aspectos da padronização institucional e autonomia administrativa imposta às superintendências, tendo, na estratégia dos pólos de desenvolvimento vinculados ao processo de industrialização e no caso do estudo alinhado, a modernização da agricultura.

O Desenvolvimento Regional transita com a intervenção e articulação da década de 1950 ao início dos anos 60, de certo modo, com projeções para a descentralização territorializada. A partir do regime militar ditatorial de 1964, a prevalência da centralização caminha, aos anos

70, a uma retomada da intervenção estatal fundada nas estratégias nacionais na construção de pólos e complexos agroindustriais regionalizados, sendo o PAP gestado na última década citada.

Já ao tratarmos o segundo período do PAP, que compõe o final da década de 1970 e adentra primeiro semestre de 1990. Reconhece-se o momento como factual a condicionar o território das famílias assentadas, com maiores executividades de ajustes físicos territoriais e de envolvimento social e político no referido subprojeto, indo, a certa medida, a um caminho oposto das estagnações das propostas nacionais quanto ao planejamento e desenvolvimento regional.

Representa-se a esse território a dinâmica do planejamento como prática centralizadora, baseado no disposto financeiro de projetos com o discurso de minimizar os desequilíbrios regionais que, em sua essência, se valeu ao governo federal para angariar articulações políticas entre as esferas. A esse certame, cabe apontar que as regiões estabelecidas em critérios político-administrativos, com base nas estratégias de planejamento com influências concretas diretamente ligadas a propósitos de determinada autoridade pública (interdependente nas esferas de poder), que estabelece em primeira instância uma articulação tática de caráter econômico, impulsionam à “execução de determinados serviços públicos, do exercício do poder regulatório do Estado ou, por exemplo, da focalização das políticas setoriais em determinada parte do território” (ARAÚJO, 1993, p. 87).

A circunstância retratava a gênese e os princípios impulsionadores, como nas bases políticas e relacionais estabelecidas entre o prefeito de Sombrio, Arlindo Cunha ⁶⁹e o então, Ministro da Educação, Jorge Bornhausen (1986-1987), que, em período antecedente, havia sido vice-governador (1967-1971)⁷⁰, seguido de governador de Santa Catarina (1979-1982) e senador (1982-1986) pelo Estado, e, assim, coparticipado ativamente nas tratativas que envolviam o Projeto de Desenvolvimento Agrícola da Bacia do Mampituba. Havendo a inserção, no Plano Nacional de Desenvolvimento, de reformas educacionais de cunho regionalizado no território nacional, o fato de haver a articulação política entre as três esferas mobilizou ocorrências politicamente interessantes e oportunidades de recursos do Governo

⁶⁹ Arlindo Cunha estava em seu segundo mandato no município de Sombrio. O primeiro de 1972 a 1979 mesmo período de inserção das tratativas ao diagnóstico a escolha da área do Banhado do Sombrio e, 1982 a 1988, período retratado da relação pessoal entre os agentes públicos e a articulação à vinda da EAFS.

⁷⁰ Foi eleito indiretamente como vice-governador de Santa Catarina, no lugar de Francisco Roberto Dall'Igna, que em 1966, teve seu mandato cassado pelo Ato Institucional nº 2. No período, os cargos executivos estavam restritos a maiores de 30 anos. Jorge Bornhausen na ocasião com 29 anos teve sua posse assegurada pelo governador Catarinense, Ivo Silveira, por meio de emenda Constitucional estadual modificando o parágrafo a este certame.

Federal – como o PROTEC e a CEDATE – para de fato haver a concretização do empreendimento educacional na região. Ao somar-se pelas condicionantes de investimentos e de infraestruturas que o Subprojeto do Banhado do Sombrio vinha, há mais de uma década, se estabelecendo e tendo como área piloto o Plano de Assentamento de Populações e o Projeto Piloto de Irrigação e Drenagem, destina-se entre as proposições da instalação de três agrotécnicas em Santa Catarina, no Sul, a Escola Agrotécnica Federal de Sombrio entre esses dois territórios (PAP-PPDI).

Ao campo do planejamento estatal às questões regionais na década de 1980 até início da década de 1990, frente a fatores como a estagnação da economia brasileira – crise financeira e fiscal do Estado –, levou-se o enfraquecimento do planejamento de propostas a médio e longo prazo, a ausência de mecanismos a uma política de superação das desigualdades regionais ou inter-regionais, em que a preocupação se passou ao equilíbrio das contas e do pagamento da dívida pública (ARÁUJO, 2013). Em termos temporais do término da Ditadura Militar ao processo de redemocratização, ocorre um predomínio do Estado mínimo e do pensamento neoliberal. Em consequência, há a redução (em estratégica e grau) da intervenção estatal, prevalecendo a ordem econômica ditada pelo mercado, menos planejada e guiada pelo Estado (IANNI, 2000; IBARRA; 2011). Assim, o desenvolvimento (desenvolvimentismo) assume novas formas e podemos dizer que o processo à sua concretude tem suas bases fundadas essencialmente na consolidação das dinâmicas estruturais econômicas, sociais e políticas. Ao conceito de (re)significações, que se referem à terminologia desenvolvimentismo, oriundos desses processos e dinâmicas, o qual ultrapassa pensar-se no tema como um propósito apenas de legitimidade de determinadas decisões governamentais, insere-se na vivência de um novo quadro societário e ideário, que avança das possibilidades e do contexto ideológico para o factual, das relações entre Estado e sociedade.

É um conceito, metodologia, discurso, estratégia e concepção, de cunho político e intelectual que “brotou como consciência do atraso e como busca de uma estratégia nacional para superá-lo: fenômeno, portanto, peculiar da própria América Latina” (FONSECA, 2015, p. 39). Esse atraso se metamorfoseou e ainda não foi superado, inclusive, tiveram questões agrupadas que impulsionaram a visibilidade do subdesenvolvimento, frente às disparidades e desigualdades existentes. Portanto, trata-se de um conceito ainda presente, com fugas e retomadas ao debate.

O desenvolvimentismo como dinâmica (por vezes contraditórias e díspares) das relações e trocas políticas, econômicas e sociais, inferiu – e infere – na formação dessas

estruturas. Teve seu status como centro de ação política, mas também seu “desuso” em meados dos anos 1980 e 1990, ressurgindo no debate e na interligação entre as políticas macroeconômicas diante das demandas sociais em novas terminologias⁷¹.

De tal modo, espera-se que se possa compreender que o conceito – as ressignificações atribuídas – ultrapassa os muros da política econômica, transcende nas complementariedades das estruturas históricas de cada tempo, e ao mesmo tempo, permanece na matriz que o consolidou. Dessa maneira, embora haja atualizações (teóricas e práticas) sobre o conceito,

Deve-se ponderar que os atributos do núcleo podem ser, pelo menos em parte, atualizados, sem alterá-lo. Por exemplo: embora os instrumentos e a extensão do intervencionismo sejam, nos dias atuais, diferentes do que era nas décadas de 1930 a 1980, o atributo “intervencionismo” continua presente, mesmo modificado. Pode também ser o caso do atributo “industrialização”, que possuía características muito próprias no período da substituição de importações, e que, por certo, deve ser atualizado em face das mudanças na economia internacional e no paradigma tecnológico das últimas décadas (FONSECA, 2015, p. 46).

A matriz está ligada diretamente à superação do subdesenvolvimento, conforme tratado anteriormente, considerando que “o subdesenvolvimento não é uma crença, um mito ou um discurso, mas sim, uma terrível realidade de fome, baixa escolaridade e pobreza” (KATZ, 2016, p. 264). Ainda, é inaceitável sermos um país moderno⁷², de riquezas naturais e estruturais convivendo lado a lado com intensidade presente da desigualdade social.

Torna-se não somente relevante, mas explicativo, refletir sobre essas “ressignificações” de conceito, inclusive pela forma de manutenção do próprio sistema capitalista. Frente à impossibilidade de um governo se manter apenas com a ideia de criar condições para a economia, na ilusão da autorregulação do mercado, causa-se diretamente o processo de exploração social (gerando baixos salários, redução de investimentos em educação, saúde, assistência...), em que, em determinado tempo, a estratégia e emergência de gerar um caráter redistributivo torna-se substancial. Ao dispor de maneira equilibrada o uso dos recursos econômicos à demanda social, ao contrário, gera-se e se mantém uma crise estrutural, insustentável ao próprio sistema.

⁷¹ Para aprofundamento, consultar: Bastos (2012); Carneiro (2012); Gonçalves (2012); Katz (2016);

⁷² “A crescente difusão de produtos modernos na América Latina não modifica em nada a precariedade do caráter tradicional das relações sociais em que esses objetos são inseridos. A modernidade de uma sociedade tem menos a ver com os objetos que nela se difundem do que com a modernidade das instituições e das relações a partir das quais se dá a concepção, a aquisição, a escolha e a avaliação da utilidade desses objetos” (FAJNZYLBBER, 2000, p. 884).

Ademais, “A estratégia desenvolvimentista e as práticas de política econômica correspondentes por meio do nacional-desenvolvimentismo sofreram sérios reveses após os anos 1980” (CARNEIRO, 2012, p. 765), em especial, sobre o rearranjo das forças políticas que sustentou o regime militar (1964-1985). A crítica ao desenvolvimentismo é construída concomitantemente ao processo final do período ditatorial, alinhado à redemocratização do país, com a reestruturação quanto a concepção de participação do Estado, que fez adentrar em uma nova perspectiva para o desenvolvimento socioeconômico do país, especificamente no governo Collor.

Outrossim, “Não é se ignorar que o desenvolvimentismo, tanto no Brasil como na maior parte dos países latino-americanos, não só conviveu com regimes autoritários e ditatoriais, mas neles encontrou ambiente propício para sua afirmação [...] (FONSECA, 2004, p. 15). Entre as décadas de 1930 e 1990, tivemos governos autoritários, mais racionais, ora mais democráticos, mas o que estava em modo contínuo era a industrialização. Existia um “pacto conservador”, havendo claramente interesses sobre esse aspecto, considerando-o a essência para o “desenvolvimento” econômico.

Pela lógica hegemônica do poder, Pedro Paulo Zahluth Bastos (2012) aborda que “muitas vezes, os mesmos grupos responsáveis por graves crises, ou parte deles, conseguem transformar em paladinos de propostas para superá-las, às vezes, aliando-se a grupos que lhes faziam oposição” (p. 779). Tal fato foi representativo na severa crise econômica da década de 1980, no desencadeamento do processo de redemocratização do país a partir de 1985 e na promulgação da Constituição Federal de 1988, que ensejou uma nova proposta ou, por assim dizer, uma reforma administrativa no âmbito do sistema de planejamento e orçamento federal, aumentando em tese a participação civil das decisões, por novos arranjos democráticos e pelo estímulo a descentralização no anseio que as novas concepções do período seriam propulsoras às lideranças territoriais ao desenvolvimento regional e local. Por outro lado, em decorrência dos moldes de distribuição de recursos aos Estados e municípios e da competência atribuída as instâncias subnacionais, a exemplo de investimentos em cunho social e educacional, os níveis de governo entram em sobreposições e conflitos.

Os novos rumos ao processo de descentralização, que se diferem perante as desencadeadas na década de 1960 com as superintendências regionais, associação dos municípios e os processos de regionalização evidenciados no primeiro capítulo desta dissertação, são delineados pela constituinte de 1988, sobretudo, em seu Art. 18º que delibera as diretrizes gerais da organização política e administrativa às reestruturações do território pela

criação, fusão ou incorporação dos entes federados (União, Estados, Distrito Federal e municípios).

Art.18 A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição. § 1º [...] § 2º Os Territórios Federais integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão regulados em lei complementar. § 3º Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar. § 4º A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios preservarão a continuidade e a unidade histórico-cultural do ambiente urbano, far-se-ão por lei estadual obedecida os requisitos previstos em lei complementar estadual, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações diretamente interessadas (BRASIL, 1988a, on-line).

As configurações do federalismo pós-constituição desencadearam uma expoente articulação na formação de novos municípios no território nacional (CAMARGO, 2004; NUNES; MATOS, 2019). A esse ponto não convém adentrar diretamente na temática, mas elencar algumas reflexões que, de certo modo, estarão tangenciando sobre as intermediações na esfera local do PAP, pelas conotações que envolvem o processo de descentralização e desenvolvimento, principalmente com a emancipação do território distrital de Santa Rosa, do município de Sombrio, antecessor a constituinte pelo plebiscito realizado em 18 de outubro de 1987.

A Lei Estadual nº 1.109, de 04 de janeiro de 1988 que cria o município de Santa Rosa, e o ato de desmembramento territorial datado em 17 de janeiro de 1991 que veio a intitular-se como Santa Rosa do Sul, refletiu a organização partidária e política que vinha sendo demarcada aos interesses locais, desde a década de 1970, como evidenciado no tópico “Um prisma sobre a formação distrital de Santa Rosa: o futuro território do Plano de Assentamento de Populações”, que representa os chamados “grupos funcionais”. Luiz Navarro de Britto (1986) os trata como a formação do espaço regional em seus comportamentos políticos insuflados de certo modo pela “descentralização local” ou a “descentralização federal”.

A premissa social da criação de novos municípios deflagra do processo de descentralização e percorre duas narrativas dicotômicas, afloradas pela hierarquização do poder de decisão. Uma pela potencialidade da aproximação dos munícipes, propiciando pela gestão territorial, decisão política, administrativa e financeira ao aplicar os recursos e receitas aos interesses locais, que em consequência tende a melhoria dos serviços públicos. Ainda, há uma

segunda que transcende às discussões que intensificam os desequilíbrios ao desenvolvimento regional e nacional (AMARAL FILHO, 1996; FAVERO, 2004; NUNES; MATOS, 2019).

Compactua-se com os estudos de Carlos Brandão (2012) em aspectos ao tocante da descentralização e do desenvolvimento local, sendo indispensável ressaltar a importância de um movimento que viesse a caminhar de antagônicas à convergentes, visto a capacidade de articular as multiescalaridades. Desencadeia-se, assim, ao processo de planejamento a longo prazo as questões estruturais ao desenvolvimento na reconstrução da escala nacional, sem perder de vista a importância das escalas intermediárias entre o local e o global, de modo a culminar em políticas de desenvolvimento nacional e regional. Rememora-se, também, o quanto essas políticas e intervenções estatais inferem na formação e transformação socioespacial (BRANDÃO, 2012; ARAUJO, 2007).

Do ponto de vista constitucional, o federalismo instituído permitia um caráter de atuação conjunta entre os três níveis políticos de poder, favorecendo o processo de intervenção e elaboração de políticas ao desenvolvimento em pilares de flexibilidade, autonomia e cooperação (RODRIGUES; MOSCARELLI, 2015). O desencadeamento da distribuição de responsabilidades e coparticipações administrativas entre os entes federados não afastou a continuidade de centralização dos recursos na esfera federal, colocando em debate a autonomia relativa e hierárquica ao poder de decisão local e regional, frente à autoridade regulatória em termos financeiros persistente no âmbito da União.

As tendências de um novo paradigma político e econômico presentes no neoliberalismo estimularam a inserção do país no que Tania Bacelar de Araujo (1999)⁷³ classifica como os movimentos às novas formas de funcionamento da economia mundial, que internamente reduzem a intervenção estatal e alteram a dinâmica pela descentralização político-administrativa, desencadeando uma emergência quanto a responsabilização da tomada decisória, visto a prevalência do localismo – dentro das possibilidades de autonomias relativas (financeiras e políticas) – ao desenvolvimento socioeconômico. Em outras palavras, o que se estabelece aos novos moldes do federalismo (entre o ideário do federalismo cooperativo e real federalismo competitivo) é um “retrocesso de recentralização de receitas na esfera federal” (BERCOVICCI, 2003, p. 157), agravado pela ausência de uma política de coordenação federal

⁷³ A autora classifica três movimentos a esta inserção: a emergência da globalização; a reestruturação produtiva na formação de blocos econômicos flexíveis em novos setores dinâmicos da econômica frente o “paradigma microeletrônico” e o processo de financeirização da riqueza.

que deriva de uma fragmentação ao desenvolvimento, que de fato venha atender as demandas socioeconômicas e infraestruturais da população (BERCOVICCI, 2003; ARRETCHE, 2002).

Ao tratarmos de desenvolvimento e definirmos sua escala de análise e de atuações nas estruturas (sociais, políticas e econômicas), torna-se possível identificar as capacidades das complexas hierarquias intrarregionais e as dependências externas, a exemplo dos comandos e instrumentos políticos e macroeconômicos estarem em escalas espaciais distintas do “paradigma localista” construído. A esse respeito, Carlos Brandão, Eduardo José Monteiro da Costa e Maria Abadia da Silva Alves (2006) apontam que a abordagem “localista” percorre um caminho tênue e negligente quanto “[...] a política, os conflitos, a dinâmica das classes sociais, o papel da ação estatal, em suma, a nação e o espaço nacional” (2006, p. 196).

A partir do assinalado pelos autores, é inquestionável que o desenvolvimento local tem suas especificidades e potencialidades territoriais, assim como seus limites de atuação e articulação, principalmente da governança das diversas articulações e arranjos institucionais provenientes após as reformas liberalizantes dos anos 90. Mesmo estando aparentemente no caminho oposto da descrença do planejamento e da deterioração da capacidade de financiamento estatal, o subprojeto do Banhado do Sombrio e suas áreas pilotos, principalmente o PAP, não ficaram ilesos com a estagnação da instabilidade política e financeira do período, agravando-se pela reforma neoliberal de Collor, em 1990, que veio a eleger-se com o discurso de “atacar” a corrupção que assolava o país e, com isso, buscar reduzir a máquina estatal e implantar o Estado mínimo por meio da desestatização e da racionalização do setor público, ações que rompem com as estruturas e propostas de planejamento nacional.

As medidas liberalizantes da economia, nos “Anos 1990, tempos em que a ofensiva política neoliberal prometia abundância de financiamento externo aos países (ditos ‘emergentes’) que aderissem ao Consenso de Washington” (BASTOS, 2003, p. 257), o qual consistia-se em um “programa ortodoxo de estabilização monetária acompanhado por um pacote de reformas estruturais ou institucionais que se propôs, explicitamente, a desmontagem do modelo desenvolvimentista [...]” (FIORI, 2001, p. 283). A partir de então, trouxe o desenvolvimento nacional baseado na redução da máquina pública – apostando na desestatização –, incluindo extinção de autarquias e empresas estatais, e/ou privatizações⁷⁴, restrição das atuações das funções do Estado, onde o paradigma central está na crença de que o

⁷⁴ Existe um custo nas privatizações que pouco se fala, que são os sociais, trazendo consigo todos os elementos decorrentes, por exemplo, do desemprego ou baixos salários, um crescimento econômico nem tão acentuado como a ascensão das desigualdades sociais.

mercado conseguirá ser capaz de resolver os problemas econômicos e, assim, estabilizar as conjunturas sociais.

As políticas deliberadas pelo Consenso do Washington, proclamadas pelos países desenvolvidos, renegam as estratégias de desenvolvimento (a exemplo das pautadas nas bases teóricas de Myrdal, Perroux, Hirschman), as quais serviram para saírem do cenário de países periféricos e subdesenvolvidos, como apontado por Há-Joon Chang (2004), ao alcançarem o patamar do desenvolvimento, “chutam a escada” pela qual subiram ao topo. Em virtude dessa nova estratégia de redução orçamentária, a base técnica e operacional do planejamento é debilitada. Entre os rearranjos de atos normativos e medidas provisórias do primeiro trimestre do governo institui-se a MP 150/1990, que criava a Secretaria de Desenvolvimento Regional, vinculando-se a uma Subsecretaria de Desenvolvimento Regional da Região Sul, “Que na prática, redundaria na manutenção da Superintendência do Desenvolvimento Regional da Região Sul, estabelecendo onerosa, duplicidade de funções com a Secretaria do Desenvolvimento Regional” (BRASIL, 1990c, n.p).

A essa subsecretaria foram transferidas as atribuições, os acervos, as receitas e as dotações orçamentárias revelando sem justificativa aparente a continuidade da SUDESUL, que posteriormente levou a dois movimentos: promulgação da Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990, que entre outras deliberações instituiu a Secretaria do Desenvolvimento Regional⁷⁵, em substituição ao Ministério do Interior; e a Lei nº 8.029 de mesma data, como já apontado, que desencadeou o Decreto nº 99.240, de 7 de maio de 1990, que efetivou a extinção da autarquia. As tratativas dos projetos, planos e programas que estavam vinculadas à SUDESUL, mesmo sendo subdelegados a uma subsecretaria regional, tiveram suas paralizações sem nenhuma fiscalização da situação atuante e dimensionamento das consequências frente a esse ato, como assinalado em entrevista com ex-servidor da SUDESUL de modo repentino e agravado pelas inconclusas obras, a exemplo de canais em que faltavam menos de 200 a 400 metros para serem totalmente concluídos na viabilidade das áreas do assentamento.

O projeto desde 1978 esteve muito forte na região. De 1981 até quando o Collor de Melo entrou, nunca houve um dia de paralisação nas obras. Houve e muitas dificuldades, quanto orçamento, empenho dos contratos e rearranjos entre as prioridades. Mas nada comparado com a sensação de impotência da ordem que veio após o segundo trimestre de 1990. Simplesmente veio uma ordem pra nós aqui [no escritório do Morro do Bino] de tarde, dizendo: a partir de amanhã, ninguém mais liga

⁷⁵ Pelo Decreto 99.180, de 15 de março de 1990, e o Decreto 99.244, de 10 de maio do mesmo ano, atribuiu a competência direta em promover a articulação dos órgãos e entidades de desenvolvimento regional, com vistas a examinar, discutir e implementar programas comuns às respectivas áreas de atuação (BRASIL, 1991b).

nenhuma máquina. Foi um baque! [pausa] Foi assim, de vereda. E assim que extinguiu a SUDESUL o projeto do Sombrio e principalmente a presença forte do Estado no assentamento. Daí assim: a SUDESUL foi extinta e foi criada uma secretaria regional, que no caso atou diretamente a responsabilidade quanto a redistribuição dos servidores, pois os serviços em campo dos projetos não houve nenhuma deliberação a continuidade (E4, 2021).

Segundo Brandão (2012), durante as décadas de 1980 e 1990, o papel decisivo desenvolvimentista do Estado teve sua desarticulação em virtude do colapso econômico, sem perspectiva de crescimento e desenvolvimento. Também houve em virtude do colapso social, por ausência de integração coletiva e popular, e político, “sem soberania”. No quesito espaços construídos, estes deixaram sua herança e experiência e marcaram a história econômica em infraestruturas ociosas, ou cicatrizes pela negação social (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

Nesse cenário, especialmente pela extinção da Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL) e o Departamento de Obras e Saneamento (DNOS), tendo o prazo de vigência expirado dos acordos firmados relativos ao Subprojeto do Banhado Sombrio, ocorrem os distratos de todos os demais acordos e convênios, entre as partes envolvidas no subprojeto. Em decorrência, os trabalhos nas áreas e o atendimento às famílias assentadas tiveram dificuldades de continuidades. Portanto, como efeito, houve a paralisação do subprojeto Sombrio e a demarcação do conjunto de fatos e de conjunturas que se estabelecem ao início da terceira periodização da trajetória do PAP.

O Decreto nº 79, de 5 de abril de 1991, estabelece, entre outras diretrizes da estrutura regimental da Secretaria de Desenvolvimento Regional que assumiu os planos, programas, projetos e orçamentos vinculados à SUDESUL e à SUDECO (extinta no período), “[...] planejar, coordenar, supervisionar e controlar a ação dos órgãos e entidades federais que atuem em programas e projetos de desenvolvimento regional; articular-se com órgãos congêneres dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios” (BRASIL, 1991a, on-line), sob coordenação direta da Presidência da República. As atribuições foram posteriormente delegadas pela Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992, ao substituir a então secretaria pelo Ministério da Integração Regional.

Em consonância com a Constituição Federal de 1988, quanto a premissa de promoção do equilíbrio ao desenvolvimento nacional de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, em 1991, elaborou-se proposta ao I Plano de Desenvolvimento da Região Sul (PDRS). A partir disso, nas tendências as novas configurações socioeconômicas estava a de propiciar o “[...] despertar as reações da sociedade e a sua vontade de participar na elaboração e implementação do Plano de Desenvolvimento Regional”

(BRASIL, 1991b, n.p). Assim, enfatiza-se a relevância das “forças internas” e da gestão quanto as “vocações” e “possibilidades de bons empreendimentos” locais e regionais, a partir da participação de diversos segmentos da sociedade que dinamizam o processo de desenvolvimento. Levam-se em conta dois pontos sincronizados, o primeiro que destacamos é a fala do presidente Fernando Collor que expressa a necessidade de dinamismo social em prol das transformações na consciência das limitações estatais,

O Estado não pode tudo. É imperioso que a sociedade adquira uma atividade proativa para o desenvolvimento regional. É preciso que a sociedade assuma uma atitude desenvolvimentista e abandone a postura passiva indiferente às transformações que estão ocorrendo no limiar da mudança para o século 21 (BRASIL, 1991b, n.p).

Seguido pelo princípio das diretrizes de ação do então governo, perante a urgência da modernização do país ao crescimento econômico e as competências de gestão de investimentos, o

Estado Moderno não pode mais exercer uma política paternalista e centralizadora, até porque a Constituição de 1998 limitou, mais ainda a disponibilidade de recursos administrados pelo Governo Federal, transferindo-os para os estados e municípios (BRASIL, 1991b, n.p).

Nesse aspecto, o debate ressalta os limites e as possibilidades da transição em aspectos teóricos e políticos do processo de intermediações ao desenvolvimento pelas relações horizontais entre os entes federados. Referimo-nos aos modelos centralizado (*top down*) e à concepção *bottom up*, de reestruturação descentralizada, que inferem nas dinâmicas sociais e estruturas produtivas nas diferentes esferas. Sobre esses aspectos, o aporte teórico explanado por Paulo Roberto Haddad (1985), Octavio Ianni (1996, 2000), Tania Bacelar de Araújo (1999), Wilson Cano, (2008), Clélio Campolina Diniz, (2013), Fernando Cezar de Macedo e Leonardo Porto (2018) apontam os movimentos e perigos destes modelos, que remontam os momentos e movimentos históricos das interferências do Estado, correlacionadas a um contexto teórico, a condições políticas e econômicas do país e seu ordenamento territorial, as quais percorreram e direcionaram períodos do avanço, como do enfraquecimento das estratégias governamentais ao planejamento regional.

Nesse sentido, a premissa da formação do espaço perpassa ao estabelecimento de estratégias que se consolidem em políticas (setoriais, territoriais, sociais focalizadas ou universalizadas) conduzidas pelo Estado em trocas relacionais com as forças propulsoras no território. Em termos operacionais, ainda em 1985, Paulo Roberto Haddad salientava que as

“formulações do neoliberalismo implicam que, para restabelecer a ‘liberdade de escolha’ dos cidadãos, é preciso reduzir a intervenção do Estado na economia [...] diminuindo gastos com programas e projetos governamentais” (HADDAD, 1985, p. 5).

Dessa forma, as novas proposituras ao desenvolvimento regional intensificam a cooperação de instituições que compactuam com interesses comuns, a fim de definir planos de ações, reforçar as relações inter-regionais, estimular setores tidos com certa diferenciação local, valorizar elementos endógenos (AMARAL FILHO, 1996; BRANDÃO, 2012), tendo ao desenvolvimento local a proximidade com as potencialidades, oportunidades e especificidades do território. Também se tem o risco de caminhar a um horizonte contraditório ao ideário da redemocratização e da justiça social, por ser provável e possível centralizar localmente as participações, decisões e transformações em núcleos políticos e econômicos hegemônicos.

No que tange ao planejamento estatal como estratégia de intervenção na estrutura territorial do espaço (re)construído, a insurgência está em atos que ultrapassem a unidimensionalidade do poder, centrado na ação do Estado e na constituição de território caracterizado como setorial e produtivo. Desse modo, supera-se o debate que desconsidera a autonomia e influência do Estado, do sistema de governo e da própria conjuntura que se forma a questão regional. Com isso, na prática, detecta-se o caráter político das tomadas de decisões e as características espaciais, econômicas, sociais e políticas tanto no âmbito das demandas quanto no das potencialidades.

Portanto, é fundamental que o planejamento e as políticas regionais estejam sobre bases organizadas em dimensões técnicas, institucionais e de suporte de controle e execução, mas que contemplem, principalmente, os vínculos multiculturais e sociopolíticos do território. De tal forma, espera-se que se reconheça que as ressignificações do espaço ocorrem pelas trocas recíprocas e contraditórias, que inferem na dinâmica das estruturas – sociais, produtivas, econômicas, políticas – e que estas também são mecanismos de impacto ao espaço regional, ou seja, a presença de autonomia, mas também de dependência dessas relações, consubstancia em distintos períodos históricos e constroem os traços desiguais e identitários presentes. A questão desafiadora está sumariamente apresentada por Clélio Campolina Diniz, a qual tangencia em

[...] superar a clássica visão de políticas de cima para baixo (*top down*), desconhecendo a legitimidade política, a importância e a força dos agentes locais. Por outro lado, deve também ser superada a concepção vigente durante o auge “neoliberal” das políticas locais (*bottom up*) como capazes de resolver todos os problemas, desconhecendo os determinantes macroeconômicos ou políticos das escalas nacional e internacional (DINIZ, 2013, p. 6).

Entre as múltiplas facetas e dimensões dos efeitos da redução do papel do Estado e das instituições regulamentadoras, há de se destacar de modo positivo, dentre as mudanças e readequações, a sustentação das estruturas econômicas, o reconhecimento social deste novo período. Partindo disso, no entendimento de Terezinha Marcon (2009) devem ser contemplados como elementos essenciais na compreensão dos novos estímulos de trocas relacionais, nas discussões e perspectivas atuais ao processo de regionalização, das dinâmicas locais e das ações dos agentes sociais.

Acresce a essas ocorrências a presença dos novos movimentos sociais cujos atores vão influenciar no processo de retorno à democracia política, atuar na criação de territorialidades e na aprovação de demandas sociais pós Constituição de 1988. A descentralização de competências e poderes a Estados e Municípios permitirá o estabelecimento de ações e estratégias envolvendo, além do Estado, a sociedade civil organizada e o poder privado, na construção regional [...] (MARCON, 2009, p. 161).

O planejamento e desenvolvimento tomam horizontes, além dos planos estabelecidos em escalas de poder superiores na centralidade da burocracia técnica, limitados aos eixos setoriais das atividades econômicas, visto que tendem a criar movimentos locais e inter-regionais a resistir – dentro das possibilidades – às condicionantes construídas em períodos antecedentes e às discontinuidades políticas, institucionais e administrativas nos espaços. Em vista disso, o processo da regionalização evidencia os traços espaciais pelos sujeitos presentes nas estruturas socioculturais, nas conjunturas políticas e produtivas, que em seu conjunto, em tempo, revelam as rupturas e também as permanências. Desse modo, tem-se suas conexões com um pólo, um centro, um local dominante, em que, pela essencialidade movida pelo capitalismo, em algum momento, é visto como estratégico – gerador de riqueza – e então assumirá visibilidade (BRAUDEL, 1995). Portanto, para além dos recortes e estratégias regionais estabelecidos, resulta em processos de estruturas históricas construídas e (re)significadas durante o tempo.

Cria-se, portanto, a dimensão de região na escala da territorialidade, na caracterização das estruturas presentes no espaço regional, remetendo ao diálogo já tratado sobre a presença de tensões políticas e econômicas inerentes ao planejamento. Nessa conjuntura é que o conceito de região⁷⁶ se (re)significa com o tempo e o espaço no processo de (re)estruturação econômica, política e sociocultural.

⁷⁶ Segundo Sergio Schneider em seu estudo “A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas” (2004), o desgaste quanto ao poder explicativo do temário região está atrelado ao ideário liberal, influenciando no esvaziamento da capacidade de intervenção macroeconômica e macrossocial do Estado ao desenvolvimento e planejamento regional.

Apesar das tratativas à problemática regional estarem na constituinte, são distintos os estudos (BERCOVICI, 2003; CHAGAS, 2011; SILVA, 2007; THÉRY; MELLO, 2009) que apresentam a experiência brasileira da década de 1990 até a implementação do Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) em meados da década de 2000, como um esvaziamento ao planejamento regional frente a centralidade territorial localista e consubstanciado pelos Planos Plurianuais (PPAs). Ainda, após ao PNDR permea-se um desenvolvimento questionável.

A partir dos anos 90, no Brasil, o conceito e o contexto de território, espaço e região, ganha novos contornos e paradigmas para conceituá-los e, assim, defini-los. A esse respeito, o trabalho intitulado “A abordagem sobre o território em autores da geografia brasileira: mutações de um conceito”, de autoria do Prof. Dr. Lucas Labigalini Fuini (2018), apresenta em perspectiva teórica e histórica as transformações conceituais, apontando em síntese a importância das reformulações não apenas na escala conceitual, mas o reflexo na prática dos modos e constituições territoriais, no qual traz em suas considerações que

É preciso pontuar que nos estudos territoriais consultados a conceituação ganha novas dimensões além da perspectiva político-histórica, incorporando cada vez mais os fatores econômicos (produtivos e institucionais); e culturais (imateriais, simbólicos e ideológicos), que representam uma transição importante da concepção de território, como espaço fixo e material, para concepções que valorizam a pluralidade e multiescalaridades das formas de apropriação do espaço, considerando as territorialidades e dimensões relacionais (FUINI, 2018, p. 47).

A questão está no movimento de transformações sobre aspectos de ordem de cada categoria, espaço e tempo, assim como a partir das interlocuções entre arcabouço teórico e das abordagens empíricas, haja vista que a forma de apropriação e gestão externalizam as relações de poder. Dessa maneira, define-se a escala sócio espacial, distanciando-se das interpretações pautadas apenas dos aspectos mercadológicos e econômicos.

Abramovay (2000) aponta a importância das condições das estruturas sociais, instituições de apoio em seus modos de atuação, a fim de facilitar a inserção do capital social de um determinado território, de tal modo, a considerá-lo não apenas como um espaço geográfico, mas sim uma extensão territorial apropriada e usada, como “o chão da população, isto é, sua identidade, o fato e o sentimento de pertencer aquilo que nos pertence” (SANTOS, 2000, p. 96). O território é a base do trabalho, da residência das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais influi. Desse modo se faz perceptível a relevância em analisar diferentes peculiaridades dentro de determinada região, para que então se proporcionem ações justas para o desenvolvimento integral. Tal questão é bem tratada por Diniz (2013), visto a dinâmica da

questão regional no aporte teórico que refletem nas ações e integrações, perpassam a noção de causa e efeito e trazem o contexto inserido, de modo que,

Em primeiro lugar, é preciso superar a visão tradicional de que a região é apenas um recorte do território, cujas características são refletidas por diferentes indicadores naturais, econômicos e sociais. Embora esses indicadores sejam fundamentais para se caracterizar o território, eles não são suficientes para entendê-lo, e nele atuar e agir. Além dos atributos e diferenças refletidas nos indicadores naturais, econômicos e sociais, o território contém história e cultura e, portanto, identidade política, o que dá aos seus habitantes a ideia de pertencimento (DINIZ, 2013, p. 6).

O desafio é contínuo, atemporal e tem seus limites. Entre as discussões nem sempre consensuais, opta-se por tratar, em termo teórico e encaminhamentos de ações, o desenvolvimento regional alinhado às escalas locais, regionais e nacionais (BRANDÃO, 2012), com um planejamento e uma política regional ativa, que não seja ditada apenas pela lógica do mercado, mas esteja integrada a um plano nacional de desenvolvimento (ARAÚJO, 1999), promovendo combinações relacionais e dinâmicas em suas estruturas sociais, econômicas, geopolíticas (BRITTO, 1986; SANTOS, 2004; SAQUET, 2009), que são imprescindíveis e urgentes.

De tal modo, espera-se que se estabeleçam aproximações com as estruturas que permanecem, mesmo com as (des)continuidades e (de)centralizações políticas e administrativas, visando a minimização das desigualdades sociais, da problemática regional e potencializando a integração nacional. Para tal, exige-se uma contínua e complexa integração de ações em diferentes entes institucionais e agentes públicos e sociais nas três esferas.

Como salientam Sérgio Boisier (2000) e Tania Bacelar Araújo (1999, 2013), as conjunturas ao desenvolvimento de uma política regional percorrem vetores que tenham, em sua essência, a descentralização política, a capacidade de gestão do ordenamento territorial em prol do crescimento e desenvolvimento nacional, em uma articulação e consciência das especificidades regionais, em um plano estratégico de médio e longo prazo traçado entre o equilíbrio econômico e social. Desse modo, acredita-se que as iniciativas se afastem do fragmentário, que evitem que cada um (local, regional, nacional) percorra suas prioridades e seu curso, a fim de impulsionar decisões convergentes em prol de reformas estruturais (transformações no padrão de produção e na estrutura social) ao desenvolvimento regional e não apenas aos eixos modernizantes datados.

Assim, "articular horizontalmente os atores institucionais de uma mesma região e integrar verticalmente as diferentes escalas político-administrativas" (BRANDÃO, 2012, p.

209), remonta o debate aos diferentes cenários, do planejamento e questão regional, que culminam em estruturas gerais ou específicas frente às suas singularidades, espacialmente distribuídas e integradas (HILHORST, 1973). Por sua vez, revelam concepções sobre o sistema de planejamento que podem produzir de modo positivo a ruptura do centralismo, mas também entraves dos governos locais em ações desconectadas, com o Estado-nação, refletindo em contingências e limitações.

As tendências ao planejamento regional produziram uma riqueza de prismas interdisciplinares sobre o marco territorial, suas multidimensionalidades e apropriações sociais no espaço cotidiano. Como assinala Milton Santos, por intermédio do cotidiano o tempo e o espaço revelam as múltiplas e infinitas perspectivas.

A esse contexto explora-se a confluência do tempo e do espaço na construção das transformações das vivências locais, dos espaços econômicos, institucionais e suas intencionalidades e intensidades de relações estabelecidas em novos – e alguns nem tão novos – elos, pela construção de uma cultura democrática, que também evidencia as dependências, graus de autonomia e a vulnerabilidade perante as rupturas institucionais e de presença estatal. Nessa perspectiva é que se delimitou o terceiro período do Plano de Assentamento de Populações (PAP) e que deriva a análise dos movimentos relacionais das famílias às vivências coletivas pela organização social e das intermediações institucionais no contexto objetivo em que está inserido esse território.

4.1.1 Posição das obras quando paralisadas e as conjunturas produtivas da comunidade assentada

Com o processo de extinção da Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul, expira-se o prazo de vigência do Acordo nº 04/76 e seus aditivos seguintes datados em 1986, em decorrência da infraestrutura e patrimônio contido no Morro do Bino, localizado na área do subprojeto do Banhado do Sombrio no município de Santa Rosa do Sul/SC, dos decorrentes recursos oriundos do governo Federal ao PAP e ao PPDI, e das incompletas desapropriações das terras e das ações quanto aos ajustes físicos, especialmente no território do assentamento. No segundo semestre de 1990, o inventariante da autarquia em extinção propõe a elaboração de um instrumento que consubstancie o Estado de Santa Catarina na continuidade aos trabalhos executados pela SUDESUL, na implantação do Subprojeto do Banhado do Sombrio e, assim, na autorização e responsabilização para uso das áreas desapropriadas com a implantação do PAP e do núcleo agropecuário.

Este instrumento jurídico e contratual desencadeou múltiplos acordos de cooperação técnica, os quais revelam as instituições regionais que se inseriram no território e as estratégias frente à situação do subprojeto Sombrio, após a extinção da SUDESUL. Da mesma maneira, desvincula-se a atuação da ACARESC, a qual teve sua fusão institucional pela reforma administrativa do Estado de Santa Catarina, ocorrida em 1990. Em 1991 constituiu-se a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Difusão de Tecnologia de Santa Catarina e, a partir de 1995, a Empresa de Pesquisa Agropecuária e de Extensão Rural de Santa Catarina – EPAGRI, estando as atribuições da antiga ACARESC transferidas ao conjunto de articulações interinstitucionais que se firmaram posteriormente.

Em agosto de 1991, uma Comissão Interinstitucional⁷⁷ fez o levantamento da situação e propôs medidas – cheias de intencionalidades, contudo, ausentes de base orçamentária que as posições físicas e financeiras das obras exigiam – para resolver os problemas decorrentes da paralisação das obras e da interrupção dos trabalhos de organização das atividades dos assentados do PAP.

Os relatórios internos constam que na oportunidade estavam assentadas 61 famílias agricultoras, sendo 43 residentes na Agrovila e 18 cultivando áreas do assentamento, porém,

⁷⁷ Nos documentos internos da extinta SUDESUL não é possível evidenciar os membros da respectiva Comissão Interinstitucional. Contudo, há indícios de tratar-se de servidores ligados à Secretaria de Desenvolvimento Regional de Santa Catarina e ao Ministério de Integração Regional, constituídos no período.

residentes fora do perímetro. Os documentos reconhecem o assentamento pelo topônimo de Vila Nova, assim como destacam a organização comunitária que ocorreu no ano de 1990 com a criação da Associação de Desenvolvimento Comunitário Vila Nova.

Na comunidade assentada, até então conhecida popularmente como “Banhadão”, “Sapolândia”, “Sudesul” e/ou “Boa Esperança”, com a criação da associação no segundo trimestre de 1990 e com seu registro em agosto do mesmo ano, consolida-se a terminologia Vila Nova no município e na região. Convém ressaltar que, após a movimentação dos assentados retratada no segundo período do PAP, com a articulação para equipar a escolinha de primeiro grau, a associação é o segundo principal marco de organização comunitária do PAP. Evidencia-se, dessa forma, significativa importância quanto a visibilidade da agrovila perante os agentes e as instituições públicas presentes na trajetória do assentamento.

No que se refere às infraestruturas contidas nos projetos executivos ao PAP, as vias de acesso aos lotes rurais não haviam sido concluídas e as existentes necessitavam de manutenção. O sistema de macrodrenagem, além de incompleto, encontrava-se assoreado em vários trechos, comprometendo ainda mais a sua eficiência. Parte da área do assentamento continuava sujeita às enchentes pela falta de diques de contenção. As ausências de ajustes físicos territoriais, que viabilizariam minimamente a cadeia produtiva de subsistência, transformaram a esperança de novas oportunidades em descrédito e insegurança quanto as condições futuras do assentamento

Era um sonho né, quando o pai falou: nos vamo ir lá naquela comunidade, daí a gente vai melhorar de vida, ter um pedaço de terra, foi uma alegria só. Mas quando chegamos foi muita dificuldade e depois no início dos anos noventa, nossa! Daí sim, não foi nada daquilo que a gente imaginou que seria, porque o abandono com nós foi grande e as condições dos terrenos não dava condições pra gente ter expectativa (E9, 2021).

Ademais, existia uma visão – legítima –, pelas famílias, de responsabilização do Estado, pois, ao incluí-las ao PAP, minimamente, as diretrizes divulgadas ao projeto, junto às secretarias de agricultura municipais e a ACARESC, que motivaram a ida das famílias, deveriam ser cumpridas: “Eles trouxeram a gente. Nos por exemplo, assim: a SUDESUL na época né, foi lá com o caçambão, com a caçamba né, coloquemos a mudança encima e arriaram aqui em casa” (E7, 2021). As dificuldades que perpetuaram, desde a chegada ao PAP, posteriormente, com a descontinuidade dos trabalhos e da presença do Estado na área do subprojeto, geraram um sentimento de abandono frente às limitações produtivas e, assim, de sobrevivência, junto ao assentamento:

Então, o povo foi desacreditando, foi desacreditando, e foi um projeto que foi colocado aqui para o governo da assistência, tinha, o projeto era para fazer toda a limpeza do terreno com água irrigada para plantio. E nunca aconteceu, simplesmente o governo abandonou, abandonou na época, abandonou todo mundo aqui. E sobreviveu quem não tinha outra oportunidade, porque quem pôde foi embora depois de um tempo (E3, 2021).

Nesse período, após extinção da SUDESUL, as faces desiguais dos lotes produtivos, já evidenciadas no momento da distribuição dos mesmos, ficaram ainda mais evidentes. O predomínio das terras férteis era incontestável, contudo, o que alterava sua viabilidade produtiva eram as condições dos canais de macrodrenagem das áreas, que a cada enchente ou subida da maré assolavam a produção.

Terra boa, nos primeiros anos o que colocava encima dava colheita. Porque é uma terra, turfa, terra preta, fértil, produzia, mas não podia máquina encima. Era só no braço, assim que colocava máquina, acabou o terreno. Mas colocar máquina a gente não colocava, até porque não tinha [risos]. O que era incontrolável era as enchentes. Uma vez nos tinha milho, feijão, mas era bastante roça. E deu uma enchente muito grande que a maré subiu tanto que matou tudo que tinha, e estragou a terra de tal grau que até hoje não veio mais nada. E a água com sal veio com tudo (E10, 2021).

Em anos que o regime hídrico estava equilibrado, a safra produtiva era certa, em alguns terrenos. No entanto, a dificuldade retratada estava na comercialização dos produtos.

Seu [obstrução], teve um ano que plantou repolho e tomate. Ali logo nos primeiros anos, produziu que tá louco. Claro, os anos que não deu enchente, produziu que foi um absurdo, ele fez acerto com um pessoal de Três Cachoeiras para pegar, só que não vieram buscar nenhuma vez. Ele andava de carro de boi, cheio de saco de tomate e repolho para quem quisesse. Dava para criação, não tinha pra quem vender, pra aonde levar. Não tinha como escoar a produção perdeu tudo (E4, 2021).

Diante desse cenário, reitera-se que a renda central dos primeiros anos de assentamento estava sob a extração de madeira, situação evidenciada também no parecer da comissão interinstitucional como “desmatamento indiscriminado nos lotes”. Dentro desse quadro, nos lotes que os canais de macrodrenagem estavam prontos, a falta de pesquisa e de assistência técnica, a baixa capacidade de investimentos e a falta de acesso a linhas de crédito inviabilizavam as atividades agropecuárias dos assentados.

O que faltou foi a presença das autoridades né. A assistência técnica do Estado né, desenvolvendo junto de nós. Ajudando, como que tem que fazer as coisas né. Assim decerto seria visto que era muita e pouca água pra trabalhar. Só que isso aí [assistência técnica] não veio né. E daí, que nem nós, fiquemo, porque a gente como já diz o outro: a gente já é ruim de se mudar, somo teimoso, então, vamo ficar aqui. E outra coisa: a

gente foi de atrás né de outro tipo de serviço. Mas teve gente, que não teve essa pegada, ou oportunidade. E daí, o que deu: como a maioria [nos terrenos] era mato né, então quem pegou, tirou aquele mato, pegou aquele dinheiro, terminou aquilo ali, daí não tinha ninguém para orientar ele né, foi embora. Porque você sabe que tem gente que diz que é da roça, mas ele sempre foi trabalhador na terra do outro e então outro sempre que mandava. O outro sempre que dizia como tinha que fazer, então no momento que ele teve que enfrentar sozinho, como ele não teve assistência técnica, que tinha que vim do Estado no caso né, ele ficou perdido. E não foi, não andou [...] voltou a trabalhar lá na propriedade do outro (E7, 2021).

Entre as problemáticas estruturais, os documentos davam destaque ao saneamento básico precário na Agrovila, com a ausência de água encanada, em situações que causavam problemas de saúde aos assentados. Convém lembrar que, desde as primeiras tratativas ao PAP, a centralidade estava no eixo produtivo e econômico, que também foram os enfoques dos relatórios emitidos em 1991. Visando a “plena eficiência” das obras das barragens do Rio Leão e do Rio Bonito, mesmo esta segunda tendo sido reconhecida como concluída, a falta de manutenção das obras e a ocorrência de intempéries climáticas frequentes na região (fortes ventos e dias intensos de chuvas locais) trouxeram sérios danos às infraestruturas.

Nesse cenário a execução de serviços diretos nas barragens, como a revisão dos sistemas hidromecânico e de drenagem, e também nos perímetros todos que incluíam os canais de macrodrenagem e irrigação, com a execução de limpeza, a recuperação de rede de energia e os revestimentos de estradas, ligando as duas barragens e os setores do PPDI e do PAP, eram considerados indispensáveis e prioritários.

Com a barragem do Rio Bonito tida como concluída em 1989, mesmo de modo incipiente, entrou em operação em caráter provisório a partir da safra de 1990, sendo operada por servidores vinculados a Secretaria de Desenvolvimento Regional, posteriormente ao Ministério da Integração Regional. Atuava-se na laminação da onda de cheia e na irrigação das propriedades com rizicultura, apenas as constituídas na área do PPDI. Em decorrência da não conclusão de alguns canais de irrigação (especialmente o CI-1), a função de abastecimento da água para irrigação e até mesmo para consumo (animal e humano) não ocorria no Plano de Assentamento de Populações e na Escola Agrotécnica Federal de Sombrio, na área circunvizinha, onde localiza-se o reservatório de água central ao assentamento.

A estimativa realizada em 1991 era de que, com o término dessas obras, dever-se-ia haver um incremento de mais de 30% na produtividade de arroz irrigado e a incorporação de 2.100ha na área cultivada, beneficiando cerca de 170 pessoas, com o aumento de produção superior a 300 mil sacas ao ano. Essa estimativa estava sob o horizonte do PPDI e de beneficiar

diretamente os municípios que contemplavam o Subprojeto do Banhado do Sombrio, não especificamente o PAP.

No mesmo ano, encontrava-se no pátio do Morro do Bino um conjunto de 21 máquinas (tratores de esteira, tratores agrícolas, caminhões e veículos) que, posteriormente, em 1993, pelo Acordo de Cooperação Técnica nº 39/SDR/MIR/93 entre o Ministério da Integração Regional e a AMESC, estabeleceu-se mediante termo de entrega provisória⁷⁸, para uso durante sua vigência (15/10/1993 a 27/10/1995), os equipamentos pertencentes ao subprojeto Sombrio. Distribuíram-se os equipamentos entre as prefeituras dos cinco municípios pertencentes ao subprojeto. Com isso, o acordo visava a execução das obras de macrodrenagem, irrigação e melhoria do sistema viário na região da AMESC.

A partir do ano de 1993, constata-se, no acervo documental como pelas entrevistas realizadas, a presença significativa de instituições ao território do subprojeto, que conduziu a um diagnóstico mais preciso da situação, tanto dos setores pilotos paralisados como da infraestrutura da projetada Escola Agrotécnica Federal de Sombrio.

Em termos institucionais e operacionais, todos os trabalhos foram paralisados: barragem parou, parou drenagem, tudo que estava acontecendo em quase uma década, simplesmente parou no tempo. Ficou aproximadamente cinco anos parado. Para depois começar de novo mexer em alguma coisa, daí teve máquina que ficou apodrecendo no banhado, algumas eram de empreiteiras outras da própria autarquia. Até a UNISUL vir, tudo ficou estagnado. Devagarinho começaram a mexer os pauzinhos. Daí a escola [EAFS] também já começou a funcionar, mais próximo de 1994 (E4, 2021).

A somar-se ao exposto até o momento, a seguir, trataremos de compreender as conexões entre o PAP e a criação/reativação da Escola Agrotécnica Federal de Sombrio, analisando as discontinuidades e permanências de estruturas atemporais pelas relações interinstitucionais estabelecidas com a comunidade procedente do PAP.

4.1.2 As intenções e oportunidades da implementação da Escola Agrotécnica Federal de Sombrio – EAFS

Na década de 1980, o Extremo Sul Catarinense apresentava condições favoráveis à implantação de uma Escola Agrotécnica Federal, visto os investimentos setoriais no segmento agroindustrial, espacial pelo território que se formava perante o projeto integrador de

⁷⁸ A entrega simbólica em termos provisórios foi consolidada posteriormente como definitiva.

desenvolvimento agrícola do Vale do Rio Mampituba e pelas intervenções políticas que coadunam com as perspectivas que o subprojeto do Banhado Sombrio representava. Os setores tidos como áreas pilotos de implementação do referido subprojeto – PAP e PPDI – tornaram-se o impulso em argumentação e possibilidades viáveis para efetivação da demandada de uma instituição educacional de nível técnico e tecnológico à região. A conjugação desses aspectos reforça, como já evidenciado no capítulo anterior, que os primeiros achados relativos às ações realizadas a este cunho estiveram vinculados às tratativas entre o prefeito do município de Sombrio, Arlindo Cunha, tendo ao menos duas petições diretas com ida a Brasília, e o Ministro da Educação, Jorge Bornhausen, na inclusão do mesmo município como sendo beneficiado com a implantação de uma escola agrotécnica.

Entretanto, as condições favoráveis, as indicações e as articulações políticas por si só não materializam o feito, a estas somava-se um plano institucional e governamental acerca de discussões sobre a interiorização das Escolas Técnicas Federais ao ensino profissionalizante. Assim, como relatado em entrevista ao servidor do Ministério da Educação que fez parte do projeto em nível nacional e acompanhou a inserção da Escola em Sombrio:

Em 1986, quando assumiu o José Sarney, no lugar do Tancredo Neves que havia falecido, logo após assumir ele criou um programa chamado PROTEC, que era o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico. Porque as escolas técnicas e agrotécnicas ficaram esquecidas ao longo do tempo pelo MEC, nós tínhamos poucas escolas técnicas e agrotécnicas e se verificava a grande deficiência do governo em investir nos cursos normais. Na essência, a pessoa terminava o segundo grau, e não ingressava na força produtiva do Brasil. Por vários motivos, mas basicamente, porque havia uma grande deficiência para ingressar nas universidades, as mesmas eram muito elitizadas. Então vendo por aí que o governo investia e a pessoa não ingressava na força produtiva do Brasil, se pensou em acelerar o ensino técnico e agrotécnico (E1, 2021).

Ao revermos o percurso histórico da educação profissional no Brasil⁷⁹, é perceptível a aproximação dos projetos de desenvolvimento/crescimento econômico no âmbito nacional e, por consequência, a motriz industrial, em seu seio, tencionou medidas que construíram os marcos das reformas e reestruturações das políticas educacionais, dentre outras coisas, fomentando a mão de obra ao mercado de trabalho, em vertentes produtivistas e tecnicista que instrumentalizam a formação utilitarista ao desenvolvimento econômico. O período de instabilidade econômica e as necessárias reestruturações para superar as conjunturas herdadas

⁷⁹ Indicação de aprofundamento com o documento emitido pelo Ministério da Educação pelo centenário da rede federal de educação profissional e tecnológica, disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf

pelo antecedente governo ditatorial instigam o desencadeamento de propostas que dessem destaque às demandas do processo de redemocratização – especialmente política e econômica –, principalmente às novas bases tidas como competitivas a expansão e modernização industrial, agrícola e de serviços. Nessa perspectiva, as deliberações no I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) da Nova República⁸⁰ ao sistema educacional trazem a concepção nas referidas vertentes como estratégia e aproximação ao crescimento nacional almejado.

Com financiamento pelo Banco Mundial e coparticipação de organismos como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), ao criar o PROTEC, o governo Sarney promulgava “o caminho para mudança” referenciado em seu plano nacional de desenvolvimento ao país. Tinha-se como primazia ao programa “A prioridade Educação e Trabalho⁸¹” e como “instrumento fundamental à melhoria da produtividade nacional” (BRASIL, 1986a; c; e; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, p. 9; 1990). De tal modo,

O campo da educação tornou-se estratégico para a constituição de um novo ser social, apto a responder às demandas postas pela reestruturação produtiva, pela inovação tecnológica, pelo neoliberalismo e pela globalização da economia (CARVALHO, 2007, p. 233-234):

No plano de implementação do PROTEC, baseado em princípios de descentralização, participação, regionalização, interiorização e gratuidade, a atuação do governo estava na implantação e construção de duzentas Escolas Técnicas Industriais e Agrícolas de 1º e 2º grau. As intervenções pela esfera federal visavam beneficiar um quadrante de reformas e estruturações de escolas já existentes, por meio de convênio com prefeituras ou estabelecendo parcerias com as Escolas Técnicas Federais existentes nos Estados, ou ainda, a efetiva construção de Unidades de Ensino Descentralizadas em nível técnico (BRASIL, 1986e, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 1990).

Nessa perspectiva, o Ministério concentrou esforços nas escolas técnicas industriais e agrotécnicas federais, para torná-las pólos irradiadores de inovações tecnológicas, caracterizados pela constante busca do saber, pela alta qualidade do ensino oferecido, seja do ponto de vista técnico, seja do ponto de vista científico e humanístico, pela interação constante com o sistema produtivo; pelo desenvolvimento de ações

⁸⁰ Lançado em 6 de junho de 1986, por meio da Lei nº 7.486.

⁸¹ Em reflexão a educação e trabalho, formação na perspectiva e interesses do capital, consultar: Gaudêncio Frigotto (1984); Gaudêncio Frigotto, Maria Ciavatta Franco e Ana Lúcia Magalhaes (2006); Maria Ciavatta (2007); e Luiz Antônio Cunha (2005, 2009).

interdisciplinares e pelo interesse de elevar a compreensão da comunidade sobre os benefícios advindos do progresso da ciência e da tecnologia, o que assinala a prioridade à Formação para o Trabalho, dada pelo MEC (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 1990, p. 24).

Entre as críticas do PROTEC e das correlações educacionais, visando a atender as demandas provenientes da expansão e modernização agroindustrial e de serviços, destacam-se as diretrizes e os critérios na definição quanto as regiões e municípios que seriam contemplados pelas instituições de ensino. As pluralidades de estudos a este respeito predominam sob apontamentos que as referidas deliberações pautaram predominantemente por locais politicamente interessantes, ao contrário da proposta que deveria prevalecer sob locais com viabilidade econômica e socialmente carentes (CUNHA, 2005; FRIGOTTO; FRANCO; MAGALHÃES, 2006; QUEIROZ; SOUZA, 2017). A dinâmica de interesses clientelistas, intervenções e alianças políticas no período do governo Sarney refletiram a contemplação de programas e investimentos como o PROTEC.

A articulação do poder local com as lideranças na esfera federal, comum e legítima, desencadeou o olhar ao sul do Estado catarinense, a implementação da Escola Agrotécnica Federal de Sombrio, entre as instituições projetadas no PROTEC a Santa Catarina. A implantação, em 1987, da EAFS no distrito de Santa Rosa do Sul, encontrou terreno fértil em meio a um projeto político de desenvolvimento econômico nacional, com respaldo nas estruturas (sociais, econômicas, produtivas, espaciais...) do período na região. Ademais, tenderia a satisfazer uma demanda proveniente a capacitação dos produtores das comunidades inseridas ao sistema de irrigação e drenagem, as novas formas (técnicas e tecnológicas) de produção agropecuária que o projeto de desenvolvimento agrícola traçava.

A base do projeto da SUDESUL, era criar um polo de desenvolvimento com as barragens e com o assentamento das pessoas, e aí, com a vinda da escola, casaria a utilizar a mesma como processo de formação para essas pessoas, mesmo, para criar um polo de desenvolvimento no Sul do Estado. Então, com todo o cenário que levou a extinção da SUDESUL, influenciou também na escola, que ficou fechada pelo menos 3 anos (E2, 2021).

A UNISUL⁸², ao constatar que entre as paralizações do subprojeto do Banhado do Sombrio estava a ociosidade das infraestruturas da projetada Escola Agrotécnica, encaminhou

⁸² Convém destacar, que a presença da UNISUL junto aos projetos de desenvolvimento agrícola do Vale do Mampituba ocorria desde o início da década de oitenta, com a participação da Fundação Educacional do Sul de Santa Catarina (FESSC), no Seminário de Avaliação do Subprojeto do Banhado do Sombrio que priorizou as ações ao PAP.

em julho de 1993 a professora Rossana Faraco Bianchini para realizar uma vistoria nas infraestruturas existentes em prol das potencialidades de ensino, pesquisa e extensão à comunidade assentada e na esfera regional. A visita tinha como premissa

[...] avaliar a infraestrutura existente afim de que se possa em conjunto, GOVERNO FEDERAL, PREFEITURA e UNISUL, transformar uma obra hoje paralisada em um centro de ensino, pesquisa e produção. Que se torne ao longo dos anos uma estrutura autossustentável, através de uma proposta inovadora de ensino. Sendo de considerável importância para toda a comunidade local (BIANCHINI, 1993, n.p).

Da oportunidade, gerou-se um relatório elaborado pela docente, que consideramos um documento elementar sobre as conjunturas sociais e produtivas da comunidade assentada, narrando o impacto da não concretude das obras e a ineficiência da extensão rural e assistência socioeconômica às famílias do PAP. Além disso, conclui com maestria e de modo enfático a relevância de constituir-se o papel fundamental, ao criar, ou melhor dizendo, reativar as instalações ao centro educacional.

A ativação do Centro Agrotécnico será sem dúvida de fundamental importância para o desenvolvimento rural da região. Este proporcionará trabalho a muitos dos produtores assentados que hoje não podem cultivar suas áreas inundadas. Aumentar-se-á a produtividade através de trabalhos de pesquisa sobre melhor utilização dos solos, novas técnicas de plantio e diminuição dos custos de produção (BIANCHINI, 1993, n.p).

Ainda, abarcava elementos centrais ao desenvolvimento rural, como o dinamismo entre campo e cidade, visto a recente emancipação de Santa Rosa do Sul, a capacidade produtiva das áreas, com os devidos investimentos (financeiros e técnicos), levando a tendência de condições dignas a permanência no campo. O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Santa Rosa do Sul realizou, no mesmo ano, um levantamento local para constatar as principais problemáticas que os produtores rurais da Agrovila Vila Nova enfrentavam. Por se tratar de um município essencialmente agrícola, agrupam-se características e demandas do segmento, pois havia carência e necessidade de um trabalho focal para melhorar as condições de produção e de desenvolvimento rural, os quais evidenciamos a seguir:

Falta de organização dos produtores no processo de comercialização. Falta de alternativas para exploração agrícola. Dificuldade de armazenagem da pequena produção. Desmatamento, degradação dos solos e má preservação dos recursos naturais. Baixos níveis de produtividade. Descapitalização crescente do setor agrícola. A bovinocultura do município é caracterizada pelo baixo padrão racial, falta de controle sanitário e má alimentação resultando em baixa produtividade (BIANCHINI, 1993, n.p).

A menção acima, em conjunto com o destaque do quanto tratava-se de emergente a continuação das obras inacabadas e suas manutenções para dar-se minimamente “condições de sobrevivência as famílias que hoje não podem utilizar suas áreas de plantio se valem do desmatamento indiscriminado e de outras formas de subemprego para garantir a sobrevivência” (BIANCHINI, 1993, n.p), fez parte do tom do documento constituído pela UNISUL, visando parceria com as esferas municipais, estaduais e federal à atenção assistencial, produtiva e educacional do território que estava o PAP. O documento institucionalizado pela UNISUL ao Ministério da Educação e à Secretaria de Educação Média e Tecnológica (SEMTEC) culminou em uma articulação estadual das instituições federais de ensino técnico e tecnológico de Santa Catarina, a exemplo da Escola Técnica Federal de Santa Catarina (ETF/SC)⁸³ e da Escola Agrotécnica de Concórdia, até então a única agrotécnica em funcionamento no Estado catarinense. Em paralelo às tratativas burocráticas no âmbito educacional, a UNISUL firma parceria com o Ministério da Integração Regional, assumindo a área do Morro do Bino e, assim, tendo aproximação com a comunidade assentada.

Quando a gente [UNISUL] chegou ali [PAP] e começou a se organizar, nós, primeiro começamos a interferir na comunidade mesmo, reunir esse pessoal, e ver quais eram os problemas, e daí começamos a atuar. Atuar na questão de caixa da água, melhoria de estrutura né, a própria criação de um comercio local acabou vigorando. Porque, nós começamos a fazer as refeições por ali, porque o restaurante ainda não funcionava na escola, então, nos ativamos o barzinho que tinha ali na vila, meio que se criou um refeitório. As pessoas começaram a trabalhar com nós [foi realizado um campo de experimento, com projetos de horta e outros plantios sob coordenação da UNISUL] então, tudo isso começou de certa forma, dar uma condição de subsistência para aquelas pessoas que estavam bem abandonadas ali (E2, 2021).

Entre o início da construção em 1987 e as movimentações oriundas em 1993 pela UNISUL, passa-se um período de estagnação na história da agrotécnica, a qual está fundada em paralelo às rupturas na condução administrativa, política e econômica que ocorreu a partir da posse do governo Collor em várias fusões e/ou extinções institucionais. De fato, por ser uma estrutura vinculada diretamente à esfera federal, tem sua conexão ao cenário que vigorava em termos de conjunturas do plano governamental, entretanto, afasta, quanto as possibilidades de participações da extinta SUDESUL e do DNOS, a sua influência de criação como parte integrante do projeto de desenvolvimento agrícola da Bacia da Mampituba. Cabe ressaltar que

⁸³ Pela Lei nº 8.948 de 8 de dezembro de 1994, é transformada em Centros Federais de Educação Tecnológica de Santa Catarina (CEFET/SC). Em 2008 pela Lei nº 11.892 de 8 de dezembro de 2008, transforma o CEFET/SC em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC).

a EAFS foi gestada em múltiplos pilares conjugados, o que levou a sua inserção a toda a estrutura em termos de planejamento a executividades, permeando-se entre intenções, oportunidades e conexões propícias a um diálogo político, orçamentário e contextual com as reformas da educação em concretudes das concepções do projeto nacional de desenvolvimento do período.

Constata-se em dossiê vinculado ao Ministério da Educação, assim como as fontes orais da mesma instituição, que com a criação das novas unidades de Ensino Técnico Industrial, bem como das unidades de Ensino Agrotécnico, após as reformas administrativas do governo Collor, houve a diminuição em determinadas regiões da total suspensão de recursos públicos a esta finalidade. Agravou-se, especialmente, a situação em unidades tidas como concluídas ou já em funcionamento que ainda, necessitavam de reestruturações físicas. Ainda, frente às limitações, encontrava-se a indisponibilidade de servidores nomeados na esfera federal ou de responsabilidade financeira contratual pela União nestas instituições que estavam sendo mantidas pelo auxílio de quadro provisório do pessoal custeado pelas prefeituras e entidade locais.

Diante desse quadro, em 03 de novembro de 1992, o Ministro da Educação e Desporto Murílio de Avellar Hingel encaminham minuta de Projeto de Lei. Visa-se que o Poder Executivo venha a redistribuir os cargos de docentes e técnicos-administrativos criados pela Lei nº8.433, de 16 de junho de 1992, entre as Escolas Agrotécnicas Federais, Escolas Técnicas e Centros Federais de Educação Tecnológica, a serem destinados preferencialmente as suas novas Unidades de Ensino Descentralizadas, integrantes do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico – PROTEC, da Secretaria de Educação Média e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação.

Tendo em vista que a Lei supracitada havia criado 1927 (um mil novecentos e vinte e sete) cargos de professores da carreira do Magistério de 1º e 2º Graus e 3538 (três mil quinhentos e trinta e oito) cargos técnico-administrativos nas unidades de ensino técnico industrial e agrotécnico, criados pelo PROTEC, para dez novas escolas agrotécnicas e vinte e seis Escolas Técnicas Federais. Segundo informações do Ministério da Educação, quanto a promulgação da referida lei, não havia menção ao órgão e função frente aos códigos de vagas estabelecidos. Ao submeter o Projeto Lei, permitiu-se constituir o quadro de pessoal de Unidades Federais de Ensino Técnico e Agrotécnico, integrantes do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico-PROTEC, já que a providência de redistribuição não implicaria

em novos cargos, mas apenas a redistribuição dos mesmos entre as Unidades de Ensino Técnico e Agrotécnico, que representavam reais possibilidades de funcionamento já no início de 1993.

Em conformidade com as fontes documentais e orais vinculadas ao Ministério da Educação, constata-se que as tratativas da referida legislação, assim como do projeto de lei proposto, fizeram parte de um conjunto de tramitações na câmara dos deputados sobre os projetos que tratavam das Escolas Técnicas Federais, das Escolas Agrotécnicas e dos Centros Federais de Educação Tecnológica, que, pela delonga e morosidade como eram tratados, estavam “seguramente dificultando o próprio ensino técnico”. Das duzentas unidades projetadas e vinculadas ao PROTEC, em documento divulgado pelo governo das ações em educação durante 1985 a 1990 (anexo S, p. 308), constavam quarenta e seis unidades de 1º grau, duas agrotécnicas e oito industriais de 2º grau. O baixo índice de efetivo funcionamento estava pautado em inúmeras razões, entre elas: pela falta de projetos, empecilho na doação de terrenos, ausência de recursos humanos e restrições orçamentárias.

Do total das trinta e seis instituições previstas (vinte e seis unidades de ensino técnico-industrial e dez unidades de ensino agrotécnico), no âmbito nacional, com a expansão do ensino médio profissionalizante, foram criadas pela Lei nº 8.670, de 30 de agosto de 1993⁸⁴, dezessete Escolas Técnicas Industriais e quatro Escolas Agrotécnicas, sendo duas em Santa Catarina, uma no alto vale em Rio do Sul e outra no Sul do Estado no município recém emancipado de Santa Rosa do Sul, mas ainda levando a titulação de Escola Agrotécnica Federal de Sombrio (EAFS).

As efetivas redistribuições necessárias ocorreram após anuência do PL, iniciada as tratativas em 1992⁸⁵ e o deliberado favorável no congresso nacional por meio da Lei nº 8.888, de 21 de junho de 1994. Nesse contexto, a EAFS teve seu início de funcionamento em 28 de março de 1994, com o quadro técnico e docente até o segundo semestre de 1994, preenchido por cargos redistribuídos – de forma provisória e/ou definitiva – por instituições autárquicas

⁸⁴ Escolas Agrotécnicas criadas: Sombrio/SC; São Gabriel da Cachoeira/AM; Ceres/GO, e Rio do Sul/SC. Escolas Técnicas criadas: Altamira/PA; Marabá/PA; Cornelio Procopio/PR; Pato Branco/PR; Pesqueira/PE; Florianópolis/PI; Cajazeiras/PB; Colatina/ES; Serra/ES; Mossoró/RN; Cedro/CE; Nilópolis/RJ; Macaé/RJ; Nova Iguaçu/RJ; Marechal Deodoro/AL; Palmeira dos Índios/AL e Sapucaia do Sul/RS. A Escola Agrotécnica Federal de Sombrio foi transformada em Autarquia Federal, com a mesma denominação meio da Lei nº. 8.731 de 16 de novembro de 1993.

⁸⁵ Recebendo aval do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República em 11 de novembro de 1992, sendo despachado para a câmara dos deputados em 25 de maio de 1993, com parecer favorável do relator (Chico Vigilante) e da comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público em 25 de agosto de 1993, seguido de igual forma pelo relator (Florestan Fernandes) e Comissão de Educação, Cultura e Desporto em 09 de março de 1994.

como as Escolas Técnicas Federais ou um Centro Federal de Educação Tecnológica, a exemplo de Concordia em Santa Catarina e Bento Gonçalves no Rio Grande do Sul⁸⁶.

Portanto, aos desfechos sob a gênese, construção e implementação da EAFS, evidenciam-se notoriamente as influências positivas desencadeadas por todo o movimento adotado em uma primeira ocasião (1985-1987), que assegurou a inserção do município aos fundos orçamentários do PROTEC, e, posteriormente (1993-1994), pelas instituições de ensino consolidadas como a UNISUL, a ETFSC e a Escola Agrotécnica de Concordia, que, conjuntamente com as deliberações pendentes em termos legislatórios, impeliu ao efetivo funcionamento institucional.

4.1.2.1 Criação de um centro de ensino, pesquisa e extensão agrária

A Escola Agrotécnica Federal de Sombrio, em fase pré-operacional, esteve em um período sob administração da ETF/SC. Após a designação do primeiro diretor e recrutamento do corpo técnico e docente básico, ela se desvinculou-se da ETF/SC e, então, passou a responder diretamente pelo MEC em Brasília, vinculada à SEMTEC.

Com objetivo de procurar desenvolver a região dentro de uma perspectiva de formação de pessoas dentro da área da agropecuária, com o técnico, e também com a UNISUL com o curso superior de Agronomia, veio a abertura, ou melhor dizendo: a reabertura da escola propriamente dita, com o professor Celso assumindo como diretor, em meados de 93 seguido pelo primeiro ano letivo em 1994 (E6, 2021).

Mesmo que brevemente, cabe ressaltar que, durante o ano de 1993, foi intensa a inserção da UNISUL na comunidade do PAP e do PPDI, envolvendo análise de profissionais na área da engenharia civil e rural. Nesse mesmo ano, a Universidade promoveu um Seminário de Avaliação do Curso de Engenharia Agrônômica da instituição, visando reestruturar o currículo e as metodologias aplicadas, utilizando-se de infraestruturas como a da EAFS, da antiga SUDESUL e das propriedades agropecuárias envolvidas no subprojeto do Banhado do Sombrio e região. O evento contou com representantes de instituições de relevância ao ensino, à pesquisa e à extensão das ciências agrárias nacionais e internacionais.

⁸⁶ O primeiro diretor da EAFS foi Celso Luiz Lemos redistribuído da Escola Agrotécnica Federal de Concordia, ocupando a função como pró-tempore de 1993 a 1994. Posteriormente, com a vinda de Luiz Carlos Minussi, ocupando o cargo como pró-tempore até 1995 e seguindo na gestão como Diretor Geral da EAFS por dois mandatos consecutivos (1995-2004).

Uma das falas mais afamadas foi a do engenheiro agrônomo da EPAGRI, Glauco Olinger, que abordou aspectos basilares considerados pelos organismos internacionais como a FAO à reformulação dos cursos de Ciências Agrárias. Sua tratativa estava em consonância aos preceitos do documento intitulado “Educación Agrícola – La urgencia del cambio”, oriundo da “Oficina Regional de La FAO para América Latina y el Caribe” que havia recentemente ocorrido em Santiago (FAO, 1993), tendo alguns eixos norteadores que merecem referência (Quadro 7), especialmente por conectarem os interesses formativos das instituições de ensino, as quais estamos nos referindo neste tópico. Faz-se refletir como estes aspectos são desencadeados e têm interlocuções as estruturas e conjunturas do território como o PAP.

Quadro 7 – Pilares a serem considerados à implementação de Cursos das Ciências Agrárias no início da década de 1990

Realidade na América Latina
60% da produção agrícola provém de pequenos agricultores;
13% dos produtores se encontram à margem dos processos de financiamento;
O setor primário do agropecuário é o que mais gera empregos por unidade de capital empregado;
A FAO reconheceu como sendo a qualidade do ensino superior um dos principais fatores responsáveis pela resolução dos problemas existentes no setor agrícola;
Dentro do contexto de “economia global” há evidências de que sobrevivem aqueles que apresentarem produção com melhor qualidade ao menor custo;
O conceito de “agribusiness” na agricultura é entendido como forma de produção, comercialização e industrialização;
No conceito de pequena propriedade x propriedade familiar, sua área poderá variar de 2 a 200ha, devendo satisfazer as necessidades básicas de preços x custos e conservação de solos;
O envolvimento dos profissionais, professores e extensionistas, no contexto da pequena propriedade deve estar embasada nas teorias de produção e comercialização, com reflexos práticos de como fazer e de como ensinar a fazer.
Bases para Formação de Profissionais
A formação do profissional para atender os produtores que estão à margem da agroindústria deve contemplar: contatos periódicos com o meio rural, treinamentos através de centros práticos e propriedades demonstrativas;
Uma melhor formação e capacitação de profissionais é obtida via aperfeiçoamento curricular e dos conteúdos das disciplinas, melhor qualificação dos professores e adequada infraestrutura das instituições de ensino;
Na definição do perfil do profissional a ser formado, deve-se considerar a necessidade do mesmo conhecer a realidade setorial do ponto de vista econômico, social, político e financeiro na qual estão inseridos os pequenos agricultores;
A herança cultural e sua influência no direcionamento dado à formação do profissional nas mais diversas áreas de atuação condiciona à uma especialização voltada para as grandes culturas de interesse econômico dando menor importância aos produtos produzidos pelos pequenos produtores;
O reflexo da formação docente reflete na formação do educando, diante disso sugeria-se experiência em campo e capacitação pedagógica.

Bases para a Elaboração de Currículos e Conteúdo das Disciplinas
Na formação dos currículos deve-se ter a participação de entes externos;
Ter um equilíbrio entre teoria e a prática, na base de 50/50;
O conteúdo das disciplinas deve ser discutido e avaliado por equipe multidisciplinar;
O currículo deve abranger áreas de conhecimento social e técnica;
Diversificação do currículo, mas com alguma ênfase em áreas específicas.

Fonte: Documento “Educación Agrícola – La urgencia del cambio”, oriundo da “Oficina Regional de La FAO para América Latina y el Caribe” (FAO, 1993). Relatório do Seminário de avaliação do curso de Agronomia da UNISUL e projeto de implantação do ensino agrotécnico (VECHI; BIANCHINI; MONDARDO, 1993). Organizado e elaborado pela autora (2021).

O grande desafio que se apresentava – e pode-se arriscar dizer que ainda persiste – às instituições de ensino, pesquisa e extensão no campo das Ciências Agrárias está em formar profissionais que estejam tecnicamente preparados para fazer com os pequenos agricultores um esforço similar, perante as possibilidades e condições do que é empregado aos agricultores mais capitalizados (agricultura empresarial). Em outras palavras, de modo que todos os níveis de agricultores tenham reais e efetivas oportunidades de se modernizar e serem eficientes em suas dimensionalidades produtivas, econômicas e socioculturais.

No copilado de algumas reflexões oriundas de Glauco Olinger que participou da oficina regional no evento “Educación Agrícola Superior – La Urgencia del Cambio”, em Santiago, em 1993, e o próprio documento oriundo do respectivo encontro, cabe-nos, mesmo que sumariamente, apontarmos algumas deficiências e desencontros, projeções e expectativas para transformar a formação desse profissional em nível técnico e superior, sobretudo ao tocante dos desafios e nuances dispare, por vezes, entre as propostas pedagógicas tidas como ideais e completas e o dinamismo que estas ocorrem no cotidiano do sistema educacional, a exemplo das relações limitantes entre as subjetividades e os contextos do meio rural, o que leva a exigir a formação especializada e, ao mesmo tempo, interdisciplinar perante uma realidade plural, dinâmica e complexa do campo. Ensina-se de forma compartimentalizada e os problemas dos agricultores pouco são compartimentalizados, afastando-se da educação integral que deve permitir um enfoque curricular equacionado aos problemas existentes no campo, aproximando o cenário curricular e conteudista às realidades regionais, contudo, sem perder a consciência que a formação não tem fronteiras. Por isso, conhecer seus educandos e compatibilizar suas experiências e vivências torna-se fundamental para materializar o processo formativo e alinhar as diretrizes entre conteúdos e metodologias (programáticas e relevantes).

A este certame também é válido ressaltar que os métodos passivos – muita teoria e pouca prática – sobrecarregam o aprendizado e não incentivam a proatividade, a criatividade, o comprometimento e a responsabilidade social dos futuros profissionais, principalmente ao

enfrentar as problemáticas e disparidades que compõem o ciclo agrônomo (questões fundiárias, acesso à crédito e insumos, produção, beneficiamento e comercialização...) e, assim, as estruturas sociais, políticas e produtivas do segmento agropecuário. Nesse interim, sem adentrar a questão, colocamos que elevar o nível intelectual e oferecer condições para a formação crítica do aluno é essencial. Em contrapartida, compartilhamos da crença de que o conhecimento ocorre por meio das práticas técnicas e pedagógicas vivenciadas no dia a dia.

Portanto, para Cavaliere (2010, p. 255) “é impossível pensar na formação de um ser humano que se desenvolva a criticidade, criatividade e autonomia estando à margem do seu saber científico e tecnológico”. Envolve-se a questão, no que compete ao processo de ensino aprendizagem do meio agropecuário, “as peculiaridades do ensino agrícola apontam para currículos, práticas pedagógicas e setores didáticos que se assemelhem” (WERLANG; KOLLER; JESUS; SOBRAL, 2009, p. 27). Na perspectiva governamental, que levou a criação do PROTEC, o ensino técnico proposto

Trata-se, pois, de repensar o ensino médio no Brasil, a fim de que este possibilite aos jovens e adultos a compreensão dos processos de organização da sociedade, bem como o conhecimento teórico e prático da base científica e tecnológica dos processos produtivos modernos (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 1990, p. 23).

Diante do exposto e ao transitar pelas interlocuções formativas deste profissional, compactuamos que “O discurso da pedagogia das competências embora anuncie a liberdade e a cidadania como supostos, materializa políticas a práticas educativas que reforcem as desigualdades sociais e a alienação” (CARVALHO, 2007, p. 247-248). Os destaques evidenciados no quadro 7, foram balizadores para que ocorresse a reestruturação do curso de Agronomia da UNISUL, a qual no momento das discussões esteve:

Consubstanciada numa reformulação completa do currículo, concedendo-lhe um enfoque inovado, buscando a formação de profissionais habilitados a identificar e equacionar os principais problemas produtivos com capacitação em gestão empresarial e comercial das atividades ligada ao setor agropecuário. Por outro lado, deve-se objetivar o desenvolvimento de habilidades necessárias para um exercício profissional realista e compatível com as circunstâncias atuais de desenvolvimento do setor agropecuário, identificando soluções criativas para a modernização tecnológica setorial com base no desenvolvimento de novas oportunidades no setor “agrobusiness”, gerando novos empregos e criando novas alternativas de renda ao pequeno produtor rural (VECHI; BIANCHINI; MONDARDO, 1993, n.p).

Com base no referenciado, a proposta estava na implantação destas premissas vinculando-se a uma infraestrutura física adequada, incluindo a elaboração de um plano de cooperação técnica conjunto com a ETF/SC, MEC/SEMTEC, contemplando a inserção do

curso de Agronomia, bem como o ensino técnico agropecuário de 2º grau a serem ministrados na unidade física da Escola Agrotécnica de Sombrio em Santa Rosa do Sul. Em convênio de Cooperação Técnica entre a EAFS e UNISUL, a partir de março de 1994, iniciou-se o funcionamento do Curso de Agronomia da UNISUL, junto às dependências da EAFS e nas infraestruturas laboratoriais e de campo, anexas ao Morro do Bino.

Ela era ainda muito carente né, em todos os sentidos. Neste a logística, a parte de infraestrutura de estradas era péssima né, como eu te falei: a escola ficou fechada um período, então estava bem deteriorizada. Na real, ela faltava ser acabada em várias coisas, nós precisamos fazer vários projetos ali, para poder, tocar e também concluir totalmente a escola né. Além dos setores agrícolas, parte de maquinário, equipamentos, instalações, não tinha praticamente nada (E6, 2021).

O que estava evidente era que a EAFS necessitava de investimentos adicionais para completar sua infraestrutura mínima capaz de possibilitar sua operacionalização a curto prazo. Sendo uma contrapartida da UNISUL, houve então os investimentos a complementar as infraestruturas de laboratórios, ampliação da capacidade de rede elétrica, instalação de linhas telefônicas e compra de equipamentos e de máquinas agrícolas.

Em vista da efetiva criação da EAFS e seu início de ano letivo em 1994, foi reportado ao Ministério da Educação e do Desporto (MEC) e à Secretaria de Educação Média e Tecnológica (SEMTEC) dois ofícios: um de expansão das instalações da Escola (Ofício 370/94) e outro de correções a serem efetuados nas obras da referida instituição (Ofício 3019/94). Em resposta aos mesmos o MEC, deliberou a vistoria nas infraestruturas da EAFS, que na ocasião constatou-se reformas que envolviam consertos em infiltrações (telhado, paredes e fachadas), procedimentos de dedetização pelo aparecimento exacerbado de cupins, substituição de armações de janelas e portas em virtude do apodrecimento, reboco em paredes e colocação de pisos no refeitório e alojamentos.

Além disso, evidenciaram-se problemas de esgoto (caixa de gordura e sanitário) e deficiências hidrossanitárias em todas as residências funcionais, alojamentos e áreas comuns, como refeitório e banheiros coletivos. Assim, ainda havia ausência de execução pela firma contratada de “toda a comunicação visual interna e externa do prédio, bem como a arborização” (E1, 2021). O relatório, emitido em decorrência da vistoria, acrescenta:

Temos conhecimento da época do CEDATE que esta obra foi licitada sem que os projetos estivessem totalmente concluídos, devido a pressão política. Este fato pode ser comprovado hoje, através das pranchas de desenho, onde se lê: COPIAS PARA LICITAÇÃO SEM VALIDADE PARA EXECUÇÃO. Este fato, aliado a maneira de

como a obra é executada, recursos injetados de forma descontínua, fiscalização inexistente ou deficiente e ainda uma péssima execução pela firma contratada, que muitas vezes se aproveitam das fraquezas existentes no Serviço Público, para tirarem suas vantagens, acarretam em obras de qualidade baixas, como esta que acabamos de relatar, muitas vezes contratadas por preços exorbitantes (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO 1994, n.p).

O CEDATE (Centro de Desenvolvimento e Apoio Técnico à Educação) objetivava promover a reestruturação e a modernização do ensino, buscando solucionar as deficiências das instituições consubstanciadas pela União. Além disso,

[...] promover, coordenar e supervisionar as atividades de geração de conhecimentos aplicáveis à administração e desenvolvimento à estrutura física de apoio à Educação, Cultura e Desportos e, especificamente, dentre outras atribuições, produzir e disseminar informações técnicas⁸⁷ (BRASIL, 1984b, p. 9)

A carência quanto a prioridade dos governos federais entre vinculação de recursos, planejamento e efetivo desenvolvimento de projetos a reestruturação ou construções de unidades de ensino vinculadas ao MEC, é revelada por Marcio Oliveira Resende de Souza (2013), na investigação dos aspectos históricos do planejamento físico dos campos federais na década de 1980, por programas específicos coordenados pelo CEDATE. O CEDATE aponta o impacto direto no processo de coordenação e qualidade da implantação e expansões destas instituições após a extinção do CEDATE no governo Collor e a permanência da ausência de um sistema e/ou órgão estruturador de projetos a este certame.

A essencialidade do convênio estava para além do intercâmbio técnico existente entre as instituições, pois estava ligada ao funcionamento “normal” das duas instituições. A presença da UNISUL junto a EAFS possibilitava a contratação de funcionários e o fornecimento de alimentação e equipamentos diversos que a escola não provinha. Para a UNISUL a presença da EAFS era fundamental pela cedência das instalações e espaços físicos essenciais para o funcionamento do Curso de Agronomia.

Firma-se o Convênio 016/94, em 14 de abril de 1994⁸⁸, entre o MEC, a UNISUL e com a interveniência da Secretaria de Educação Média e Tecnológica e da Escola Agrotécnica Federal de Sombrio, sendo objeto central do convênio, a constituição de um Centro de estudos, pesquisa, extensão e formação de técnicos em agropecuária de 2º grau e engenheiros agrônomos

⁸⁷ Como as constadas nas publicações CEDATE em 1986: Critérios para elaboração de projetos – Arquitetura, Manutenção e Conservação de escolas Rurais, e Diretrizes para o planejamento da Rede Escolar.

⁸⁸ O presente convênio estava previsto vigorar por cinco anos, ou alterado mediante termo aditivo, desde que ficasse assegurado a conclusão do ano letivo em andamento. Assim foi feito, em 1998, ano que a UNISUL se retira da sede da EAFS e repassa a EAFS o direito de uso das instalações da extinta SUDESUL.

em nível superior. Estava-se a cargo solidário e conjunto das instituições convenientes o planejamento e a implementação, sendo de responsabilidade direta o curso superior pela UNISUL e o de nível técnico pela EAFS. Dos objetivos ao plano de trabalho que consubstanciaram o convênio destacam-se:

- a) formação integral da pessoa humana no preparo para a cidadania;
- b) formação de profissionais habilitados a identificar e equacionar os principais problemas produtivos com capacitação em gestão empresarial e comercial das atividades ligadas ao setor agropecuário;
- c) desenvolvimento de habilidades necessárias para um exercício profissional realista e compatível com as circunstâncias atuais de desenvolvimento do setor agropecuário, identificando soluções criativas para a modernização tecnológica setorial com base no desenvolvimento autossustentável;
- d) criação de competência para o desenvolvimento de novas oportunidades no setor de negócios agropecuários, com a gerando novos empregos e com a criação de novas alternativas de renda ao produtor rural.

Ao estabelecer um polo de desenvolvimento educacional, os documentos institucionais, trazem o papel formativo à

“[...] mão de obra qualificada que atende as necessidades da comunidade, e transforma o perfil desta pequena propriedade rural, tornando-a mais moderna e adequada a realidade econômica atual. Possuem em seu quadro funcional, pessoal capacitado tecnicamente, que além de educar impõe novo dinamismo na relação comunidade escola (UNISUL, EAFS, 1994, n.p).

Em contraste, estava o contexto precário que as famílias assentadas se encontravam, assim como a “compreensível insatisfação das comunidades envolvidas”, pelo abandono a que foram relegadas as obras, projetadas e executadas. O documento institucional de cunho editorial da UNISUL e da EAFS, remete ser

Imprescindível que urgentemente, seja retomada a execução do Projeto. Evitando-se assim o agravamento dos prejuízos econômicos e sociais que já se evidenciam. Salientamos com veemência que a Escola Agrotécnica Federal só atingira seus objetivos, pelos quais inclusive foi criada, caso a drenagem e a irrigação forem efetivamente retomadas (UNISUL, EAFS, 1994, n.p).

Por ocasião, foi promovido, em 9 de junho de 1994, um Seminário/Workshop nas dependências da Escola Agrotécnica Federal de Sombrio (EAFS), em conjunto com a

Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), MEC-EAFS e MIR/SDR-SC (Ministério da Integração Regional / Secretaria de Desenvolvimento Regional-Escritório Regional de Santa Catarina), com o objetivo de promover uma discussão sobre a situação atual do subprojeto Sombrio, o processo de assentamento de agricultores e a viabilidade técnica e econômica de reativação do citado subprojeto. Diante do lema central da impossibilidade institucional de ações isoladas consideradas de “impacto para a área”, tonava-se “necessário organizar um consorcio interinstitucional, envolvendo instituições nacionais e internacionais, dos setores públicos, privado e não governamental” (UNISUL, EAFS, 1994, n.p). Nessa perspectiva estavam presentes representantes de instituições como: EAFS, UNISUL, MIR-SDR/SC (servidores da extinta SUDESUL e do DNOS), MIR-SDR/Brasília, MEC/SETEC, Secretaria Nacional de Irrigação, Secretaria de Agricultura e Abastecimento de SC, EPAGRI, IBAMA, FATMA, lideranças da comunidade local, prefeituras da região, lideranças políticas regionais, BADESC e BRDE.

O programa para o evento teve pautas como o histórico e a situação atual do subprojeto Sombrio a cargo da SDR/SC; uma palestra ministrada pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de Santa Catarina para tratar sobre “O processo de desapropriação e assentamento dos agricultores”; e os grupos de trabalhos em torno de questões como a avaliação da situação atual, objetivos e metas do projeto, estratégias e ações recomendadas, definição de responsabilidades pela instalação de uma comissão coordenada permanente, e, identificação de fontes potenciais de financiamento. Constituiu-se uma Comissão Preliminar Interinstitucional de Reativação do Subprojeto do Banhado do Sombrio⁸⁹, cuja responsabilidade básica seria de decidir sobre as questões de políticas e operacionalização do processo de reativação do subprojeto Sombrio, que posteriormente, deu origem a um Grupo Técnico Interinstitucional.

A proposta objetivava: “Implementar a reativação do Subprojeto Sombrio através de um conjunto de ações, desencadeadas em parceria interinstitucional, para o desenvolvimento sustentável da Região Extremo Sul de Santa Catarina” (SANTA CATARINA; UNISUL, 1995). Desse modo, evita-se o agravamento dos problemas econômicos e sociais decorrentes da situação atual, sobretudo a alavancagem para a busca do “desenvolvimento rural sustentável da região em discussão”.

⁸⁹ A Comissão Preliminar foi composta dos seguintes membros: Carlos Vechi (UNISUL), Florindo Testoni Filho (Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de SC), Marnei Soccas Ribeiro (MIR/SDR-SC), Aldair Kozuchovski (AMESC), José Pereira da Rosa (Prefeito de SRS), Celso Luiz Lemos (EAFS).

O plano justificava-se em pilares que evidenciavam as problemáticas e potencialidades à concretude de ações interinstitucionais, as quais mencionamos a seguir: o estado adiantado das obras, incluindo ações executadas em bases incompletas; a construção do assentamento em precárias condições de moradia, de uso e ocupação das terras produtivas; o funcionamento da Escola Agrotécnica Federal de Sombrio (EAFS) dentro do subprojeto Sombrio; o convênio existente entre a UNISUL e o MEC/SEMTEC intermediado pela EAFS; a responsabilidade e os interesses dos municípios da AMESC, na retomada de ações para a reativação do subprojeto Sombrio; e o potencial educacional técnico e científico já instalado e funcionando no seio do subprojeto Sombrio. Nessas perspectivas, abre-se o segundo questionamento central deste terceiro capítulo, que versa a identificar, frente às articulações nas esferas locais e regionais, a partir do cenário e estratégias estabelecidas em 1995, quais foram as transformações e permanências estruturais ao PAP?

A saber que a relação da materialidade da concepção das novas conjunturas direcionada ao desenvolvimento - sustentável e as dimensionalidades escalar - sobretudo as no âmbito local, estudos assinalam (BRANDÃO; COSTA; ALVES, 2006; BRANDÃO, 2011, 2012; SILVA, 2017; UDERMAN, 2006, 2008) os limites e impasses deste desenvolvimento, perante a capacidade de mobilização/manutenção às prioridades e peculiaridades socioespaciais que ficam dependentes das forças endógenas. Agravando-se pela dissociação de experiências em escalas locais aos aspectos inerentes as políticas macroeconômicas, setoriais as quais tem sua hegemonia de poder em outras escalas.

4.2 AS ESTRATÉGIAS INTERINSTITUCIONAIS NA REATIVAÇÃO DO SUBPROJETO DO BANHADO DO SOMBRIO

O conjunto das instituições e seus agentes sociais envolvidos na reativação do Subprojeto do Banhado do Sombrio, especialmente, a partir de 1994, enfrentaram a lacuna do desconhecido das conjunturas administrativas, políticas, institucionais, dos projetos e planos que vinham ocorrendo em pelo menos duas décadas de estratégias nacionais e (des)articulações na formação do território do Plano de Assentamento de Populações e do Projeto Piloto de Drenagem e Irrigação. Entre os acervos técnicos e científicos – parciais que haviam sido resgatados da antiga sede da SUDESUL –, as fontes orais das populações assentadas e das comunidades somavam-se a formar o elo propulsor à proposta de retomada dos trabalhos de engenharia, refletindo nas dimensões socioeconômicas e políticas locais e regionais.

Nesse contexto, a fim de iniciar as discussões, realiza-se o Seminário – Workshop supracitado no tópico anterior. Nesse encontro interinstitucional, o professor Carlos Vechi coordenou a elaboração de um relatório em parceria com outros docentes e técnicos da UNISUL (Rossana Bianchini, Arcângelo Mondardo, Gilmar P. Plá e Marcelino Hoppe), que sintetizavam as tratativas, delimitando as prioridades e informando os encaminhamentos e responsabilidades dos agentes e instituições envolvidas, sendo observado, neste documento e nas efetivas ações posteriores, a proatividade, o dinamismo e a cooperação a que a Universidade se propusera⁹⁰.

As conjugações estavam em centralizar articulações e financiamentos que resultassem em ações mais diretivas às questões do Plano de Assentamento de Populações e parcerias em outras esferas (estadual e federal) para retomada dos trabalhos de macrodrenagem e das barragens, que influenciavam tanto no PAP como no PPDI. Na referência aos principais problemas, há a menção a aspectos já evidenciados no citado relatório de 1991, entretanto, com a diferença em dar-se sugestões para as resoluções ou amenizações do caráter de vulnerabilidade e precariedade que o território e as famílias assentadas encontravam-se, as quais resultaram, em certa medida, em ações concretas ou formalizações que traçaram uma rastreabilidade da responsabilização quanto a permanência ou transformação do respectivo cenário.

Pelos trabalhos presenciais que a Universidade vinha promovendo com equipes multidisciplinares, desde o início de 1993, no território do subprojeto, foi possível determinar os aspectos causais e, assim, indicar medidas quanto a minimização e os encaminhamentos administrativos, políticos, a fim de resolver a curto e médio prazo as problemáticas existentes. Ou ainda, ter cautela sobre alguns pontos que exigiam reestruturações estruturais e conjunturais tidas com maior complexidade. Nas discussões sobre as ações estratégicas a curto prazo, identificaram-se algumas prioridades ao processo de reativação do subprojeto do Banhado do Sombrio, as quais organizamos nos seguintes eixos:

a) drenagem dos lotes produtivos do PAP, em decorrência da vulnerabilidade e dos riscos de inundações em todos os lotes do PAP, mas especialmente no setor norte houve um remanejamento dos lotes críticos pelo Conselho Municipal de Santa Rosa do Sul, ficando registrado que “com a utilização das áreas de reserva, os assentados que tinham lote na parte

⁹⁰ Fato também narrado pelas fontes orais desta dissertação, tanto as que envolvem as primeiras famílias assentadas como as que envolvem as famílias dos produtores rurais do PPDI e servidores da extinta SUDESUL, da antiga EAFS e da própria UNISUL.

baixa foram transferidos para uma parte mais alta” (VECHI, 1994, n.p). Em consequência desencadeou-se como prioridade o segundo eixo apresentado a seguir;

b) projeto de Macrodrenagem tido como “prioridade absoluta”, devendo abranger todo o assentamento, os lotes da EAFS e as estradas, além do término dos canais do PPDI. Nesse sentido encaminhou-se intervenção direta da EPAGRI, da equipe do Centro de Treinamento de Araranguá (CETRAR) e da Câmara Técnica de Assessoramento (CTA) do comitê da Bacia Hidrográfica de Urussanga, em virtude desta última ter um núcleo de projetos com experiência nas demandas de engenharia rural e hídrica. Conjuntamente foi acionado o engenheiro aposentado da extinta SUDESUL, Sergio Mielnickvuk, para orientações e compartilhamento de informações pertinentes aos projetos da Bacia do Mampituba. A partir disso, cabe como ressalva a significância social da vinda do ex-servidor da SUDESUL ao projeto, relatada nas entrevistas realizadas com os produtores do PPDI, havendo um impacto positivo quanto a dinâmica de utilização dos canais que vinham sendo concluídos;

c) sobre a organização social, observou-se em todo o território do subprojeto uma desarticulação entre as comunidades e as localidades dos setores pilotos (PAP / PPDI). Fato consolidado posteriormente pelas medidas tomadas a este respeito, em que, frente à ausência de organização dos produtores, a comissão interinstitucional entendia como um dos itens mais importantes e recomendou “inserir uma condição no sentido de vincular isto à algumas obrigações ou deveres por parte da comunidade” (VECHI, 1994, n.p):

- a área de abrangência do PAP já tinha sua associação de moradores construída, contudo, enfraquecida em decorrência das rotatividades das famílias assentadas, que vinham ocorrendo após a extinção da SUDESUL e a ausência da presença do Estado Catarinense para orientação (assistência técnica, extensão rural) à formação do núcleo agropecuário, agravando-se pelas conjunturas socioeconômicas (possíveis e prováveis) desiguais entre as os primeiros assentados, procedentes do PAP, pela disparidade das condições de viabilidade de lotes produtivos. Frente a este cenário de dependência, a exemplo da conclusão das obras de macrodrenagem, deixou-se a comissão, sem interferência, em um primeiro momento, mobilizar os assentados;
- já a comunidade do PPDI, na localidade do Tenente, em sua maioria, com produtores de rizicultura, estava usufruindo da água da represa do Rio Bonito sem, no entanto, ter uma participação efetiva na cobertura dos custos operacionais de distribuição do referido recurso. Ou seja, sem utilizar-se de

qualquer regulamento ou critérios de distribuição, que previam as legislações⁹¹ pertinentes no âmbito nacional e estadual. Para tal, o encaminhando era de realizar um esforço em organizar os produtores em associação para disciplinar o uso da água, como principal objetivo, e criar ambiente favorável para outras ações relacionadas à reativação do subprojeto, visto o descrédito da comunidade perante ações institucionais, em virtude das descontinuidades destas.

d) quanto as possibilidades produtivas ao núcleo agropecuário houve cautela em direcionar ou orientar alguma sugestão a respeito, em que a única referência feita diz respeito a ser, “[...] conveniente avaliar com muita atenção as perspectivas com maracujá” (VECHI, 1994, n.p). Ao alinhar-se com qualidade de mudas, poderia ser uma oportunidade produtiva às unidades familiares por existirem perspectivas comerciais regionais. A respeito da exploração madeireira, que vinham correndo na área do PAP, os encaminhamentos foram na direção de aplicar um programa de educação com a realização de palestras para conscientização do público-alvo, no caso, os assentados, assim como denunciar as empresas que estavam comprando e transportando as lenhas resultantes do desmatamento;

e) na assistência técnica e extensão rural, limitou-se a sugerir a possibilidade em recorrer-se ao Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), a UNISUL requerer formalmente ao Estado Catarinense através da Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural e a EPAGRI a utilização da área ainda disponível no subprojeto para atividades de pesquisa em solos orgânicos em prol de desenvolver trabalhos de ensino e extensão com a comunidade.

Após estas indicações, em 11 de agosto de 1994, a UNISUL veio firmar com Ministério da Integração Regional (MIR)⁹² uma das mais significativas ações após as obras paralisadas: uma cooperação técnica⁹³ que objetivava a elaboração e articulação de um plano para reativação do subprojeto do Banhado do Sombrio, incluindo a preservação do acervo técnico científico e a administração dos bens patrimoniais pertencentes à antiga SUDESUL

⁹¹ Portaria nº 179, de 13 de junho de 1978. Regulamenta a operação, conservação e manutenção da infra-estrutura de irrigação, drenagem e proteção das terras compreendidas nos perímetros irrigados. Lei nº 6.662, de 25 de junho de 1979 dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação e dá outras providências as presentes no Programa de Aproveitamento Racional de Várzeas Irrigáveis de Santa Catarina (1980).

⁹² Extinto pela Medida Provisória nº 803, de 1º de janeiro de 1995. Apenas pela Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, institui-se um Ministério da Integração Nacional criando a Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional em meio a discussão da elaboração da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

⁹³ A cooperação técnica em tese tinha vigência até o ano de 2004, contudo, durou até 1998, mesmo ano que a UNISUL encerra a parceria com a EAFS e repassa todo o acervo técnico científico da extinta autarquia à Cooperativa de Irrigação de Jacinto Machado (COOIJAM), oriunda da organização social da área do PPDI.

que estavam, até o momento, sob a supervisão do escritório Regional de Santa Catarina do MIR. Ademais, o remanejamento de dois servidores da antiga SUDESUL estavam à disposição da EAFS, que mais tarde foram redistribuídos de forma definitiva à escola, à formalização do uso e ocupação da área laboratorial e de campo do Morro do Bino.

A UNISUL em parceria com a EAFS – predominantemente entre os anos de 1994 e o ano de 1998 – fomentou atividades interinstitucionais ao desenvolvimento do Sul de Santa Catarina, sobretudo, às ligadas ao referido subprojeto. Um dos principais eixos norteadores era o desenvolvimento de um plano para redirecionamento estratégico e operacional do Subprojeto Sombrio que envolveu a Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL) como coordenação geral, a Escola Agrotécnica Federal de Sombrio (EAFS), a Associação dos Moradores da Vila Nova, a Associação dos Municípios do Extremo Sul de Santa Catarina (AMESC), a Cooperativa de Irrigação de Jacinto Machado (COOIJAM) – como veremos a seguir, criada em 1994 -, a Secretaria da Agricultura e Desenvolvimento Rural, o Ministério da Integração Regional (MIR-SC), a Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul e a Comissão de Desenvolvimento Rural do mesmo município.

Em reunião extraordinária realizada nas dependências das EAFS, nos dias 6 e 7 de julho de 1995, deliberou-se como objetivo básico ações e responsabilidades de caráter interinstitucional, pautadas no compromisso de coordenar e fomentar a continuidade das obras de macrodrenagem, envolvendo canais de irrigação, canais de drenagem, diques, boeiros e comportas; a regularização fundiária e de infraestrutura dos assentados; as obras de barragem do Rio Leão e reparos na barragem do Rio Bonito e assistência técnica e social aos assentados.

Observa-se em termos de desenvolvimento que a ausência da continuidade de uma gestão, coordenação ao planejamento e execuções dos projetos e planos instituídos há décadas e ainda dependentes de fomento Estatal, “[...] passa a depender da performance do território, de seu acúmulo de relações e capacitação institucional” (BRANDÃO; COSTA; ALVES, 2006, p. 196). Destas discussões, reverberou-se, após cinco anos, que os serviços foram repentinamente paralisados com a fiscalização e acompanhamento dos órgãos competentes, quanto ao término e/ou manutenção dos trabalhos já executados, gerando a constatação, por parte dos engenheiros da Unidade Regional de Santa Catarina, vinculada ao extinto MIR, que as estruturas físicas estavam em sua maioria deterioradas e tal situação deveria ser vista com preocupação pelos entes públicos. O parecer apontava ainda que as obras que envolviam os barramentos do Rio Leão eram consideradas as mais importantes e inquestionáveis a ser dada continuidade ao subprojeto Sombrio. Considera-se que a mesma controla a maior bacia hidrográfica do sistema

e trazem em médio e longo prazo sérios prejuízos a comunidades situadas a jusante da obra de modo irreversível. Em segundo plano, mas não menos significativo, estava a continuidade dos trabalhos nos demais eixos do sistema, pela representatividade operacional que propiciaria em termos de contenção das cheias e na implementação de sistema irrigação como incremento da produtividade agropecuária nas localidades.

A referida formalização, quanto a situação preocupante, fortaleceu o posicionamento das instituições que atuaram diretamente no território após a extinção da SUDESUL, as quais centralizaram pilares de atuações após 1995, que ensejavam objetivos e metas de cunho socioambiental em decorrência dos aspectos vegetativos e hídricos que formavam o território dos dois setores pilotos do subprojeto do Banhado do Sombrio (PAP e PPDI). Desse modo, o último acervo documental constatado nesta pesquisa, emitido conjuntamente pela comissão interinstitucional, pautava em premissas com enfoque na parte ambiental, a exemplificar: realizar levantamentos e estudos de identificação da fauna e flora, bem como elaborar propostas de recuperação e preservação do meio ambiente; conscientizar e capacitar a comunidade para o Desenvolvimento Rural Sustentável, visando a preservação e recuperação do Recursos Naturais e Meio Ambiente, por meio da conscientização da comunidade, prever a manutenção dos canais efetuando limpeza periódica da vegetação rasteira; restaurar as bordas dos canais da macrodrenagem, como espécies mais adequadas em função do tipo de solo e uso agrícola; desenvolver estudos de espécies e manejos mais adequados para as diferentes condições de solo, conjuntamente com a FATMA e IBAMA; e buscar apoio para orientação e vigilância na recomposição e manejo dos recursos naturais. O destaque estava em engajar as microbacias do subprojeto do Banhado do Sombrio (Rio Bonito e Rio Leão) no projeto de Desenvolvimento Rural do Estado de Santa Catarina (SANTA CATARINA; UNISUL, 1995)

Em suma, o conjunto das medidas estratégicas estabelecidas justificava-se pela significativa área que, em decorrência da paralisação do projeto, se consolida como reserva ecológica. A representatividade socioeconômica, em termos de produtividade agrícola, sobretudo na área do PPDI, que já vinha sendo acompanhada, desde a safra de 1991, com rizicultura, direcionava-se ao vínculo das obras necessárias do subprojeto do Banhado do Sombrio, ao compor os critérios e objetivos do projeto de irrigação e drenagem de desenvolvimento rural de SC do ano de 1995.

Em vista disso, o perímetro do PPDI que, desde o seminário de avaliação do subprojeto do Sombrio, em 1980, que priorizou os trabalhos no PAP, vinha sendo campo de

disputa entre os produtores, a SUDESUL, o DNOS, as instituições e os gestores públicos catarinenses, para que os ajustes necessários não se restringissem ao planejamento, planos e projetos. Da área tida como secundária em termos de prioridades da atuação do Estado de Santa Catarina, após duas décadas, valeu-se como sendo a de fato a mais importante para “viabilizar” o núcleo agropecuário que se propendia desde o início, tanto pelas obras que estavam inseridas no conjunto do PPDI como pelas suas influências operacionais e, assim, socioeconômicas ao PAP e às comunidades rurais já existentes na região do Subprojeto do Banhado do Sombrio.

Observou-se de modo frequente, por parte da autarquia, a reivindicação para que concomitantemente aos projetos e execução das barragens e dos canais de macrodrenagem, fosse prestado Serviço de Extensão Rural e Assistência Técnica, pela ACARESC, nas comunidades que envolviam o PPDI e seu entorno.

Visto que na análise da SUDESUL, frente à situação “marginal da área em relação a região e ao Estado” e ao mesmo tempo a posição estratégica que a mesma representa no âmbito de experiência piloto na magnitude das proposituras e ações estatais que vinham ocorrendo, as “atividades de extensão e assistência técnica que se debruçam sobre a área obtém efeito residual e/ou sensivelmente lento” (MINISTÉRIO DO INTERIOR, [1983], n.p). Pela potencialidade de expansão produtiva que as propriedades da área do PPDI apresentavam desde os primeiros estudos de viabilidade técnica e econômica, a autarquia constantemente estava a solicitar ações de cunho de extensão rural na comunidade já instalada, especialmente no município de Jacinto Machado, na localidade do Tenente, para que a organização social e institucional desta fosse incentivada.

Entre as justificativas, estava as lacunas presentes nos extremos da pesquisa agropecuária fortemente constituída pelas Investigações interinstitucionais realizadas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA e por suas vinculadas estaduais. No caso específico de Santa Catarina, a Secretaria Estadual da Agricultura e do Abastecimento através da Empresa de Pesquisas Agropecuárias de Santa Catarina – EMPASC e as obras de engenharia agrícola que vinham sendo gradativamente implementadas. A ênfase e importância deveriam alinhar a realidade aos mecanismos extensionistas, os ajustes físicos territoriais e as articulações em proximidade e capacitação dos produtores (MINISTÉRIO DO INTERIOR, [1983]).

A premissa na área do PPDI estava como o próprio nome indicava: projeto piloto a desencadear todo o processo de desenvolvimento agrícola da Bacia Hidrográfica do Mampituba, sobretudo aos setores do subprojeto do Banhado do Sombrio. Uma área de ação

concentrada, na qual se aplicaria gradativamente todo conhecimento da hidrologia rural. Para que tal objetivo fosse alcançado era visto como indispensável “estruturar e acionar mecanismos institucionais com sólido grau de continuidade administrativa de tal forma a poder expandir a experiência resultante, já no próprio processo, para outras áreas” (MINISTÉRIO DO INTERIOR, [1983], n.p).

A atuação de profissionais técnicos a esse certame viria a promover gradativamente a consciência comunitária para gerar as condições para a futura cooperativa mista, alinhando a troca de saberes entre as populações dos dois setores PAP e PPDI, instruindo os agricultores para melhor operacionalização e manutenção do sistema de drenagem e irrigação que vinha sendo construído, sendo primordial a viabilização das áreas produtivas do PAP e a intensificação da produção já existente no PPDI. O contexto expresso, projetado ainda na década de 1980, em plena execução dos projetos, tomou novas dimensões após os rumos que se deram perante as descontinuidades do início da década de 1990. Diante das frustrações da comunidade do PPDI, das possibilidades de continuidade das gestões hídricas necessárias para além dos elementos infraestruturais, assim como otimizar e legalizar os sistemas de irrigação, capaz de formar fundos para a sua manutenção e ampliação, os membros de instituições como a UNISUL e a Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Estado de Santa Catarina propuseram a criação de uma associação ou cooperativa, que viesse equilibrar o efeito da suspensão das obras físicas e territoriais que viabilizavam o PPDI e o descontentamento e descrédito local, em relação as ações exercidas pelo Estado.

Diante da relevância hidrológica dos projetos paralisados, especialmente, nas comunidades envolvidas, a contribuição de instituições de ensino, pesquisa e extensão, que orientavam a inserção comunitária, possibilitava a retomada operacional e da gestão hídrica de duas barragens e sistemas de macrodrenagem. Significando mitigar os efeitos que inviabilizavam áreas agricultáveis, criou-se um clima favorável de mobilização.

O ponto de partida foi a formação do quadro social cooperativista, por meio de encontros promovidos na própria comunidade, com destaque a socialização proferida pelo Sr. Antoninho Rovaris, em 1994, Presidente da Cooperativa Turvense Ltda, cuja experiência e conhecimento do assunto, motivou os produtores e ofertou subsídios a serem adaptados na criação da Cooperativa de Irrigação de Jacinto Machado (COOIJAM). Como ponto estratégico de viabilidade da futura cooperativa, durante o processo de consolidação da COOIJAM, o setor do PPDI, ao receber recursos destinados as obras de alguns canais paralisados, deu a oportunidade da conclusão de um importante trecho de canal de irrigação (canal I-1) que, ao

ser implementado, dispôs a área como embrião para a administração da criada cooperativa, servindo como modelo para os demais setores de macrodrenagem, a autonomia de gestão e orçamento próprio, nos moldes de outras experiências bem-sucedidas na região.

A referida estrutura cooperativista estava distante dos princípios da cooperativista mista planejada no projeto de Desenvolvimento Agrícola da Bacia do Rio Mampituba, sobretudo ao desvincular a comunidade procedente do PAP. Contudo, representava uma iniciativa para se dar as condições de gestão autossustentada na administração das barragens e canais de irrigação, onde, ainda em 1995, nas palavras do antigo gerente de projetos da Bacia do Mampituba, era vista como promissora tanto aos agricultores que seriam beneficiados pelo sistema, como ao desenvolvimento regional: “Entendemos que a COOIJAM desempenha, na consolidação e desenvolvimento do Subprojeto Sombrio, um papel só comparado aquele desempenhado pela UNISUL e EAFS até o presente e que lhes está reservado para o futuro” (SANTA CATARINA; UNISUL, 1995).

A partir da organização social pela instalação da COOIJAM, impulsionou-se a inserção da área do PPDI ao projeto de suporte hidráulico à irrigação, que visava que as práticas de irrigação e drenagem ultrapassassem a função tecnológica até então restrita ou com maior enfoque para eliminar as perdas ocasionadas por estiagem ou inundações, e vigorassem com a capacidade de elevar significativamente os ganhos de qualidade e produtividade das propriedades agrícolas (SANTA CATARINA, 1995). Foi-se consubstanciado diretamente pela Secretaria de Desenvolvimento Rural e da Agricultura, Diretoria de Recursos Naturais e Gerência de Irrigação e Drenagem do Governo de Santa Catarina, juntamente com o Ministério do Meio Ambiente dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, assim como a Secretaria de Recursos Hídricos do Governo Federal.

O projeto no Estado catarinense representava investimentos em tecnologia para a rentabilidade de principais atividades do segmento agropecuário, de modo a minimizar os desafios das “novas bases mercadológicas” que se estabeleceriam com a implantação do MERCOSUL. Atribuiu-se a responsabilidade do setor agropecuário como mantenedor e gerador de empregos, a necessidade de incremento quantitativos e qualitativos na produção e conversão dos ganhos produtivos em melhores níveis de rentabilidade.

O necessário fortalecimento do setor agropecuário catarinense, de sorte a torná-lo cada vez mais competitivo frente aos desafios que lhe são impostos, terá de passar também por ações que visem ampliar e consolidar a aplicação de técnicas de irrigação e drenagem. Simultaneamente e por estímulos dessas ações, deverão ser implementados

trabalhos voltados para a organização do meio rural (SANTA CATARINA, 1995, n.p).

Em acordo das razões e estratégias de mudanças das estruturas setoriais que estavam sendo vistas como pilares ao crescimento da econômica nacional – inserção do país ao comércio internacional –, os projetos incorporavam uma proposta regionalizada ao Estado catarinense⁹⁴ quanto a utilização de irrigação das lavouras. Visava-se um aumento significativo na produtividade e melhoria da qualidade da produção, em prol de maior renda aos produtores rurais, fixando o agricultor no meio rural.

O inquestionável potencial do segmento que se valia pelas características de solo, clima, estrutura fundiária e relevo, assim como nos investimentos que vinham sendo implementados em tecnologias de irrigação e drenagem, desde 1981, no Estado, de modo que passaram a ser vitais para o setor. A exemplificar, evidenciava-se pelo censo de 1985 a potencialidade do Estado em ampliar o uso destes sistemas, observando as regiões das principais bacias hidrográficas que estariam presentes no projeto. Apenas de 2 a 5% das propriedades utilizavam-se de algum tipo de tecnologia a irrigação e drenagem.

O segundo parâmetro favorável estava nos resultados possíveis de serem evidenciados em culturas como a do arroz, tendo um aumento de 50% de produtividade, passando de 3.600kg/ha para 7.200kg/ha; a da olericultura com enfoque na cultura da beterraba, que obteve um aumento médio na produtividade na ordem de 17,8%; e na cultura da cebola chegando ao expressivo percentual de aumento da produtividade de 264%. Estima-se, assim, que a implementação de projetos, como os propostos, estaria direcionando à estabilidade da produção, aumento da produtividade das culturas nas áreas abrangidas pelo projeto, levando o produtor a buscar um maior nível tecnológico, utilizando de maneira mais racional os recursos naturais (solo e água)⁹⁵ (SANTA CATARINA, 1995).

A estimativa das ações do projeto estava em abranger 36.377ha de áreas cultivadas no Estado catarinense. O Estado estava entre os primeiros do país na produção de hortaliças e frutas, o primeiro produtor nacional de alho e o segundo produtor de cebola, o quarto nacional de batata inglesa. As regiões atendidas foram identificadas por conter áreas com base na

⁹⁴ Vale ressaltar que, ainda, pouco se avançou em investigações quanto ao cerne da proposta do Estado de Santa Catarina, ou ainda, nas possíveis consequências das concepções entorno do MERCOSUL, dos eixos de desenvolvimento do Cone Sul, sobretudo, na regionalização setorial ao desenvolvimento agropecuário do Estado Catarinense.

⁹⁵ Especificamente na Bacia Hidrográfica do Vale do Rio Araranguá, destaca-se a dissertação de mestrado de Juliana Brocca Pesa (2011), a qual tangencia os desequilíbrios e transformações ambientais e da paisagem, ao centralizar seu estudo nos elementos da história agrícola e ambiental da rizicultura pelo PROVÁRZEA.

disponibilidade de solo e água para o desenvolvimento da tecnologia da irrigação. Em regiões com destaque na produção de olericultura, frutíferas, grãos, arroz irrigado e mandioca, na predominância de pequenas propriedades rurais, as quais são as principais responsáveis pela produção de alimentos, determinou-se sete bacias hidrográficas prioritárias: Bacia do Rio Araranguá, Rio Tubarão, Rio Cubatão do Sul, Rio Itajaí Açu, Rio Itapocú, Rio Canoas e Pelotas e Bacia do Rio Negro e Canoinhas (SANTA CATARINA, 1995).

Observa-se que não se incluía a bacia do Rio Mampituba, a qual abrange os municípios do Estado de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, e todo o subprojeto do Banhado do Sombrio. Porém, em virtude das circunstâncias de retomada do projeto, capacidade de fundos orçamentários e interesses políticos, sociais e econômicos, acrescentou-se dentro dos trabalhos da Bacia do Rio Araranguá os investimentos necessários para a retomadas das obras nas Barragens do Rio Leão e do Rio Bonito.

As ações nas sete microbacias previam a implementação de trinta e seis projetos de captação, beneficiando diretamente 988 produtores, e cinquenta e um de macrodrenagem, atendendo diretamente 1.724 produtores, com um investimento incluindo a elaboração e acompanhamento com assistência técnica dos projetos em R\$ 2.400.000,00, com captação de recursos tanto da União (R\$ 1.920.000,00) como do Estado catarinense (R\$480.000,00), cada qual com suas coparticipações diferentes em cada projeto. A Bacia do Rio Araranguá, a qual compete análise, distribuiu em seu plano operacional as ações correspondentes das suspensas obras da SUDESUL e do DNOS, em 1990, em trabalhos no Rio Leão, assim como em comunidades do Tenente e Barro do Pinheirinho, ambas no município de Jacinto Machado. Destaca-se que do total dos investimentos aos dez projetos de captação e adubação em canal de irrigação (R\$ 479.694,00), inseridos na Bacia do Rio Araranguá, as obras no Rio Leão correspondiam a 33% do montante e as ações de macrodrenagem em ambas comunidades citadas correspondiam a 42% dos investimentos totais (R\$ 3.262.60,00). Assim, ações de retomada dos trabalhos parciais ao subprojeto do Banhado do Sombrio representavam as obras mais onerosas dos projetos da Bacia do Rio Araranguá.

As referidas obras foram concretizadas e inauguradas em setembro de 1996, representando uma continuidade e expansão produtiva das comunidades do PPDII (figura 12, p. 218). Ademais, consolidaram-se os trabalhos da COOIJAM, que terminaram o ano de 2020 com 178 associados, representando, por seus cooperados, a produção em 3 mil hectares de área plantada de arroz, 10 mil hectares de maracujá e pitaya, abrangendo os municípios da região do

Extremo Sul Catarinense: Praia Grande, Santa Rosa do Sul, São João do Sul e Jacinto Machado, onde situa-se sua sede administrativa na Barragem do Rio Leão (E13, 2021).

Como principal reflexão da conjuntura entre descontinuidades e permanências do PPDI, podemos sumariamente representar, pela fala de um produtor rural que reside na localidade desde a sua infância, o acompanhamento da vinda da autarquia desde as primeiras medidas pluviométricas realizadas com auxílio dos moradores na década de 1970, e que na sua vivência teve o quintal de casa e as propriedades produtivas da família transformadas desde então.

O Estado foi muito importante para organizar e colocar o impulso destas obras desde a década de setenta aqui na região. Nossa, você pensa: jamais teríamos condições de ter construído e depois concluído essas barragens e os canais de dupla função [drenagem e irrigação]. E depois, foi possível manter né, porque nós fomos orientados, né! Nós fomos orientados a cuidar disso [barragens e canais]. Porque, assim: naquela época era difícil ter a assistência, a extensão e essa orientação a gente teve. E o resultado é que estamos aí como cooperados. Hoje a cooperativa [COOIJAM] tem a finalidade econômica e social. Manter os produtores né, produzindo e vivendo em comunidade (E12, 2021).

Figura 12 – Situação do território do PAP e do PPDI em 2020.



Fonte: Arquivo pessoal da autora. Organizado e elaborado por Danieli Cristina de Souza (2021).

Em tese, a inserção das obras paralisadas do subprojeto do Banhado do Sombrio tenderia a viabilizar as áreas do PPDI do PAP e outras remanescentes aos municípios beneficiados pelo Subprojeto do Banhado do Sombrio, com o aumento significativo de áreas irrigáveis, por meio de obras de controle de cheias, drenagem e infraestrutura básica, permitindo

o sensível aumento de produtividade nas comunidades já inseridas na agricultura e na incorporação de novas áreas como a do PAP.

A conclusão e recuperação das obras desde projeto, deverão beneficiar 750 pequenas propriedades, com uma população de cerca de 6.500 pessoas, criando uma expectativa de mais de 1.100 novos empregos. Definindo, além disso o destino definitivo de 51 famílias de pequenos produtores rurais (SANTA CATARINA; UNISUL, 1995, n.p).

O que é evidente na figura de satélite, datada em 2020, é a predominância das áreas do PAP com intensa vegetação presente – como já evidenciado em outro momento a prevalência desde a década anterior de área de reserva ecológica –, com isso, havendo poucos lotes tidos em termos de projeto como produtivos e de fato sendo viabilizados a esta finalidade. As tratativas oriundas das estratégias interinstitucionais foram fragmentadas entre ações no PAP e ações no PPDI. Na ausência da integralidade do sistema de irrigação e drenagem e da realização de trabalhos a curtos prazos, como limpeza de canais, aterro, correções de vias pela própria Prefeitura Municipal e ou instituições, a AMESC, com a disposição de maquinados na antiga SUDESUL, fez com que o estado físico territorial se agravasse na área do PAP.

Ainda em 1995, simultaneamente à inserção da área do PPDI ao projeto de desenvolvimento das bacias hidrográficas de Santa Catarina, a comissão interinstitucional trabalhou para elaborar, em termos formais, o “Plano de Redirecionamento Estratégico e Operacional do Sub-Projeto de Sombrio”, o qual teve entre os elementos já referenciados as projeções para alterar a situação de vulnerabilidade das famílias assentadas ao PAP. Entre o conjunto de encaminhamentos, destacamos o cronograma físico e financeiro para operacionalizar o Plano (Quadro 8, p. 220), que estava na ordem de execução em 13 meses, prevendo um valor de R\$ 5.897.000,00 (cinco milhões oitocentos e noventa e sete mil reais).

Ao PAP estava a infraestrutura, fazendo a divisão entre os trabalhos nos lotes do centro comunitário (considerados como lotes urbanos) e os produtivos. Previu-se a reestruturação do saneamento básico, abastecimento de água potável e rede de esgotos, referente a 51 famílias da agrovila do subprojeto, num valor de R\$ 153.000,00, e a infraestrutura física para armazenagem e secagem de produtos agrícolas, no valor de R\$ 40.000,00. Destinou-se, também, recursos para custeio e investimentos para exploração dos lotes rurais, no valor de R\$ 7.500,00 por família, perfazendo para a infraestrutura rural e urbana um total de R\$ 553.000,00.

Quadro 8 – Cronograma físico e financeiro a reativação do subprojeto do Banhado do Sombrio 1995

Ações a serem executadas 1995/1996		Exercício de 1995		Exercício de 1996													Total em R\$1.000,00
		Dez	Total 1995	Jan	Fev	Mar	Abr	Maio	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total 1996	
1	Macro drenagem	20	20	20	20	20	15	9	-	-	-	-	-	-	-	84	104
2	Barragem Rio Bonito	15	15	20	15	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	35	50
3	Barragem Rio Leão	20	20	20	750	530	530	530	530	530	530	530	-	-	-	4280	4.300
4	Irrigação	30	30	30	30	30	20	20	-	-	-	-	-	-	-	130	160
5	Conclusão e recuperação viária	15	15	15	6	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	26	41
6	Assentamentos																
6.1	Regularização	30	30	20	20	20	10	-	-	-	-	-	-	-	-	70	100
6.2	Infraestrutura	80	80	100	80	75	25	13	50	50	50	30	-	-	-	473	553
6.3	Assist. Técnica	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	36	39
6.4	Manutenção do sistema	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	120	130
6.5	Eventuais	-	-	-	-	30	30	30	40	40	40	50	50	50	60	420	420
Total		223	223	230	934	723	643	615	633	633	633	423	63	63	73	5.674	5.897

Fonte: Plano para redirecionamento estratégico e operacional do subprojeto do Banhado do Sombrio (1995). Elaborado pela autora (2021).

Além dos itens citados, estavam as tratativas para regularização fundiária das áreas do PAP. Segundo documento, emitido pela Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina, em 1995, estavam ocorrendo os registros incidentes sobre o imóvel denominado Subprojeto Sombrio, de modo a elaborar anteprojeto de Lei, autorizando permutas entre áreas, visando excluir propriedades particulares e ensejando melhor planejamento da área a ser destinada ao assentamento das famílias de agricultores, bem como a alienação das terras do referido imóvel, ao Fundo de Terras de Santa Catarina para operacionalizar a questão fundiária do assentamento, de acordo com a Lei nº 6.288, de 31 de outubro de 1983.

Seguia-se o repasse do Fundo de Terras aos assentados por meio de escritura pública de compra e venda com pacto adjeto de hipoteca, regularizando definitivamente o assentamento, selecionando os casos especiais e elaborando os planos individuais de exploração. O Fundo de Terras contaria com o apoio a nível municipal da Comissão de Desenvolvimento Rural de Santa Rosa do Sul e dos técnicos da Assistência Técnica local. Previa-se o prazo final de regularização para abril de 1996, a um custo de R\$ 100.000,00.

Após estas formalizações documentais das parcerias interinstitucional, a última menção pública a respeito foi em 1996 em uma edição emitida pela Associação dos Municípios da Região de Laguna (AMUREL) sobre a situação educacional dos municípios membros. Ao tratar dos projetos comunitários com participação da Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL)⁹⁶, a instituição evidenciou a “Reativação do Sub-Projeto Sombrio”, o qual era evidenciado como

[...] tarefa de porte pela diversidade de ações envolvidas. As obras de recuperação da Sede da SUDESUL estão 60% concluídas, incluindo o acervo técnico científico com dados dos projetos previstos. A organização das populações das áreas a serem irrigadas do Sub-Projeto Sombrio, em Cooperativa e, para os assentos do Sub-Projeto, na Associação dos Assentados. Foi feita a readequação dos Projetos das obras de drenagem e irrigação, (em fase de execução dos canais o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Desenvolvimento Rural e da Agricultura /CIDASC/EPAGRI), está em fase de execução. De forma semelhante a retomada da manutenção da Barragem do Bonito e a conclusão da Barragem do Leão, estão em fase de obras; e, as respectivas Licenças Ambientais junto FATMA, para evitar entraves na sua execução. O atendimento às comunidades, em especial o Grupo de Assentados, incluindo o levantamento de propriedades e de ocupantes, suas necessidades, acompanhamento das ações do Estado na Titulação dos proprietários (AMUREL, 1996, n.p).

⁹⁶ Em 1995 estava com sede principal no município de Tubarão com 23 cursos de graduação, Araranguá com 6 cursos de graduação, Orleans com 2 cursos e em Santa Rosa do Sul com o curso de agronomia na sede da EAFS (AMUREL, 1996).

Sumariamente, observa-se em certas vertentes a replicação das proposituras ao subprojeto Sombrio – em novos e, às vezes, nem tão novas intencionalidades e estratégias institucionais – em torno das questões multifatoriais que percorreram períodos entre o diagnóstico condicionantes do território a implementação do PAP. Além do mais, transitam pelas nuances do planejamento político institucional e orçamentário da administração pública. Entre as discontinuidades que impactavam a trajetória da comunidade assentada, ainda cabe equilibrar as permanências de ausência de estruturas básicas à complexas em torno das condições de ocupação, manutenção e ascensão produtiva e social ao território condicionado ao PAP.

4.3 A TRAJETÓRIA DO PLANO DE ASSENTAMENTO DE POPULAÇÕES

Os estudos de viabilidade técnica e econômica realizados na década de 1970 em parceria com o Estado de Santa Catarina e o Governo Federal, com atuação direta da SUDESUL e outras entidades públicas e organismos internacionais, para os subprojetos regionais em Santa Catarina, foram o gatilho do planejamento para as implementações exequíveis na área piloto de Desenvolvimento Agrícola do Banhado do Sombrio, incluindo o setor do Plano de Assentamento de Populações – PAP. Entretanto, os ajustes físicos territoriais realizados na década de 1980 não foram suficientes para viabilizar totalmente as áreas produtivas do PAP e fornecer infraestruturas básicas às famílias assentadas.

Com a extinção da SUDESUL e do DNOS, ocorre a discontinuidade das obras em canais de dupla função (irrigação e drenagem) direcionados ao primeiro setor, o PAP, tendo como consequência a limitação do acesso à água (a irrigação e consumo familiar e animal) e o controle das enchentes em praticamente 70% dos terrenos destinados as famílias assentadas. Prejudica-se, sensivelmente, a capacidade produtiva, a considerar que o projeto estava direcionado a perpetuação familiar e o desenvolvimento agropecuário.

Os trabalhos realizados entre 1991 e 1996, pelas instituições partícipes do Plano de Redirecionamento do Subprojeto Sombrio, ficaram restritos a capacidade dos fundos orçamentários disponíveis, os quais foram aplicados nas infraestruturas do término dos barramentos no Rio Leão, no Rio Canoas e em parte de canais de macrodrenagem, atendendo prioritariamente a área do PPDI, mais expressivamente as parcelas de propriedades com rizicultura vinculadas à COOIJAM. Reverte-se, portanto, a prioridade do PAP ao PPDI, revelando na comunidade assentada a dinâmica territorial e as dimensões multifatoriais à

formação socioespacial de grande parcela dos assentamentos rurais no território nacional, as quais são marcadas pela superação dos desafios ante áreas improdutivas, delongas com a regularização fundiária, precariedade no acesso a bens e serviços básicos (água, energia, saúde, educação, infraestrutura viária), tornando-se ainda mais significativa a acessibilidade a assistências sociais e produtivas, como a extensão rural e os programas governamentais que fomentam o desenvolvimento sócio territorial.

Em 1998, a FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura) e o INCRA realizaram um estudo para identificar os aspectos que dificultavam o desenvolvimento dos assentamentos. Entre os mais mencionados estavam a infraestrutura básica, as dificuldades de acesso ao crédito e à assistência técnica, a gestão, a organização e a comercialização (GUANZIROLI et al., 1999).

Nesse sentido, o desafio está na inserção de políticas públicas capazes de incorporar as peculiaridades do espaço rural e oportunizar acessos equitativos a bens e a serviços em prol da melhoria social e produtiva das famílias, que estejam vinculadas diretamente à reflexão quanto ao processo histórico de interferências e resistências e aos aspectos jurídicos e sociopolíticos presentes na questão agrária. No contexto da questão agrária, os assentamentos são núcleos estratégicos de distribuição fundiária, difusores de conflitos territoriais e sociopolíticos, em que o “reconhecimento” estatal em seu processo de formação e consolidação (re)significa a resistência da população e as interferências – atuantes ou não – do Estado (BERGAMASCO, 1997; LEITE, et al., 2004).

Há de considerar que a constituição socioproductiva dos assentamentos rurais exige a compreensão de que a política de reforma agrária vigente está além do caráter exclusivo de distribuição de terras, está inserida em um âmbito mais amplo e faz parte do complexo de lutas sociais, econômicas, políticas, ideológicas e ambientais pela terra (CARVALHO, 2013). Trata-se de adentrar a perspectiva da manutenção das famílias assentadas em dimensões minimamente asseguradas nas quais se sobressai o fato de criação, reconhecimento e consolidação de projetos de assentamentos pelo Estado.

Envolve as coparticipações das instituições públicas vinculadas à questão agrária, ao desenvolvimento rural em impulsionar a organização das comunidades – dos assentamentos, especialmente os constituídos pelo Estado, como o PAP –, com uma conotação mais social e democrática dentro das suas possibilidades de autonomia produtivas, de conhecimento técnico e de saberes populares, e especificidades em conexão entre as demandas sociais e os setores econômicos no processo de desenvolvimento. Com a análise da trajetória do PAP, lembrando

que este assentamento é planejado e orientado com tutela estatal, na constituição pela esfera federal, a qual tem sua autarquia responsável extinta nos anos 90, no Estado de Santa Catarina, ocorre a fusão de instituições de pesquisa, extensão e assistência agropecuária⁹⁷. Ao PAP reverbera o enfraquecimento de presença de órgãos públicos para continuar os trabalhos físicos nas áreas produtivas, orientar e guiar as famílias assentadas no pouco espaço de terra viável a ser cultivada de modo coletivo e ao fomento de crédito para subsidiar a produção agropecuária.

Na perspectiva do objeto de estudo, o PAP, e sobre assentamentos de modo geral, Fernandes (1998) adverte que é um território de representatividade, um lugar de luta de resistência. A partir da posse da terra, a inserção produtiva tanto para autoconsumo, acesso ao mercado e a reprodução social é construída pela singularidade, identidade dessa luta, e consubstanciado pelo aparato de apoio governamental e políticas de Estado.

Mesmo a questão da terra sendo o ponto primordial para a formação de um assentamento rural como o PAP, as bases de discussões entre a SUDESUL e o Governo Catarinense percorriam aos aspectos jurídicos de desapropriação e os investimentos de obras e ajustes físicos territoriais para viabilizar as áreas férteis. De certo modo, as discussões estavam pautadas em dois pilares considerados essenciais as áreas destinadas à Reforma Agrária: a desapropriação pelo Estado para a função social da terra e a viabilidade dessa terra para a produção agropecuária.

Porém, convém destacar a complexidade multifatorial inserida nos pilares supracitados, os quais reiteramos que não se resume em dar a terra, mas especialmente refletir: quais condições de sobrevivência estas terras serão capazes de propiciar com os trabalhos das famílias assentadas? Os entraves e pressões inerentes, tanto pela ausência ou intensificação dos processos da Reforma Agrária, percorrem por distintas reivindicações, como apontado por Martins:

[...] a reforma agrária não é apenas redistribuição de terra, mas redistribuição de oportunidades de reinserção ou de inserção no sistema econômico, forma de atenuar ou neutralizar as forças que tendem a dele expulsar ou descartar os inaproveitáveis de uma economia crescentemente seletiva e crescentemente dominada e regulada pela lógica do mercado e do lucro. (MARTINS, 2003, p. 42).

Oportunizar estas condições percorrem por parâmetros desde a estrutura de

⁹⁷ Como indicativo de aprofundamento do movimento das reformas da década de 1990 no campo da pesquisa e extensão em Santa Catarina, consultar a tese de Lucy Woellner dos Santos (2001) e o livro publicado pelo engenheiro agrônomo Glauco Olinger, pioneiro da extensão rural no Estado Catarinense e gestor por vários anos da antiga ACARESC. Obra intitulada: “Aspectos históricos da Extensão Rural no Brasil e em Santa Catarina” (2020).

qualidade e vocação do solo, topografia da terra que viabilize os tratos culturais, localização da mesma para escoamento da produção e acesso à comercialização. Envolve, também, os agentes de extensão rural na instigação dos saberes e experiências populares, na propiciação à capacitação ao uso de tecnologia e técnicas de trabalho e de produção a serem empregadas juntamente ao instrumento de crédito para capitalizar o agricultor.

No caso do PAP, como observado, houve a ineficiência produtiva tanto pelos aspectos físicos do solo quanto pela ausência de extensão rural e assistência técnica, agravando a situação pela falta da regularização fundiária, dificultando o acesso ao crédito agropecuário. Desde a implementação do PAP previa-se cautela quanto a transmissão das propriedades de moradia, as localizadas no centro comunitário, visto a delonga que estava prevista nas obras e também na viabilidade total do território para torná-lo produtivo. A SUDESUL, em 1980, considerou que o processo para a regularização dessas terras deveria ocorrer após a consolidação do assentamento, evitando as possíveis rotatividades das famílias que estariam sendo beneficiadas.

As observações e encaminhamentos a esse respeito se limitam a uma nota de rodapé do documento de “organização institucional do PAP”, tendo, como função do conselho de implementação da cooperativa mista prevista, um departamento que viesse a consubstanciar as ações entre o Estado e a comunidade procedente do PAP para firmar a regularização fundiária. Diante disso, “sugere-se que durante a etapa de consolidação do PAP, com exceção dos assentados oriundos de desapropriação nos locais de barragem, não seja conferido o domínio de propriedade” (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1980b, p. 34).

Mesmo a área dos 15.200ha estando incorporada em apenas um processo de desapropriação pelo Estado catarinense, na área de 2.000ha, correspondente ao PAP, a dinâmica de direito à terra estaria condicionada pelos critérios de seleção das famílias, com prioridade as que receberam lotes por indenização das áreas desapropriadas pelas barragens no PPDI e, posteriormente, as pertencentes ao segundo grupo, que corresponde aos sem-terra cadastrados pelas secretarias de agricultura ou pela ACARESC nos municípios pertencentes ao subprojeto do Banhado do Sombrio.

Convém ressaltar que o Estado catarinense, sendo responsável desde o Acordo 04/76 pela criação do núcleo agropecuário, no que diz respeito à disponibilidade das terras e assistência técnica às famílias assentadas, direcionou a base fundiária do assentamento ao Fundo e Financiamento da Terra do Estado de Santa Catarina. Esse fundo, desde 1983, representa um dos principais programas do Estado de financiamento da terra para trabalhadores

rurais sem-terra, para financiamento individual ou coletivo, objetivando a compra e venda de terras, programas de assentamento e reordenamento fundiário, sendo fonte para estruturação da unidade agrícola familiar, aqui contemplando o lote de moradia e de produção.

O contrato firmado (anexo P, p. 300) e o relato de membros das primeiras famílias assentadas, revelam as condicionantes pelo Estado aos assentados ao direito de uso e a obrigatoriedade de pagamento em sacas de milho pelas áreas produtivas e de moradia. Um primeiro entrevistado menciona que “Tinha os critérios, não podia vender a terra, era para a família, então, quem vinha pra cá [no PAP] ficava ele e a família pra toda vida, o governo nunca ia tirar. A morada aqui e o terreno lá” (E7, 2021). Um segundo entrevistado coloca que “Era para pagar em milho né. Saco de milho, uma porcentagem pela casa e outra pelo terreno de produção” (E10, 2021). Por fim, um terceiro entrevistado relata que “Depois o Amim entrou, disse que não era para pagar mais, mas acho que também para não dar a escritura da terra né” (E5, 2021).

O movimento retratado na entrevista E5 é resultado da ausência de transição das terras do Estado catarinense pela Secretaria de Assuntos Fundiários do Estado ao programa Fundo e Financiamento da Terra, não vigorando a regularização dos contratos e, assim, a cobrança atribuída como consequência da inexistência da posse das áreas. Nesse contexto, insere-se a notoriedade à tratativa quanto as modalidades de constituição de assentamentos estabelecidas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que inferem nos trâmites administrativos, jurídicos e socioeconômicos das famílias assentadas.

Ao classificar os projetos de assentamentos do território nacional em duas grandes modalidades, o INCRA expõe, especialmente pela nomenclatura atribuída, algumas características da comunidade, mas principalmente as inferências da dinâmica e a coparticipação do Estado nas fases de implementação dos projetos de assentamentos. Quando se tratam de projetos da primeira modalidade, assentamentos implementados pela “forma tradicional” do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), o INCRA viabiliza todas as etapas técnicas e administrativas (local, escolha de famílias, infraestrutura) por meio de legislação vigente. Já no caso de assentamentos criados por “outras instituições governamentais” cada submodalidade integrante desse grupo possui suas próprias diretrizes, desde a obtenção da terra até o assentamento consolidado.

No caso do assentamento em questão, como já mencionamos, enquadra-se em projetos de assentamentos reconhecidos pelo INCRA, criados por outras instituições governamentais para acesso às políticas públicas do PNRA, não sendo fruto de um resultado da

luta direta dos trabalhadores rurais sem-terra, nem implementado pela reforma agrária tradicional, com direito ao título da terra e infraestrutura ao território pelo INCRA. A comunidade constituída é afetada diretamente, em virtude das condicionantes de criação e interferências da descontinuidade administrativa, com a extinção da SUDESUL e a fusão das empresas de fomento à assistência técnica e extensão rural no Estado de Santa Catarina e a ausência de políticas públicas claras e concretas a este certame.

Sobre esse aspecto, o relatório de projetos de reforma agrária (BRASIL, 2021), disponibilizado pela Diretoria de Obtenção de Terras e Implementação de Projetos de Assentamento, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), aponta que o PAP foi reconhecido pelo INCRA apenas em dezembro de 1995 como Projeto de Assentamento Estadual (PE), intitulado PE Sombrio, incluindo-o no PNRA. Dessa maneira, foi vinculado pelo órgão, na segunda modalidade, que representa assentamentos criados por outras instituições governamentais, para enquadramento às políticas públicas do Plano Nacional de Reforma Agrária.

Deixa-se, assim, claramente que as inserções de recursos e investimentos ao PAP até o presente reconhecimento (dezembro de 1995) estavam atribuídas a outros órgãos governamentais. Como houve a extinção da SUDESUL em 1990, e sendo evidente a coparticipação do Estado de Santa Catarina, pelos acordos firmados desde 1976, com o Governo Federal à constituição do núcleo agropecuário, cabe a estes, como indícios, que justifiquem a classificação como Projeto de Assentamento Estadual.

Para o INCRA, o Projeto de Assentamento Estadual Sombrio, entre as sete fases para ser considerado um assentamento consolidado, encontra-se na quinta fase de implementação e controle, ou seja, “assentamento em estruturação”, sendo um assentamento projetado para 102 famílias. O órgão reconheceu sua capacidade para 50 famílias assentadas em uma área de 2.192ha, isto é, capacidade igual à que de fato ocorreu na década de 1980 de famílias assentadas. Em acompanhamento dos dados disponibilizados para consulta pública, constata-se que somente em 2019 foi divulgada a lista das famílias beneficiadas, ou seja, o cadastro efetivo ao Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA), considerando o momento da coleta das informações e as últimas atualização do INCRA (janeiro, 2021). São 41 famílias assentadas que estariam cadastradas e reconhecidas oficialmente pelo órgão ao direito da propriedade produtiva.

Salienta-se que a movimentação feita pelo INCRA entre o reconhecimento em 1995 e a inserção realizada em 2019, dos beneficiários do respectivo projeto de assentamento, atrela-

se ao processo de articulação iniciado em 2014 pelo Instituto Federal Catarinense – Campus Santa Rosa do Sul (IFC-CSRS), antiga Escola Agrotécnica Federal de Sombrio (EAFS)⁹⁸, o qual está inserido na área circunvizinha do PAP. Por meio de um projeto de extensão intitulado “Regularização Fundiária da Área do Assentamento Rural de Vila Nova”, envolvendo representantes de distintas instituições das três esferas da administração pública (IFC-CSRS; diretor de políticas da agricultura familiar e da pesca da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca; Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul; presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Rosa do Sul; Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina), e a comunidade, iniciou-se a retomada das discussões e tratativas sobre os empecilhos para a efetiva regularização fundiária, haja vista morosidade e ausência de informações aos assentados.

Com as informações recebidas pela Secretaria de Assuntos Fundiários de Santa Catarina e por parte dos membros do projeto de extensão do IFC supracitado, é possível constatar que ainda constam paralisadas todas as tratativas que culminam entre o Governo Catarinense e o envio a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC). Em março de 2021, o Governo Federal lançou o “Programa Titula Brasil” com o slogan “fazendo chegar o título a quem tem direito a terra”, com objetivo de inserir as prefeituras como intermediárias por meio de um Acordo de Cooperação Técnica com o INCRA, para agilizar os processos de regularização fundiária de assentamentos já reconhecidos pelo órgão e com desapropriação consolidada, entregando os títulos provisórios ou definitivos.

Em conversa com os gestores municipais, a autora evidenciou o interesse da Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul em protocolar, junto a Secretaria Especial de Assuntos Fundiários (Seaf) e ao INCRA, a análise para inserir o “assentamento da Vila Nova” ao “Programa Titula Brasil”. Contudo, o que ficou evidente tanto pelas fontes orais vinculadas as famílias assentadas como pelos representantes das instituições presentes direta ou indiretamente no território do PAP, é a existência da insegurança jurídica quanto ao rumo adequado ao procedimento fundiário efetivo (em termos de reivindicações estaduais e/ou federais). Essa insegurança percorre como principal fator da evidente perca do histórico do primeiro e do segundo período quanto as coparticipações e responsabilidades – evidenciado

⁹⁸ Pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, transforma a Escola Agrotécnica Federal de Sombrio em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – Campus Sombrio. Mesmo carregando o nome do município de Sombrio, conforme já relatado, localiza-se no município emancipado de Santa Rosa do Sul. Somente pela Portaria nº 1.074, de 30 de dezembro de 2014, é que a denominação do Campus Sombrio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense passa a ser Campus Santa Rosa do Sul.

nesta dissertação – entre as intenções e o constituído de um assentamento em Santa Rosa do Sul/SC.

Como salienta Fernand Braudel (1995) o estabelecimento, a manutenção das cidades ou os deslocamentos de centros de interesses está na transumância da capacidade “de atrair pessoas”, e de estabelecer-se um ritmo de conjunturas e até de estruturas. “E as pessoas vão muitas vezes por si até as suas luzes, as suas liberdades reais ou aparentes, os seus salários melhores” (BRAUDEL, 1995, p. 449).

Todavia, a problemática central está que a comunidade ainda carece da articulação de programas de assistência técnica e extensão rural, que envolve as atuações dos agentes públicos, mas principalmente ao acesso à regularização fundiária, a qual pela ausência lhes condicionam a insegurança jurídica, limitando o acesso às políticas públicas como o crédito agrícola, a dignidade quando as possibilidades de reformas habitacionais e outras assistências sociais. São muitos os relatos quanto a ausência fundiária e as abordagens políticas vinculadas a esse certame, onde se perdeu a credibilidade da comunidade nos agentes públicos visto as promessas que vigoram em cada período eleitoral. Dessa maneira, segundo entrevista: “Já tiveram muitos cadastros, muito cadastro! Cada véspera de eleição é um cadastro. [...]. Não é política do governo do Estado, é dos deputados” (E4, 2021). Além disso, outro entrevistado comenta:

Eu digo: regularizou deu as escrituras, a gente tem liberdade, tudo vai melhorar. O Estado também vai ter a parte dele, vamos pagar imposto, aumentar a produção, reformar as casas, economia dos municípios e isso dá retorno para eles também. É uma corrente (E10, 2021).

Tais questões são consideradas essenciais na viabilização das unidades de produção e na organização social e familiar para que tenham possibilidades de acesso a políticas públicas e a mercados locais e regionais, bem como para que construam condições mínimas de permanência e desenvolvimento comunitário. Em virtude de um conjunto de elementos conjunturais e estruturais (baixa renda, infraestrutura básica de sobrevivência e de produção...) não permitem que a comunidade ou determinado grupo inserido no PAP consiga sair da condição cíclica desde a inserção, como assentado no final da década de 1980. Visto os movimentos do trabalho e capital inseridos não conseguem por si só a minimização ou transformação das condições condicionadas no território, tendo, com o passar do tempo, dois caminhos: o agravamento ou a ressignificações movidos pela estagnação e/ou impulsos externos que geram fortes dinamismos de organização social interna.

Nesse sentido, evidencia-se que as mudanças ou interferências exógenas podem provocar novas oportunidades e proporcionar novas condições frente às demandas socioeconômicas. Por isso, mas não somente, é que as intervenções públicas podem contrabalançar este sistema de causação circular cumulativa.

As intervenções do Estado tornam-se não apenas medidas de apoio a dar condições sociais mínimas, mas também estimulam o desenvolvimento rural, mediante a atuação de seus órgãos.

As primeiras famílias, rememoram as dificuldades e as possibilidades de resistência e permanência no assentamento,

Mesmo com todas essas dificuldades, a gente veio pra cá e criou raiz. Mas, alguns cresceram outros não, mas a gente achou os meios para sobreviver. Acho que foi positivo a vinda, mesmo sendo difícil. Mas, mesmo eles [SUDESUL] terem ido embora, ninguém morreu de fome, todo mundo deu um jeito de sobreviver, não era diretamente da terra, mas dava um jeito né (E9, 2021).

Como nas entrevistas dos representantes das instituições (UNISUL, EAFS, SUDESUL), que entre elas, consta a seguinte menção:

Hoje, essa vila existe graças a escola, senão tivesse essa escola, não teria mais ninguém aí, porque o pessoal, muitos anos, um ou outro da casa, trabalhou na escola, de um jeito ou do outro, ou marido ou mulher, depois os filhos quando cresceram, trabalhou ali, para se manter. Pra se manter né, porque só a lavoura não tinha como (E4, 2021).

Outra fonte de renda constatada foi a previdência social rural⁹⁹, sendo canalizada uma cota parte essencial a sobrevivência das famílias.

Se tu perguntar pra mim, se alguma família sobreviveu só pela terra, nenhuma. Porque logo em seguida se aposentou, algum filho trabalhava fora para ajudar. Nenhuma família que entrou aqui encima destes terrenos, sobreviveram só da roça. 100% nenhuma. Porque além da questão improdutiva das terras, muita gente já chegou aqui passando dos 50 anos, logo se aposentou e viviam do aposentinho. E os filhos saíam trabalhar na praça ou em outras lavouras aqui dos municípios próximos (E10, 2021).

Se observarmos com um olhar pouco atendo, ou de modo isolado, as concepções do primeiro período do PAP, há de se afirmar a descaracterização da finalidade do projeto que

⁹⁹ O mesmo aspecto é evidenciado na dissertação da Rossandra Oliveira Maciel (2015) e outros estudos da mesma autora sobre a internalização da previdência social rural (PSR), em que a política pública da PSR mantém o idoso no campo e com uma certa garantia de qualidade de vida, visto a seguridade financeira do benefício, que em muitos casos é o principal e/ou única renda familiar e uma das dominantes fontes do movimento econômico dos municípios rurais.

era o desenvolvimento socioeconômico e a integração regional pela expansão agropecuária. Alimentando esta afirmação, estaria, ainda, o limite de tratativa sobre a categoria analítica do espaço rural que se insere ao PAP.

Mesmo que brevemente é preciso ser dito que o espaço rural não é determinado pela simples definição na dinâmica produtiva agrícola, sua qualificação de rural é para além da “categoria historicamente datada” – ou no caso do PAP condicionada no primeiro período – em especial pelas suas transformações, heterogeneidades socioculturais, novos rumos ou continuidades no território rural (CARNEIRO, 2008). Ademais, historicamente a concepção de RA vem ainda retórica e muito recente para o Estado brasileiro, sendo consolidada apenas em meados da década de 2000, e está ligada ao projeto de assentamento, compreendido como “[...] um conjunto de ações planejadas e desenvolvidas em área destinada à Reforma Agrária, de natureza interdisciplinar e multissetorial, integradas ao desenvolvimento territorial e regional” (BRASIL, 2004, p. 148). Colocam-se em evidência as transitoriedades do papel da Reforma Agrária ao longo da história. Ainda, cabe entre fracassos e sucessos superar a criação de assentamentos como uma solução paliativa para os conflitos fundiários e as comunidades procedentes passarem a terem visibilidade, pelo Estado e governos, da sua representatividade socioeconômica e identitária ao desenvolvimento rural e regional possível.

Como observado por Schneider (2010), é preciso rever não apenas o caráter teórico das metamorfoses sobre desenvolvimento rural, mas como estas se manifestaram e são influenciadas pelo espaço social do meio rural. Inclui-se, com isso, a dinâmica do viés político e normativo da agenda e das “ações de intervenção do Estado ou das agências de desenvolvimento”, que, a partir de meados da década de 1990, passaram a compor o enfoque à “políticas governamentais direcionadas para a reforma agrária, o crédito para agricultura familiar, o apoio aos territórios rurais, o estímulo a ações afirmativas [...]” (SCHNEIDER, 2010, p. 512).

Desse modo, a organização e relação social e de diálogo com o Estado adentrariam em novo período de possibilidades, em especial, para a conjuntura e visibilidade da agricultura familiar. Como tratado por Navarro (2002), o grau e a forma de inserção do Estado na ação planejada para políticas sociais e agrícolas, tanto para instalação como manutenção dos assentamentos, inferem diretamente ao nível de emancipação social e política da comunidade.

Contudo, na realidade do PAP, essas transformações que tendem a viabilizar um potencial ao desenvolvimento rural das comunidades, na prática (técnica e essencialmente política), ficaram limitadas entre as tratativas estatais nas diferentes esferas, sobretudo, ao

processo de regularização fundiária. Estando prestes a completar trinta anos do seu reconhecimento junto ao INCRA (1995), e para algumas famílias completando trinta e cinco anos de vivência no território (1986-2021), ainda existe a ausência de titulação dos lotes produtivos e de moradia e a possibilidade de acessibilidade das políticas públicas (agrícolas e sociais).

Após décadas de concepção do PAP entre os planejamentos e exequividades, a comunidade procedente tem como maior dificuldade a ausência de regularização fundiária, considerando-se uma limitação autônoma às políticas sociais, produtivas, econômicas, individuais ou organizacionais, que estão atreladas a presença da posse da terra. No caráter funcional ao limitar a ótica do Estado quanto aos seus planos e projetos, talvez possa ousar a dizer que o território está sendo pouco efetivo. Mas de fato atrela-se a uma ousadia limitada a um equívoco de análise, visto as condições híbridas de sua funcionalidade e simbologia, que muito significam as famílias que ainda permanecem e resistem.

Entre tudo que se acabou, ou melhor dizendo: muito nem foi terminado do que foi planejado, ficou a base né, o principal [risos]. Nós! Foi assim: a mesma coisa que plantar uma semente. Eles colocaram a semente e nós criamos raízes, resistimos as tempestades, as secas e ainda mais as enchentes [risos]. A comunidade ficou viva né (E10, 2021).

Adverte-se que, mesmo com autonomia relativa em virtude aos entraves físicos territoriais, administrativos, políticos e institucionais presentes na trajetória da comunidade – especialmente sob a vontade política e competência técnica –, esta resistiu e reconstituiu-se frente às possibilidades. Portanto, o que move a comunidade não é necessariamente o lucro ou a estratégia apenas econômica das áreas produtivas, mas a lógica do social, fatores e valores psicossociais de diferentes modos de vida. Trata-se da reprodução social, e essa construção da reprodução social está amparada e influenciada pelos graus de autonomia e de dependência estabelecidos nas suas estruturas históricas que se ressignificam frente às rupturas e se asseguram nas permanências e continuidades.

Abramovay (2000) aponta a importância de compreender que o território “possui um tecido social”, dinâmico, o qual, representa “uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico” (ABRAMOVAY, 2000, p. 385). O posicionamento do Estado em intervir ou não, por meio de políticas públicas para a agricultura, é uma questão estratégica e traz inferências estruturais. Em termos operacionais, a disponibilidade de terra, condições e estímulos de organização comunitária são essenciais para a implementação,

reconhecimento de um projeto de assentamento, mas não se restringem à concretização das relações (econômicas, sociais, políticas) das respectivas famílias assentadas.

Nessa perspectiva, como aponta Amartya Sen (2000), o “desenvolvimento como liberdade” revela que os ativos dispostos geram liberdade, justiça social e potencializam o desenvolvimento, estando em constante movimento de trocas. Desse modo, a ausência ou presença das chamadas liberdades (políticas, sociais, produtivas, econômicas, individuais ou organizacionais) fomentam ou negligenciam a vida social e o grau de desenvolvimento socioeconômico. Caracterizam a autonomia da comunidade e articulação de se organizar e reconstituir-se frente as possibilidades.

Identifica-se que, no caso do PAP, a dinâmica do planejamento pelas estratégias técnicas e políticas que constituíram o espaço social, político e produtivo, é renegada e/ou desconhecida pelos assentados. Em outras palavras, temos um espaço construído em um âmbito de planejamento e ações pelo Estado distante dos propostos da década de oitenta, e em decorrência aos reflexos destas intervenções, necessita de rearranjos que potencializem as reconfigurações que se estabeleceram durante o tempo, o que nos faz refletir sobre as condições limitantes e as relações que se estabeleceram frente às conjunturas estruturais do território, onde a falta de regularização fundiária os excluem do direito ao acesso as políticas públicas, não possibilitando que exerçam sua cidadania plena e, com isso, suas liberdades de escolhas ficam limitadas.

A partir desses limites e do cenário planejado e reconstruído, criam-se, após décadas das primeiras famílias assentadas, novas articulações interinstitucionais entre a gestão pública e a organização comunitária. Essa nova tentativa, em um tempo e espaço distintos do primeiro e segundo período do PAP, tende a impulsionar estratégias de reprodução social dos assentados, a partir das condições presentes na dinâmica própria entre as relações e contextos históricos tanto da estrutura familiar como da coletividade da comunidade. Como tratado por Schneider (2003) e Abramovay (2012), considera-se que as formas de reprodução social na agricultura familiar são estabelecidas não apenas pela inserção produtiva do segmento (produção, comercialização e autoconsumo), mas incluem essencialmente decisões que materializam a essência cultural, da estrutura familiar, frente às possibilidades de renda e de sobrevivência no contexto real.¹⁰⁰

¹⁰⁰ O certame apresentado nessas últimas linhas instiga a repercutir em estudos futuros que visem analisar os desmembramentos e as possíveis contradições após o Plano de Assentamento de Populações (PAP), gestado na década de 1970, ser reconhecido pelo INCRA em dezembro de 1995 como PE Sombrio e, assim, incluindo-o no Plano Nacional de Reforma Agrária. Entre outras investigações, sugere-se examinar o contexto econômico

A esse terceiro período demarcado até 1996, porém, tangenciado até o tempo presente pelas narrativas frente ao contexto das permanências estruturais no espaço e no tempo do território de análise, evidencia-se que a trajetória do PAP percorre entre as permanências construtivas como as sociabilidades construídas na comunidade, a resistência e ressignificações desta frente as condicionantes do primeiro e segundo período e a presença e coparticipação de instituições consolidadas como a EAFS, atual IFC/SRS. No entanto, também se fazem presentes, e inferindo na dinâmica socioespacial, as permanências insatisfatórias, que dizem respeito as limitações físicas territoriais e de ausência de intermediações tidas como essenciais, consubstanciadas pelo Estado. Mediante o exposto, seria uma utopia atribuir que estas intermediações, agora sanadas, eliminariam as coexistências presentes no território. Contudo, de modo ousado, arriscamos a dizer que instigaria o sentimento de esperança perante o possível e o provável frente às condições concretas e às subjetivas das estruturas históricas da comunidade procedente do PAP.

e societário perante as articulações e mediações no território do assentamento e do subprojeto Sombrio, após as transformações de meados da década de 1990, seguindo os anos 2000, com reconhecimento da categoria e da implementação de políticas públicas à agricultura familiar, atreladas ao posicionamento estatal, em termos do planejamento (espacial e territorial) ao desenvolvimento rural e regional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os aspectos decisivos que determinam ou negligenciam articulações do Estado e da gestão governante consideradas necessárias para a construção de projeto nação, diante de um território heterogêneo como o Brasil, percorrem de maneira inerente pelas condições estruturais e forças políticas que vigoram em cada processo histórico, o qual tende a visar a adequabilidade na conjuntura do seu tempo para o desenvolvimento do país. Por conseguinte, a questão regional vem se transformando em novas estruturas e atribuições, desde a sua essência na pauta e agenda governamental.

Entende-se que é sobre as conotações geopolíticas, sociais e econômicas que se dá a dinâmica entre as intenções, o planejamento e as ações, e que este processo é impulsionado e se mantém pelos múltiplos interesses que se expressam sobre um território, envoltos por decisões técnicas e políticas que inferem nas transformações de suas estruturas (sociais, econômicas, políticas, institucionais, ambientais) socioespaciais. Sob estas interlocuções, as posições relativas do Estado se configuram ao tocante do planejamento e desenvolvimento nacional nas distintas dimensões escalares de atuações e denotam-se as guias referenciais na esteira das discussões empreendidas sobre espaço, território e o processo de regionalização. Por sua vez, paulatinamente e transmutando, nos ajudam a compreender o papel Estatal, os mecanismos institucionais e políticos frente às experiências nacionais de desenvolvimento quanto aos projetos regionais em determinado tempo, espaço e conjuntura.

Os reflexos sobre os desfechos práticos e teóricos do planejamento estatal ao desenvolvimento regional e nacional, sincronicamente às atuações das superintendências regionais desde os anos 60 vêm fomentando debates (convergentes e divergentes) quanto as premissas das concepções que levam a presença ou ausência da consolidação da política regional como política de Estado, entre projetos ambiciosos e exequíveis frente as necessidades nacionais, regionais e locais. Perante as especificidades regionais dentro do período balizador em aspectos teóricos do planejamento regional, contribui para a formulação da questão central que orientou essa dissertação: como o planejamento estatal inferiu nas condições e oportunidades a formação socioespacial do Plano de Assentamento de Populações?

Um plano vinculado a uma proposta nacional a ser implementado no Extremo Sul Catarinense sob coordenação da Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL), em um período em que o processo de planejamento e desenvolvimento culmina ao crescimento articulado (industrialização, urbanização e modernização da agricultura) enseja um dos objetivos específicos, ao indagar-se quais relações podem se estabelecer entre a

trajetória do Plano de Assentamento de Populações (PAP) e a criação/implementação da Escola Agrotécnica Federal de Sombrio (EAFS), em área circunvizinha ao assentamento?

Buscando responder a essas questões, em consonância com a análise das (des)articulações e reestruturações do sistema nacional, surge a periodização do PAP perante as posições de trocas de influências à formação do seu território e transformações socioespaciais, a autonomia e dependência em torno das estratégias de planejamento estatal ao desenvolvimento regional. Tendo como foco o Plano de Assentamento de Populações (PAP), definiu-se o analisar da trajetória do mesmo em três períodos que revelam, entre intenções e executividades, os limites e possibilidades materiais e das estruturas sociais do assentamento.

A organização dos capítulos percorre essas três periodizações, visando atender os objetivos específicos, os quais orientam a investigação teórica, das fontes documentais, bem como dos trabalhos de campo, tendo como primeiro passo examinar as constituições e desdobramentos no processo de planejamento nacional que desencadearam a proposta de desenvolvimento agrícola do Banhado do Sombrio, no Extremo Sul Catarinense, onde o PAP estava inserido. Abarcou-se um período que compreendesse as medidas orientadas ao desenvolvimento nacional até os anos de 1980, no qual descreve-se o ato do planejamento como partícipe principal, expresso no plano e nas reformulações institucionais como estratégias vigentes nos governos federais e estaduais, especialmente após a década de 1950. De tal modo, a União traz a prática institucionalizada da construção de planos, programas e projetos também na escala estadual, centralizando a decisão na esfera federal, tendo o instrumento do planejamento, por vezes, não tão explícito com metas claras e orçamentos disponíveis, estando mais pautado no discurso e nas intenções do que nas efetividades.

Por isso, considera-se em termos conjunturais que as principais propostas estavam no Plano de Metas, no Plano Trienal – este, que em virtude do deflagra do golpe de 1964 não foi implementado – e no II Plano Nacional de Desenvolvimento. Como estratégias com executividades, especialmente pelo quesito orçamentário e a visibilidade da função estratégica da microrregião, destaca-se o II PND. Convém lembrar a importância do planejamento na base estadual, sobretudo, os alinhados às estratégias nacionais, como o II PLAMEG (1966-1970), o PCD (1971-1974) e, posteriormente, o Plano de Governo (1975-1978). Desencadearam um processo de integração de proposituras entre as esferas e por diferentes aspectos, alinhando-se às intenções de integração e desenvolvimento nas macros e microrregiões.

Nessas condições de propostas estaduais e nacionais, não se deixa de apontar a centralização decisória, especialmente, sob toda a conjuntura da hierarquia de planos, projetos e programas e, de certo modo, uma descentralização do planejamento perante as questões

intrarregionais pelos vínculos institucionais nas três esferas. Sob esta dinâmica, deriva-se o processo de regionalização estadual, estudos e a estrutura orçamentária que orientaram as ações a desenvolver no Projeto Litoral Sul de Santa Catarina (PLSSC), o qual desmembrou-se em vários subprogramas de energia, insumo básicos, infraestrutura física e urbana e irrigação e drenagem, com setores interdependentes, cada qual com seus projetos e subprojetos de atuação, porém, integrados na função que a região tinha no âmbito nacional.

A proposta de desenvolvimento agrícola que desencadeou o subprojeto do Banhado do Sombrio se revela uma ação de ponta nas áreas rurais, vinculado ao Subprograma Irrigação e Drenagem e ao Projeto de Desenvolvimento Agrícola da Bacia do Rio Mampituba aos governos federal e estadual com relevância no exercício de três principais funções associadas aos interesses econômicos, sociais e políticos. A primeira, tem a ver com o sistema de contenção de cheias que periodicamente assolam a área. A segunda se liga à efetiva possibilidades de incrementos de produtividades e produção, bem como a gradativa introdução de atividades de maior densidade econômica de interesses locais, regionais e nacional. A terceira se considera de relevância institucional, dada pela característica de experiência piloto, no tocante à inovação técnica e tecnológica empregada em áreas agrícolas com solos turfosos.

A essas funções singulariza e integra o subprojeto as bases econômicas do setor agroindustrial que se difundia no território nacional, onde, no caso específico do Banhado do Sombrio, as questões locais foram conectadas às demandas regionais, reconhecendo uma intencionalidade ao caráter de tratar o espaço regional frente às suas peculiaridades, mas sobretudo inseri-lo na dinâmica nacional. Como área em potencial tinha-se a produção de alimentos pelo aproveitamento de novas áreas e formas agropecuárias, conectado aos princípios do programa de irrigação que ocorria no Nordeste desde o início da década de 1970 e ao encadeamento da tese do poder modernizante da produção agropecuária.

Na conjuntura do campo como periferia, o setor agrário tinha sua posição secundária ao planejamento estatal, de tal modo que as estratégias governamentais viessem a garantir que este não fosse um empecilho ao desenvolvimento nacional, ao construir uma narrativa de um quadro que renega o antagonismo do conflito estrutural entre agricultura e indústria. Em outras palavras, ao afastar a efetiva discussão da questão agrária no Brasil, o campo não ficou isento das transformações que ocorriam de modo conjuntural nas camadas de poder da sociedade.

Entre as nuances das ações estatais, no tocante do Projeto de Desenvolvimento Agrícola no Extremo Sul Catarinense, os estudos de viabilidade técnico e econômica revelaram, entre outras particularidades, que ao determinar como área piloto o Plano de Assentamento de

População e o Plano Piloto de Irrigação e Drenagem ambos os setores do subprojeto Banhado do Sombrio não perderiam a magnitude do conjunto onde se localiza o futuro Projeto de Desenvolvimento Agrícola da Bacia do Mampituba. Ao contrário, estaria materializando as concepções socioeconômicas, especialmente as produtivas do segmento agropecuário, estabelecidas na abrangência espacial e setorial e refletindo a intencionalidade de impulso às demais ações necessárias à viabilidade do potencial regional.

Nesse sentido foi possível observar que as constituições e desdobramentos do planejamento nacional e regional, abarcando, especialmente a partir das reformas de 1967 e as atuações do movimento de centralização do poder de decisão na esfera federal, ao caráter descentralizador das superintendências regionais, com destaque à SUDESUL, que deixou de ser uma autarquia formuladora de políticas regionais para ser um órgão essencialmente de planejamento e coordenação. Pontua-se que no âmbito do diagnóstico da área do PAP as estratégias regionais aplicadas partiram dos interesses de integração nacional e consolidaram em um plano a atender as dimensões produtivas e econômicas, com um discurso de possibilidades na constituição do território ao então distrito de Santa Rosa, integrante ao município de Sombrio/SC.

No que tange o segundo período, revela-se pelo conjunto das ações e o impacto do processo de planejamento estabelecido pela coordenação presente da SUDESUL, ao intensificar as ações substanciais, impulsionadas pelos vínculos contratuais e de convênios tanto com as instituições privadas como as empreiteiras aos ajustes físicos territoriais ao subprojeto do Banhado do Sombrio, consubstancia a formação do território do PAP. Por outro lado, o que se evidencia é que somente após múltiplas estratégias de ocupação, assentam as primeiras famílias ao PAP em 1986. Prestes a fechar-se uma década do termo de convênio com o estado catarinense, e ter seu prazo a constituição do núcleo agropecuário ao assentamento populacional ser expirado. Entretanto, ainda não tendo todas as condições mínimas de uso dos lotes produtivos e de moradia.

Além de transformar o considerado território inabitável, as ações do Subprojeto do Banhado do Sombrio, sobretudo, dos dois primeiros setores (PAP e PPDI), revelam uma resistência da autarquia a continuidade dos trabalhos, frente ao cenário nacional e de influência direta de cunho político e econômico na esfera federal. Em tempos onde o Estado afasta a sua importância como coordenador e orientador das estratégias de desenvolvimento, apercebe-se que gradativamente a SUDESUL tem seus investimentos e propostas de cunho nacional a região e ao território do PAP perdendo força.

As mesmas forças que delimitaram as especificidades regionais levaram a consolidação do andamento das tratativas do PAP, especialmente na segunda metade da década de 1980, em decorrência do momento conturbado da política econômica e do planejamento nacional. Passa a deslumbrar uma redução quanto ao papel do Estado, não condizendo mais um discurso revestido às questões regionais com as características antecedentes, extingue-se em 1990 a autarquia. Salienta-se e se considera não ser demasiado insistir na representatividade e admirável exemplo de firmeza no processo decisório, mesmo que limitante da SUDESUL, a sua continuidade administrativa ao Subprojeto do Banhado do Sombrio, desde as frequentes ameaças de extinção nos anos finais da década de 1980.

Como constatado, o pacto construído para o processo e a manutenção da industrialização e modernização agropecuária revela que, por si só, não resolveria – e não resolveu –, os problemas sociais. Ou seja, as transformações na estrutura produtiva ultrapassam os eixos do crescimento para o caráter de desenvolvimento, pois deve propiciar favoráveis condições a sociedade a prosperar. Os “ciclos desenvolvimentistas” apresentados constroem um referencial importante na percepção dos problemas nacionais, que percorrem por correntes teóricas que contêm elementos originários das suas ideias desenvolvimentistas e inserções de pontos presentes em movimentos da própria transformação da base produtiva e das estruturas sociopolíticas do país.

As reformas neoliberais praticadas no Brasil, embora expressem em alguma medida o crescimento econômico, criam ambiguidade ao discurso de desenvolvimento socioeconômico frente a práxis mercadológicas e a crescente valorização dos eixos econômicos, deixando para trás as políticas essenciais que convergem ao desenvolvimento regional integral. Adverte-se que dentro do contexto as transformações efetivas e profícuas nas estruturas (socioeconômicas e políticas) decorra-se o avanço em estratégias de desenvolvimento que ultrapassem as alternativas neoliberais. Não se trata de uma complexa ou vazia crítica à vertente e suas funções empregadas ao projeto e papel do Estado, a questão está no peso e preço da dimensão social, de tal modo que se repense o planejamento como instrumento estrutural as ações a médio e longo prazo, não apenas como estratégias, mas a concretude de políticas públicas e sociais, como reencontro a caminhos ao desenvolvimento do país.

Especialmente ao visar compreender a concepção do PAP, seus reflexos frente às transitoriedades e ressignificações do desenvolvimentismo, a matriz teórica nos revela que o território herdado dessa presença e extinção de uma superintendência regional merece estar presente no debate a expor, de modo objetivo e factual, os impactos das transitoriedades à concretude de ações nas mudanças estruturais e na redefinição das funções do Estado. Tem-se

a consciência de que para adotar e manter medidas desenvolvimentista – práticas – exige-se muito além de intencionalidade. É preciso planejamento, projeto (consistente e deliberado), presença estatal, decisão de governo, em congruência nas forças políticas vigentes.

A partir da perspectiva desencadeada ao desenvolvimento local que afluía a década de 1990, alinhado aos interesses institucionais da Universidade do Sul de Santa Catarina, nas infraestruturas ociosas, como a da projetada e iniciada construção de uma Escola Agrotécnica Federal, em 1987, e do laboratório e área de campo à pesquisa agropecuária da sede operacional do subprojeto Sombrio, a partir de 1992, ocorrem movimentos de órgãos e agentes institucionais, que instigam à uma certa continuidade das ações, estruturas e projetos atrelados à extinta superintendência. Em 1993, por meio da lei de diretrizes das Escolas Agrotécnicas Federais, reconhece-se pelo Ministério da Educação, dentro da área do subprojeto Sombrio, a Escola Agrotécnica Federal de Sombrio (EAFS). No ano de 1994, inicia-se a articulação de parceria entre a EAFS e a Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL); no mesmo ano, cria-se a Cooperativa de Irrigação de Jacinto Machado (COOIJAM) com a finalidade do gerenciamento das águas e canais das duas barragens (Rio Bonito e Rio Leão) parte de outros setores do projeto supracitado; e inicia-se a articulação interinstitucional para a retomada do projeto, por meio de uma “comissão de reativação do subprojeto Sombrio”, composta entre outros representantes institucionais da EAFS, UNISUL, Ministério da Integração Regional, Secretaria de Desenvolvimento Regional, Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense e Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul.

As relações interinstitucionais mencionadas estiveram presentes até meados 1998, quando o vínculo institucional entre EAFS e UNISUL se rompeu. Houve, assim, uma descontinuidade das ações integradas na reativação do subprojeto Sombrio. Acredita-se que a ausência de um projeto nacional de desenvolvimento, as dificuldades de uma coordenação e articulação entre os três níveis de governo, perante estratégias interinstitucionais contidas no Plano de Reativação do projeto paralisados, somando-se a ausência de instrumentos substantivos à execução (orçamentários e abordagem integrada de interesses), formam as causalidades possíveis a mais essa descontinuidade no território.

As permanências das infraestruturas físicas territoriais que a autarquia realizou na década de 1980, conjuntamente ao projeto catarinense de desenvolvimento rural de 1995 e 1996, que financiou o término das obras das barragens do Rio Leão e Rio Bonito, assim como dos canais de macrodrenagem e irrigação, permitiram a continuidade dos trabalhos pelos produtores rurais, associados à Cooperativa de Irrigação de Jacinto Machado, os quais mantêm a gestão hídrica das barragens, canais e diques, que permaneceram atuantes, ofertando a

continuidade do Projeto Piloto de Drenagem e Irrigação. A área do PPDI, ao ser fomentada com recursos financeiros e técnicos, expressa as relações incorporadas à apropriação do território (controle e uso) e também reflete os poderes (visíveis e invisíveis) mediadores multiescalares e multidimensionais.

A população que se constitui no território do PAP, teve as vivências influenciadas pelas condicionantes territoriais das limitações produtivas, por conseguinte da ausência de acompanhamento de extensão rural e assistência técnica, que determinou uma cotidianidade que contempla diferentes estratégias de sobrevivência das famílias assentadas. A análise contextual dos períodos estabelecidos permitiu desencadear indagações a despeito dos elementos que possibilitavam o desvelar dos processos formadores e de manutenção do território destinado ao PAP. As relações sociais, políticas, econômicas, e no caso institucional, descortinam as estruturas históricas no cotidiano da comunidade procedente do PAP que, ao perscrutar as condições, sobretudo, as posteriores à extinção da SUDESUL, corresponsável a implementação do plano, levou necessariamente conteúdos e experiências em torno da questão agrária e dos projetos de assentamento, apresentam-se como estruturas que auxiliam na compressão histórica e social, lamentavelmente hegemônicas no cenário brasileiro quanto as condições limitantes das situações de ocupação, reconhecimento e regularização fundiária dos assentamentos.

Pensar a formação sociespacial de um assentamento adentra na construção de um território que centra nas relações de poder, bem como da representatividade social e política, tanto perante as conjunturas Estatais e, principalmente, das formas de resistências advindas das comunidades. Quanto a dinâmica territorial do PAP, correlacionada às institucionalizações da questão agrária pelo Estado, constata-se a influência direta da descontinuidade política administrativa de ações dos respectivos órgãos de fomento agrário e de assistência socioeconômica à comunidade nos três períodos de ocupação do espaço. Esses períodos apresentados de modo organizativo separados, contudo, são interligados na trajetória da comunidade. Não queremos dispensar a importância de uma instituição de ensino, pesquisa e extensão no território. Entretanto, conjuntamente a essas iniciativas, não se pode perder de vista ações que desencadeiam condições para tornar as áreas produtivas que venham a solucionar os entraves socioeconômicas. Portanto, cabe a retomada de um olhar ao planejamento em diálogo entre as escalas administrativas e políticas, a fim de uma ação conduzida a viabilizar minimamente as condições que contribuam com a justiça social, como o acesso à água em lotes produtivos, saneamento no centro comunitário e o título do direito à terra.

Após décadas de concepção do PAP, a comunidade procedente tem como maior dificuldade a ausência de regularização fundiária, considerando-se uma limitação autônoma às políticas, sociais, produtivas, econômicas, individuais ou organizacionais, que estão atreladas à presença da posse da terra. No caso do PAP, sendo uma comunidade originalmente agrícola, com fonte de renda baseada na pluriatividade, infere na vida social e o grau de desenvolvimento socioeconômico. Porém, observa-se que, mesmo com autonomia relativa, a partir de organização e articulação social, reconstituiu frente as possibilidades.

No contexto *ex post facto* principalmente após a extinção da SUDESUL, apresentam-se alguns fatores limitantes a otimização do projeto, entre os quais a baixa viabilidade produtiva dos lotes e a dependência direta das ações de instituições públicas para ofertar minimamente condições básicas de infraestrutura às famílias assentadas. Mesmo após o reconhecimento do PAP, pelo INCRA, como Projeto de Assentamento Estadual Sombrio, persiste a ausência de regularização fundiária, a qual alinhada ao conjunto das estruturas e condições físicas territoriais e subjetividades sociais das famílias assentadas, infere e constitui um espaço social e produtivo composto por ajustes e ressignificações frente aos objetivos do território condicionado no primeiro período. As consolidações, ao longo do tempo, na própria comunidade, instigaram a representatividade e amadurecimento, contudo, ainda são dependentes de ações de cunho político e administrativo que englobam a questão fundiária e infraestrutural em assentamentos.

A respeito das conexões entre o PAP e a criação Escola Agrotécnica Federal de Sombrio (EAFS), constatou-se que, por mais que existisse uma somatória conjuntural, ou simbolicamente uma ligação técnica e racional, quanto a construção de uma escola agrotécnica federal na área circunvizinha de um assentamento rural, centralizado pela gestão em uma autarquia federal, a EAFS não fazia parte do projeto integrador de desenvolvimento. Os acordos firmados como o Convênio 04/76 e suas minutas entre SUDESUL, Estado de Santa Catarina e DNOS, revelam a desvinculação com o Ministério da Educação.

Sua gênese de criação (1987) e sua efetiva implantação (1993) estiveram consubstanciadas pelo conjunto de interesse e articulações políticas e socioeconômicas do Estado de Santa Catarina, com as frentes (institucionais e de agentes públicos) que transformam a relevância, o conceito e a oportunidade de um projeto regional como instrumento de poder e visibilidade política da esfera local e federativa. Das intenções, foi potencializada ao constituir-se fisicamente e de capital intelectual, dentro de área considerada estratégica a gestão pública, especialmente a expansão do segmento agropecuário alinhado à possibilidade de recursos públicos como o PROTEC e CEDATE, e, posteriormente, a parceria institucional com a

UNISUL. Tal questão culminou em investimentos financeiros e de infraestruturas, assim como ao fomento formativo ao vínculo do polo de ensino, pesquisa e extensão no território do subprojeto do banhado do Sombrio de caráter ao desenvolvimento regional.

Mesmo que inicialmente a EAFS não houvesse relação direta ou intencionalidade de conexão com o PAP, não obstante, afastar que sua presença (geográfica) e atuação como instituição federal, de ensino, pesquisa e extensão é imprescindível a comunidade e rompe fronteiras territoriais. De tal modo, tem notória importância, coparticipação e significado na trajetória do PAP, com destaque, por exemplo, na oportunidade de geração de renda e emprego às famílias assentadas, por vínculos contratuais temporários na prestação de serviços, projetos que envolvam a comunidade ao fomento do espaço rural e cooperação técnica e administrativa da instituição em demandas coletivas da comunidade.

A instituição educacional, entre transições governamentais e mudanças político administrativas, pode ser considerada uma permanência e continuidade de projeto nacional de educação profissionalizante e conjuntamente das concepções de desenvolvimento empregadas entre as esferas de poder, que vieram sendo traçadas desde a década de setenta. Especialmente sobre o período de análise, constata-se que recebeu influência e impactos ao tocante destas. Ou ainda, adverte-se que nas ressignificações do tempo e do espaço, o IFC, assim como a comunidade da Vila Nova procedente do PAP, em meio as rupturas institucionais, o distanciamento entre intenções das estratégias nacionais que a originaram e efetivas ações substanciadas, tiveram sua continuidade, perante as possibilidades existentes e (re)construídas. De mesmo modo, a COOIJAM foi criada após a extinção da SUDESUL, com objetivo central de viabilizar o Projeto de Irrigação e Drenagem. Cada uma em suas singularidades e (des)conexões, são testemunhas concretas das descontinuidades e permanências de estruturas atemporais como reflexo da proposta e dos investimentos vultuosos do Estado ao Desenvolvimento Agrícola do Banhado do Sombrio.

Desencadeando impactos diretos e indiretos na movimentação socioeconômica da região da AMESC e no Norte do Rio Grande do Sul, que ultrapassam as dimensionalidades do ato planejador, entre as efetividades e/ou contratempos estabelecidos nos planos e projetos. Em termos diretos, ao longo do tempo, atinge externalidades positivas nas e das estruturas – planejadas ou não – que alcançam resultados impulsionados por investimentos públicos, e pela presença estatal, a exemplo, das conjunturas e contextos a formação do núcleo regional, percorrido nesta dissertação.

Toda a investigação empregada, com caráter interdisciplinar, propiciou a provocação quanto a visão fragmentada em análises dos planos elaborados, do processo de

planejamento e de sua implementação, buscando compreender a trajetória do Plano de Assentamento de População e aguçar uma interpelação mais plural, fundamentada nas dimensões técnicas e políticas do que estava sendo tratado nas diferentes escalas, sem, contudo, pretender esgotar as possibilidades de discussões. Nessa perspectiva, complementar aos apontamentos, ainda durante os capítulos desta dissertação, faz-se sugestões ao desdobramento da pesquisa:

a) examinar a completude do Projeto de Desenvolvimento da Bacia do Mampituba aos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina e sua repercussão ao longo destas décadas ao desenvolvimento regional, pois, como contextualizado na pesquisa, trata-se de múltiplos subprogramas, projetos e subprojetos em zonas econômicas e socioespaciais tidas de interesse estatal.

b) desvelar a trajetória da Cooperativa de Irrigação de Jacinto Machado, identificando os limites e possibilidades em aspectos como a organização social, cooperativismo e políticas públicas ao desenvolvimento rural na área de atuação.

c) revisar, perante a experiência do PAP, as conjunturas da questão agrária no Brasil, inserindo uma análise dialética, mais expressiva no âmbito jurídico e político, quanto a regularização fundiária das áreas de assentamentos rurais, dentro das modalidades institucionais do INCRA.

d) Debater as relações das estratégias de (re)produção social da comunidade assentada após reconhecida como PE Sombrio, em um período de reestruturação das políticas ao desenvolvimento rural e regional.

A finalizar, adverte-se a ausência de tratamento e, assim, aprofundar os horizontes traçados pela extensão rural e assistência técnica no Estado de Santa Catarina após o início da década de 1990, que emerge ao afastamento dos órgãos e agentes públicos nas dinâmicas junto ao Plano de Assentamento de Populações. Nesse íterim, soma-se a análise a compreender os desdobramentos, a inserção de projetos e programas modernizantes a produção técnica-científica que se desvirtua ou é antinômicas ao capital social, inerentes dos saberes da população. Ainda nessa perceptiva, convém examinar como as imanências culturais, políticas e econômicas de uma população (especialmente ao processo de colonização ao vislumbrar uma região) são capazes de direcionar acordos multilaterais, ampliar espaços de participação política que propiciam outras perspectivas ao desenvolvimento.

Em um processo de formação territorial como a evidenciada na trajetória, entre as descontinuidades dos planos de governos, o que está presente é a retroalimentação atemporal das dimensões e forças políticas que se consolidaram pela permanência de estruturas que

perpassam as transitoriedades da gestão pública. Especificamente ao caso do Plano de Assentamento de Populações, culminaram-se as permanências sociais da comunidade procedente.

REFERÊNCIAS

ABROMOWAY, Ricardo. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**, v. 14, n. 2, abr./jun., p. 379-397, 2000. Disponível em: http://arquivos.info.ufrn.br/arquivos/20150871537df5276187503817d540765/Artigo_O_capital_social_e_o_Developmento_Territorial_Ricardo_Abramovay.pdf. Acesso em: 25 jun. 2020.

_____. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão**. São Paulo: Edusp, 2012.

ALMEIDA, M. I. R. **Manual de planejamento estratégico**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

AMARAL FILHO, Jair do. Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, IPEA, n. 14, 1996.

AMESC, Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense. **Relatório do movimento econômico da Microrregião de Araranguá**. Araranguá: AMESC, 2012.

AMESC, Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense. **Divisão política**. [S.l]: AMESC, 2021. Disponível em: <https://www.amesc.com.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/71142#:~:text=A%20regi%C3%A3o%20do%20extremo%20sul,regi%C3%A3o%20sul%20de%20Santa%20Catarina>. Acesso em: 10 fev. 2021.

AMUREL. **Ensino público na região da AMUREL**. Disponível em: Acesso em: 14 abr. 2020. Disponível em: https://static.fecam.net.br/uploads/1522/arquivos/371641_Volume03_C.pdf Acesso em: 14 dez. 2020.

ARAÚJO, Tania Bacelar. A experiência de planejamento regional no Brasil. In: LAVINAS, Lena *et al.* (Org.). **Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil**. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1993.

_____. Brasil: desafios de uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional contemporânea. In: DINIZ, Clélio Campolina (Org.). **Políticas de desenvolvimento regional: desafios e perspectivas à luz das experiências da União Europeia e do Brasil**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2007, p. 221-236.

_____. Por uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, Banco do Nordeste, v. 30, n. 2, p. 144-161, 1999.

ARRETCHE, Marta. Relações Federativas nas Políticas Sociais. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 23, n. 80, p. 25-48, set., 2002.

AYAU, Emilio Gómez. De la Reforma Agrária a la Política de Colonización (1933-1957). **Agricultura y Sociedad**, [S.L.], n. 7, p. 87-121, 1978.

BANDEIRA, Pedro Silveira. **Participação, Articulação de Atores Sociais e Desenvolvimento Regional**. Brasília: IPEA, 1999.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. As aporias do liberalismo periférico: comentários à luz dos governos Dutra (1946-1950) e Cardoso (1994-2002). **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 12, n. 2 (21), p. 245-274, jul./dez. 2003. Disponível em: <file:///C:/Users/admda/Downloads/8643067-Texto%20do%20artigo-15020-1-10-20160126.pdf>. Acesso em: 14 set. 2020.

_____. A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo. **Economia e Sociedade**, [online], v. 21, p. 779-810, dez., 2012. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-06182012000400004>. Acesso em: 03 jun. 2020.

BECKER, Bertha Koiffmann. A crise do Estado e a região – a estratégia da descentralização em questão. In: BECKER, B. K. (Org). **Ordenação do território: uma questão política?** Rio de Janeiro: UFRJ, 1984.

_____. A geografia e o resgate da geopolítica. **Revista Brasileira de Geografia – Reflexões sobre a Geografia**, [S.L.], v. 50, n. 2, número especial, p. 99-125, 1988.

_____. A geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

BEIGUELMAN, Paula. **O pingo de azeite: a instauração da ditadura**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1994.

BENITO, Cristóbal Gómez. Uma revisão e reflexão sobre a política de colonização agrária na Espanha de Franco. **Historia del present**, n. 3, p. 65-86, 2004.

BERCOVICCI, Gilberto. **Desigualdades Regionais, Estado e Constituição**. São Paulo: Editora Max Limonad, 2003.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; FERRANTE, Vera Lucia Botta. Assentamentos rurais: caminhos e desafios de pesquisa. In: ROMEIRO, Ademar Ribeiro.; *et al.* (Org.). **Reforma Agrária: produção, emprego e renda. O relatório da FAO em debate**. Rio de Janeiro: Vozes/IBASE/FAO, 1994. p. 181-191.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; NORDER, Luis Antonio Cabello. **O que são assentamentos rurais?** São Paulo: Brasiliense, 1996.

BIANCHINI, Rossana Faraco. **Relatório visita as instalações da escola agrotécnica de Santa Rosa do Sul**. Tubarão: UNISUL, 1993.

BIELSCHOWSKY, Ricardo Alberto. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BITENCOURT, Fernando Dilmar. **A educação profissional técnica de nível médio e o desenvolvimento local/regional: um estudo sobre a inserção da Escola Agrotécnica Federal de Sombrio na microrregião do Extremo Sul Catarinense**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

BOISIER, Sergio. Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa-preta e o projeto político. **Planejamento e políticas públicas**, [S.l.], n. 13, jun., 1996. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4015/3/PPP_n13_Busca.pdf. Acesso em: 14 mar. 2020.

_____. Post-scriptum sobre desarrollo regional: modelos reales y modelos mentales. **Revista EURE**, Santiago de Chile, 24 (72), p. 53-69, sept., 1998. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4067/S0250-71611998007200003>. Acesso em: 10 jan. 2020.

_____. Desenvolvimento Não-Concentrado e Descentralizado na América Latina. In: Séminário Internacional “Celso Furtado”, a SUDENE e o Fundo do Nordeste. Recife: SUDENE, 2000.

BONH, Luis. **Expressões de conhecimento de grupos sociais locais para a gestão de recursos hídricos na bacia hidrográfica do rio mampituba**. 2008. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/92063/255207.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 5 out. 2019.

BOPPRÉ, Maria Regina. **Eleições diretas e primórdios do coronelismo catarinense (1881-1889)**. Florianópolis: Secretaria de Estado da Administração, 1989. 250 p.

BORBA, Vanderlei. **Bacia da Lagoa Mirim e o Programa Regional 35 – FAO/ONU: projeto internacional em espaço binacional**. Rio Grande: Lisboa, 2016. Disponível em: <https://pt.calameo.com/read/001827977c3392c92d767> Acesso em: 19 jan. 2021.

BRANDÃO, Carlos Antonio. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2012.

BRANDÃO, Carlos Antonio; COSTA, Eduardo José Monteiro da; ALVES, Maria Abadia da Silva. Construir o espaço supralocal de articulação socioprodutiva e das estratégias de desenvolvimento – Os novos arranjos institucionais. In: DINIZ, Clélio Campolina; CROCCO, Marco (Orgs.). **Economia regional e urbana: contribuições teóricas recentes**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 195-223.

BRASIL. Decreto nº 7.619, de 21 de outubro de 1909. Aprova o regulamento para a organização dos serviços contra os efeitos das secas. **Diário Oficial**, Rio de Janeiro, RJ, p. 7702, 26 out. 1909. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900->

[1909/decreto-7619-21-outubro-1909-511035-publicacaooriginal-1-pe.html](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-9521-17-abril-1912-528099-publicacaooriginal-1-pe.html). Acesso em: 24 jun. 2020.

_____. Decreto nº 9.521, de 17 de abril de 1912. Aprova o regulamento para a execução das medidas e serviços previstos na Lei nº 2.543 A, de 5 de janeiro de 1912, concernente à defesa econômica da borracha excetuados os acordos com os Estados que a produzem, a discriminação e legalização das posses de terras no Território do Acre e a revisão e consolidação dos regulamentos da marinha mercante de cabotagem. **Diário Oficial**, Rio de Janeiro, RJ, p. 5127, 21 abr. 1912, Seção 1. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-9521-17-abril-1912-528099-publicacaooriginal-1-pe.html> . Acesso em: 24 jun. 2020.

_____. [Constituição (1934)]. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**, de 16 de julho de 1934. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm Acesso em: 11 nov.2020.

_____. [Constituição (1946)]. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**, de 18 de setembro de 1946. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm Acesso em: 11 jan. 2021.

_____. Decreto nº 38.744, de 1º de fevereiro de 1956. Cria o Conselho do Desenvolvimento e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, RJ, p. 1897, 1 fev. 1956a, Seção 1. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-38744-1-fevereiro-1956-338702-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 15 abr. 2020.

_____. **Lei nº 2.976, de 26 de novembro de 1956**. Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Região da fronteira sudoeste do País. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 29 nov. 1956b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L2976.htm. Acesso em: 15 abr. 2020.

_____. **Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959**. Institui a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 16 dez. 1959. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-3692-15-dezembro-1959-354371-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 4 jun. 2020.

_____. Presidência da República. **Plano Trienal de desenvolvimento econômico e social 1963-1965 (Síntese)**. Brasília, 1962.

_____. **Lei 4.380, de 21 de agosto de 1964**. Institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação (BNH), e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 30 set. 1964a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4380.htm. Acessado em: 18 nov. 2020.

_____. **Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964.** Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 30 nov. 1964b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm. Acesso em: 10 out. 2020.

_____. **Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966.** Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia; extingue a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e dá outras providências. Diário Oficial da União, 30 out. 1966. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5173.htm. Acesso em: 14 out. 2020.

_____. Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 fev. 1967a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-lei/del0200.htm. Acesso em: 10 out. 2020.

_____. Decreto-lei nº 292, de 28 de fevereiro de 1967. Cria a Superintendência do Vale do São Francisco, extingue a Comissão do Vale do São Francisco e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, p. 2468, 28 fev. 1967b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-292-28-fevereiro-1967-373997-norma-pe.html>. Acesso em: 4 jun. 2020.

_____. Decreto-lei nº 301, de 28 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento da Fronteira Sudoeste, aprova o I Plano Diretor, extingue a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região da Fronteira Sudoeste do País, cria a Superintendência do Desenvolvimento da Fronteira Sudoeste - SUDESUL - e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 fev. 1967c. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del0301.htm#:~:text=Fica%20aprovado%20o%20Plano%20Diretor,Or%C3%A7amento%20Geral%20da%20Uni%C3%A3o%20para. Acesso em: 10 nov. 2019.

_____. **Diretrizes do Governo. Programa Estratégico de Desenvolvimento.** Brasília, DF, 1967d. Disponível em: <https://bibliotecadigital.seplan.planejamento.gov.br/handle/123456789/1070?show=full>. Acesso em: 3 jun. 2020.

_____. **Lei nº 5.365, de 1º de dezembro de 1967.** Cria a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (Sudeco), e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 dez. 1967e. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L5365.htm. Acesso em: 10 abr. 2020.

_____. Ato Complementar nº 43/1969. Fixa normas para elaboração de planos nacionais de desenvolvimento e vincula sua execução ao Orçamento Plurianual de Investimentos. **Diário Oficial da União**, 30 jan. 1969a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/acp/acp-43-69.htm. Acesso em: 19 fev. 2020.

_____. Decreto-lei nº 576, de 8 de maio de 1969. Altera a redação do artigo 21, da Lei nº 5.365, de 1º de dezembro de 1967, e do parágrafo único do artigo 13, do Decreto-lei

nº 301, de 28 de fevereiro de 1967. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 maio 1969b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del0576.htm. Acesso em: 10 abr. 2020.

_____. Decreto-lei nº 1.110, de 9 de junho de 1970. Cria o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), extingue o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário e o Grupo Executivo da Reforma Agrária e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jul. 1970a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1110.htm. Acesso em: 10 fev. 2020.

_____. Decreto-lei nº 66.882, de 16 de julho de 1970. Dispõe sobre a competência e a organização do Ministério do Interior e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, p. 5324, 17 set. 1970b, Seção 1. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-66882-16-julho-1970-408321-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 out.2020.

_____. **I Plano Nacional de Desenvolvimento**. Brasília: Presidência da República, 1971. Disponível em: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/medici/i-pnd-72_74 Acesso em: 3 jun. 2020.

_____. Decreto 71.353, de 09 de novembro de 1972. Dispõe sobre o Sistema de Planejamento Federal e dá outras providências. **Diário Oficial**, Brasília, DF, 10 nov. 1972. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D71353.html. Acesso em: 3 jun. 2020.

_____. **Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974**. Dispõe sobre a criação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - CODEVASF - e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 17 jul. 1974a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6088.htm Acesso em: 4 jun. 2020.

_____. **II Plano Nacional de Desenvolvimento**. Brasília: Presidência da República, 1974b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/anexo/ANL6151-74.PDF. Acesso em: 3 jun. 2020.

_____. MINTER/SUDESUL/UFRGS/PROPUR. Experiência de planejamento microrregional da Região Sul. Rio de Janeiro, v. 1, 1976.

_____. Ministério do Interior. Gabinete do Ministro. Portaria nº 179, de 13 de junho de 1978. Regulamenta a operação, conservação e manutenção da infra-estrutura de irrigação, drenagem e proteção das terras compreendidas nos perímetros irrigados. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 jun. 1979c.

_____. **Lei nº 6.662, de 25 de junho de 1979**. Dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jun. 1979d.

_____. **Diário Oficial da União, de 13 de junho de 1980**. São Paulo, p. 94, Seção 1, 1980. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/3336996/pg-94-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-13-06-1980>. Acesso em: 16 jan. 2021.

_____. Decreto Federal nº 85.899, de 13 de abril de 1981. Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, as áreas e suas benfeitorias em 664,56ha. **Diário Oficial da União**, 14 abr. 1981a. Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/41549-declara-de-utilidade-publica-para-fins-de-desapropriacao-areas-de-terra-com-as-respectivas-benfeitorias-necessarias-a-implantacao-do-subprojeto-de-desenvolvimento-agricola-do-banhado-do-sombrio.html> Acesso em: 15 jun. 2020.

_____. **Diário Oficial da União, de 2 de dezembro de 1981**. Brasília, p. 83, Seção 1, 1981b. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/3567095/pg-83-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-02-12-1981> Acesso em: 10 out. 2020.

_____. **Diário Oficial da União, de 6 de novembro de 1981**. Brasília, p. 70, Seção 1, 1981c. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/3536455/pg-70-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-06-11-1981> Acesso em: 10 out. 2020.

_____. Decreto nº 89.496, de 29 de março de 1984. Regulamenta a Lei nº 6.662, de 25 de junho de 1979, que dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, p. 4502, 30 mar. 1984a, Seção 1. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-89496-29-marco-1984-439673-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 29 fev. 2021.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Campus Universitário – Textos. Brasília, DF: CEDATE, 1984b.

_____. Presidência da República. Mensagem ao Congresso Nacional. Plano de Ação de Governo. Brasília, 1986a. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:T7729tR93AAJ:www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/mensagem-ao-congresso-nacional/mensagem-ao-congresso-nacional-jose-sarney-1986/%40%40download/file/Mensagem%2520ao%2520Congresso%2520Nacional%2520Jos%25C3%25A9%2520Sarney%2520-%25201986.pdf+%&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br> Acesso em: 13 out. 2020.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Critérios para elaboração de projetos – Arquitetura**. Brasília, DF: CEDATE, 1986b.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Diretrizes para o planejamento da Rede Escolar**. Brasília, DF: CEDATE, 1986c.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Manutenção e Conservação de escolas Rurais**. Brasília, DF: CEDATE, 1986d.

_____. **Lei nº. 7.486, de 6 de junho de 1986**. Aprova as diretrizes do Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) da Nova República, para o período de 1986 a 1989. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 10 jun. 1986e. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/L7486.htm Acesso em: 28 dez. 2020.

_____. Decreto nº 92.395, de 12 de fevereiro de 1986. Institui o Programa Nacional de Irrigação - PRONI; atribui a Ministro de Estado Extraordinário a sua execução; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, p. 2445, 14 fev. 1986f, Seção 1. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-92395-12-fevereiro-1986-442911-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado: 29 fev. 2021.

_____. **Diário Oficial da União, de 18 de dezembro de 1986**. Brasília, p. 124, Seção 1, 1986g. Disponível em: [DOU 18/12/1986 - Pg. 124 - Seção 1 | Diário Oficial da União | Diários Jusbrasil](#) Acesso em: 13 out. 2020.

_____. **Diário Oficial União, de 7 de janeiro de 1987**. Brasília, p. 89, Seção 1, 1987a. Disponível em: [DOU 7/01/1987 - Pg. 89 - Seção 1 | Diário Oficial da União | Diários Jusbrasil](#) Acesso em: 13 out. 2020.

_____. **Diário Oficial da União, de 22 de dezembro de 1987**. Brasília, p. 78, Seção 1, 1987b. Disponível em: [DOU 22/12/1987 - Pg. 78 - Seção 1 | Diário Oficial da União | Diários Jusbrasil](#) Acesso em: 13 fev. 2021.

_____. **Diário Oficial da União, de 12 de fevereiro de 1987**. Brasília, p. 75, Seção 1, 1987c. Disponível em: [DOU 12/02/1987 - Pg. 75 - Seção 1 | Diário Oficial da União | Diários Jusbrasil](#) Acesso em: 13 fev. 2021.

_____. **Diário Oficial da União, de 28 de agosto de 1987**. Brasília, p. 65, Seção 1, 1987d. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/3586841/pg-65-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-28-08-1987> Acesso em: 13 out. 2020.

_____. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 6 fev. 2020.

_____. **Diário Oficial da União, de 11 de agosto de 1988**. Brasília, p. 75, Seção 1, 1988b. Disponível em: [DOU 11/08/1988 - Pg. 75 - Seção 1 | Diário Oficial da União | Diários Jusbrasil](#). Acesso em 13 out. 2020.

_____. **Lei 7.715 de 3 de janeiro de 1989**. Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1989. **Diário Oficial da União**, 4 jan. 1989a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1989_1994/L7715.htm Acesso em: 13 out. 2020.

_____. **Lei 7.742, de 20 de março de 1989**. Autoriza o Poder Executivo a abrir créditos adicionais até o limite de NCz\$ 21.561.393.549,00 (vinte e um bilhões, quinhentos e sessenta e um milhões, trezentos e noventa e três mil, quinhentos e quarenta e nove cruzados novos) e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 21 mar. 1989b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1989_1994/L7742.htm Acesso em: 13 out. 2020.

_____. Decreto nº 99.240, de 7 de maio de 1990. Dispõe sobre a extinção de autarquias e fundações públicas, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 8 maio 1990a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99240.htm. Acesso em: 13 set. 2020.

_____. Decreto nº 99.672, de 6 de novembro de 1990. Dispõe sobre o Cadastro Nacional de Bens Imóveis de propriedade da União e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 nov. 1990b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D99672.htm Acesso em:

_____. **Diário Oficial da União, de 18 de abril de 1990**. Brasília, p. 6, Seção 1, 1990c. Disponível em: [DOU 18/04/1990 - Pg. 6 - Seção 1 | Diário Oficial da União | Diários Jusbrasil](#) Acesso em: 13 set. 2020.

_____. **Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990**. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 abr. 1990d. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8028.htm Acesso em: 13 set. 2020.

_____. **Lei no 8.029, de 12 de abril de 1990**. Dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração Pública Federal, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 abr. 1990e. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8029cons.htm#:~:text=LEI%20No%208.029%2C%20DE%2012%20DE%20ABRIL%20DE%201990.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20extin%C3%A7%C3%A3o%20e,Art Acesso em: 13 set. 2020.

_____. Decreto nº 79, de 5 de abril de 1991. Aprova a Estrutura Regimental da Secretaria do Desenvolvimento Regional da Presidência da República e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 8 abr. 1991a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0079.htm. Acesso em: 13 fev. 2020.

_____. Secretaria do Desenvolvimento Regional. **I Plano de Desenvolvimento da Região Sul (PDRS)**. Presidência da República: 1991b.

_____. **Lei nº 8.433, de 16 de junho de 1992**. Dispõe sobre a criação de cargos nas novas Unidades de Ensino Técnico e Agrotécnico. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 jun. 1992a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8433.htm Acesso em: 10 maio 2021.

_____. **Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992**. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 nov. 1992b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8490.htm Acesso em: 13 fev. 2020.

_____. **Lei nº 8.670, de 30 de junho de 1993**. Dispõe sobre a criação de Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1 jul. 1993. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8670.htm#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20cria%C3%A7%C3%A3o%20de,Federais%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias. Acesso em: 10 maio 2021.

_____. **Lei nº 8.888, de 21 de junho de 1994.** Autoriza o Poder Executivo a redistribuir os cargos criados pela Lei nº 8.433, de 16 de junho de 1992. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 22 jun. 1994a. Disponível em: <https://presrepública.jusbrasil.com.br/legislacao/127471/lei-8888-94#:~:text=Autoriza%20o%20Poder%20Executivo%20a,para%20os%20fins%20que%20e%20especifica> Acesso em: 10 maio 2021.

_____. **Lei nº 8.948 de 8 de dezembro de 1994.** Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 dez. 1994b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8948.htm Acesso em: 10 maio 2021.

_____. **Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998.** Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 maio 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9649cons.htm Acesso em: 4 dez. 2020.

_____. **Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003.** Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 29 maio 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.683impresao.htm. Acesso em: 13 fev. 2020.

_____. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). **Instrução normativa Incra nº 15, de 30 de março de 2004.** Diário Oficial da União, n. 65, seção 1, p. 148, 5 abr. 2004. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=75894> Acesso em: 21 jun. 2020.

_____. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). **Relatórios da Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento.** [online]. Disponível em: http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/questao-agraria/reforma-agraria/projetos_criados-geral.pdf Acesso em: 2 fev. 2021.

_____. **Lei nº 11.892 de 8 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 dez. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm Acesso em: 10 maio 2021.

_____. **Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013.** Dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação; altera o art. 25 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002; revoga as Leis nºs 6.662, de 25 de junho de 1979, 8.657, de 21 de maio de 1993, e os Decretos-Lei nºs 2.032, de 9 de junho de 1983, e 2.369, de 11 de novembro de 1987; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 jan. 2013a. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/lei/112787.htm Acesso em: 12 jun. 2020.

_____. Ministério do Desenvolvimento Regional. História. Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, 2013b. Disponível em: <https://www.gov.br/dnocs/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/historia> Acesso em: 4 jun. 2020.

BRAUDEL, Fernand. **História e Ciências Sociais**. Tradução de Rui Nazaré. 6. ed. Lisboa: Presença, 1990.

_____. **Civilização, material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

BRITTO, Luiz Navarro de. **Política e espaço regional**. Tradução de Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Nobel, 1986.

CAMARGO, Guilherme Bueno de. Guerra fiscal e seus efeitos: autonomia X centralização. In: CONTI, José Maurício. (Org.). **Federalismo fiscal**. Barueri, SP: Manole, 2004.

CANO, Wilson. **Descontração produtiva regional do Brasil 1970-2005**. São Paulo: UNESP, 2008.

CARDOSO JÚNIOR, José Celso (Org.). **A reinvenção do planejamento governamental no Brasil**. Brasília: Ipea, 2011. v.4. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3182/1/A%20reinven%C3%A7%C3%A3o%20do%20planejamento%20governamental%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2020.

CARDOSO JÚNIOR, José Celso. **Política e planejamento no Brasil: Balanço histórico e propostas ao plano plurianual 2016-2019**. Rio de Janeiro: Ipea, 2014. (Texto para Discussão 2020). Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3456/1/td_2020.pdf. Acesso em: 15 jun. 2020.

CARDOSO, Fernando Henrique. Aspectos políticos do planejamento. In: LAFER, Betty Mindlin (Org). **Planejamento no Brasil**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1970.

CARNEIRO, Maria José. “Rural” como categoria de pensamento. **Revista do Centro de Estudos Rurais – RURIS**, Campinas, v. 2, n. 1, mar., 2008. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/view/661>. Acesso em: 10 jun. 2020.

CARNEIRO, Ricardo de Medeiros. Velhos e Novos Desenvolvimentismos. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, número especial, p. 749- 778, dez. 2012.

CARVALHO, Celso. As políticas educacionais para o ensino médio e sua concretização na instituição escolar. In: Jorge Luis Cammarano González; Roberto Leme Batista; Giovanni

Alves. (Org.). **Trabalho e Educação - contradições do capitalismo global**. 1. ed. Maringá: Editora Praxis, 2007, v. 1, p. 231-254.

CARVALHO, Horácio Martins de. Uma ressignificação para a reforma agrária no Brasil. In: STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária do Brasil**: debate sobre a situação e perspectiva da reforma agrária na década de 2000. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CAVALIERE, Ana Maria. Anísio Teixeira e a educação integral. **Revista Paidéia**, v. 20, n. 46, maio./ago., p. 249-259, 2010. Disponível em: http://eaji.net/articles/2014/655_1401373357.pdf. Acesso em: 11 set. 2020.

CHAGAS, Clay Anderson Nunes. **Região, Território e Planejamento Estatal: Planejamento Plurianual e Desenvolvimento Regional**. Tese de doutorado (Desenvolvimento Sustentável do Tropicó Uímido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos) – Universidade Federal do Pará. Belém, 2011. Disponível em: http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/2983/1/Tese_RegiaoTerritorioPlanejamento.pdf. Acesso em: 4 out. 2019.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo: Unesp, 2004

CIAVATTA, Maria. **Memória e temporalidades do trabalho e da educação**. Rio de Janeiro: Lamparina; Faperj, 2007.

COELHO, Rolando Christian Sant' Helena. **Assim nasceu Sombrio**. Sombrio: Jornal Correio do Sul, 2003.

_____. **Santa Rosa do Sul**: Raízes. Sombrio: Impresso Sul Gráfica, 2012.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: Método qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed Bookman, 2007.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. São Paulo: UNESP, 2005.

_____. **Educação, Estado e Democracia no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Cortez; Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense; Brasília, DF: FLACSO do Brasil, 2009.

DELGADO, Guilherme da Costa. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**: 1965-1985. São Paulo: Icone; Unicamp, 1985.

DIAS, Octaviano Samborjense Lima. **Demonstrativo da participação de entidades supervisionadas nos recursos orçamentos do MINTER**. Porto Alegre: Divisão de Planejamento da CPR/SAP, 1987.

DINIZ, Clélio Campolina. **A questão regional e as políticas governamentais no Brasil**. Texto para discussão nº 159. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 2001.

Disponível em: <https://www.cedeplar.ufmg.br/publicacoes/textos-para-discussao/textos/2001/422-159-a-questao-regional-e-as-politicas-governamentais-no-brasil>. Acessado em: 2 jun. 2020.

_____. **A dinâmica regional e o ordenamento do território brasileiro:** desafios e oportunidades. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2013. (Texto de Discussão, 471). Disponível em: <https://www.cedeplar.ufmg.br/publicacoes/textos-para-discussao/textos/2013/734-471-dinamica-regional-e-ordenamento-do-territorio-brasileiro-desafios-e-oportunidades>. Acesso em: 17 mar. 2020.

DUARTE, Gerusa Maria. **Depósitos cenozóicos costeiros e a morfologia do Extremo Sul de Santa Catarina.** Teses (Doutorado em Geologia Sedimentar) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/44/44136/tde-11062015-094515/publico/Duarte_Doutorado_vol_1.pdf. Acesso em: 5 out. 2019.

EPAGRI. Empresa de Pesquisa Agropecuária e de Extensão Rural de Santa Catarina. Disponível em: <https://www.epagri.sc.gov.br> Acesso em: 14 jun. 2020.

ESTERCI. Neide *et al.* Assentamento rurais: um convite ao debate. **Revista Brasileira de Reforma Agrária**, Campinas, v. 22, n. 3, p. 4-15, 1992.

FAJNZYLBBER, Fernando. Industrialização na América latina: da “caixa-preta” ao “conjunto vazio”. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL.** São Paulo: Editora Record, 2000.

FAO. Educación Agrícola – La urgencia del cambio. Oficina Regional de La FAO para América Latina y el Caribe. FAO: 1993.

FARIAS, Vilson Francisco de. **Sombrio 85 anos:** natureza, história e cultura: para o ensino fundamental. Sombrio: Ed. do autor, 2000.

FAVERO, Edison. **Desmembramento territorial:** o processo de criação de municípios – avaliação a partir de indicadores econômicos e sociais. 2004. 284f. Tese (Doutorado em Engenharia Urbana) Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

FECAM, Federação Catarinense de Municípios. **Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável – Associação dos Municípios do Extremo sul Catarinense.** Florianópolis: FECAM, 2017. Disponível em: https://static.fecam.net.br/uploads/28/arquivos/1078801_AMESC.pdf . Acesso em: 16 maio 2020.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de Reforma Agrária. **NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos Reforma Agrária**, vol. 1, n. 2, p.1-32, 1998.

_____. **Questão agrária.** São Paulo: Cortez, 2001.

FIORI, José Luis. Para um diagnóstico da modernização brasileira. In: FIORI, José Luis (org.). **Polarização mundial e crescimento**. Petrópolis: Vozes, 2001.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra; SALOMAO, Ivan Colangelo. O sentido histórico do desenvolvimentismo e sua atualidade. **Rev. econ. contemp.**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, ago., 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rec/v21n2/1415-9848-rec-21-02-e172125.pdf>. Acesso em: 20 set. 2020.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. **Pesquisa e Debate**, v. 15, n. 2, p.225-256, 2004. Disponível em: http://professor.ufrgs.br/pedrofonseca/files/genese_e_precursos_do_developimentismo_no_brasil.pdf. Acesso em: 19 set. 2020.

_____. **Desenvolvimentismo: a construção do conceito**. Rio de Janeiro: Ipea, 2015. (Texto para Discussão 2103). Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4580/1/td_2103.pdf. Acesso em: 19 set. 2020.

FONTANELLA, Bruno José Barcellos; RICAS, Janete; TURATO, Egberto Ribeiro. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n.1, p. 17-27, jan., 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v24n1/02.pdf> Acesso em: 9 mar. 2021.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1984.

FRIGOTTO, Gaudêncio, FRANCO, Maria Ciavatta. MAGALHÃES, Ana Lúcia. Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Técnico: expressão de um conflito de concepções de educação tecnológica. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. FRANCO, Maria Ciavatta (Org.). **A formação do cidadão produtivo: a cultura de mercado no ensino médio técnico**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. p. 139-149.

FUINI, Lucas Labigalini. A abordagem sobre o território em autores da geografia brasileira: mutações de um conceito. **GEographia**, v. 20, n. 42, jan./abr., 2018. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/download/13831/9034>. Acesso em: 29 set. 2020.

FURTADO, Celso. Obstáculos políticos ao crescimento econômico. In: FERNANDES, Florestan (org.). **Comunidade e sociedade no Brasil: Leituras básicas de introdução ao estudo macro-sociológico do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1975a.

_____. **Análise do modelo brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora civilização brasileira S.A, 1975b.

_____. **Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar**. São Paulo: Editora Nacional, 1980.

_____. **Brasil: a construção interrompida**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. **Em busca de novo modelo:** reflexões sobre a crise contemporânea. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Nacional, 2005.

_____. Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste. *In:* _____. **O Nordeste e a Saga da Sudene**. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2009. p. 83-164. (Arquivos Celso Furtado, v.3) [Texto original: GTDN. Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1959.]

GOMES, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa. *In:* MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

GÓMEZ, Miguel Bueno. La reforma de las estructuras agrárias em las zonas de pequeña y mediana propriedade em España. **Agricultura y Sociedad**, n. 7, p. 145-183, 1978. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=82358> Acesso em: 3 dez. 2020.

GONÇALVES, Reinaldo. Novo Desenvolvimentismo e Liberalismo Enraizado. **Serv. Soc.**, São Paulo, n. 112, p. 637-671, out./dez., 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ssoc/n112/03.pdf>. Acesso em: 3 set. 2020.

GOULARTI FILHO, Alcides; ALMEIDA, André Sholl.; CARDOSO, Marlon Acassio Casagrande. SUDESUL - Suas Concepções de Desenvolvimento e Suas Estratégias no Processo de Planejamento 1956-1989. *In:* **Trabalhos do 6º Encontro de Economia Gaúcha**. Porto Alegre: [s.n.], 2012. Disponível em: <http://www.pucrs.br/eventos/inst/eeg2016/> Acesso em: 15 nov. 2019.

GOULARTI FILHO, Alcides; ALMEIDA, André Sholl; MESSIAS, Talita Alves de. Instituições e Desenvolvimento: Uma análise comparativa das Superintendências de Desenvolvimento Regional no Brasil 1970-1990. *In:* **5tas Jornadas de Historia Económica**. Montevideo: [s.n.], 2011. Disponível em: <http://www.audhe.org.uy/images/stories/upload/pdf/instituies%20e%20desenvolvimento.pdf> Acesso em: 15 nov. 2019.

_____. A trajetória da SUDESUL e as políticas de desenvolvimento regional para o sul do Brasil 1967-1990. *In:* ZANELATTO, João Henrique; ESTEVAM, Dimas de Oliveira. O. (org.). **Instituições, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional:** ensaios temáticos em ciências sociais aplicadas. Criciúma: Ediunesc, 2013.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação Econômica de Santa Catarina**. 3. ed. Florianópolis: UFSC, 2016. 431p.

GUANZIROLI, Carlos *et al.* (Orgs.). **Principais fatores que afetam o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária no Brasil**. Projeto de cooperação técnica INCRA/FAO. Brasília, DF: INCRA, 1999.

HADDAD, Paulo Roberto. **Dimensões do planejamento estadual no Brasil**: Análise de experiências. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1985.

HAESBAERT, Rogério. Região, diversidade territorial e globalização. **Geographia**. v. 1, n. 1, p. 15-39, 1999. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13361/8561>. Acesso em: 10 jan. 2020.

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. Território em tempos de globalização. **Revista etc, espaço, tempo e crítica**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 2007. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/geres/files/territorio%20globaliza%C3%A7ao.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2020.

HILHORST, Jos. G. M. **Planejamento regional**: Enfoque sobre sistemas. RJ, Zahar, 1973.

HIRSCHMAN, A. O. **A economia como ciência moral e política**. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1986.

IANNI, Octavio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

_____. Tendências do pensamento brasileiro. **Tempo Social**, São Paulo, USP, v. 12, n. 2, p. 55-74, 2000. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12334>. Acesso em: 15 jun. 2020.

IBARRA, Carlos Fernando. Dictaduras, tortura y terror en América Latina. **Bajo el Volcán**, v. 2, n. 3, p. 53-74, 2001.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão do Brasil em Microrregiões Homogêneas**. Rio de Janeiro: FIBGE, 1970.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário de 1975**. Rio de Janeiro: IBGE, 1975. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7243>. Acesso em: 11 set. 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico do Brasileiro de 1980**. Rio de Janeiro, IBGE, 1980. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=772>. Acesso em: 3 jan. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. DGC. DE GEO. DITER. **Projeto: Revisão da Divisão do Brasil em Mesorregiões**. Rio de Janeiro: DGC/IBGE, 1988.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas**. Rio de Janeiro: FIBGE, 1990. v. 1. p. 7-11.

KATZ, Claudio. **Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, socialismo**. São Paulo: Expressão Popular: Perseu Abramo, 2016.

KON, Anita. (Org.). **Planejamento no Brasil II**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

LAFER, Betty Mindlin (Org.). **Planejamento no Brasil**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1970.

LEITE, Sergio Pereira *et al.* **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. São Paulo: Editora da Unesp; Brasília: Nead, 2004.

LESSA, Carlos. **Quinze anos de política econômica**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____. **A estratégia de desenvolvimento 1974-1976: sonho e fracasso**. 2. ed. Campinas: UNICAMP, IE, 1998.

LIMONAD, Ester. Brasil século XXI, regionalizar para que? Para quem?. In: LIMONAD, Ester; HAESBAERT, Rogério.; MOREIRA, Ruy.; (Org.). **Brasil século XXI – por uma nova regionalização?** São Paulo: Max Limonad, 2004.

LINHARES, Maria Yedda Leite; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Campinas, 1999.

LOPES, Alfredo Ricardo Silva. **Desastres socioambientais e memória no sul de santa catarina (1974-2004)**. 2015. 377 f. Dissertação (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/135116/334523.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 jun. 2020.

MACEDO, Fernando Cezar de. Notas sobre as políticas de desenvolvimento regional segundo as Constituições Federais do Brasil e o papel dos Fundos Constitucionais de Financiamento pós-1988. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, Blumenau, v. 2, n.1, p. 19-47, 2014.

MACEDO, Fernando César de.; PORTO, Leonardo. Existe uma política nacional de desenvolvimento regional no Brasil? **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 606-631, jan., 2018. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/3639/681>. Acesso em: 4 maio 2020.

MACIEL, Everardo. A crise do planejamento brasileiro. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 117, n. 1, p. 37-48, jun./set., 1989.

MACIEL, Rossandra Oliveira. **A internalização da previdência social rural na vida dos idosos em municípios pertencentes à Região da AMREC**. 2015. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/38148>. Acesso em: 19 fev. 2021.

MARCON, Maria Teresinha de Resenes. **A metropolização de Florianópolis: O papel do Estado**. 2000. 318 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

_____. **A trajetória dos processos de regionalização em Santa Catarina: escalas geográficas e atores sociais**. 2009. 325 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

_____. A regionalização como instrumento de ordenação do território brasileiro. **Percursos**, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 169-187, 2012. Disponível em: www.periodicos.udesc.br/index.php/percursos/article/download/2679/2203. Acesso em: 4 ago. 2019.

MARCONDES, Tabajara. **Desenvolvimento rural e protagonismo social: o caso do projeto microbacias 2 de Santa Catarina**. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/95407>. Acesso em: 4 fev. 2021.

MARRE, Jacques Leon. História de vida e método biográfico. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, UFRGS, v. 3, n. 3, p. 89-141, 1991.

MARTIGNAGO, Decio. **Análise Institucional das Experiências de Planejamento Governamental em Santa Catarina**. 1981. 103 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1981.

MARTINELLI, Maria Lucia. **Pesquisa qualitativa** – um instigante desafio. São Paulo: Editora Veras, 1999.

MARTINS, Gilberto de Andrades; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, José de Souza. **O Cativo da terra**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1981.

_____. O sujeito da reforma agrária. In: MARTINS, José de Souza. (Coord.). **Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. p.11-52.

MATOS, Márcia.; DARÓS, Marisete; MARTINS, Eroni. **Pesquisa histórica de Santa Rosa do Sul, Vila Nova e EAFS**, Santa Rosa do Sul, EAFS, 1999. Trabalho de conclusão da disciplina História da Arte, Curso Pós-médio de Técnico em Turismo – Modalidade Turismo Rural, Escola Agrotécnica Federal de Sombrio, 1999.

MATTOS, Fernando Marcondes de. **Santa Catarina: Nova Dimensão**. Florianópolis: Lunardelli, 1973. 448p.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Reforma Agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra**. São Paulo: Perseu Abramo, 2003. (Coleção Brasil Urgente)

MELO, Osvaldo Ferreira de. **Aspectos jurídicos e institucionais e institucionais do planejamento micro-regional**. Porto Alegre: Ministério do Interior, 1972.

MESSIAS, Talita Alves de; GOULARTI FILHO, Alcides. A atuação da Sudesul nas políticas de planejamento econômico para o Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 11, n. 1, p. 299-322, jan./abr., 2015. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/1619>. Acesso em: 3 jan. 2020.

_____. A SUDESUL e o projeto litoral sul de Santa Catarina: convergência do planejamento nacional e regional (1970-1990). **Revista de Desenvolvimento Econômico – Rde**, Salvador, v. 1, n. 36, p. 219-245, abr., 2017. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/issue/view/257>. Acesso em: 3 jan. 2020.

MIGLIOLI, Jorge. **Introdução ao Planejamento Econômico**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MINDLIN, Betty. **Planejamento no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2001. 184p.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Realizações do Ministério da Educação período: 85/90 - Governo José Sarney**. Brasília: MEC, 1990. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002550.pdf>. Acesso em: 10 maio 2021.

_____. **Relatório de Viagem**. Sombrio: MEC; SEMTEC; EAFS, 1994.

MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO. **A nova política nacional de desenvolvimento regional**. Brasília: Secretaria de Desenvolvimento Regional, 2012. Disponível em: <https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/15134037-201307301602026-20130401115228texto-de-referencia-resumo-executivo-jul12.pdf> Acesso em: 20 nov. 2019.

MINISTÉRIO DO INTERIOR. **Anteprojeto do I Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social da Fronteira Sudoeste do País (1967/1969)**. Porto Alegre, 1966.

_____. **Superintendência do Desenvolvimento da Fronteira Sudoeste**. Primeiro Plano Diretor 1967-1969. Porto Alegre: SUDESUL, 1967.

_____. **Plano de operações do Projeto Litoral Sul de Santa Catarina**. Porto Alegre, 1973.

_____. **As funções da região sul no âmbito do sistema nacional e ação da SUDESUL**. Porto Alegre: SUDESUL, 1974a.

_____. **SUDESUL: a instituição e suas atividades**. Porto Alegre, 1974b.

_____. **Subsídios à elaboração do Plano de Ação do Governo de Santa Catarina.** Porto Alegre, 1975.

_____. **Estudo de viabilidade técnico-econômica do projeto de desenvolvimento agrícola do Banhado do Sombrio.** v. 2A. Porto Alegre: SUDESUL; Magna Engenharia, 1976.

_____. **Proposta de execução de estudo de viabilidade técnico-econômica Projeto de Desenvolvimento Agrícola Banhado do Sombrio.** Porto Alegre: SUDESUL; ENGEVIX S.A., 1977a.

MINISTÉRIO DO INTERIOR; SUDESUL. **Programação da SUDESUL para 1977.** Porto Alegre, 1977b.

MINISTÉRIO DO INTERIOR. **Estudo de viabilidade técnico-econômica do projeto de desenvolvimento agrícola do banhado do sombrio:** Projetos Propostos – obras de engenharia. v. 6. Porto Alegre: Magna Engenharia, 1978a.

_____. **SUDESUL: 10 Anos de atividade – 1967/1977.** Porto Alegre, 1978b.

_____. **Região Sul:** desníveis econômicos intra-regionais. Porto Alegre, 1978c.

_____. **Projeto de Desenvolvimento Agrícola do Banhado do Sombrio Estrutura Fundiária.** Porto Alegre: Magna Engenharia, 1978d.

_____. **Programa Especial do Litoral Sul de Santa Catarina – PROLITORAL.** Porto Alegre: SUDESUL, 1979a.

_____. **Termo de referência para trabalhos executivos do subprojeto Sombrio área piloto – e anteprojeto e estudos de viabilidade técnico-econômica do vale do Mampituba.** Porto Alegre: SUDESUL, 1979b.

_____. **Diretrizes Finais do Plano de Assentamento de Populações – PAP I e II.** Porto Alegre: SUDESUL; Magna Engenharia, 1980a.

_____. **Organização Institucional do Plano de Assentamento de Populações – PAP I e II.** Porto Alegre: SUDESUL; Magna Engenharia, 1980b.

_____. **Engenharia final do projeto de assentamento de população:** Introdução e antecedentes básicos da concepção do PAP. v. 1A. Porto Alegre: SUDESUL; Magna Engenharia, 1982a.

_____. **Engenharia final do projeto de assentamento de população:** Sistema viário e urbanização. v. 1D. Porto Alegre: SUDESUL; Magna Engenharia, 1982b.

_____. **Plano Diretor de Desenvolvimento da Bacia do Rio Mampituba.** Porto Alegre: SUDESUL, 1983.

_____. **Elementos sobre a organização institucional do Projeto Piloto de Irrigação e Drenagem – P.P.D.I.** Porto Alegre: SUDESUL, MAGNA Engenharia, [1983].

_____. **Estratégia de Desenvolvimento para a região Sul – Documento Base.** Porto Alegre, 1987a.

_____. **Relatório PLSSC – Projeto de Desenvolvimento da Bacia do Rio Mampituba Subprojeto Sombrio.** Porto Alegre: SUDESUL, 1987b.

MINISTÉRIO DO INTERIOR; SUDESUL. **Plano de Desenvolvimento Agrícola da Bacia do Rio Mampituba:** Informações básicas para carta consulta a COCEX. Porto Alegre: SMC, 1989a.

MINISTÉRIO DO INTERIOR. **Ata da 55ª reunião ordinária do conselho deliberativo da Sudesul.** Porto Alegre: Ministério do Interior; SUDESUL, 1989b

MORAES, Antônio Carlos Robert de. **Território e História no Brasil.** 2. ed. São Paulo: Annablume, 2005.

MORAES, Fabio Farias de. O carvão catarinense e o planejamento estatal. *In:* GOULARTI FILHO, Alcides (Org.). **Ensaio sobre a economia sul catarinense.** Criciúma: EDIUNESC, 2003.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4125089/mod_resource/content/1/Roque-Moraes_Analise%20de%20conteudo-1999.pdf. Acesso em: 20 jun. 2019.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas.** Rio de Janeiro: Saga, 1972.

NAVARRO, Zander. Mobilização sem emancipação: as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. *In:* SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Produzir para Viver: Os Caminhos da Produção Não Capitalista.** São Paulo: Civilização Brasileira, 2002. p. 189-232.

_____. Meio século de transformações do mundo rural brasileiro e a ação governamental. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, v. 19, número especial., jul., 2010. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/todas-publicacoes-de-politica-agricola/revista-de-politica-agricola/2000-a-2016/revista-de-politica-agricola-edicao-especial-150-anos-2010.pdf>. Acesso em: 4 jan. 2021.

NETO, Aristides Monteiro; CASTRO, César Nunes; BRANDÃO, Carlos Antonio (Org.). **Desenvolvimento Regional no Brasil:** políticas, estratégias e perspectivas. Rio de Janeiro: IPEA, 2017. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29412. Acesso em: 8 abr. 2020.

NETO, José Leocádio. **Assentamento de Vila Nova Santa Rosa do Sul/SC: estratégias de sobrevivência da pequena produção familiar um estudo de caso**. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

NEVES, Delma Pessanha. **Assentamentos rurais: reforma agrária em migalhas**. Niterói: EDUFF, 1997.

NUNES, Marcos Antonio; MATOS, Ralfo Edmundo da Silva. O município no Brasil República e o surto emancipacionista após a Constituição Federal de 1988. **Espaço & Geografia**, [S. l.], v. 22, n. 1, 2019. Disponível em: <http://www.lsie.unb.br/espacoegeografia/index.php/espacoegeografia/article/view/607>. Acesso em: 10 fev. 2021.

OLINGER, Glauco. **Aspectos históricos da Extensão Rural no Brasil e em Santa Catarina**. Florianópolis: EPAGRI, 2020. Disponível em: https://www.faser.org.br/uploads/files/2020/41319_aspectos_historicos_da_extensao_rural_no_brasil_e_santa_catarina.pdf. Acesso em: 4 jun. 2020.

OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de. **O processo de industrialização: do capitalismo originário ao atrasado**. São Paulo: Editora Unesp; Campinas: IE-Unicamp, 2003. Disponível em: <https://franklinherrero.files.wordpress.com/2017/03/carlos-alonso-oliveira-originc3a1rio-ao-atrasado.pdf>. Acesso em: 7 maio. 2020.

OLIVEIRA, Márcio Mauro. As circunstâncias da criação da extensão rural no Brasil. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 16, maio./ago., 1999.

PADIS, Pedro Calil. A Fronteira Agrícola. **Revista de Economia Política**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 51-75, jan./mar., 1981.

PEDROSA, Breno Viotto. Considerações sobre a Sudesul: formação e modernização territorial. **Confin**, [online], n. 47, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/confin.33298> Acesso em: 22 jan. 2021.

PEREIRA, Aurelino da Cunha. **Na fuga do Lobo Guará**. 1. ed. Sombrio: Sul Gráfica, 2015.

PEREIRA, Juventino J. **Sombrio: suas origens, seu povo e suas tradições**. Rio Grande do Sul: Editora La Sale, 1972.

PERROUX, François. **A economia do século XX**. Lisboa: Moraes Editora, 1967.

PIRES, Jovelino de Gomes. **SUDESUL: Uma abordagem institucional**. 1982. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1912. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/8828>. Acesso em: 10 maio. 2019.

PIVATTO, Nair Sanzovo. **O Paraná e suas regiões - uma análise territorial a partir da modelização gráfica**. 2013. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do

Paraná, Curitiba, 2013. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/31667?show=full>. Acesso em: 10 maio. 2019.

PONTES, Beatriz Maria Soares. Região e regionalização no contexto da globalização: a região sob diferentes óticas, no contexto do método dialético. **Cronos**, Natal, v. 8, n. 2, p. 489-499, jul./dez., 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufrr.br/cronos/article/view/1852>. Acesso em: 14 jun. 2020.

PORTAL do Governo Brasileiro. Histórico. Diretoria de Serviço Geográfico. Exército Brasileiro. Disponível em: <http://www.dsg.eb.mil.br/index.php/historico>. Acesso em: 5 out. 2020.

PORTO ALEGRE (RS). **Edital nº 004/77. Proposta de execução**. Elaboração de estudo de viabilidade técnico-econômico. Porto Alegre: Ministério do Interior; SUDESUL, 1977.

PREBISCH, R. **Dinâmica do desenvolvimento latino americano**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

PRESA, Juliana Brocca. **O arroz no espigão e o milho no banhado: Programa PROVÁRZEAS – O desenvolvimento de uma política pública e o cultivo do arroz em municípios da Bacia do Rio Araranguá**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/95384> acesso em 14 jun.2020. Acesso em: 9 jun. 2020.

QUEIROZ, Karla Silva; SOUZA, Francisco das Chagas Silva. **O ensino técnico federal brasileiro no limiar da nova república: caminhos do PROTEC**. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/5771> Acesso em: 4 jan. 2021.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, Carolina. A Confederação Nacional da Agricultura e o Estatuto da Terra: embates e recuos. **Revista História e Luta de Classes**, [S. l.], v. 5, n. 8, nov., 2009. Disponível em: <http://dev.historiaelutadeclasses.com.br/upload/arquivo/2017/11/4d397b769fb04665b5a68655fbbb286df6ec49f9> Acesso em: 10 jan. 2021.

REIKE, Adalberto. **Diagnóstico e perspectivas de desenvolvimento sócio-educacional dos assentados rurais da comunidade de Vila Nova, Santa Rosa do Sul - SC e a participação do IFECTC - Campus de Sombrio**. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://ead.escola.alesc.sc.gov.br/login/index.php>. Acesso em: 15 maio. 2019.

RESENDE, Guilherme Mendes. **Avaliação de políticas públicas no Brasil: uma análise de seus impactos regionais**. Brasília: Ipea, 2014.

RIO GRANDE DO SUL (RS). **Lei nº 10.000, de 26 de novembro de 1993. Autoriza o Poder Executivo a promover a extinção da Corlac e dá outras providências**. Diário Oficial, Rio Grande do Sul, 29 nov. 1993. Disponível em:

http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100018.asp?Hid_IdNorma=15520&CmdOperacao=VISUALIZAR%20TEXTO%20COM%20LINKS&TxtVem_de_Outra=S Acesso em: 7 jan. 2021.

RODRIGUES, Cyro Mascarenhas. A pesquisa agropecuária no período do pós-guerra. **Cadernos difusão de tecnologia**, Brasília, v. 4, n. 3, set./dez., 1987.

RODRIGUES, Juliana Nunes; MOSCARELLI, Fernanda. Os desafios do pacto federativo e da gestão territorial compartilhada na condução das políticas públicas brasileiras. **GeoTextos**, Salvador, v. 11, n. 1, jul., 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/12714>. Acesso em: 10 fev. 2021.

RODRIGUES, José Claudio Ramos; BITENCOURT, Maria da Conceição Mariano. **O desenvolvimento histórico, político, social e cultural de Santa Rosa do Sul**. Santa Rosa do Sul: Secretaria Municipal de Educação, 1995.

SANTA CATARINA. Câmara Municipal de Sombrio. **Resolução nº 1/55, de 24 de novembro de 1955**. Cria o Distrito de Santa Rosa. Sombrio: Sala das Sessões, 1955.

_____. Acordo nº 03/1972. Celebrado entre o Governo do Estado de Santa Catarina e o Ministério do Interior, através da sua Superintendência de Desenvolvimento Regional e visando o desenvolvimento integrado do Litoral Sul do Estado. Florianópolis, 26 jun. 1972.

_____. Universidade Federal de Santa Catarina. SUDESUL. **Política de Desenvolvimento Urbano para o Estado de Santa Catarina (PDU)**. Florianópolis. 4 v. 1974.

SANTA CATARINA; SUDESUL; DNOS. Acordo nº 04/76. Termo de Acordo firmado entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul – SUDESUL, o Departamento Nacional de Obras e Saneamento – DNOS e o Governo do Estado de Santa Catarina, objetivando a elaboração de estudos de viabilidade, projeto de engenharia final e obras do Projeto Sombrio/SC, Integrante do Projeto Litoral Sul de Santa Catarina. **Diário Oficial da União**, Florianópolis, 3 jun. 1976.

SANTA CATARINA. Convênio nº 16/79, de 5 de outubro de 1979. Firmado entre SUDESUL, DNOS e o Estado de Santa Catarina. Objetiva a execução de obras integrantes do Subprojeto Sombrio. Porto Alegre, 5 out. 1979a.

_____. Decreto no 7.795, de 5 de junho de 1979. Declara de utilidade pública, autoriza a aquisição de imóvel e benfeitorias e estabelece outras providências. **Governo do Estado de Santa Catarina**, Florianópolis, 5 jun. 1979a.

_____. Decreto nº 10.692, de 30 de abril de 1980. Altera a redação do art. 29 do Decreto nº 7.795, de 05.06.79, para incluir a alegação de urgência na desapropriação procedida. **Governo do Estado de Santa Catarina**, Florianópolis, 30 abr. 1980a.

_____. **Programa de Aproveitamento Racional de Várzeas Irrigáveis de Santa Catarina**. Secretaria de Agricultura e do Abastecimento; Serviço de Extensão Rural –

EMATER-SC/ACARESC; EMPASC; CIDASC; Ministério do Interior; DNOS. 1980. Florianópolis: Acaresc, 1980b. 13 p.

_____. Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral. **Política de desenvolvimento regional e urbano para Santa Catarina**. Florianópolis: IOESC, 1981. 241 p.

_____. **Lei nº 6.288, de 31 de outubro de 1983. Cria o Fundo de Terras do Estado de Santa Catarina, e dá outras providências**. Diário Oficial, 7 nov. 1983. Disponível em: http://leis.alesec.sc.gov.br/html/1983/6288_1983_lei.html. Acesso em: 10 fev. 2020.

_____. **Lei nº 7.724, de 13 de setembro de 1989. Autoriza a extinção da Companhia de Distritos Industriais de Santa Catarina - CODISC, e dá outras providências**. Diário Oficial, 14 set. 1989. Disponível em: http://leis.alesec.sc.gov.br/html/1989/7724_1989_Lei.html Acesso em: 10 maio 2020.

_____. **Projeto Suporte Hidráulico à Irrigação**. Florianópolis: 1995.

SANTA CATARINA; UNISUL. Grupo Técnico de Reativação do Sub-Projeto Sombrio. **Plano para o redirecionamento estratégico e operacional do sub-projeto Sombrio**. Santa Rosa do Sul, 1995.

SANTA CATARINA. **Lei nº 14.291, de 11 de janeiro de 2008. Autoriza o recebimento e a doação de área de terra no Município de Laguna**. Diário Oficial, 2008. Disponível em: http://leis.alesec.sc.gov.br/html/2008/14291_2008_Lei.html Acesso em: 10 maio 2020.

SANTA ROSA DO SUL (SC). **Ata da 21ª Sessão Ordinária de 2014**. Realizada em 21 de julho de 2014. Santa Rosa do Sul: Câmara Municipal de Santa Rosa do Sul, 2014. Disponível em: https://www.cmvsrs.sc.gov.br/camara/atas/sessao_ordinaria/2014/1/0/84 Acesso em: 5 jan. 2021.

SANTA ROSA DO SUL (SC). Prefeitura. **História**. Santa Rosa do Sul: Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul, 2021. Disponível em: <https://santarosadosul.atende.net/#!/tipo/pagina/valor/1>. Acessado em: 5 jan. 2021.

SANTOS, Lucy Woellner dos. **A fusão pesquisa agrícola-extensão rural em Santa Catarina**. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção e Sistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001. Disponível em: <https://necat.ufsc.br/files/2011/10/Lucy-Woellner-dos-Santos.pdf> Acesso em: 8 jan. 2021.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização** - do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. **Por uma nova geografia**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 2. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2001.

SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial. *In*: SAQUET, Marcos A.; SPOSITO, Eliseu S. **Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 73-94. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20GRADUACAO/PENSAMENTO%20GEOGR%20C1FICO%202017/2-LIVRO%20SAQUET%20E%20SPOSITO.pdf> Acesso em: 5 jan. 2020.

SCHMITZ, Sergio. **Planejamento Estadual: A Experiência do Plameg**. Florianópolis: UFSC, 1985. 134p.

SCHNEIDER, Sergio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S. l.], v. 18, n. 51, p. 99-122, 2003.

_____. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 6, n. 11, p. 88-125, jan./jun., 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/soc/n11/n11a06.pdf> Acesso em: 15 jan. 2021.

_____. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 30, n. 3, 2010.

SEMINÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PROJETO SOMBRIO. **Resoluções do Iº Seminário de Avaliação do Projeto Sombrio**. Coordenação Geral do Seminário de Avaliação do Projeto Sombrio. Florianópolis: SUDESUL, 1980.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SERRANO, Felipe Victorino. Estado, golpes de estado y militarización en América Latina. **Nueva Época**, [S. l.], v. 23, n. 64, sept./dic., 2010.

SILVA, Carlos Alberto F. da. A dimensão regional na gestão do território: da integração econômica a integração competitiva. **Boletim Goiano De Geografia**, [online], v. 13, n. 1, p. 45-64, 1993. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/bgg.v13i1.4341>. Acesso em: 8 jan. 2020.

SILVA, Cynthia Nalila Souza; FRANZONI, Soraya Conde. Memórias e atualidades da educação infantil no assentamento de Vila Nova, Santa Rosa do Sul, Santa Catarina. **Cad. CEDES**, [online], v. 37, n. 103, p. 347-360, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-32622017000300347&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso em: 10 out. 2020.

SILVA, Simone Affonso da. **O planejamento regional brasileiro pós- Constituição Federal de 1988: instituições, políticas e atores**. São Paulo: Annablume, 2017.

SILVEIRA, S. M. P. **A importância da educação ambiental no fortalecimento do desenvolvimento territorial sustentável: o papel dos Institutos Federais**. Monografia (Licenciatura em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/172326>. Acesso em: 20 maio. 2019.

SILVEIRA; S. M. P. *et al.* A importância da tríade ensino, pesquisa e extensão na construção dos territórios – o caso da horta comunitária da Vila Nova/SC. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável GUAJU**, Matinhos, v. 6, n. 2, jul./dez., 2020. Disponível em: [dx.doi.org/10.5380/guju.v6i2.73961](https://doi.org/10.5380/guju.v6i2.73961) Acesso em: 5 dez. 2020.

SOMBRIO (SC). **Lei 611, de 11 de março de 1987**. Autoriza a doação de imóvel à União Federal. Prefeitura Municipal de Sombrio, 11 mar. 1987.

_____. **Lei nº 1.031, de 08 de agosto de 1995**. Autoriza doação de imóvel à Escola Agrotécnica Federal de Sombrio. Prefeitura Municipal de Sombrio, 8 ago. 1995.

SOUZA, Danieli Cristina de.; ESTEVAM, Dimas de Oliveira. Panorama dos Assentamentos Rurais em Santa Catarina. **Revista Grifos**, v. 30, n. 54, p. 267-291, 2021. Disponível em: <http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/view/5921> Acesso em: 03 abr. 2021.

STÉDILE, João Pedro. De que programa agrário precisamos? **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA**, [S. l.], v. 23, n. 2, p. 7-30, 1993.

_____. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SUDESUL. **Relatório sintético de atividades**. Porto Alegre: SUDESUL, 1970.

_____. **Relatório sintético de atividades**. Porto Alegre: SUDESUL, 1971.

_____. **Ordem de serviço 71/75**. Estudo do Banhado de Sombrio. Expedida em consonância com o disposto no contrato 02/71. SUDESUL; UFRGS, Porto Alegre, 1975.

_____. **Programa Anual de Aplicações (PAA): Planejamento agrícola regional**. Porto Alegre: SUDESUL, 1977a.

_____. **Programa Anual de Aplicações (PAA): Estudos e Projetos para o Desenvolvimento Regional**. Porto Alegre: SUDESUL, 1977b.

_____. **Programa Anual de Aplicações (PAA): Análise regional coordenação e planejamento regional**. Porto Alegre: SUDESUL, 1977c.

SUDESUL; MAGNA Engenharia. **Proposta de serviços de consultoria para supervisão técnica da implantação das obras do subprojeto Sombrio revisada pela SUDESUL sobre o edital nº01/1982**. Porto Alegre: SUDESUL; MAGNA Engenharia, 1982.

SUDESUL. **Relatório 4º/84**. Projeto ou atividade: Projeto de Desenvolvimento da Bacia

do Rio Mampituba. Porto Alegre: SUDESUL, 1984a.

_____. **Resumo das atividades desenvolvidas pelo convênio SUDESUL – IRYDA no ano de 1984.** Porto Alegre: SUDESUL, 1984b.

_____. **Proposta orçamentária 1985 cadastro de projetos.** Porto Alegre: SUDESUL, 1985.

_____. **Marco Referencial do Projeto de Desenvolvimento da Bacia do Rio Mampituba para o triênio 1987-1989.** Porto Alegre: SUDESUL, 1987a.

_____. **Demonstrativo Financeiro Projeto de Desenvolvimento da Bacia do Rio Mampituba Subprojeto Sombrio.** Porto Alegre: SUDESUL, 1987b.

_____. **Relatório Departamento de Serviços Básicos (DSB).** Porto Alegre: SUDESUL, 1988a.

_____. **Relatório mensal julho/1988.** Porto Alegre: SUDESUL, 1988b.

_____. **Relatório de rotinas executivas e gestão do PLSSC - Projeto de Desenvolvimento da Bacia do Rio Mampituba Subprojeto Sombrio.** Porto Alegre: SUDESUL, 1988c.

_____. **Síntese do Plano Diretor de Desenvolvimento da Bacia do Rio Mampituba,** Porto Alegre: SEDESUL, [1988a].

_____. **Relatório interno PLSSC – Projeto de Desenvolvimento da Bacia do Rio Mampituba:** Relatório síntese do subprojeto Sombrio. Porto Alegre: SUDESUL, [1988b].

_____. **Relatório março/1989. Projeto de Desenvolvimento Integrado da Bacia do Rio Mampituba.** Porto Alegre: SUDESUL, 1989a.

_____. **Relatório de Atividades de 1989.** Porto Alegre: SUDESUL, 1989b.

_____. **Principais ações desenvolvidas no período de 1985/1989 Projeto de Desenvolvimento Integrado da Bacia do Rio Mampituba.** Porto Alegre: SUDESUL, 1989c.

_____. **Relatório março/1989 Projeto de Desenvolvimento Integrado da Bacia do Rio Mampituba** Porto Alegre: SUDESUL, 1989d.

_____. **Principais ações previstas para 1990.** Porto Alegre: SUDESUL, 1989e.

THÉRY, Hervé; MELLO, Neli Aparecida de. **Atlas do Brasil:** disparidades e dinâmicas do território. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

THOMSON, Alistair; FRISCH, Michael; HAMILTON, Paula. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. In: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). **Usos e abusos da História Oral.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

UDERMAN, Simone. **Padrões de Organização Industrial e Políticas de Desenvolvimento Regional: Uma análise das estratégias de industrialização na Bahia**. 2006. 221 f. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

_____. O Estado e a formulação de políticas de desenvolvimento regional. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 39, n. 2, p. 232- 250, abr./jun., 2008. Disponível em: <https://ren.emnuvens.com.br/ren/article/viewFile/465/369>. Acesso em: 15 mar. 2020.

UFRGS; IPH. **Relatório final. Termo referência do Subprojeto Sombrio**. Porto Alegre, 1976.

UNESC. Universidade do Extremo Sul Catarinense. Unesc entrega estudo técnico que vai contribuir com a redução dos problemas causados pela chuva no norte do Rio Grande do Sul. 2021. Disponível em: <https://www.unesc.net/portal/blog/index/66/10/173> Acesso em: 1 abr. 2021.

UNISUL; EAFS. **Workshop realizado na EAFS para reativação do subprojeto Sombrio******: Contém o convite, pauta, ata e discussões da proposta conjunta da EAFS da Secretaria do Desenvolvimento Regional (SDR) do Ministério de Integração Regional (MIR) e da UNISUL. Santa Rosa do Sul, 1994.

VECHI, Carlos. **Ajuda memória da reunião da comissão preliminar para reativação do subprojeto Sombrio**. Tubarão: UNISUL, 1994.

VECHI, Carlos; BIANCHINI, Rossana Faraco; MONDARDO, Arcângelo. **Seminário de Avaliação do Curso de Agronomia – UNISUL e Projeto de Implantação do ensino agrotécnico na Escola de Santa Rosa do Sul**. Tubarão: UNISUL, 1993.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A modernização sob o comando da terra: os impasses da agricultura moderna no Brasil. In: _____. **Mundo rural como um espaço de vida**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009. p. 45- 67.

WERLANG, Canrobert Kumpfer *et al* (Orgs). **(Re) Significação do Ensino Agrícola da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília: MEC – SETEC, 2009. 150 p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6470-brasiliafinal-legal&category_slug=agosto-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 3 jan. 2021.

APÊNDICE(S)

APÊNDICE A – Roteiro de Entrevistas

Organização do roteiro	Vínculos dos (as) entrevistados (as)
Trajetória do Plano de Assentamento de População – PAP	Assentados (as)
Como soube da área para o assentamento?	
Havia critérios para ser assentado? Se sim, quais?	
Quantas famílias se assentaram?	
Como foi feita a divisão dos lotes?	
Qual era a proposta, a expectativa do assentamento?	
Quais relações foram estabelecidas com a comunidade e a SUDESUL, governo do Estado, Federal e municipal?	
Qual a infraestrutura disponibilizada quando as primeiras famílias vieram?	
Quais as principais dificuldades quando chegaram na década de 80?	
Qual a principal fonte de renda durante estes anos de assentado (a)?	
Organização social, associação comunitária	Assentados (as)
Como se deu a ideia da origem da criação da associação?	
Qual a situação atual da associação?	
Quais desafios enfrentados para a manutenção da associação?	
Quais instituições tiveram papel importante na trajetória da associação?	
Conexões da EAFS e do IFC com a comunidade da Vila Nova	Assentados (as) SUDESUL; MEC UNISUL;
Como surgiu a ideia de uma Escola Agrotécnica na região?	
Quem estava envolvido na criação da EAFS?	
Qual é a relação da criação da EAFS com o PAP?	Assentados (as) EAFS/IFC UNISUL
Quais as relações que se estabeleceram entre comunidade e escola?	
Atuações, continuidades e descontinuidades da SUDESUL	Assentados (as) MEC; SUDESUL; UNISUL; EAFS/IFC; COOIJAM
Qual a participação da SUDESUL no PAP.?	
Qual a participação da SUDESUL na criação da EAFS?	
Após a extinção da SUDESUL o que ficou?	
Cooperativa de Irrigação de Jacinto Machado	COOIJAM
Como se iniciou a ideia de criar uma cooperativa de irrigação?	
Existe ou existiu em algum momento da trajetória da cooperativa, vínculos governamentais e ou estatais? Se sim, quais? E como que influenciaram nessa trajetória?	
Qual a ligação entre a SUDESUL e a estrutura fundiária existente na área de atuação da cooperativa?	
Quais vantagens de fazer parte da cooperativa?	
Quais os desafios da COOIJAM?	

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)



Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)



O (a) Sr (a) está sendo convidado (a) para participar da pesquisa intitulada: **Das Estratégias Nacionais de Desenvolvimento às Especificidades Regionais: Enfoque no Plano de Assentamento de Populações e suas conexões regionais**. Que tem entre seus objetivos examinar as constituições e desdobramentos no processo de planejamento nacional e o impacto na proposta de desenvolvimento agrícola do banhado do Sombrio, no extremo Sul Catarinense; identificar as conexões entre o PAP e a antiga EAFS, atual IFC Campus Santa Rosa do Sul; e, analisar as relações interinstitucionais para a retomada do subprojeto.

Mesmo aceitando participar do estudo, poderá desistir a qualquer momento, bastando para isso informar sua decisão aos responsáveis. Fica esclarecido ainda que, por ser uma participação voluntária e sem interesse financeiro, o (a) senhor (a) não terá direito a nenhuma remuneração. Declaramos que todos os riscos e eventuais prejuízos foram devidamente esclarecidos. Os dados referentes à sua pessoa serão sigilosos e privados, preceitos estes assegurados pela **Resolução nº 466/2012 do CNS - Conselho Nacional de Saúde**, podendo o (a) senhor (a) solicitar informações durante todas as fases da pesquisa, inclusive após a publicação dos dados obtidos a partir desta.

Procedimentos detalhados que serão utilizados na pesquisa: A pesquisa será explicativa, bibliográfica, documental e de campo. Na pesquisa de campo serão realizadas entrevistas semi-estruturadas.

Riscos: A pesquisa não apresenta riscos aos/as participantes.

Benefícios: A pesquisa contribuirá para a reflexão na construção do acervo histórico das instituições e comunidade envolvida e, em especial, para eventuais tomadas de decisões as formas de organização social, econômica e política do PAP.

A coleta de dados será realizada pelo acadêmico (a) Danieli Cristina Souza (fone: 47-9.9924-0729) mestrando (a) do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico (PPGDS) e orientado (a) pelo professor (a) responsável Dimas de Oliveira Estevam (fone: 48-9.9993-1859).

Criciúma (SC), ____ de _____ de 2021.

Participante:

CPF:

Pesquisadora responsável: Danieli Cristina de Souza

APÊNDICE C – Distritos emancipados que fazem parte da AMESC

MUNICÍPIOS	Nº da lei e data da criação do município	Ano de instalação
Araranguá	901 03-04-1880	1883
Turvo	247 30-12-1948	1949
Sombrio	133 30-12-1953	1954
Jacinto Machado	348 21-06-1958	1958
Praia Grande	348 21-06-1958	1958
Meleiro	773 27-11-1961	1961
São João do Sul	801 20-12-1961	1961
Timbé do Sul	1.069 11-05-1967	1967
Maracajá	1.063 12-05-1967	1967
Santa Rosa do Sul	1.109 04-01-1988	1989
Passo de Torres	8.350 26-09-1991	1993
Morro Grande	8.559 30-03-1992	1993
Ermo	9.402 29-12-1993	1995
Bal. Arroio do Silva	10.055 29-12-1995	1995
Bal. Gaivota	10.054 29-12-1995	1995

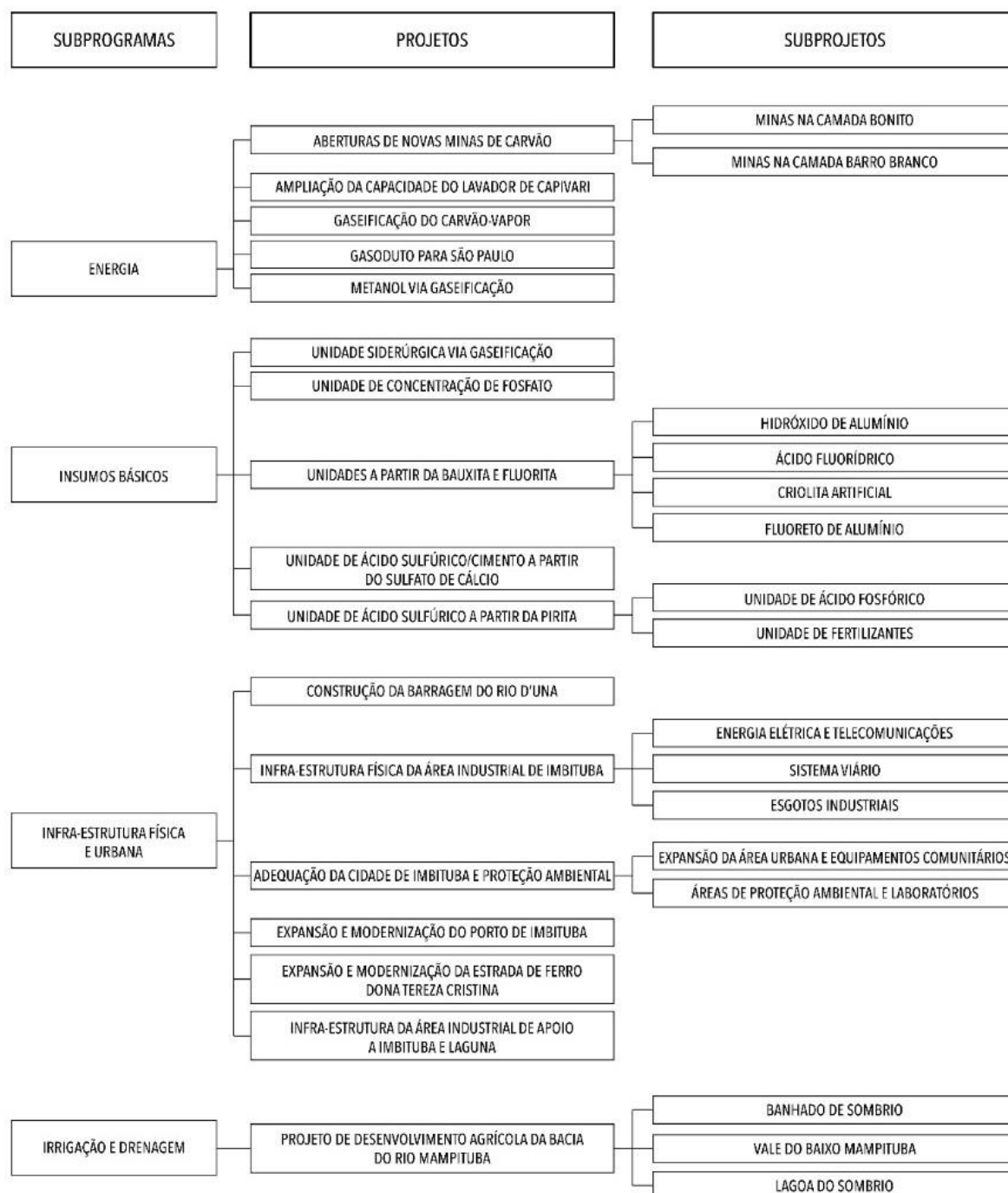
Fonte: Amesc, 2021. Adaptado por Danieli Cristina de Souza (2021).

APÊNDICE D – Regionalização em Santa Catarina: Regiões administrativas e eixos estratégicos

Base Regional	Região Administrativa Mesorregiões	Eixos Estratégicos Urbanos Espaciais	Cidades Polos Microrregiões
Região I	Região de Florianópolis	Predomínio do setor terciário da economia.	Florianópolis
Região II	Região Norte e Nordeste	Eixo industrial, setor metalmeccânico e atividades portuárias	Jaraguá do Sul, Joinville e São Francisco do Sul
		Centros urbanos complementares com forte integração ao eixo anterior e predominância do gênero industrial de mobiliário	São Bento do Sul, Rio Negrinho e Canoinhas
Região III	Região do Vale do Itajaí	Setor têxtil	Blumenau, Brusque e Itajaí
		Eixo urbano complementar	Rio do Sul.
Região IV	Região do Planalto Catarinense	Pecuária e a exploração florestal	Núcleo é o centro estratégico de Lages
		Eixo urbano complementar	Curitibanos e São Joaquim
Região V	Região Sul do Estado	Recursos minerais, como o carvão;	Polo central Criciúma, Tubarão e Imbituba
		Centro complementar	Araranguá
Região VI	Região do Oeste	Predomínio da agropecuária, com um parque industrial de processamento de carnes de suínos e de aves (agroindústrias)	Chapecó, Concórdia e Joaçaba
		Centros urbanos complementares	Caçador e São Miguel d' Oeste

Fonte: SANTA CATARINA (1974-1981); Marcon (2009). Elaborado e organizado pela autora (2021).

**APÊNDICE E– Plano de operacional do projeto especial litoral sul de Santa Catarina –
PROLITORAL**

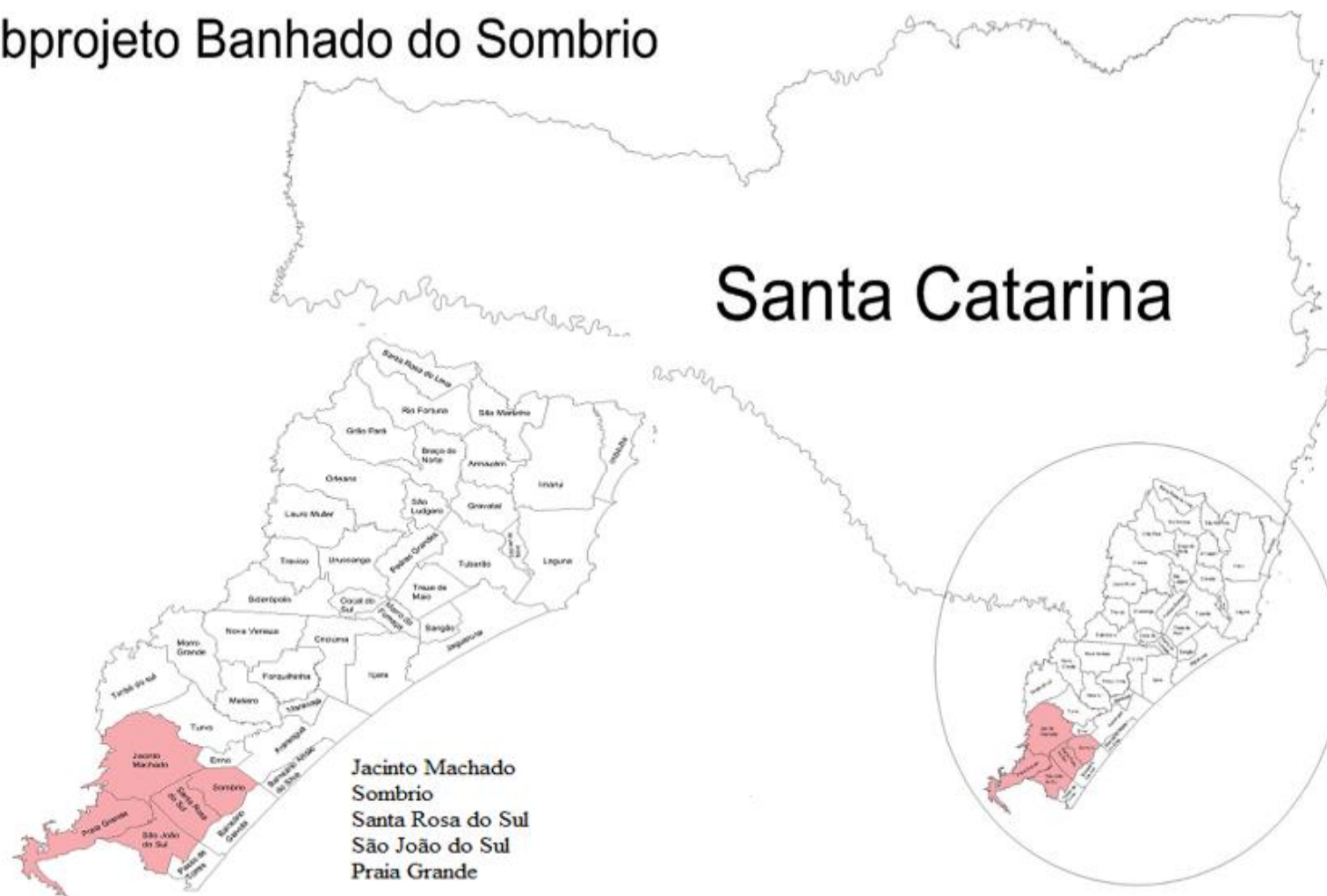


Fonte: Ministério do Interior (1973-1979a). Organizado e elaborado pela autora (2021).

ANEXO(S)

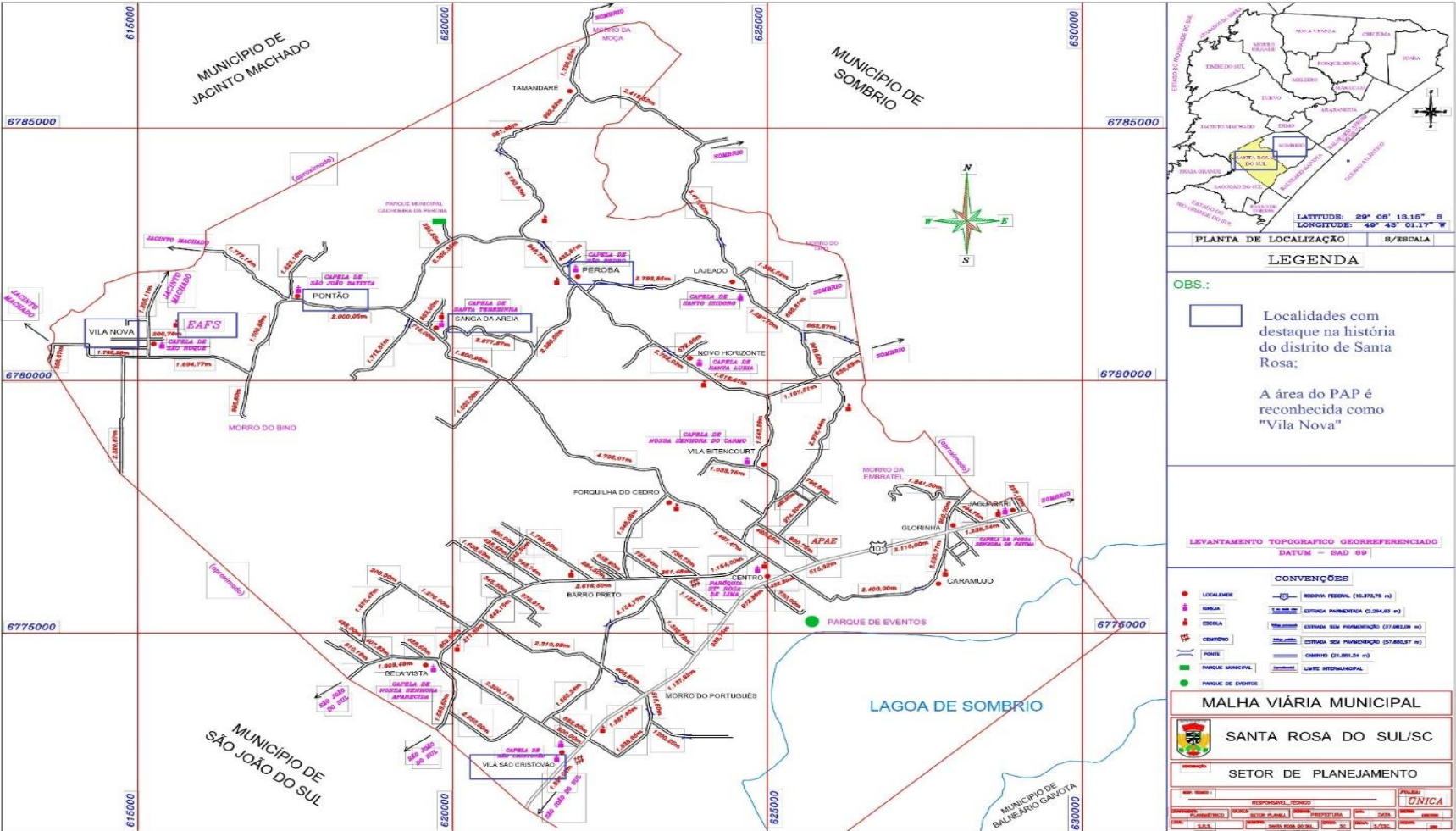
ANEXO A – Localização do subprojeto Banhado do Sombrio

Subprojeto Banhado do Sombrio

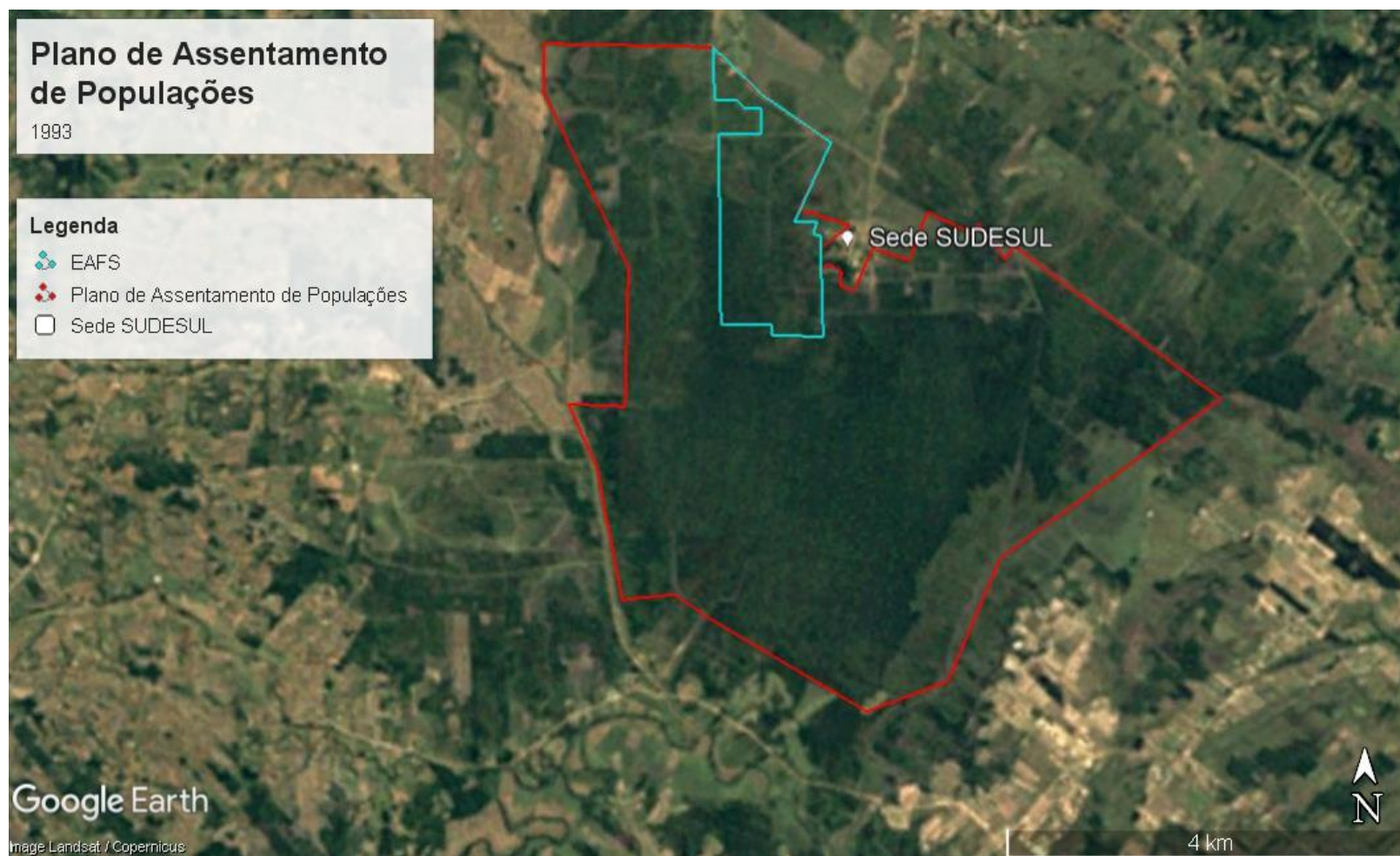


Fonte: Organizado pela autora (2021). Elaborado por Joice Salla Carvalho e Mozaira Pacheco Cardoso (2021).

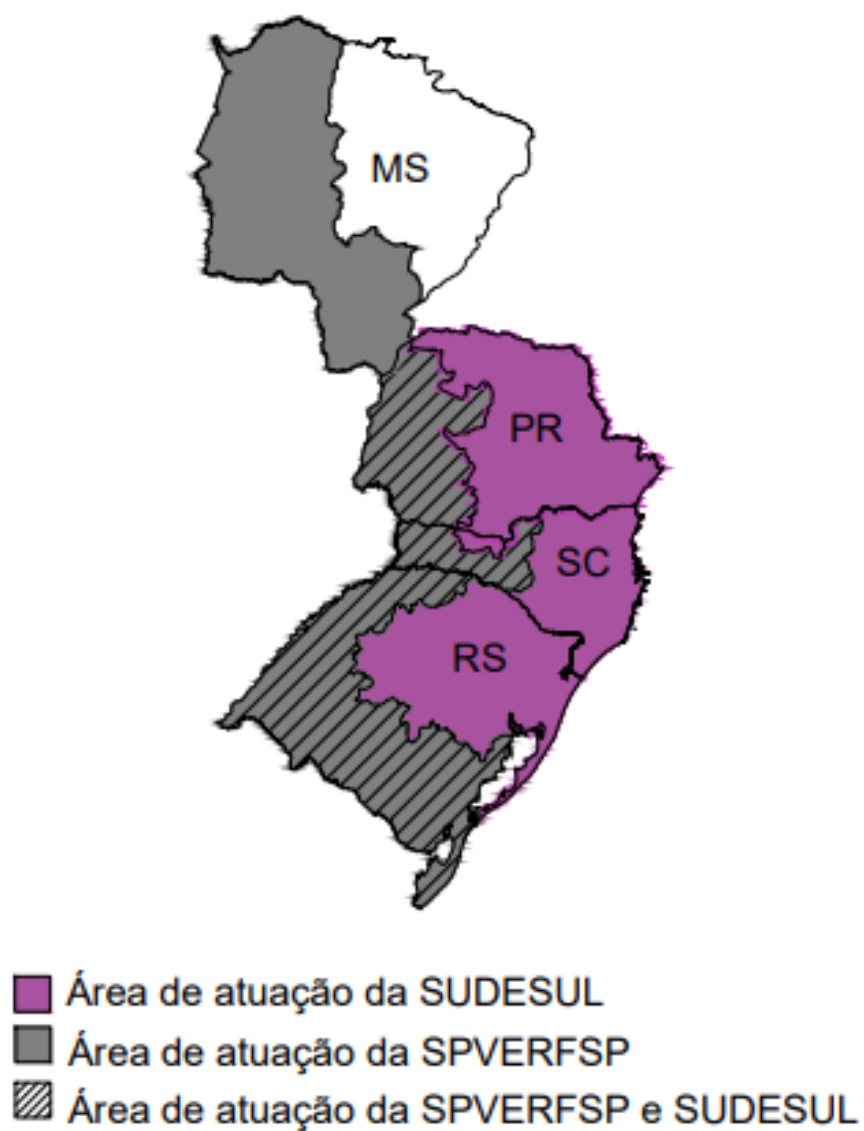
ANEXO B – MAPA DE LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DO PAP EM SANTA ROSA DO SUL



Fonte: Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul, setor de planejamento. Adaptado pela autora (2021)

ANEXO C – Localização do Plano de Assentamento de Populações (PAP) e Escola Agrotécnica Federal de Sombrio (EAFS)

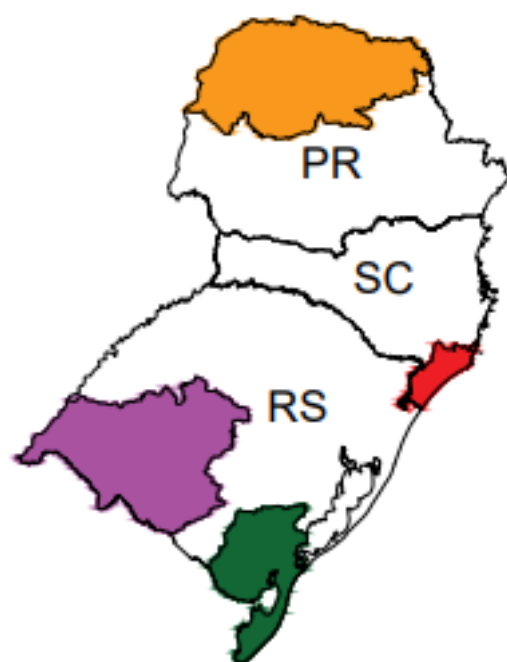
Fonte: Arquivo pessoal. Organizado e elaborado pela autora (2021).

ANEXO D – Área de atuação da SPVERFSP e SUDESUL**ÁREA DE ATUAÇÃO DA SPVERFSP E SUDESUL**

Fonte: BRASIL, 1967; MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1967; 1978b. Elaborado por Joice Salla Carvalho e Mozaira Pacheco Cardoso (2021)

ANEXO E – Projetos sub-regionais da SUDESUL

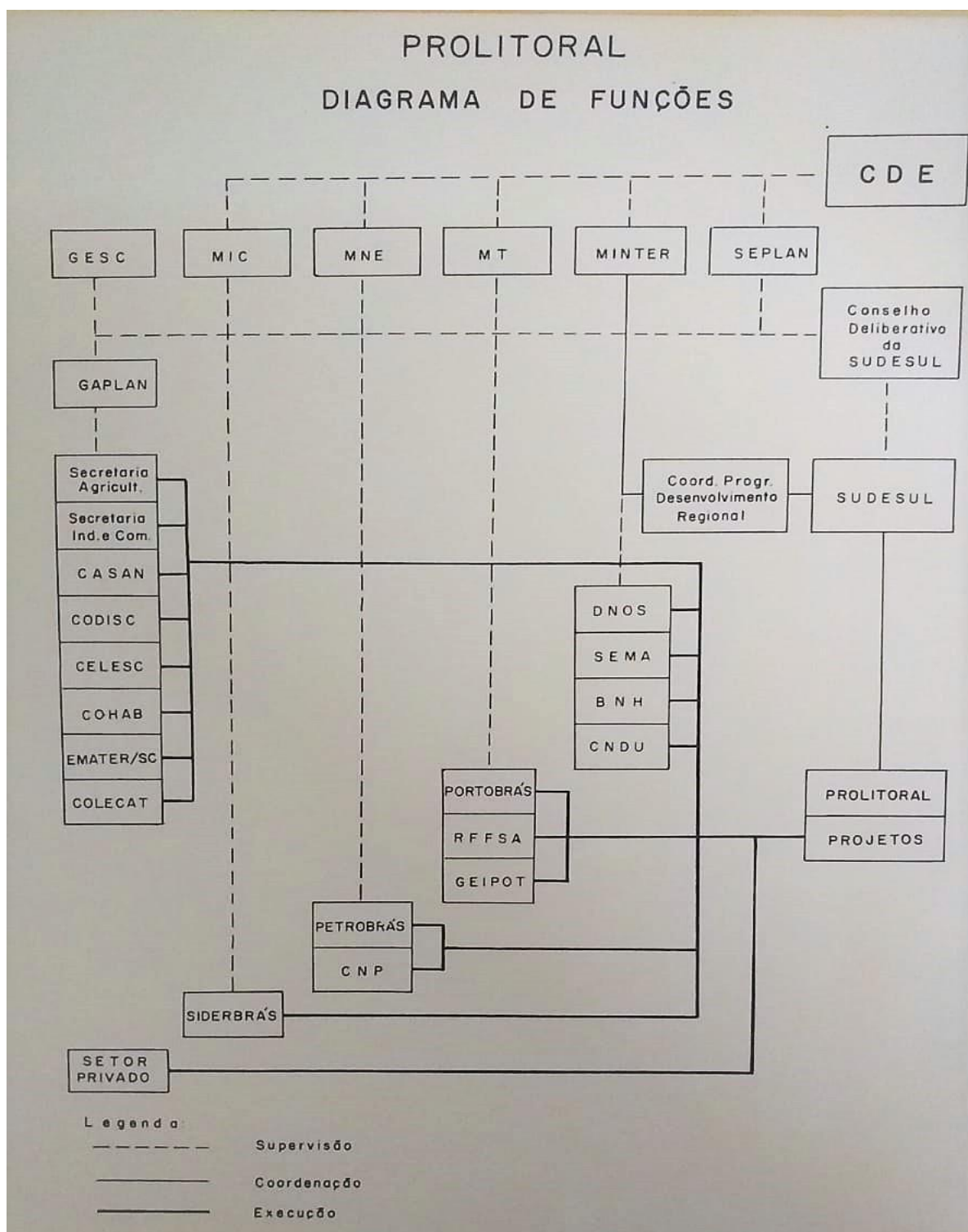
PROJETOS SUB-REGIONAIS DA SUDESUL



-  Projeto Noroeste do Paraná
-  Projeto Litoral Sul de Santa Catarina
-  Projeto Sudoeste do Rio Grande do Sul
-  Projeto de Desenvolvimento da Lagoa Mirim

Fonte: (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1978b). Elaborado por Joice Salla Carvalho e Mozaira Pacheco Cardoso (2021)

ANEXO I – PROLITORAL: Diagrama de Funções



Fonte: MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1979

**ANEXO K – Cronograma de investimentos a efetivação do Plano de Desenvolvimento
Agrícola da Bacia do Rio Mampituba**

PLANO DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DA BACIA DO RIO MAMPITUBA CRONOGRAMA DE INVESTIMENTOS							
							(Em US\$1.000,00)
OBRAS	0	1	2	3	4	5	TOTAL
1 - BARRAGENS	8,952	11,758	18,200	18,200	18,200	9,100	84,410
RIO LEAO	6,200	2,858					8,858
RIO BONITO	2,752						2,752
MAMPITUBA		9,600	18,200	18,200	18,200	9,100	72,800
2 - CAPTACAO						968	968
RIO CANOAS						317	317
RIO MAMPITUBA						651	651
3 - CANALIZACAO	1,275				14		1,289
RIO LEAO	926						926
RIO BONITO	349						349
RIO MAMPITUBA					14		14
4 - CANAIS DE DRENAGEM	3,571	868	699	4,062	3,283		12,683
ZONA 2 - SETOR I	3,150						3,150
SETOR II	421						421
SETOR III		670					670
SETOR IV		198					198
ZONA 3 - SETOR I			699	1,798	1,798		4,495
SETOR II				781	391		1,172
SETOR III				412	412		824
SETOR IV				293	293		586
SETOR V				776	389		1,165
5 - CANAIS DE IRRIGACAO		12,344			3,932	12,781	29,057
ZONA 2 - SETOR I		6,832					6,832
SETOR II		4,200					4,200
SETOR III						2,717	2,717
SETOR IV						3,268	3,268
SISTEMA NOROCC DO BEND		1312					
ZONA 3 - SETOR I						1,332	1,332
SETOR II							
SETOR III					3,027	3,027	6,054
SETOR IV						1,532	1,532
SETOR V					905	905	1,810
6 - INFRA-ESTRUTURA	2,950	1,817					4,767
CENTRO COMUNITARIO	513						513
SISTEMA VIARIO - PAF	2,000	1,817					3,817
SISTEMA VIARIO PFDI	437						437
TOTAL	16,748	26,787	19,099	22,262	25,429	22,869	133,198

Fonte: Carta consulta à Comissão de Crédito Externo (COCEX) ao Plano de Desenvolvimento Agrícola da Bacia do Rio Mampituba (1989a)

ANEXO L – Ficha de inscrição para ser assentado (a) do PAP

FICHA DE INSCRIÇÃO

1. DADOS DE INSCRIÇÃO

Número: _____

Data : _____

Local : _____

2. DADOS PESSOAIS

Nome: _____

Sexo: _____

Data e local de nascimento: _____

Idade: _____

Estado civil: _____

Identificação: _____

Nº _____

Grau de instrução: _____

Residência: _____

localidade ou rua - Município - Estado

Há quanto tempo? _____

3. EXPERIÊNCIA

Experiência agrícola em: _____

(lavoura, pecuária, etc.)

Profissão: _____

Ocupação atualmente exercida: _____

Salário ou renda média mensal: Cr\$ _____

Atividades anteriores:

Data	Local	Natureza do trabalho	Relacionado com lavoura ¹	Relacionado com pecuária ¹	Não relacionado ²
1)					
2)					
3)					
4)					

(1) Marcar com uma cruz a coluna adequada.

Continuação...

4. SITUAÇÃO DE FAMÍLIA

Dependentes		Relação com Chefe de Família	Sexo	Idade	Estado Civil	Ocupação Atual	Remunera- ção (Cr\$)	Obs.
Nº	Nome							
Total						Cr\$		
Renda familiar						Cr\$		

Documentos apresentados:

5. OBSERVAÇÕES GERAIS

- Fontes de referência: _____
 - Indicações para localizar a residência do candidato: _____
 - Outras observações: _____
-
-

Fonte: Apêndices do documento organização institucional do PAP I e II (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1980b)

ANEXO M – Lista de requisitos essenciais para ser assentado (a) do PAP

LISTA DE REQUISITOS ESSENCIAIS

O candidato deverá estar enquadrado nos seguintes itens, de caráter eliminatório:

- 1 - Ter idade entre 19 e 45 anos
- 2 - Ser casado (sem a obrigatoriedade da certidão civil ou religiosa)
- 3 - Ter filhos dependentes
- 4 - Ser portador de boas condições de saúde física e mental, comprovado por exame médico e análises clínicas
- 5 - Não serem seus dependentes portadores de doenças infecto-contagiosas, de acordo com exame médico e análises clínicas
- 6 - Não ter antecedentes policiais (criminais)
- 7 - Estar disposto a frequentar o curso de treinamento promovido pela administração do projeto
- 8 - Estar pronto a mudar-se, com a família, para a área do projeto

OBSERVAÇÕES:

- Sempre que possível, será aplicado também, um teste de QI. Deve-se exigir um mínimo de 80, por acreditar-se que abaixo desse valor o candidato não tenha condições para gerir uma unidade familiar.
- Pelo menos inicialmente, os candidatos analfabetos sem experiência agrícola deverão ser rejeitados, tendo em vista ser difícil conciliar essas duas limitações com as necessidades de um trabalho bem sucedido num projeto de irrigação.

Fonte: Apêndices do documento organização institucional do PAP I e II (INISTÉRIO DO INTERIOR, 1980b)

ANEXO N – Tabela de classificação para ser assentado (a) do PAP

TABELA DE CLASSIFICAÇÃO
(Cada item vale até 10 pontos)

PARTE I - DADOS CIRCUNSTANCIAIS	Pontos
1. Evicção por desapropriação	
- Desapropriados (inclusive trabalhadores rurais das áreas desapropriadas do projeto)	10
- Não desapropriados	0
2. Local de residência	
- Na área rural de influência do projeto	10
- Em outras áreas rurais, com condições semelhantes às do projeto	7
- Em outras áreas rurais, de características diferentes das do projeto	5
- Em áreas urbanas, tendo, porém, experiência agrícola anterior	3
- Em áreas urbanas, sem experiência agrícola	0
3. Posse da terra	
- Sem posse	10
- Minifundista	7
- Proprietário de área familiar (sitiente)	5
- Proprietário de áreas médias e grandes	0
4. Grupo de idade	
- De 25 a 35 anos	10
- De 19 a 24 anos	5
- De 36 a 40 anos	3
- De 41 a 45 anos	0
5. Força de trabalho¹	
- mais de 3 homens/dia	10
- 2,1 a 3 homens/dia	5
- 1 a 2 homens/dia	0

(1) valores sugeridos para a força de trabalho:

Sexo	Idade (anos)	Valor (homens/dia)
Masculino	12 - 18	0,6
	19 - 45	1,0
	46 - 60	0,4
Feminino	12 - 18	0,4
	19 - 45	0,6
	46 - 60	0,2

Continuação...

PARTE II - DADOS DE CAPACITAÇÃO INDIVIDUAL

6. Grau de instrução

- Primário completo	10
- Lê, escreve e faz as 4 operações aritméticas	6
- Lê, escreve ou faz as 4 operações aritméticas	4
- Analfabeto	0

7. Experiência agrícola

- Em agricultura irrigada	10
- Em agricultura e criação intensivas	7
- Em agricultura ou criação intensivas	5
- Em agricultura e/ou criação extensivas	3
- Nenhuma	0

8. Experiência em administração de unidades agrícolas

- Com experiência (agricultor, administrador, arrendatário parceiro)	10
- Com pouca experiência (operário rural com alguma qualificação)	5
- Sem experiência (agregado e trabalhador braçal) ..	0

9. Iniciativa e capacidade de liderança

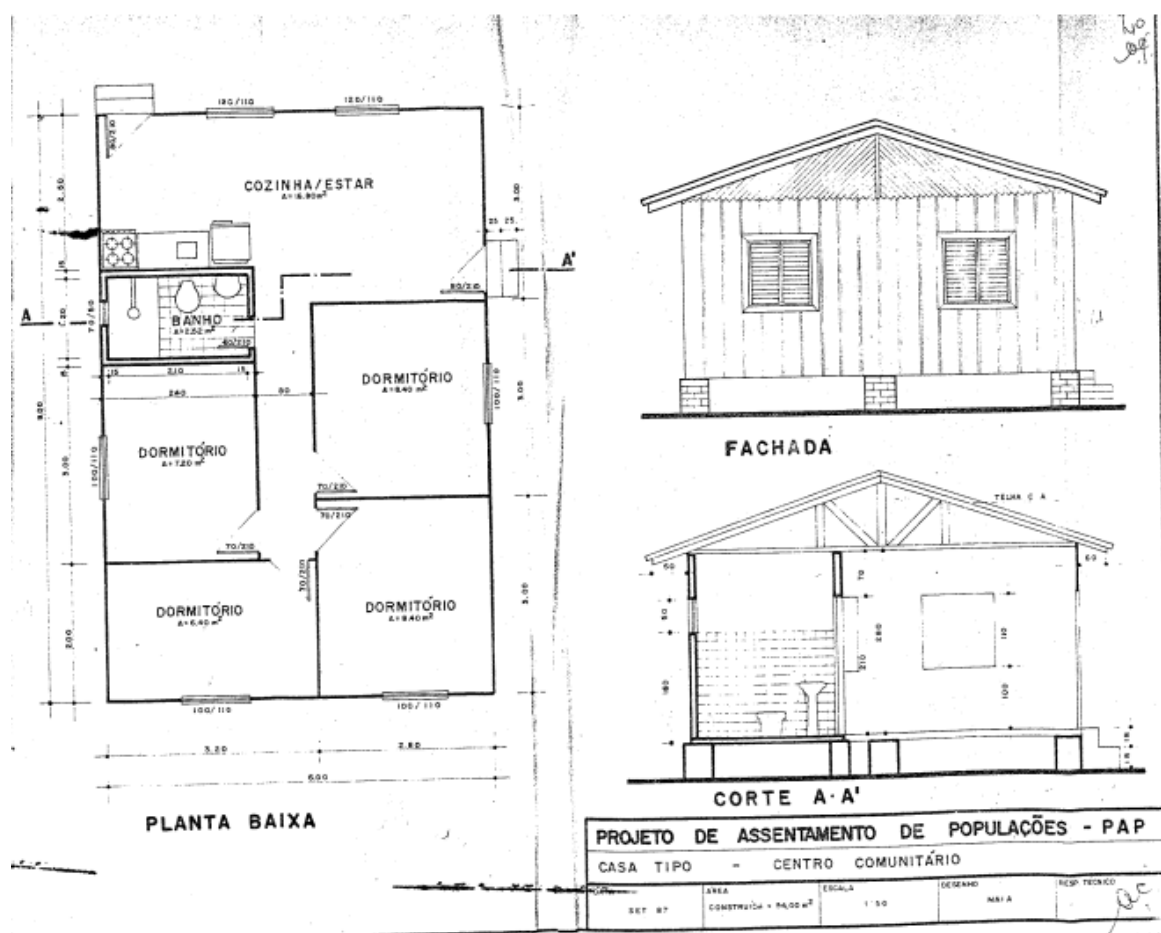
- Muita iniciativa e capacidade de liderança criadora	10
- Iniciativa e capacidade de liderança normais	7
- Pouca iniciativa ou capacidade de liderança	5
- Nenhuma iniciativa ou capacidade de liderança	0

10. Sociabilidade e receptividade à mudança

- Sociável, receptivo e comunicativo	10
- Receptivo, porém reservado	5
- Nenhuma sociabilidade ou receptividade	0

NOTA: O presente sistema de pontos poderá ser objeto de revisão, em função da experiência a ser colhida no decorrer de sua aplicação aos primeiros projetos de irrigação; poderá, outrossim, ser alterado, em certos casos específicos, quando houver motivos especiais que o justifiquem, a critério da equipe de seleção.

ANEXO O – Projeto arquitetônico da moradia do PAP



Fonte: Minuta para construção das casas de moradia do PAP (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1987)

ANEXO P – Contrato entre famílias assentadas e Estado Catarinense



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO
FUNDO DE TERRAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO DE CRÉDITO FUNDIÁRIO Nº

O FUNDO DE TERRAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de conformidade com a Lei Estadual nº 5.288, de 31 de outubro de 1983, no seu Artigo 6º, parágrafo 1º e 2º, e Decreto nº 20.842, de 16 de dezembro de 1983, no seu Artigo 11º, 21º e 18º, representado pelo seu executor, contrata com o senhor,,

brasileiro, ... **CASADO**, CPF nº.

..., e sua esposa.

..., um financiamento de crédito Fundiário referente à aquisição de uma área de terras de **9.000 hectares, lote rural nº 102 e um lote urbano de 4.151, ... m², ... em ...**, sita na localidade de **Projeto Sombrio**, município de **Sombrio**, no Estado de Santa Catarina. E estabelecem de comum acordo, mediante financiamento e garantia hipotecária, sob as cláusulas e condições adiante ajustadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FINANCIAMENTO: O mútuo, doravante designado DEVEDOR, contrata com o Fundo de Terras um financiamento no valor de **R\$ 413.100,95** (... **quatrocentos e treze mil, cento e noventa e seis cruzados e noventa e seis centavos**, que corresponde, nesta data, a **1.126,38** (... **um mil, cento e vinte e seis** ...) reais de **milho tipo III**, pelo preço mínimo fixado pelo Governo Federal, em **dezembro de um mil, novecentos e oitenta e sete (1987)**, que é recebido neste ato pelo DEVEDOR, do qual passa recibo e dá quitação, sendo este valor colocado imediatamente à disposição do vendedor, em pagamento do preço da compra e venda com financiamento e adjeto de hipoteca, após escrituração e registro.

PARÁGRAFO ÚNICO – DO OBJETIVO DO IMÓVEL: O imóvel objeto deste contrato é destinado exclusivamente à exploração e ao trabalho do devedor e de sua família, ficando este impedido de arrendá-lo, locá-lo, constituir parceria ou dar-lhe outra destinação, no todo ou em parte.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA CONFISSÃO DA DÍVIDA: O devedor, tendo recebido o capital mutuado e repassado ao vendedor, na forma preestabelecida na cláusula anterior, expressamente se confessa devedor do FUNDO DE TERRAS da importância referida na cláusula primeira, obrigando-se a pagá-la na forma do presente Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO DO MÚTUA: O DEVEDOR pagará o financiamento do que trata o presente contrato no prazo de **12** (... **doze** ...) anos, em **10** (... **dez** ...) parcelas anuais e sucessivas, vencendo-se a primeira no dia **30 de junho de 1991** e as demais nos dias **30 de junho de 1992, 30 de junho de 1993, 30 de junho de 1994, 30 de junho de 1995, 30 de junho de 1996, 30 de junho de 1997, 30 de junho de 1998, 30 de junho de 1999 e 30 de junho de 2000.**

Continuação...



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO
FUNDO DE TERRAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

O valor de cada parcela de amortização do mútuo será igual a ... **112,00** (~~cento e dois,~~
~~centa~~ ...) sacas de ~~milho~~, do tipo e especificação referidos na cláusula primeira,
ou seu valor correspondente em moeda nacional no dia do pagamento, pelo preço mínimo fixado
pelo Governo Federal. No caso de o devedor optar pelo pagamento do financiamento com produto
de sua lavoura, este deverá comunicar ao FUNDO com (30) dias de antecedência, e depositar o
produto na Cooperativa mais próxima, indicada pelo FUNDO DE TERRAS, em condições exigidas
pela Comissão de Financiamento à Produção, para garantia do preço mínimo.

CLÁUSULA QUARTA – DA HIPOTECA: Em garantia do integral pagamento da dívida e acessó-
rios, bem como do cumprimento de todas as obrigações e condições
pactuadas neste Contrato, o DEVEDOR dá ao FUNDO, em primeira e especial hipoteca, o imóvel
ora adquirido, com todas as suas acessões, melhoramentos e benfeitorias que nela existam ou venham
a ser feitas ou incorporadas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A hipoteca é outorgada pelo prazo previsto na Cláusula terceira.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Para efeitos do Artigo 818 do Código Civil, o imóvel objeto do presen-
te Contrato fica avaliado no valor igual à soma do principal acrescido dos encargos previstos na cláu-
sula quinta.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O pagamento do valor mutuado antecipadamente não autoriza o
levantamento da hipoteca, devendo a mesma perdurar, a critério do
FUNDO DE TERRAS, até decorrido o prazo eleito no parágrafo primeiro desta cláusula.

CLÁUSULA QUINTA – DA CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS: Em caso de o DEVEDOR
vender, prometer vender, transmitir a posse, mesmo a título precário,
abandonar o imóvel ou liquidar antecipadamente o saldo devedor do mútuo e, ainda, nos casos de
vencimento antecipado da dívida previstos na cláusula sexta, fica certo e ajustado que sobre todas
as parcelas de resgate do empréstimo passará a incidir correção monetária calculada de acordo com
os índices das variações das Obrigações do Tesouro Nacional (OTNs) e juros compensatórios de
12% (doze por cento) ao ano. No caso de incidência da correção monetária e juros, estes recairão
inclusive sobre as parcelas de resgate do capital mutuado que tenham sido pagas, devendo estas
serem recalculadas para efeito da aplicação da correção monetária e juros.

CLÁUSULA SEXTA – DO VENCIMENTO ANTECIPADO: A dívida será considerada antecipa-
damente vencida, independentemente de qualquer aviso, notificação ou
interpelação judicial ou extrajudicial, ensejando a execução do Contrato, para efeitos de ser exigida
de imediato, na sua totalidade, com todos os seus acessórios, por qualquer dos motivos previstos
em lei e, ainda, se: a) o DEVEDOR faltar ao pagamento de duas (2) prestações anuais; b) ceder ou
transferir, no todo ou em parte, os seus direitos e obrigações, ou vender ou comprometer vender
o imóvel hipotecado sem o prévio e expresso conhecimento e concordância do FUNDO; c) sem o
consentimento expresso do FUNDO, constituir sobre o imóvel objeto desta escritura, novas hipot-
ecas ou outros ônus; d) for constatada, por qualquer forma, que o DEVEDOR se furtou à finali-
dade social a que tem por objetivo o mútuo; e) contra o DEVEDOR for movida qualquer ação ou
execução ou decretada qualquer medida judicial que, de algum modo, afete o imóvel dado em
garantia, no todo ou em parte; f) deixar de apresentar, quando solicitado pelo FUNDO, os recibos

Continuação...



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO
FUNDO DE TERRAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

de impostos, taxas e tributos que incidam sobre o imóvel hipotecado; g) abandonar o imóvel por prazo superior a doze (12) meses.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DESAPROPRIAÇÃO: No caso de desapropriação do imóvel hipotecado, o FUNDO receberá do poder expropriante a indenização correspondente, imputando-a na solução da dívida e pondo o saldo, se houver, à disposição do DEVEDOR.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DECLARAÇÕES: O DEVEDOR declara expressamente que: a) aceita o presente na forma que está redigido; b) não tem nenhuma responsabilidade proveniente de tutela, curatela ou testamentária; c) que não é proprietário, promitente comprador ou promitente cessionário de imóvel rural no Estado; d) obriga-se a fazer, às suas expensas, o registro do presente Contrato no Cartório de Registro de Imóveis competente e apresentar ao FUNDO, juntamente com uma cópia do traslado da escritura pública de compra e venda, financiamento e instituição da hipoteca, uma certidão de matrícula do imóvel.

CLÁUSULA NONA – As partes contratantes elegem o foro da Comarca de Florianópolis, na Capital do Estado de Santa Catarina, para solução de todos os litígios porventura decorrentes deste Contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em cinco (5) vias, para um só efeito, perante as testemunhas adiante firmadas.

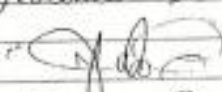
Fonte: Arquivo pessoal da fonte oral E7 (2021)

ANEXO Q – Lei municipal autoriza doação de imóvel à Escola Agrotécnica

Publicação Nacional.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

República Municipal de Sombrio,
24 de fevereiro de 1987.


Aluísio Cunha
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta
Diretoria na data supra.


Aluísio Cunha
Diretor de Administração

Lei nº 611

"Autoriza doação de imóvel
à União Federal"

Eu Senhor Aluísio Cunha, Prefeito Municipal de Sombrio, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e de sanciona a seguinte Lei.

Continuação...

42

Art. 12 - Foi a Carta do Poder Executivo Municipal autorizando a compra, por dinheiro, em dinheiro, para a União Federal, uma peça de terras com 2.044.000 m² (dois milhões e quatrocentos e quarenta mil) metros quadrados, com benfeitorias, destinadas à instalação e construção de Escola Agrícola Federal.

§ único - O terreno a que se refere esta carta tem os limites e dimensões a seguir descritas a saber: ficando dentro de uma área maior denominada sob nos R-1-5-642, R-3-5-643, R-3-5-644, R-1-13-752, R-1-13-753, R-1-13-754, R-1-12-755, R-1-14-000, R-1-13-756, R-3-281 e R-4-185, no Cartão de Registro de Imóveis da Comarca de São Paulo, para o norte - com terras pertencentes a Domingos Simão, para o sul - com terras do Estado de São Paulo, pelo lado direito - a Rota São João. Também pertencente ao Estado de São Paulo, pelo lado esquerdo - ao norte - Também são terras do Estado de São Paulo. e tem área total de uma estada municipal localizada dentro da área maior e a seguinte: pelas lotes 39, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47 e 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68.

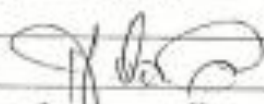
Continuação...

contínuos quadrados) que somados aos
 lotes caracterizados neste parágrafo, for-
 zem a peça referida no artigo 12.

Art. 22 - A Fazenda Pública
 Municipal será representada, no ato, pelo
 Senhor Prefeito Municipal.

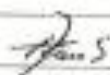
Art. 23 - Revogada as disposições
 em contrário, esta Lei entrará em vigor na
 data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tomba, 11
 de março de 1987.



Alvaro Cunha
 Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Diretoria
 de Administração na data supra.



Alvaro Cunha
 Diretor de Administração

ANEXO R – Alvará de construção da Escola Agrotécnica Federal de Sombrio


ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO

ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO

O presente Alvará, expedido de conformidade com o Decreto 210 e consubstanciado pelo artigo nº 211 da Lei nº 136, Código de Construção, autoriza a Edificação da obra abaixo discriminada.

Nome do Proprietário ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SOMBRIO

LOCALIZAÇÃO

Setor _____ Quadra _____ Nº do Lote _____
Rua PONTÃO - SOMBRIO - SANTA CATARINA
 Bairro _____
 Área a ser Construída _____
 Firma Construtora FORMACO DECORAMA

Prefeitura Municipal de Sombrio 22 de Fevereiro de 19 88

Responsável pelo Setor de Obras

Pago pelo talão Nº _____
 Sombrio 29 / 03 / 88
 PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO
 VALTER DE SOUZA MACHADO
 Secretário Municipal

O presente Alvará só terá validade quando acompanhado do talão de quitação da repartição arrecadadora.

Fonte: Prefeitura Municipal de Sombrio (1988).

ANEXO S – Unidades Educacionais de 2º grau vinculadas ao PROTEC

AÇÕES REALIZADAS E PROJETADAS - 1989/1990
ENSINO MÉDIO
PROGRAMA DE EXPANSÃO E MELHORIA DO ENSINO TÉCNICO
ESCOLAS AGROTÉCNICAS - 2º GRAU

EM FUNCIONAMENTO	EM EXECUÇÃO	EM LICITAÇÃO	A SEREM LICITADAS	EM ESTUDO
Petrolina-PE Araguatins-TO	Rio do Sul-SC Sombrio-SC Guanambi-BA Ceres-Go Codó-MA Ipanguacu-RN São Miguel da Cachoeira-AM	Caçador-SC Goianésia-GO Senhor do Bonfim-BA	Santarém-PA Porto União-SC Nova Andradina-MS Goi-Erê-PR Umuarama-PR Açailândia-MA São Bento-MA Caicó-RN Palmares-PE São Caetano-PE Janaúba-MG	Porto Nacional-TO Guaçu-ES Nova Venécia-ES

AÇÕES REALIZADAS E PROJETADAS - 1989/1990
ENSINO MÉDIO
PROGRAMA DE EXPANSÃO E MELHORIA DO ENSINO TÉCNICO
ESCOLAS TÉCNICAS INDUSTRIAIS - 2º GRAU

CONCLUÍDAS	EM CONCLUSÃO	EM EXECUÇÃO	EM LICITAÇÃO	A SEREM LICITADAS	EM ESTUDO
Petrolina-PE São José-SC Itajaí-SC Imperatriz-MA Jataí-GO Cubatão-SP	Manaus-AM Medianeira-PR Comélio Procópio-PR Pato Branco-PR	Porto Velho-RO Florianópolis-PI Cajazeiras-PB Nilópolis-RJ Palmeira dos Índios-AL Colatina-ES	Porto Seguro-BA Valença-BA Nanuque-MG Sapucaia do Sul-RS Ipirá-BA Serra-ES Rio de Janeiro (Quintino Bocaiúva)-RJ Entre Rios-BA	Campo Grande-MS Currais Novos-RN Rio Branco-AC Olinda-PE Teresópolis-RJ Cachoeiro do Itapemirim-ES Itabaiana-SE Caravelas-BA Santa Inês-BA Batalha-AL Feira de Santana-BA Macapá-AP Bom Jesus da Lapa-BA Itabira-MG Linhares-ES Boa Esperança-ES Volta Redonda-RJ Cariri-CE	Bom Jardim-RJ Inhumas-GO Petrópolis-RJ Nova Friburgo-RJ
Marabá-PA Altamira-PA	Pesqueira-PE Leopoldina-MG Boa Vista-RR	Brasília-DF Mossoró-RN Cedro-CE Lagarto-SE Juazeiro do Norte-CE Araucária-PR Marechal Deodoro-AL Macaé-RJ Nova Iguaçu-RJ Maceió-AL Eunápolis-BA Barreiras-BA Vitória da Conquista-BA			

Fonte: Realizações do Ministério da Educação período: 85/90 (BRASIL,1990)